



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ  
EMANOELA THEREZINHA BESSA MENDES

**A FORMAÇÃO DA ENFERMEIRA CEARENSE E A  
ESCOLA DE ENFERMAGEM SÃO VICENTE DE  
PAULO (1943-1977)**

Fortaleza – Ceará

2013

**Emanoela Therezinha Bessa Mendes**

**A FORMAÇÃO DA ENFERMEIRA CEARENSE E A ESCOLA  
DE ENFERMAGEM SÃO VICENTE DE PAULO (1943-1977)**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, conforme exigência formal e obrigatória, constante no Estatuto do referido Programa. Área de concentração: Formação de Professores.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvia Maria Nóbrega-Therrien

Fortaleza – Ceará

2013

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação**  
**Universidade Estadual do Ceará**  
**Biblioteca Central Prof. Antônio Martins Filho**  
**Bibliotecário Responsável – Francisco Welton Silva Rios – CRB-3/919**

M538f      Mendes, Emanoela Terezinha Bessa  
A formação da enfermeira cearense e a Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo (1943-1977) / Emanoela Terezinha Bessa Mendes. – 2013.  
CD-ROM. 307 f. : il. (algumas color.) ; 4 ¾ pol.

“CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm)”.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2013.  
Área de Concentração: Formação de Professores.  
Orientação: Profa. Dra. Silvia Maria Nóbrega-Therrien.

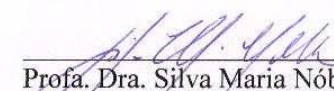
1. Enfermagem – história e memória – formação. 2. Enfermagem – história e memória – educação. 3. Enfermagem – história e memória. 4. Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo (1943-1977). I. Título.

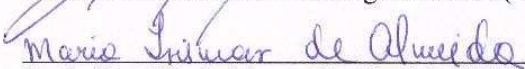
CDD: 610.7309

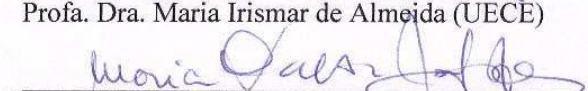


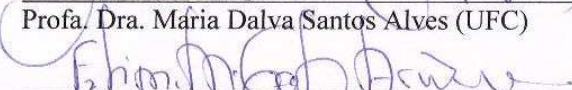
## ATA DE DEFESA

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e treze, **Emanoela Therezinha Bessa Mendes**, aluna regularmente matriculada no Curso de Mestrado Acadêmico em Educação, na área de concentração em Formação de Professores do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UECE), defendeu a dissertação intitulada: **A FORMAÇÃO DA ENFERMEIRA CEARENSE E A ESCOLA DE ENFERMAGEM SÃO VICENTE DE PAULO (1943-1977)**. A Banca de Defesa foi composta pelas professoras: Dra. Silva Maria Nóbrega-Therrien (Presidente), Dra. Maria Irismar de Almeida (UECE), Dra. Maria Dalva Santos Alves (UFC) e Dra. Fátima Maria Leitão Araújo (UECE). A defesa ocorreu das 8:30 às 11:00 hs tendo sido a aluna submetida à arguição, dispondo cada membro da banca de tempo hábil para tal. Em seguida, a banca reuniu-se em separado e concluiu por considerar aprovada a mestranda **Emanoela Therezinha Bessa Mendes**, por sua dissertação e sua defesa pública terem recebido conceito satisfatório e nota 10,0. Eu, Silva Maria Nóbrega-Therrien que presidi a banca de Dissertação, assino a presente ata, juntamente com os demais membros, e dou fé.

  
 Prof. Dra. Silva Maria Nóbrega-Therrien (Presidente)

  
 Prof. Dra. Maria Irismar de Almeida (UECE)

  
 Prof. Dra. Maria Dalva Santos Alves (UFC)

  
 Prof. Dra. Fátima Maria Leitão Araújo (UECE)



*Este trabalho é dedicado a quatro pessoas:  
a Marta Eulália e Sergio Rufino, pois,  
sem os seus excepcionais carinhos e  
e contínuo apoios não sei o que seria de mim; e*

*à Prof.<sup>a</sup> Silvia Maria Nóbrega-Therrien e à Prof.<sup>a</sup> Maria Irismar de Almeida,  
mentoras intelectuais do tema investigado,  
que me incumbiram de realizar tão instigante e laboriosa atividade.*

*Muito, muito obrigada!*

## AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me abençoado com a vida, os pais, os amigos, o meu bem e as chefes que me rodeiam.

A minha amada Mãe, que sempre esteve ao meu lado, efetivamente me apoiando.

Ao meu estimado e respeitado Pai, que ao seu modo irreverente de viver, muito me ensinou.

As minhas queridas tias maternas e a minha amada Avó, Paula, que muito me ajudaram a me tornar o que sou.

Ao meu bem, que, com sua santa paciência e misteriosa confiança, conseguiu me ajuizar.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Francisca Lucélia Ribeiro de Farias, primeira docente de Enfermagem que me acolheu e que me apresentou ao mundo da pesquisa.

A Lílian Loureiro Ramos, amiga que me proporcionou os primeiros contatos com a prática profissional da Enfermagem.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvia Maria Nóbrega-Therrien quem me ensinou que a dedicação e o esforço direcionados produzem bons frutos.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Irismar de Almeida quem sempre me alertou sobre o poder que as palavras e as atitudes detêm sobre o destino das pessoas.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Eurídea de Castro, pela inestimável ajuda na coleta de algumas histórias.

Aos membros das bancas, pelas sugestões e correções do projeto e da pesquisa.

A Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) pela ajuda institucional e financeira imprescindível para o desenvolvimento e divulgação científica desta pesquisa.

Aos professores do Mestrado Acadêmico em Educação da UECE, doutores Antonio Germano Magalhães Júnior, Betânea Moreira de Moraes, Fátima Maria Leitão Araújo,

Isabel Maria Sabino de Farias, Maria do Socorro Lucena Lima, Maria Marina Dias Cavalcante, João Batista Carvalho Nunes, José Álbio Moreira de Sales, Marcilia Chagas Barreto, Maria Susana Vasconcelos Jimenez, Mônica Façanha Farias, Ruth Maria de Paula Gonçalves, Silvia Maria Nóbrega-Therrien, Silvina Pimentel Silva e Sofia Lerche Vieira; por compartilharem conosco sua experiência e sabedoria.

Aos parceiros do Mestrado, que se tornaram inesquecíveis companheiros nesta curta e intensa empreitada, Adele, Ana Paula, Ariádine, Cavalcante, Cecatto, Chico, Clarice, Cláudia, Cláudio, Cristiane, Elane, Érico, Eunice, Flávia, Francisca, Iany, Izabeli, Lourdes, Lucita, Magela, Márcia, Martha, Niágara, Regina, Renata, Rodrigo, Silvine e Sinara.

Aos bolsistas do Grupo de Pesquisa Educação, Cultura Escolar e Sociedade (EDUCAS) pelo carinho com o qual me receberam.

A Joyce, ex-secretária do Programa de Pós-Graduação em Educação da UECE, e a Jonelma e Eliomar, as atuais, que sempre me atenderem com disposição e um largo sorriso.

A Brígida Regina Costa Lima e a Janesse da Silva Sousa, bibliotecárias do Seminário da Prainha, pelo atendimento sempre gentil e eficaz na coleta dos dados.

Aos funcionários do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, do Centro de Documentação e Biblioteca da Escola de Saúde Pública do Estado do Ceará, da Assessoria de Comunicação da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará, da Escola de Vida, Sabor e Arte do Estado do Ceará, da Escola São Rafael, da Associação Médica Cearense, do Arquivo Público do Estado do Ceará, da Fundação Waldemar de Alcântara, da Catedral Metropolitana de Fortaleza, do Colégio Imaculada Conceição, da Casa Provincial da Associação São Vicente de Paulo de Fortaleza, da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza (querido e estimado, João Carlos Pereira da Silva), do Hospital Dr José Frota, do Hospital Geral Militar de Fortaleza (Tenente Coronel Gilson Amorim de Sousa e Cabo Vieira), do Hospital Psiquiátrico São Vicente de Paulo, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Secção Ceará (Cristina, Cássia e Marcelo Gondim) e da Biblioteca do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFC (Neiliane Alves Bezerra) pelo atendimento profissional, resolutivo e cortês.

À Divisão de Diplomas (Roberta Márcia Silva e Regina Diana Silva) e ao Setor de Controle Acadêmico (Maria Edinalda Moreno) do Departamento de Ensino e Graduação da UECE, à Divisão de Memória e Documentação da UFC (Francisco Ivanildo Ferreira Fialho) e às Coordenações do Curso de Enfermagem da UECE e da UFC, pelo apoio na coleta de informações sobre a EESVP, o Curso de Enfermagem e pelo Catálogo de Informações sobre Pesquisa e Pesquisadores da ABEn (Profª Drª Lorita);

Ao Conselho Regional de Enfermagem-Seção Ceará que me atendeu prontamente na coleta de informações sobre as egressas da EESVP, em particular, aos funcionários e amigos Alfredo Júnior Barbosa Ribeiro e Maria Ilma Pinheiro da Costa;

Às enfermeiras entrevistadas, por compartilharem publicamente suas trajetórias profissionais;

A Rafael Souza Ferreira, Tatiana do Nascimento Paiva, Ana Virginia de Sousa Rocha, Talita Silva Rebouças, Camila Almada Nunes e Pedro Mansueto Melo de Souza; bolsistas do Grupo de Pesquisa Educação e Saúde Coletiva (GPESC/UECE), pela coleta dos artigos noticiosos, pelas transcrições das entrevistas e pelo auxílio na organização primária dos dados.

Ao amigo Elton Francisco dos Santos Bastos, da Secretaria de Apoio às Tecnologias Educacionais – SATE/UECE, que, com sua habilidade no manejo de recursos digitais filiado ao seu dom criativo, contribuiu de maneira essencial na restauração de algumas das imagens aqui divulgadas.

Também agradeço as instituições que me desapontaram, em decorrência da falta de cordialidade e profissionalismo para com a pesquisadora e a pesquisa, mas que particularmente me auxiliaram a me tornar uma pessoa mais persistente.

*“A gente só cresce bem,  
se todos estiverem juntos e misturados!  
Contudo, a existência salutar dessa convivência  
somente será permitida quando praticarmos ininterruptamente  
o princípio fundamental da criação humana,  
**o respeito ao próximo.**”*

(Emanoela Bessa, 08.10.2012.)

Após uma aula inspiradora da Profª Maria do Socorro Lucena Lima.)

## RESUMO

O presente estudo objetivou reconstituir a história da Formação Profissional da Enfermeira no Estado do Ceará, no período de 1943 a 1977, destacando a trajetória da Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo (EESVP), visando à preservação e socialização da história e da memória desta categoria profissional nesta unidade federada. O ano de 1943 constituiu-se no ano de criação da EESVP, primeira escola de Enfermagem do Estado do Ceará, enquanto 1977 foi o ano de colação de grau da primeira turma da EESVP anexada à estrutura da Fundação Educacional do Estado do Ceará (FUNEDUCE), posteriormente, Universidade Estadual do Ceará (UECE). Para tanto, realizou-se a coleta de documentos e de materiais que gerassem fontes informativas sobre a História da Formação Profissional da Enfermeira no Estado em jornais da época arquivados no Seminário Provincial da Prainha e na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (setores de periódicos e microfilmagem), e nos arquivos das coordenações dos cursos de Enfermagem das Universidades Estadual e Federal do Ceará. Paralelamente, realizou-se o registro da história oral temática de pessoas que tiveram efetiva participação na Formação Profissional da Enfermeira no Estado, como sujeitos e atores da EESVP, destacando seus percursos no âmbito acadêmico e profissional. Na realização deste estudo constatou-se que, embora primeiramente tenham surgido o Curso de Enfermeiras de Emergência (7.10.1942) e o Curso de Defesa Passiva Antiaérea (18.01.1943) no PNSA a ideia de se fundar uma escola de Enfermagem no Estado já existia. Identificou-se a influência do contexto belicoso da época, da intensiva autoridade moral religiosa e do processo embrionário da emancipação feminina como fatores predisponentes para o desenvolvimento da Enfermagem no Ceará. Ressalta-se a inquestionável contribuição da Congregação das Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo na pessoa da Irmã Margarida Breves, e o empenho do médico Dr Jurandir Picanço para o fomento da Enfermagem no Estado. Quanto à proposta de formação da enfermeira cearense na EESVP, mediante o contexto político, educacional e de saúde, nos decênios de 1940 a 1970, observou-se no período em que era unidade isolada, o enfoque dado à formação técnica, ética e humanista como forma de sanar os problemas de mão de obra e de se combater o preconceito sobre a profissão. Na fase de unidade agregada à Universidade Federal do Ceará (UFC), foram identificados nas reformulações curriculares, a supressão da excessiva especialização das disciplinas e dos campos de estágio, o incremento de disciplinas da área de Ciências Humanas, e a inclusão do ensino de uma língua estrangeira e de noções de administração. Na sua última fase, como unidade escolar anexada à UECE, percebeu-se que a formação ainda se manteve focada na assistência e na administração no âmbito hospitalar, embora muitas mudanças no perfil profissional de maneira nacional tenham ocorrido em prol de uma formação para uma assistência comunitária. Essas ideias constituem importante contribuição para o registro da história do atual Curso de Graduação em Enfermagem da UECE, ao completar algumas das lacunas de sua trajetória histórica.

Palavras-chave: História e Memória da Formação em Enfermagem. História e Memória da Educação em Enfermagem. História e Memória da Enfermagem. Escolas de Enfermagem. Enfermagem do Ceará.

## ABSTRACT

The present study aimed to reconstruct the history of Vocational Nurse in the state of Ceará, in the period 1943-1977, highlighting the development of the Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo (EESVP), aiming at preserving and socialization of history and memory of this professional category this federal unit. The year 1943 was formed in the year of creation of EESVP, first school of nursing in the state of Ceará, while 1977 was the year of graduation of the first class of EESVP attached to the structure of the Fundação Educacional do Estado do Ceará (FUNEDUCE) later, Universidade Estadual do Ceará (UECE). Therefore, we carried out the collection of documents and materials that generate informative sources on the History of Vocational Nurse in the State papers of the time stored in the Prainha Seminary Provincial Public Library and Governor Menezes Pimentel (sectors periodicals and microfilm), and in the archives of the coordination of nursing courses Universities and Federal State of Ceará. In parallel, there was the record of the oral history of people who had actual participation in Vocational Nurse in the State, as subjects and actors of the School of Nursing St. Vincent de Paul (EESVP), highlighting their courses in the academic and professional. In this study it was found that although have arisen primarily the Emergency Nurses Course (10/07/1942) and the Course of Passive Anti-Aircraft Defense (01/18/1943) NPFS in the idea of founding a school of nursing in the state already existed. Identified the influence of context belligerent at the time, the intensive religious and moral authority of the embryonic process of women's emancipation as predisposing factors for the development of nursing in Ceará. Emphasizes the unquestionable contribution of the Congregation of the Daughters of Charity of St. Vincent de Paul in the person of Sister Margaret Short, and commitment of the physician Dr Jurandir Shrike for the development of nursing in the state. Regarding the proposal to nursing education in Ceará EESVP by the political, educational and health in the decades from 1940 to 1970, there was the period in which the unit was isolated, the focus on technical training, ethical and humanistic as way to solve the problems of labor and to fight prejudice about the profession. At the stage of the Univerisdade Federal do Ceará (UFC) aggregate unit, were identified in the curricular changes, suppression of excessive specialization of disciplines and fields of probation, increment the disciplines of Humanities, and the inclusion of the teaching of a foreign language and concepts of administration. In its final phase, as a unit attached to the school UECE, it was realized that training still remained focused on the care and management in the hospital, although many changes in the way national professional profile occurred towards a training assistance Community. These ideas are an important contribution to the history log of the current Undergraduate Program in Nursing at the UECE, to complete some of the gaps in its historical trajectory.

Keywords: History and Memory Training in Nursing. History and Memory of Nursing Education. History and Memory of Nursing. Nursing Schools. Nursing Ceará

## RESUMEN

El presente estudio tuvo como objetivo reconstruir la historia de la enfermería profesional en el estado de Ceará, en el período 1943-1977, destacando el desarrollo de la Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo (EESVP), con miras a la preservación y socialización de la historia y la memoria de este categoría profesional de esta unidad federal. El año 1943 se formó en el año de creación de EESVP, primera escuela de enfermería en el estado de Ceará, mientras que 1977 fue el año de la graduación de la primera promoción de EESVP unido a la estructura de la Fundação Educacional do Estado do Ceará (FUNEDUCE) más tarde, la Universidade Estadual do Ceará (UECE). Por lo tanto, se llevó a cabo la recogida de documentos y materiales que generan las fuentes informativas sobre la historia de la enfermería profesional en los periódicos estatales de la época guardados en la Biblioteca Pública Provincial Seminario Prainha y el gobernador Menezes Pimentel (sectores revistas y microfilmes), y en los archivos de la coordinación de los cursos de enfermería y Universidades del Estado Federal de Ceará. Paralelamente, se produjo el registro de la historia oral de las personas que tuvieron participación real en la enfermera profesional en el Estado, como sujetos y actores de la Escuela de Enfermería de St. Vincent de Paul (EESVP), destacando sus cursos en el ámbito académico y profesional. En este estudio se encontró que a pesar de haber surgido principalmente del Curso Emergency Nurses (07/10/1942) y el Curso de Defensa (18/01/1943) NPH antiaéreos pasivos en la idea de fundar una escuela de enfermería en el estado ya existía. Identificada la influencia del contexto beligerante en ese momento, la autoridad religiosa y moral intensiva del proceso embrionario de la emancipación de las mujeres como factores predisponentes para el desarrollo de la enfermería en Ceará. Hace hincapié en la contribución indiscutible de la Congregación de las Hijas de la Caridad de San Vicente de Paul, en la persona de la hermana Margaret Short, y el compromiso del médico Dr. Jurandir Alcaudón para el desarrollo de la enfermería en el estado. En cuanto a la propuesta de la educación de enfermería en Ceará EESVP por la política, la educación y la salud en las décadas de 1940 a 1970, no fue el período en el que se aisló en la unidad, el énfasis en la formación técnica, ética y humanística manera de resolver los problemas del trabajo y luchar contra los prejuicios sobre la profesión. En la etapa de la unidad agregada Universidade Federal do Ceará (UFC), fueron identificados en los cambios curriculares, la supresión de la excesiva especialización de las disciplinas y campos de prueba, incrementar las disciplinas de humanidades, y la inclusión de la enseñanza de una lengua extranjera y los conceptos de la administración. En su fase final, como una unidad adscrita a la UECE la escuela, se dio cuenta de que la formación aún se mantuvo enfocado en el cuidado y manejo en el hospital, a pesar de muchos cambios en la forma en que el perfil profesional nacional se produjeron hacia una ayuda a la formación Comunidad. Estas ideas son una contribución importante para el registro de la historia del Programa de Licenciatura en curso en Enfermería de la UECE, para completar algunas de las lagunas en su trayectoria histórica.

Palabras clave: Historia y Entrenamiento de la memoria en la Enfermería. Historia y memoria de la Educación en Enfermería. Historia y memoria de la Enfermería. Escuelas de Enfermería. Enfermería Ceará



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEn-CE – Associação Brasileira de Enfermagem - Seção Ceará  
 ABRASCO – Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva  
 BPEGMP – Biblioteca Pública Estadual Governador Menezes Pimentel  
 CAETA – Comissão de Administração de Encamionamento de Trabalhadores para a Amazônia  
 CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
 CBEEn – Congresso Brasileiro de Enfermagem  
 CEDIMEn – Centro de Documentação, Informação e Memória em Enfermagem no Ceará  
 CEM – Campanha de Erradicação da Malária  
 CEPE – Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da UECE  
 CEV – Campanha de Erradicação da Varíola  
 CFE – Conselho Federal de Educação  
 CIC – Colégio Imaculada Conceição  
 CNE – Conselho Nacional de Educação  
 CNES – Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde  
 CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
 CRUTAC – Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária  
 DENERu – Departamento Nacional de Endemias Rurais  
 DNI – Departamento Nacional de Imigração  
 DNSP – Departamento Nacional de Saúde Pública  
 EESVP – Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo  
 EUA – Estados Unidos da América  
 FAB – Força Aérea Brasileira  
 FEB – Força Expedicionária Brasileira  
 FSESP – Fundação Serviço Especial de Saúde Pública  
 FUNECE – Fundação Universidade Estadual do Ceará  
 FUNEDUCE – Fundação Educacional do Estado do Ceará  
 GPEHSC – Grupo de Pesquisa Educação, História e Saúde Coletiva  
 GPESC – Grupo de Pesquisa Educação e Saúde Coletiva  
 HGCC – Hospital Geral Dr. Cesar Cals  
 HIAS – Hospital Infantil Albert Sabin  
 HPS/AMF – Hospital de Pronto Socorro da Assistência Municipal de Fortaleza  
 HSJ – Hospital São José de Doenças Infecciosas  
 HSM – Hospital de Saúde Mental de Messejana  
 IAIA – Instituto de Assuntos Interamericanos  
 IAP – Institutos de Aposentadorias e Pensões  
 IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
 ICRE – Instituto de Ciências Religiosas  
 IES – Instituições de Ensino Superior  
 INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social  
 INPS – Instituto Nacional de Previdência Social  
 IPEC – Instituto de Previdência do Estado do Ceará  
 ISCRE – Instituto Superior de Cultura Religiosa  
 ITEP – Instituto Teológico Pastoral do Ceará  
 LBA – Legião Brasileira da Assistência  
 LDB – Lei das Diretrizes e Bases da Educação  
 MA da IBSCM – Mesa Administrativa da Irmandade Benficiente da Santa Casa de Misericórdia  
 MEC – Ministério da Educação  
 ONU – Organização das Nações Unidas  
 PC do B – Partido Comunista do Brasil  
 PIASS – Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento

PNSA – Patronato Nossa Senhora Auxiliadora  
PP – Projeto Pedagógico  
PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação  
PSD – Partido Social Democrático  
PSP – Partido Social Progressista  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
SEESC – Serviço Especial de Engenharia Sanitária do Ceará  
SEMTA – Serviço Especial de Mobilização dos Trabalhadores para a Amazônia  
SESA – Secretaria de Saúde do Estado do Ceará  
SESP – Serviço Especial de Saúde Pública  
SESu – Secretaria de Educação Superior  
SIM – Sistema de Informação sobre Mortalidade  
SNABS – Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde  
SNM – Serviço de Malária do Nordeste  
SUCAM – Superintendência de Campanhas de Saúde Pública  
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste  
UDN – União Democrática Nacional  
UECE – Universidade Estadual do Ceará  
UERJ – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
UFC – Universidade Federal do Ceará  
UFG – Universidade Federal de Goiás  
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais  
UFP – Universidade Federal da Paraíba  
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco  
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
UnB – Universidade de Brasília  
UNE – União Nacional dos Estudantes  
UNIFOR – Universidade de Fortaleza  
USP – Universidade de São Paulo  
UVA – Universidade Estadual Vale do Acaraú

## LISTA DE FIGURAS

**Figura 1** Representação do percurso metodológico a ser utilizado. Fortaleza/CE, 2012.  
64

**Figura 2** Planta da cidade de Fortaleza levantada no ano de 1856, pelo Padre Manoel do Rego Medeiros, copiada por Guaraci de Lavor. Fonte: livro **Fortaleza Evolução Urbana - 1603 a 1979**. Prefeitura Municipal de Fortaleza. Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza.  
125

## LISTA DE FOTOS

- Foto 1** Instalações antiga e atual do PNSA. 128
- Foto 2** Recorte de jornal onde se visualizam os membros presentes à solenidade de inauguração do Curso de Enfermeiras de Emergência do PNSA. Fonte: **Unitário**, 8/10/1942; última página. 132
- Foto 3** Recorte de jornal no qual se visualiza as alunas, esposas de Oficiais do Exército, do Curso de Enfermeiras de Emergência do PNSA, juntamente com médicos Jurandir Picanço e Vandick Ponte, além das Irmãs Breve e Margarida Cola. Fonte: **O Povo**, 12/12/1942; 1ª página. 134
- Foto 4** Recorte de jornal, onde se visualizam as alunas, senhorinhas da sociedade cearense, do Curso de Enfermeiras de Emergência do PNSA, juntamente com os médicos Jurandir Picanço e Vandick Ponte, além de cinco Irmãs de Caridade. Fonte: **O Povo**, 17/02/1943; 1ª página. 136
- Foto 5** Recorte de jornal, onde se visualizam as alunas do Curso de Enfermeiras de Emergência do PNSA, juntamente com o médico Jurandir Picanço, além da ilustre visitante. Fonte: **Unitário**, 05.05.1943, s.pg. 138
- Foto 6** Prédio da Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo. 1945. Fonte: Jornal **O Nordeste**, nº 6868, de 06/04/1945, pg.8, notícia 'Fortaleza é a terceira cidade do Brasil a possuir uma escola de Enfermagem'. 145
- Foto 7** Ilustrações sobre a ampliação da EESVP. 1948. Fonte: Artigos noticiosos doados. 146
- Foto 8** Prédio da EESVP em 2012. Fonte: Foto da pesquisadora, Maio de 2012. 146
- Foto 9** A rainha das quermesses, Marisa Rocha Fonteles. Fonte: **O Povo**, 25.9.1948, s.p, notícia 'Hoje a coroação da rainha Marisa Rocha'. 148
- Foto 10** Registro da Sala de Observação da EESVP. Fonte: **Correio do Ceará**, 4.11.1948, s.p, notícia 'Precisamos de 50.000 enfermeiras Uma das melhores escolas do Brasil esta em Fortaleza'. 150
- Foto 11** Ir Catarina em 12 de abril de 1950. Fonte: Acervo pessoal de Cleide Veras Pedrosa, jan/2011. 153
- Foto 12** Registro da presença de D Lais Neto Reis, na EESVP, em visita técnica para avaliação do pedido de equiparação a EEAN. 1946. Fonte: **Jornal s.n.**, de 07/08/1946, notícia 'A diretora da EEAN visita a EESVP'. 171
- Foto 13** Registro da missa e da benção dos anéis, rituais da colação de grau da turma de 1959 da EESVP. 1959. Fontes: Acervos pessoais de Maria Jose do Espírito Santo e Maria Walquíria Albuquerque do Sacramento. 173
- Foto 14** Farda diária das alunas da EESVP. Fonte: acervo pessoal de Maria José do Espírito Santo, jun/2011. 176

- Foto 15** Farda de estágio das alunas da EESVP. Fonte: acervo pessoal de Maria José do Espírito Santo, jun/2011. 177
- Foto 16** Ilustrações sobre a infraestrutura da EESVP. s/d. Fonte: acervos pessoais de Maria do Carmo dos Santos Barros, Maria Geovanea de Araujo Câmara e de Maria de Fátima Santos. 185
- Foto 17** Ilustrações sobre a Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza como campo de estágio da EESVP. s/d. Fonte: acervos pessoais de Maria do Carmo dos Santos Barros e Maria José do Espírito Santo. 200
- Foto 18** Ilustrações sobre as formaturas da EESVP. s/d. Fonte: acervos pessoais de Maria Geovanea de Araujo Câmara e Maria de Fátima Santos. 203
- Foto 19** Exemplar do jornal do Diretório Acadêmico da EESVP. s/d. Fonte: acervo pessoal de Francisca Mara Maracaba, jun. 2012. 205
- Foto 20** Registro da presença de Marina Rezende na EESVP. 1959. Fonte: **Gazeta de Notícias**, 02.06.1959, s/pg, reportagem 'Líder das enfermeiras veio saber as condições da classe no Ceará'. 207
- Foto 21:** Atuação de enfermeiras da Cruz Vermelha Internacional. Fonte: **O Nordeste**, nº 5648, 20.01.1941, p.1. Reportagem 'Pobres crianças! A voz autorizada do Santo Padre Pio XII acaba de se dirigir ao mundo, em favor das crianças vitimas da guerra. Parra se avaliar como Pio XII tem razão, ai teem os leitores a situação em que ficou um hospital de crianças há pouco bombardeado em Londres (Foto British News)' 222
- Foto 22:** Atuação de enfermeiras no Hospital Geral de Fortaleza. Out, 69. Fonte: acervo pessoal de Maria Lúcia Freire. 222

## LISTA DE QUADROS

- Quadro 01** Listagem dos quatro volumes manuscritos da **Sala de História Eclesiástica do Ceará**, nos quais informações pertinentes para a pesquisa foram encontrados. Fortaleza/CE, 2012 (fev). 44
- Quadro 02** Demonstrativo de entrevistas realizadas organizadas por ano de ingresso na EESVP. Fortaleza/CE, 2013 (fev). 58
- Quadro 03** Demonstrativo dos temas abordados por período existencial da EESVP, referente à reconstituição da trajetória de formação da enfermeira cearense na EESVP de 1943 a 1977. Fortaleza/CE, 2013 (abril). 61
- Quadro 04** Demonstrativo das disciplinas instituídas no primeiro currículo da Escola de Enfermagem do DNSP conforme Decreto nº 16.300/1923. Fortaleza/CE, 2013 (mar). 96
- Quadro 05** Demonstrativo das disciplinas instituídas para os cursos de Enfermagem, conforme Decreto nº 27.426/1949. Fortaleza/CE, 2013 (mar). 102
- Quadro 06** Demonstrativo das disciplinas instituídas para os cursos de Enfermagem, conforme Resolução nº 4/1972. Fortaleza/CE, 2013 (mar). 113
- Quadro 07** Compilado das disciplinas do currículo instituído na EESVP de 1943 a 1946, elaborado de histórico escolar que nos foi fornecido por uma das entrevistadas. Fortaleza/CE, 2012 (nov) 156
- Quadro 08** Compilado das disciplinas do currículo instituído na EESVP de 1947 a 1952, elaborado de histórico escolar que nos foi fornecido por uma das entrevistadas. Fortaleza/CE, 2012 (nov) 160
- Quadro 09** Compilado das disciplinas teóricas ofertadas ocasionalmente durante a vigência do currículo instituído na EESVP, entre 1953 e 1963, elaborado de históricos escolares encontrados no arquivo da Divisão de Memória e Documentação da UFC, na Divisão de Diploma da UECE e naqueles que nos foram fornecidos por algumas das entrevistadas. Fortaleza/CE, 2012 (nov). 163
- Quadro 10** Compilado das disciplinas teóricas introduzidas no currículo instituído na EESVP, de 1953 a 1963, elaborado de históricos escolares encontrados no arquivo da Divisão de Memória e Documentação da UFC, na Divisão de Diploma da UECE e naqueles que nos foram fornecidos por algumas das entrevistadas. Fortaleza/CE, 2012 (nov). 164
- Quadro 11** Compilado das disciplinas teóricas do currículo instituído na EESVP, de 1953 a 1963, elaborado de históricos escolares encontrados no arquivo da Divisão de Memória e Documentação da UFC, na Divisão de Diploma da UECE e naqueles que nos foram fornecidos por algumas das entrevistadas. Fortaleza/CE, 2012 (nov). 166
- Quadro 12** Compilado dos campos de prática do currículo instituído na EESVP de 1953 a 1963, elaborado de históricos escolares encontrados no arquivo da Divisão de Memória e Documentação da UFC, na Divisão de Diploma da UECE e naqueles

que nos foram fornecidos por algumas das entrevistadas. Fortaleza/CE, 2012 (nov). 167

**Quadro 13** Compilado das disciplinas do currículo instituído na EESVP de 1964 a 1966, elaborado de históricos escolares encontrados no arquivo da Divisão de Memória e Documentação da UFC, na Divisão de Diploma da UECE e naqueles que nos foram fornecidos por algumas das entrevistadas. Fortaleza/CE, 2012 (nov). 189

**Quadro 14** Compilado das disciplinas teóricas ofertadas ocasionalmente durante a vigência do currículo instituído na EESVP de 1964 a 1966, elaborado de históricos escolares encontrados no arquivo da Divisão de Memória e Documentação da UFC, na Divisão de Diploma da UECE e naqueles que nos foram fornecidos por algumas das entrevistadas. Fortaleza/CE, 2012 (nov). 191

**Quadro 15** Compilado das disciplinas do currículo instituído na EESVP de 1967 a 1969, elaborado de históricos escolares encontrados no arquivo da Divisão de Memória e Documentação da UFC, na Divisão de Diploma da UECE e naqueles que nos foram fornecidos por algumas das entrevistadas. Fortaleza/CE, 2012 (nov). 192

**Quadro 16** Compilado das disciplinas do currículo instituído na EESVP de 1970 a 1973, elaborado de históricos escolares encontrados no arquivo da Divisão de Memória e Documentação da UFC, na Divisão de Diploma da UECE e naqueles que nos foram fornecidos por algumas das entrevistadas. Fortaleza/CE, 2012 (nov). 195

**Quadro 17** Compilado das disciplinas do currículo instituído na EESVP de 1974 a 1978, elaborado de históricos escolares encontrados no arquivo da Divisão de Memória e Documentação da UFC, na Divisão de Diploma da UECE e naqueles que nos foram fornecidos por algumas das entrevistadas. Fortaleza/CE, 2012 (nov). 198

**Quadro 18** Compilado das disciplinas optativas do currículo instituído na EESVP de 1974 a 1978, elaborado de históricos escolares encontrados no arquivo da Divisão de Memória e Documentação da UFC, na Divisão de Diploma da UECE e naqueles que nos foram fornecidos por algumas das entrevistadas. Fortaleza/CE, 2012 (nov). 199

**Quadro 19** Egressas da EESVP que colaram grau em 18 de dezembro de 1974. Fortaleza/CE, 2012 (nov). 216

**Quadro 20** Egressas da EESVP que atuaram no corpo administrativo da escola, ordenadas por ano de colação de grau. Fortaleza/CE, 2012 (nov). 242

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	24
1.1 A vinculação da pesquisadora ao tema de investigação	25
1.2 A problemática e a relevância da temática de pesquisa	27
2 OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO	29
3 TRILHAS METODOLÓGICAS DA PESQUISA	30
3.1 Paradigma	30
3.2 Tipo de estudo	32
3.3 Fontes de dados da pesquisa	34
3.3.1 Fontes impressas e documentais	36
3.3.2 Localização das fontes impressas e documentais utilizadas na pesquisa	38
3.3.2.1 Seminário Provincial da Prainha	39
3.3.2.2 Biblioteca Pública Estadual Governador Menezes	44
3.3.2.3 Universidade Federal do Ceará	45
3.3.2.4 Universidade Estadual do Ceará	48
3.3.2.5 Outras instituições	50
3.3.3 Fontes orais	51
3.3.3.1. A História Oral: o caminho de constituição das fontes	52
3.3.3.2. A História Oral: os cuidados na coleta do dado	55
3.4 Técnicas de análise	59
3.5 Aspectos ético-legais da pesquisa	63
4 HISTÓRIA E MEMÓRIA: NOSSA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E CONCEITUAL	65
4.1 A História e a sua escrita	65
4.2 A relação entre História e Memória	70
4.3 Sobre que História e Memória este estudo se ancora	79
5 A EDUCAÇÃO SUPERIOR EM ENFERMAGEM NO BRASIL: DESCOBERTA DE TRILHAS	83
5.1 Em tempos de Colônia (1500-1808)	83
5.2 Em tempos de Império (1808-1889)	84
5.3 Em tempos de República Velha (1889-1930)	88
5.4 Em tempos da Era Vargas (1930-1945) e da República Populista (1945-1964)	100
5.5 Em tempos da Ditadura Militar (1964-1985)	111
6 PRIMÓRDIOS DA ENFERMAGEM NO CEARÁ	119
6.1 A Companhia das Irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo no Ceará: origem e contribuições no campo da assistência	119
6.2 Elementos Fundantes da EESVP: o Patronato Nossa Senhora Auxiliadora e os Cursos de Enfermagem de Emergência e de Defesa Passiva Antiaérea	127
7 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA ENFERMEIRA NO CEARÁ NA TRAJETÓRIA DA EESVP: REGISTROS, DEPOIMENTOS E ANÁLISES	140
7.1 A Criação da EESVP e sua existência como Escola Isolada: 1943 – 1955	140
7.2 A Agregação da EESVP à Universidade Federal do Ceará: 1955 – 1975	178
7.3 A Anexação da EESVP à Universidade Estadual do Ceará: 1975 – 1977	209
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	218
REFERÊNCIAS	222
APÊNDICES	
APÊNDICE A – Compilado sobre o Corpo Administrativo da EESVP elaborado de documentos do acervo da Coordenação do Curso de Enfermagem da UECE e das relações de concludentes e diretores da EESVP existentes no DEG/UECE.	240



APÊNDICE B – Compilado sobre o Corpo Docente da EESVP elaborado mediante a análise das fontes.	242
APÊNDICE C – Compilado sobre o Corpo Discente da EESVP elaborado dos nomes encontrados nos Quadros e Placas de Formatura encontrados na UECE e na UFC, organizados por ano de colação de grau.	248
APÊNDICE D – Compilado das disciplinas dos currículos instituídos na EESVP elaborado de Históricos Escolares encontrados na Divisão de Memória e Documentação da UFC, na Divisão de Diploma da UECE e naqueles que nos foram fornecidos por algumas das entrevistadas.	281
APÊNDICE E - Fontes Históricas utilizadas neste estudo	292
ANEXOS	
ANEXO A – Fração do Questionário da Pesquisa utilizada neste estudo	300
ANEXO B – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da UECE	302
ANEXO C – Termo de Concessão de Direitos	303
ANEXO D – Ofício nº1	304
ANEXO E – Ofício nº2	305
ANEXO F – 1º Contrato entre as Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo e o Hospital Geral Militar de Fortaleza	306

*“Como esse estudo surgiu?  
Qual sua relevância?”*

## 1 INTRODUÇÃO

O presente Estudo integra a linha de pesquisa Formação e Desenvolvimento Profissional em Educação, do Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual do Ceará, tendo como núcleo específico Formação, Profissão e Práticas Educativas em Saúde. Ao abordar, de maneira histórica, o percurso educacional de formação da Enfermeira cearense mediante o estudo da trajetória de existência da primeira escola de Enfermagem do Estado do Ceará- a Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo (EESVP) – privilegamos a faixa temporal que vai desde a sua criação, em 15 de fevereiro de 1943, até a concretização de sua agregação oficial a Universidade Estadual do Ceará<sup>1</sup> (UECE), em 1977, quando se realizou a colação de grau de sua primeira turma de formandos. Este trabalho situa-se no campo de pesquisas sobre a História da Educação em Enfermagem no Brasil, bem como nos campos da História das Profissões e da Saúde.

Inicialmente, neste capítulo introdutório, discorreremos sobre o processo que possibilitou a nossa vinculação ao tema de investigação, bem como a problemática e relevância da escolha desta. No capítulo dois, apresentaremos os objetivos que a investigação se propôs alcançar.

No capítulo três, expomos o delineamento metodológico pelo qual este projeto caminhou, caracterizando detalhadamente o percurso adotado e as fontes de dados utilizadas. No capítulo quatro, teceremos algumas considerações sobre as categorias teóricas e conceituais abordadas, com a intenção de contribuir com subsídios para ancorar nossa argumentação por ocasião das análises. Em seguida, no capítulo cinco, contextualizamos o desenvolvimento da educação superior em Enfermagem no país, para apresentarmos, a seguir, em dois capítulos distintos e consecutivos, os achados de nosso estudo. No capítulo seis, o primeiro referente às análises dos dados, assinalamos os motivos que subsidiaram o surgimento da EESVP, enquanto que no capítulo sete, ainda relacionado a análise dos dados, discorreremos sobre a proposta de formação de enfermeiras e de ensino da EESVP. Finalizamos o estudo, com o capítulo oito, no qual relatamos nossas considerações

---

<sup>1</sup>O Curso de Enfermagem da EESVP agregou-se juridicamente à Fundação Educacional do Estado do Ceará/Fundação Universidade Estadual do Ceará/Universidade Estadual do Ceará (FUNEDUCE/FUNECE/UECE) em 14 de março de 1975.

sobre a realização deste trabalho e os resultados encontrados mediante os objetivos propostos.

## 1.1 A vinculação da pesquisadora ao tema de investigação

O estudo inicial sobre a temática '*Formação da enfermeira cearense*', ocorreu durante a graduação, quando, no ano de 2006, como bolsista de Iniciação Científica do Grupo de Pesquisa Educação, Saúde e Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, atualmente Grupo de Pesquisa Educação, História e Saúde Coletiva (GPEHSC), auxiliei no desenvolvimento do estudo intitulado "*A formação de enfermeiros e a expansão do ensino de enfermagem no Ceará*", pesquisa coordenada pelas professoras doutoras Silvia Maria Nóbrega-Therrien e Maria Irismar de Almeida. Nesse estudo foram possíveis os meus primeiros contatos com documentos e materiais históricos do curso de enfermagem da UECE, na época, em péssimo estado de preservação; e as constatações que possuíamos poucos documentos, e que os existentes não se encontravam devidamente sistematizados para permitir que se relatasse a História do Ensino da Enfermagem no Ceará.

Após esta colaboração como bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na pesquisa citada, continuei no Grupo de Pesquisa tendo me envolvido em outros estudos relacionados à temática '*formação e ensino*', sempre realizados sob a orientação das referidas docentes, líderes do grupo. As pesquisas foram: *Saberes profissionais: um estudo sobre a formação e a atuação da enfermeira enquanto sujeito reflexivo* (2006-2007); *Grupos de pesquisa na universidade: líderes e a formação diferenciada nos cursos de graduação* (2007-2008); *A formação oferecida aos acadêmicos da área da Saúde da Universidade Estadual do Ceará sobre o consumo do álcool* (2009); e *A formação em enfermagem para o lidar com a morte* (2009).

No ano de 2010, retornei a temática '*Formação da enfermeira cearense*' com um foco mais específico na História do Ensino da Enfermagem no Ceará, ao desenvolver a monografia "*Formação e Profissão: avaliação de egressos do curso de graduação em Enfermagem da Universidade Estadual do Ceará*" (MENDES, 2010), como exigência para a conclusão do curso de graduação em Enfermagem. O estudo assinalado, cujo tema era articulado ao projeto do referido grupo, objetivou conhecer a opinião de egressos do curso de graduação em Enfermagem da UECE sobre a adequação de sua formação acadêmica para a efetiva prática da profissão. Também desenvolvido sob a orientação da professora doutora Silvia Maria Nóbrega-Therrien.

Para a contextualização do tema desse estudo, foi necessário realizar uma breve descrição da História do Ensino da Enfermagem no Ceará, identificando a contribuição do curso de Enfermagem da UECE para o desenvolvimento formal desta profissão no Estado.

Por meio do envolvimento em todos estes trabalhos de pesquisa, como integrante do GPEHSC, foi sendo identificada pelas professoras/pesquisadoras do grupo a necessidade de um estudo mais amplo que abordasse a História do Ensino da Enfermagem no Ceará de maneira mais pertinente e adequada, uma vez que se constatava a precariedade do que existia produzido sobre a temática. A resposta a esta necessidade surgiu ancorada em dois fatores: o primeiro articulado à intenção de participar, em 2011, da seleção para o Mestrado Acadêmico em Educação na UECE, para a qual fui aprovada; e o segundo, após a minha inserção no curso de mestrado, a participação no projeto '*Preservação da Memória da Enfermagem no Estado do Ceará: a história da profissão e o Centro de Documentação*', elaborado mais uma vez pelas professoras doutoras Sílvia Maria Nóbrega-Therrien e Maria Irismar de Almeida, proposta apresentada ao Edital Universal do CNPq<sup>2</sup> de nº 014/2011 e aprovada por esta instituição de fomento a pesquisa em dezembro de 2011. Um projeto 'guarda-chuva' do qual deriva esta dissertação. Como participante deste projeto maior, desenvolvi uma proposta de investigação mais focada, na '*História da formação profissional da Enfermeira no Estado do Ceará*', que passou a ser a proposta de dissertação agora apresentada. É interessante registrar a participação de todo o grupo de pesquisa – das professoras/pesquisadoras e dos bolsistas<sup>3</sup> no envolvimento da investigação maior e nas que se encontram sob sua guarda, seja na orientação, na produção e, sobretudo na coleta de dados que foi extensiva.

Após esta exposição, de cunho pessoal, na qual se esclarece minha vinculação com a proposta de pesquisa, e dessa com a do grupo de pesquisa, se apresenta a seguir a problemática e a relevância desta temática, fatores essenciais para a elaboração bem fundamentada de um projeto de pesquisa que se considere científico; pois conforme assevera Rodrigues (2012; p.208), "a produção intelectual, na pesquisa histórica, deve atender as exigências do trabalho acadêmico".

---

<sup>2</sup> Na Chamada do Edital Universal em que o projeto foi aprovado, este se encontra na Faixa B, que contempla propostas acima de R\$ 20 mil e abaixo de R\$ 50 mil. O prazo de realização do projeto é previsto para dois anos, com direito a solicitação de ampliação por mais um ano de prazo.

<sup>3</sup> Professoras/pesquisadoras – Sílvia Maria Nóbrega-Therrien, Maria Irismar de Almeida, Maria Euridéia de Castro e Maria Suêda Costa; Bolsistas -Rafael Souza Ferreira (Bolsista IC/FUNCAP), Tatiana do Nascimento Paiva (Bolsista IC/UECE), Talita Silva Rebouças (Bolsista PIBIC/CNPq), Ana Virginia de Souza Rocha (Bolsista PROVIC), Camila Almada Nunes (Bolsista FUNACAP), Pedro Mansueto Melo de Souza (Bolsista PIBIC/CNPq) e Andrea Mota Silva (Bolsista AT/FUNCAP).

## 1.2 A problemática e a relevância da temática de pesquisa<sup>4</sup>

A incipiente existência de estudos sobre a História do Ensino da Enfermagem no Ceará foi constatada mais concretamente ao longo de vários eventos da categoria profissional<sup>5</sup>, onde se percebia a existência de poucos documentos e estudos, não somente sobre os primórdios da formação profissional em Enfermagem no Estado, mas também, sobretudo, a respeito da história do seu ensino. Dentre os poucos estudos elaborados, destacam-se os das enfermeiras e professoras Eneida Schramm Frazão e Ivanilda Bruno Osório, pioneiras neste tipo de investigação no estado. A primeira, Frazão, ao lançar em 1973 uma resenha histórica por ocasião dos 30 anos de comemoração da Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo (EESVP), e a segunda, Osório (2007), quando, mais recentemente, em março de 2007, publicou um livro cujo título é *Memórias de uma Enfermeira*, no qual relata sua história profissional e pessoal, recordando também uma parte da História do Ensino da Enfermagem no Ceará<sup>6</sup>. As duas publicações foram desenvolvidas com recursos próprios, o que evidencia, por um lado, o escasso número de pesquisadores interessados na temática e, de outra parte, a falta de compromisso institucional com incentivos a publicações dessa natureza.

A constatação dessa falta de estudos sobre a origem da Enfermagem e do seu Ensino no Ceará se verifica que ocorre ao longo de muitos anos, principalmente em datas comemorativas da categoria profissional. Na compreensão de Delgado (2006, p.58) “o passar do tempo é traduzido pelo homem por referências celebrativas, comemorativas e identificadoras do cotidiano”. A falta de registros sobre a história do ensino e de outras temáticas da Enfermagem no Ceará se torna mais evidenciado por ocasião de suas festas comemorativas. Quando comemoramos, procuramos contextualizar o evento ou a data do acontecimento, e, é, nessa atividade de preparação do texto para o discurso da festa, quando se buscam documentos ou a história devidamente documentada, os fatos e acontecimentos passados, nos

---

<sup>4</sup>O escrito neste subitem da dissertação foi retirado praticamente do projeto maior já citado, intitulado “*Preservação da Memória da Enfermagem no Estado do Ceará: a história da profissão e o Centro de Documentação*”, das referidas professoras, e aprovado pelo Edital Universal do CNPq - uma vez que sua relevância e problemática são o início e a causa maior da proposta investigativa para o desenvolvimento dos projetos dele decorrentes. Assim acontecendo, neste escrito, muitos trechos se repetem aos existentes no projeto guarda-chuva elaborado pelas referidas professoras/pesquisadoras.

<sup>5</sup> Sendo eles: Comemoração dos 50 anos do Curso de Enfermagem da Universidade Estadual do Ceará, em 1993. Comemoração dos 50 anos da Associação Brasileira de Enfermagem - seção Ceará (ABEn-CE), em 2001; Celebração dos 25 anos de fundação do Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Ceará, em 2001;

<sup>6</sup> Acerca da utilização de biografias e autobiografias em estudos sobre a história da educação, Gomes (2012; p.157) comenta que elas têm o mérito de recuperar para a história da educação vestígios de homens e mulheres e de suas obras, tornadas quase invisíveis, e, complementa, ao inferir que esses documentos biográficos e autobiográficos muitas vezes tornam-se as únicas testemunhas de práticas e ideias de um referido tempo histórico. [GOMES, Luciana K de S. A memória de professores e as possibilidades na escrita da história da educação. In: RODRIGUES, Rui Martinho; MAGALHAES JUNIOR, Antonio Germano; LIMA, JeimesMazza C; MARQUES, Janote Pires. *História da educação: teoria, métodos e fontes*. Fortaleza: EdUECE, 2012. p.151-166.]

deparamos com o vazio historiográfico, que, como assinala LeGoff (1994, p. 535), 'da história da história', no caso, da história do ensino da enfermagem no Ceará, se não vejamos:

Na comemoração dos 50 anos da Associação Brasileira de Enfermagem - Seção Ceará (ABEn-CE), em 2001, a diretoria na época tomou a iniciativa de produzir um documentário comemorativo e lançou o livro *Associação Brasileira de Enfermagem seção Ceará – 50 anos: uma viagem através da história*. Na ocasião constatou-se a dificuldade de reunir documentos escritos ou fotográficos que contribuíssem para contar a história da ABEn-Ceará; observou-se, também, que não existia um determinado espaço que tivesse sob sua guarda acervos de qualquer tipo relacionado à história e/ou memória da Enfermagem no Estado. Ainda se identificou o fato de que um número considerável de enfermeiras pioneiras da Enfermagem em nosso Estado já havia falecido ou que não tinham mais condições de relatar sua história por motivos de doenças, limitações cognitivas próprias da idade ou por outras causas<sup>7</sup>. O resultado foi um documentário repleto de lacunas históricas, por maior que tenham sido os esforços da equipe de elaboração.

A solenidade acerca dos 25 anos de fundação do Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Ceará, 1976-2001, no ano de 2001, também foi outro momento comemorativo em que se observaram lacunas sobre a história da Enfermagem no Ceará, principalmente quanto aos anos anteriores a 1976. Na publicação *Vinte e Cinco Anos do Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Ceará (1976-2001)*, o levantamento da história e memória se apoiou fortemente em seu caráter pedagógico, talvez por deficiências de acervos de pesquisa.

Identificamos o fato de que, já em 1993, na celebração dos 50 anos do Curso de Enfermagem da Universidade Estadual do Ceará (UECE), ato realizado no *campus* da própria Instituição, a falta de acervo foi objeto de observação e constatação. No evento, alguns discursos foram elaborados e uma pequena exposição foi montada. Os pronunciamentos foram formulados com base em depoimentos e informações coletadas, limitando o seu registro a algumas menções feitas pelos jornais da época sobre a criação do Curso de Enfermagem em 1943 no Estado (NOBREGA-TERRIEN, ALMEIDA e SILVA, 2008a, p 258). A exposição foi montada com empréstimos de fotos, vestimentas, broches em forma de lâmpadas, reunidos

---

<sup>7</sup> Dados referidos pelas autoras são do manuscrito *Associação Brasileira de Enfermagem Seção Ceará: uma viagem através da história*. [ALMEIDA, Maria Irismar de; COSTA, Maria Sueuda; JORGES, Maria Salete Bessa; SILVA, Maria Josefina da *Associação Brasileira de Enfermagem Seção Ceará: uma viagem através da história*. Fortaleza: ABEn-CE, 2001. 96p.]

somente para este fim comemorativo. O pouco que se conseguiu reunir, após a comemoração, foi disperso e/ou devolvido as enfermeiras que os disponibilizaram (NOBREGA-THERRIEN, ALMEIDA e SILVA, 2008a, p 258). Se a comemoração pode momentaneamente “disprivatizar a memória” (JOHNSTON, 1987, p.15), não conseguiu, no entanto, permanecer socializando-a.

Nestas curtas descrições de eventos comemorativos relativos à Enfermagem cearense, evidenciamos recorrentes descontinuidades explicativas, que levam ao esquecimento da história e da memória da Enfermagem no Estado, o que indica a necessidade urgente de sua reconstituição.

Mais recentemente, em estudo sobre os anos iniciais da Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo (1942-1956), *Ensino de Enfermagem no Ceará de 1942-1956: a memória que projeta o futuro*, dos autores Nóbrega-Therrien, Almeida e Silva (2008b, p.128-129), estes relatam que o acervo iconográfico disponível acerca deste marco inicial do ensino de Enfermagem no Ceará remete a apenas quatro quadros de madeira de concludentes das primeiras turmas da EESVP que hoje pertencem ao Curso de Enfermagem da UECE. Nas palavras dos autores e em constatações próprias, os referidos quadros se encontram depositados em uma sala de aula sem os devidos cuidados, expostos a sujeira, à luz direta e ação de pessoas que, sem a devida compreensão do valor histórico daqueles móveis contribuem com a sua deterioração. Para Nóbrega-Therrien, Almeida e Silva (2008b, p.128 e 129) estas constatações indicam, por um lado, a necessidade urgente de resgate e preservação dos minguados acervos institucionais e privados, inclusive iconográficos, que se encontram dispersos; e, por outro, remetem à necessidade de criação de um espaço adequado, que receba e preserve este patrimônio.

Mais irrisório ainda é o quantitativo de produções sobre a história e a memória de personalidades da Enfermagem do Estado do Ceará. Em nossas buscas, constatamos apenas dois artigos científicos, um de Freire (2002) e outro de Cavalcante, Lima e Alves (2010), que discorrem sobre a trajetória profissional da enfermeira Maria Graziela Teixeira Barroso, personagem singular para a criação e estabelecimento do curso de Enfermagem da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Quando direcionamos o foco para a história da formação da enfermeira, acreditamos que os registros documentais mais relevantes que podem ajudar a compor esta história no Ceará se encontram em arquivos, sobretudo pessoais (sejam orais e/ou iconográficos), portanto, privados, de acesso difícil e sem a devida

sistematização das informações; em arquivos das universidades (UECE e UFC), embora ainda dispersos nas coordenações de cursos de graduação e setores diversos dessas instituições acadêmicas, também desprovidas da devida sistematização das informações, e, ainda, nas poucas instituições da cidade de Fortaleza que guardam a história de seu povo de modo mais geral e abrangente.

Entendemos que a problemática explicitada se fundamenta na escassa existência de pesquisas que abordem referida temática, aqui proposta, para investigação *A Formação da Enfermeira Cearense e a Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo (1943-1977)*. Nesse sentido, consideramos que a proposta de pesquisa ora exibida é de natureza inovadora, voltando-se a pesquisar tema já estudado, porém com uma documentação mais abrangente e oriunda de outras fontes descobertas e que não podemos deixar de registrar, utilizadas pelo projeto maior, porque a ele estamos articulada. Fontes renovadas, que partem de bases teóricas e/ou metodológicas diferentes; e de grande relevância, uma vez que o objetivo é reconstituir o percurso de formação da enfermeira cearense, desde a criação da EESVP, no ano de 1943, até a anexação desta escola à UECE, no ano de 1975, concretizado em 1977. São eles projetos em uma interseção, uma vez que um e outro, ou um no outro, contribuem com a historiografia da educação em Enfermagem no Ceará e notadamente com o Centro de Documentação, Informação e Memória em Enfermagem no Ceará (CEDIMEn), ‘foco de apoio estrutural e de investigação’, espaço no qual o projeto maior aprovado pelo Edital Universal do CNPq, há pouco assinalado, se ancora. Com o presente estudo pretendemos responder a seguinte questão norteadora: *Como era formada a enfermeira no Estado do Ceará no período de 1943 a 1977?*



## **2 OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO**

Esta investigação tem como objeto de estudo o percurso educacional de formação da Enfermeira cearense na Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo (EESVP) desde a sua fundação, em 1943 até a concretização de sua agregação a Universidade Estadual do Ceará, em 1977. Os objetivos são deliñeados a seguir:

### **Objetivo Geral**

- Reconstituir e analisar a trajetória de formação da Enfermeira cearense na Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo, no período de 1943 a 1977.

### **Objetivos Específicos**

- Mapear, por meio de fontes documentais, a evolução das propostas de formação da enfermeira e de ensino na referida instituição.
- Coletar, conhecer e subsidiar as análises com os relatos da história oral temática de enfermeiras testemunhas dessa trajetória de formação e ensino.
- Contribuir para a constituição de um acervo documental, oral e iconográfico sobre a história e memória desta profissão no Ceará.

### 3 TRILHAS METODOLÓGICAS DA PESQUISA

Embora para Barros (2009) ‘*Quadro teórico, fontes e metodologia*’ seja uma designação mais interessante e adequada para a exposição do roteiro metodológico das pesquisas históricas, quando necessariamente o pesquisador precisará descrever os materiais sobre os quais irá trabalhar, no nosso caso, seguimos outra organização que nos pareceu mais didática, por contribuir mais favoravelmente para a compreensão do texto. Com efeito, separamos um dos três elementos referidos pelo autor em um capítulo distinto. A princípio, caracterizamos a trilha metodológica adotada, para, posteriormente, em um capítulo eminentemente teórico, intitulado ‘*História e Memória: nossa fundamentação teórica e conceitual*’, fazemos a explanação teórico-conceitual desta investigação com a discussão das categorias História e Memória.

Sendo assim, explicitamos à frente, neste capítulo, o paradigma no qual a perspectiva de análise metodológica utilizada nessa pesquisa se insere; a classificação deste estudo com relação à abordagem metodológica adotada, aos objetivos propostos e à natureza dos dados; bem como as fontes históricas e as técnicas de coleta de dados e de análise utilizadas; e, finalmente, os aspectos ético-legais instituídos para a realização desta pesquisa, referente, no caso, ao processo que envolve o Projeto maior já citado.

#### 3.1 Paradigma

A perspectiva de análise metodológica dos dados a serem coletados nesta proposta de investigação fundamenta-se no Paradigma<sup>8</sup> Naturalista/Construtivista, também conhecido como Construtivismo Social, qcaracterizado no entendimento de Guba (citado por ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 2001, p.133), assim como os outros paradigmas, em três dimensões — ontológica, epistemológica e metodológica<sup>9</sup>. Para o autor o Paradigma Naturalista/Construtivista apoia-se em uma

<sup>8</sup> Paradigma conforme Strike (citado por ALVES-MANZOTTI, 1996, p.22) representa as visões mutuamente exclusivas sobre os fenômenos sociais e sobre como devem ser investigados. São eles: Funcionalismo (Pós-positivismo), Interpretativismo (Naturalismo/Construtivismo), Estruturalismo Radical (Teorias do Conflito) e Humanismo Radical (Teoria Crítica). [ALVES-MANZOTTI, Alda Judith. O debate atual sobre os paradigmas de pesquisa em Educação. *Caderno de Pesquisa*. São Paulo n°96 Fev 1996 p. 15-23].

<sup>9</sup> Conforme Nóbrega-Therrien e Farias (2011, p. 53) “a dimensão ontológica se reporta à natureza do que pode ser conhecido (cognoscível); a epistemológica se refere à relação entre pesquisador e pesquisado (conhecedor e conhecido); e a metodológica, se remete a como o conhecimento é formulado pelo pesquisador”. [NOBREGA-THERRIEN, Sílvia Maria; FARIAS, Isabel Sabino de. Abordagens quantitativas e qualitativas na pesquisa em educação: velhas e novas mediações e compreensões. In: NOBREGA-THERRIEN, Sílvia Maria; FARIAS, Isabel

“ontologia relativista”, pois as realidades existem sob formas de múltiplas formulações mentais, locais e específicas fundamentadas na experiência social de quem as formula, não sendo assim possível determinar a veracidade ou falsidade dessas interpretações. Em razão dessa influência da experiência social da pessoa sobre suas concepções, o Paradigma Naturalista/Construtivista apresenta uma “epistemologia subjetivista”, uma vez que as realidades existem apenas nas mentes dos sujeitos, sendo a subjetividade a única forma de trazer à luz as elaborações mantidas pelos indivíduos – que no nosso caso, se caracteriza pela utilização da memória de nossos sujeitos, as enfermeiras egressas da EESVP, testemunhas dessa trajetória de formação e ensino, portanto, colaboradoras com sua história oral; e por atentar para a interação pesquisado/pesquisador - premissa também expressa pela História Oral Temática, técnica utilizada por nós na coleta de fontes orais para a complementação das fontes impressas (jornais e livros), documentais (episcopais e institucionais - atas, pareceres, certificados, programas e grade curricular de ensino etc), fotográficas e iconográficas (broches, roupas e objetos diversos) desta investigação.

Por meio desse paradigma, compreendemos que a história relatada pelo indivíduo ou a história encontrada nas fontes impressas e documentais deve se avaliada de maneira contextualizada, atentando para o porto ideológico do seu discurso, quando do relato de uma entrevista, bem como quando oriundo justamente da experiência social de seus redatores, no caso do documento já escrito, como os publicados em jornais e os encontrados nos documentos episcopais e institucionais, etc. Tencionamos ter realizado essa leitura contextualizada nos capítulos da análise dos dados, a saber, capítulos seis e sete.

O Paradigma Naturalista/Construtivista, ao se basear numa “metodologia” hermenêutico-dialética, é um dos paradigmas que não visa à objetivação, mas a compreensão (GUELF, 2006 e MINAYO,1996); no nosso caso, o entendimento do processo de formação e ensino de Enfermagem na EESVP. A hermenêutica, no sentido da comunicação, do entendimento desse processo, dessa evolução, seja por via do depoimento de egressas, seja por meio de consulta a documentação existente; e também a dialética, uma vez que se atenta para o movimento e a contextualização do referido depoimento e documento. Para tanto, a utilização da metodologia hermenêutico-dialética como uma das três grandes tendências que orientam a análise de dados qualitativos, exige o respeito a alguns pressupostos para o tratamento do

material de comunicação, que foi seguido nessa dissertação, e, como assinala a própria Minayo (1996, p.220), devemos estar atentos para

- a) o contexto dos entrevistados ou dos documentos em análise que deve estar claro ao pesquisador;
- b) o pesquisador deve conhecer todos os documentos a serem analisados, bem como reconhecer o ator social investigado como sujeito responsável;
- c) a compreensão do significado de um texto exigirá do pesquisador conhecer as razões que levaram o autor a produzi-lo; e,
- d) o pesquisador deve assumir uma posição crítica frente ao texto que busca compreender.

Ciente desses pressupostos para apreender o nosso objeto de investigação - o percurso educacional de formação da Enfermeira cearense - ainda identificamos, como premissa da escrita da reconstituição histórica, a abordagem da Nova História, que será apresentada no quadro teórico, capítulo 4, desta investigação.

### **3.2 Tipo de estudo**

Malgrado o caminho metodológico a ser percorrido seja, muitas vezes, estabelecido ou modificado com o próprio desenvolvimento da pesquisa, esta exigiu planejamento inicial. Neste entendimento, surgiram trilhas a serem percorridas na tentativa de se traçar o delineamento metodológico mais adequado. Efetivamente, este estudo é considerado, quanto à abordagem metodológica adotada, como histórico; segundo seus objetivos, como descritivo; e quanto à natureza de seus dados, como qualitativo, pois buscamos por meio da reconstituição de fatos passados, da trajetória da EESVP, reconstituir o percurso de formação da enfermeira cearense, o que nos permitiu compreender o desenvolvimento do ensino de Enfermagem no Estado.

Na perspectiva de Florescano (1997, p. 66), talvez a mais “antiga e permanente função social da História seja a de dotar um povo de um passado comum e a de prover os grupos humanos de uma identidade, coesão e sentido coletivo”. No nosso caso, dotar uma comunidade específica, a Enfermagem cearense, de uma identidade, a educacional. Para tanto, a História objetiva produzir conhecimento por meio do exercício da explicação racional, exigindo do historiador uma curiosidade voltada para o conhecimento do outro, uma disposição para o encontro do inesperado, uma abertura ao que é diferente e uma prática de tolerância. Na compreensão de Delgado (2006, p. 56), isso se entende como “reconhecer o passado é também, na dinâmica da História, construir conhecimento, defender o presente e resguardá-lo como matéria-prima para o futuro”.

Ao se estudar sobre a pesquisa histórica, observamos a divisão do Campo Histórico em áreas mais específicas, constituindo uma questão complexa de entendimento, uma vez que habitualmente a pesquisa histórica é dividida em dimensões, abordagens e domínios. De certo modo, as três ordens de critérios correspondem a divisões na História, respectivamente, relacionadas a teorias, métodos e temas (BARROS, 2009). Quanto às dimensões/teorias, essa dissertação se insere no campo da História das Ciências, das Profissões e das Instituições Escolares. Também, podemos dizer que ela se ajusta ainda a seara da História Social<sup>10</sup>, pois se escreve sobre o referido tema “reestruturando-o dentro do seu ambiente social mais amplo” (BARROS, 2009, p.97). Neste caso, o percurso educacional de formação da Enfermeira cearense considerando os contextos sociopolítico, educacional e de saúde do Estado e do País nas épocas reconstituídas (1943-1977). Como podemos perceber, utilizando o entendimento de Barros (2004, p. 182) “as dimensões são sempre macro-campos capazes de produzir interfaces mais diversificadas, e de darem margem a um número significativo de obras historiográficas”.

Quanto ao âmbito das abordagens/métodos, também é Barros (2009; p.97) que nos esclarece, que, neste setor, a História pode ser compreendida por meio do campo de observação com que os historiadores trabalham ou quanto ao tipo de fontes e modos de tratamento das fontes empregadas pelo historiador, ou seja, ele se refere aos modos e métodos de fazer a História. Relativo aos modos e métodos de fazer a História, nos pautamos na corrente historiográfica da Nova História, antes citada e tema abordado detidamente no capítulo 4, intitulado “*História e Memória: nossa fundamentação teórica e conceitual*”, uma vez que evidenciamos que o conceito de História foi objeto de mudanças, simultaneamente, ao surgimento de distintas propostas para a sua escrita.

---

<sup>10</sup> Nas décadas de 1930 e 1940, a designação história social aparecia vinculada a uma abordagem culturalista, com ênfase nos costumes e tradições nacionais, em geral ligada ao pensamento conservador e produzida relativamente à margem das posições acadêmicas mais prestigiosas específicas dos historiadores. Na década de 1950, a história social é reivindicada por diversos historiadores em sentido mais restrito como abordagem capaz de recortar um campo específico de problemas a serem formulados pela disciplina histórica. Foi nesse período e na década seguinte que uma história social, enquanto especialidade se constituiu no interior desta nova postura historiográfica, a História Nova, que começa a se tornar hegemônica. Desenvolvem-se nesse período na Inglaterra a história social do trabalho e do movimento socialista, onde a ação política coletiva se constituiria em seu principal objeto. Na França, sob a égide de Ernest Labrousse, formulavam-se como problema central da história social, os modos de constituição dos atores históricos coletivos e de suas relações que conformavam as estruturas sociais. As relações entre estrutura, conjuntura e comportamento social definiram, assim, o campo específico a ser recortado. No Brasil, nessas décadas é marcante a influência da história econômica e social especialmente na Universidade de São Paulo. Do ponto de vista metodológico, a história social, nas décadas de 1960 e 1970, esteve fortemente marcada, como de resto toda a historiografia, por uma crescente sofisticação de métodos quantitativos para a análise das fontes históricas. Especificamente, na década de 1970, historiadores italianos propõem a redução máxima da escala de análise, denominando de micro-história, onde se procuraria ir além da interpretação para tentar formular explicações históricas. No Brasil, com a expansão e consolidação dos cursos de pós-graduação, a partir da década de 1970, ocorre o desenvolvimento de pesquisas com a história social, especificamente, a história social da família, a história social do trabalho e a história social do Brasil Colonial e da escravidão. [CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.45-60.]

No concernente ao campo dos domínios ou temas da História, Barros (2009; p.101) esclarece que eles são de número indefinido, uma vez que se referem aos campos temáticos escolhidos pelos historiadores, podendo ser agentes históricos, ambientes sociais, ou objetos de estudo. Neste estudo, podemos assinalar que ele faz parte dos domínios da História da Educação, uma vez que abrange especificamente o percurso educacional de formação da Enfermeira cearense, por meio da reconstituição da trajetória da EESVP. Os estudos históricos que abrangem instituições de ensino, assim como estabelecimentos hospitalares e movimentos associativos da Enfermagem, consoante Carrijo e Leite (2011, p.196), contribuem para o arsenal de estudos já produzidos sobre a Filosofia e a História da Educação brasileira.

### 3.3 Fontes de dados da pesquisa<sup>11</sup>

Na pesquisa histórica, a *fonte* de dados aufere uma importância fundamental, uma vez que se trabalha com o passado. Pensando assim, este estudo se utilizou de cinco fontes históricas distintas para coleta de dados. Foram elas:

- 1.223<sup>12</sup> artigos noticiosos oriundos, predominantemente<sup>13</sup>, do jornal **O Nordeste** sobre a EESVP e acerca dos contextos de saúde e de educação superior no período de 1940 a 1967 (técnica de coleta de dados: Estudo Documental);
- 23 volumes manuscritos existentes na Sala de História Eclesiástica do Ceará do Seminário Provincial da Prainha, sobre a EESVP e a respeito dos contextos de saúde e de educação superior, no período de 1943 a 1977 (técnica de coleta de dados: Estudo Documental);
- documentos institucionais das Universidades Estadual e Federal do Ceará sobre a EESVP e relacionados à formação da enfermeira nessas instituições, no período de 1943 a 1977 (técnica de coleta de dados: Estudo Documental);
- documentos, sobretudo, fotográficos, presentes nos acervos privados de algumas das enfermeiras entrevistadas (técnica de coleta de dados: Estudo Documental); e
- 29 relatos de enfermeiras testemunhas dessa trajetória de formação e ensino da EESVP (técnica de coleta de dados: História Oral Temática).

---

<sup>11</sup> Para conhecer, pormenorizadamente, as fontes históricas utilizadas nesta investigação, ver Apêndice E.

<sup>12</sup> No decênio de 1940, foram selecionados 567 artigos noticiosos; no decênio de 1950, 290 reportagens e de 1960 a 1967, 366 matérias.

<sup>13</sup> A presença no texto das análises dos dados de artigos noticiosos de outros periódicos ocorre em razão da existência de um copilado de artigos noticiosos sobre a EESVP, suprido e doado pela entrevistada Maria Walquíria do Albuquerque Sacramento.

A utilização de variados tipos de fontes visou, sobretudo, ao rigor científico e à creditação/veracidade da reconstituição histórica a ser feita, assim como a nossa compreensão de que o reconhecimento dos lastros do que passou é um dos principais suportes da consciência histórica e, como tal, não pode se perder, fazendo-se necessário captá-lo por meio da análise das diversas fontes existentes.

Nessa investigação, nos fundamentamos nos conceitos de fonte histórica elaborados por autores como Silva e Silva (2009) e Bezerra (2012), que a consideram como tudo aquilo que situa o historiador diretamente em contato com o seu problema que versa obrigatoriamente sobre o passado num tempo e espaço delimitados. No nosso caso, a reconstituição da trajetória de formação e ensino da enfermeira na EESVP, no período de 1943 a 1977. Barros (2009, p.63) ainda esclarece que a fonte histórica pode preencher uma destas funções: ou ela é o “meio de acesso aqueles fatos históricos que o historiador deverá reconstruir e interpretar” - como, os artigos noticiosos do **O Nordeste**, os volumes manuscritos do arquivo eclesiástico do Seminário Provincial da Prainha e os documentos institucionais sobre a EESVP das Universidades Estadual e Federal do Ceará, bem como os doados pelos sujeitos entrevistados -; ou ainda ela mesma “o próprio fato histórico”, - no nosso caso, reconstituído por meio dos relatos das enfermeiras, como depoimentos sobre uma época.

O conceito de fonte histórica empregado aqui, também se ancora no entendimento de Arostegui (2006), quando sistematiza uma taxonomia das fontes históricas<sup>14</sup>, aplicando critérios muito variados relacionados com a natureza interna das fontes e não meramente com a forma em que são lidas. Com base no entendimento desse autor, as fontes históricas utilizadas nesta pesquisa são consideradas quanto ao critério posicional, como diretas e indiretas; com relação ao critério intencional, há fontes testemunhais (intencionais) e não testemunhais (não-intencionais); concernente ao aspecto qualitativo, predominam as fontes culturais; quanto ao critério formal-quantitativo, prevalecem as fontes não seriadas.

Entendemos, também, como André (2005, p.17-19), quando assinala que o definidor do tipo de estudo é o conhecimento que dele advêm, e nos ancoramos na citação que essa estudiosa faz de Merriam, ao informar que

o conhecimento produzido deve primar pela sua particularidade (quando focaliza um fenômeno particular), pela descrição densa (descrição completa e literal da situação investigada), pela heurística

---

<sup>14</sup> Para melhor compreensão sobre essa classificação consultar Capítulo 8: O processo metodológico e a documentação histórica, na obra *A pesquisa histórica: teoria e método*, do referido autor.

(a investigação ilumina a compreensão do leitor sobre o fenômeno estudado) e pela indução (descoberta de novas relações e conceitos).

Com o conceito de fonte histórica definido e esclarecido e conseqüentemente, com a adoção dessa compreensão pelas pesquisadoras, abordaremos a seguir os critérios de escolha, portanto, de inclusão e uso destas fontes na pesquisa, seus tipos (impressas, documentais e orais) e as técnicas de coleta de dados utilizadas mediante a natureza do material indicado. De antemão, fazemos novamente o registro da atuação do grupo de professoras/pesquisadoras e bolsistas envolvidos na pesquisa, sobretudo na coleta e organização primária dos dados<sup>15</sup>.

### 3.3.1 Fontes impressas e documentais<sup>16</sup>

Nesta etapa de coleta de dados, fizemos um levantamento e analisamos 1.223 artigos noticiosos do jornal **O Nordeste** nas hemerotecas da Biblioteca Pública Estadual Governador Menezes Pimentel (BPEGMP) e do Seminário Provincial da Prainha, bem como de 23 volumes manuscritos da Sala de História Eclesiástica do Ceará do Seminário Provincial da Prainha. Foram avaliados documentos compreendidos entre as décadas de 1940 e 1970, que estivessem relacionados com a EESVP, bem como com os contextos de saúde e de educação superior. Em seguida, nas coordenações dos cursos de Enfermagem das Universidades Estadual e Federal do Ceará, fizemos um levantamento<sup>17</sup> e analisamos os documentos relacionados a formação da enfermeira na EESVP.

A primeira etapa de mapeamento e coleta de dados nas fontes impressas e documentais assinaladas se constituiu em um estudo que definimos como do tipo documental, uma vez que, “realizou-se sobre materiais que se encontravam elaborados, mas que não haviam recebido tratamento de análise e síntese” (SANTOS, 2003; p.172).

O material, objeto do estudo documental, pode ser classificado conforme a natureza de sua importância para o estudo<sup>18</sup> (TRUJILLO FERRARI, 1982), a fonte (RAMPAZZO, 2004) entendida como a origem do documento, ou o tipo de documento

<sup>15</sup> Silvia Maria Nóbrega-Therrien, Rafael Souza Ferreira (Bolsista IC/FUNCAP), Emanoela Therezinha Bessa Mendes (PPGE/FUNCAP), e Pedro Mansueto Melo de Souza (Bolsista PIBIC/CNPq).

<sup>16</sup> A expressão ‘fonte impressa’ se refere ao itinerário jornalístico especificamente (LUCA, 2006), como fonte documental, que albergaria todas as outras formas materiais e não orais de fontes históricas (BACELLAR, 2006). [LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes Históricas. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111-153; BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes Históricas. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 23-79]

<sup>17</sup> Professora Silvia Maria Nóbrega-Therrien e os alunos, Rafael Souza Ferreira e Emanoela Therezinha Bessa Mendes.

<sup>18</sup> Grifos da autora.



(LAKATOS e MARCONI, 1991). Ressaltamos mais uma vez que consideramos como fontes para este estudo documental, os artigos noticiosos do jornal **O Nordeste**, os volumes manuscritos presentes no arquivo eclesiástico da Sala de História Eclesiástica do Ceará do Seminário Provincial da Prainha, os documentos institucionais sobre a EESVP presentes nas Universidades Estadual e Federal do Ceará e os documentos presentes nos acervos privados dos sujeitos entrevistados. Quanto à natureza de importância das fontes desta investigação, identificamos os documentos a serem mapeados, como de primeira mão (fonte primária), pois eram inéditos e foram por nós identificados, organizados e analisados conforme os objetivos desta proposta de investigação; quanto à fonte, ainda podemos acrescentar que, como oriundos de arquivos privados (das Universidades Estadual e Federal do Ceará e acervos dos sujeitos entrevistados) e públicos (Biblioteca Pública Estadual Governador Menezes Pimentel); e ainda quanto ao tipo de documento, como documentos escritos (documentos oficiais, documentos jurídicos, publicações administrativas, documentos particulares, jornais) e outros (incluindo iconografia, fotografia). Como se pode perceber o documento é uma fonte material de informações, “na qual sua materialidade não se restringe apenas a papéis”(LAKATOS e MARCONI, 1991; p. 178-182) ela o transcende<sup>19</sup>.

Ainda quanto à natureza de sua importância, Duffy (2008) pontua que as fontes primárias podem ser subclassificadas em fontes primárias deliberadas ou fontes primárias inadvertidas. Nesta investigação, os artigos jornalísticos noticiosos, os volumes manuscritos do arquivo eclesiástico do Seminário Provincial da Prainha e os documentos institucionais sobre a EESVP das Universidades Estadual e Federal do Ceará são considerados como fontes primárias inadvertidas, pois foram criadas para servir às práticas e necessidades de uma época, não necessariamente aos objetivos da pesquisa; mas, ao longo do mapeamento de dados, inclusive com a realização das entrevistas temáticas<sup>20</sup>, encontramos documentos considerados como fontes primárias deliberadas, uma vez que envolveram tentativas intencionais com vistas a preservar evidências para o futuro sobre a EESVP<sup>21</sup>, incluindo nesse contexto, as memórias, os

---

<sup>19</sup> Le Goff (1994; p.542) esclarece que a utilização de documentos de maneira crítica inicia-se no final do século XVII quando Don Jean Mabillon publicou a obra *De re diplomatica*, ocorrendo o apogeu do uso de documentos nas pesquisas historiográficas com a ascensão da escola positivista, sendo seu conceito ainda restrito a textos. Com o desenvolvimento da História Nova, amplia-se o conceito de documentos, abrangendo também os documentos não escritos, mas ilustrados, auditivos, visuais ou de qualquer outra natureza, alcançando o máximo de sua utilização em 1960, período que coincide com a revolução documental e tecnológica e com o surgimento da história quantitativa, serial. A partir de então, a memória coletiva valoriza-se, instituindo-se em patrimônio cultural. [LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: \_\_\_. *História e Memória*. 3 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994. p. 535-549].

<sup>20</sup> Realizadas pelo conjunto de professoras pesquisadoras e bolsistas do grupo de pesquisa do Projeto maior, entre eles a autora do trabalho.

<sup>21</sup> Acondicionadas no CEDIMEN, fundado pelas professoras pesquisadoras já citadas, com incentivo do Projeto maior aprovado pelo Edital Universal/CNPq.

discursos, as fotos, os livros didáticos usados na época, e os catálogos de recorte de jornais.

Há uma fértil literatura, que evidencia as vantagens e desvantagens do estudo do tipo documental. Para Rampazzo, (2004; p.52) “apresenta como vantagens: os documentos se constituírem em uma fonte rica e estável de dados; a análise documental exigir apenas disponibilidade de tempo, tornando-se significativamente baixo o custo da pesquisa, comparado ao de outros tipos de pesquisa”. Quanto às desvantagens, Lakatos e Marconi (1991) e Santos (2003) assinalam que este tipo de pesquisa apresenta falta de representatividade, risco de subjetividade quanto à interpretação dos documentos, veracidade/qualidade dos escritos, podendo ser inexatos, incompletos, distorcidos ou até errôneos. Quanto a estas desvantagens elencadas pelos autores citados, Pinsky (2006, p. 63) adverte para a necessidade “de sempre se contextualizar o documento que se coleta”. Em virtude desse alerta, em nosso estudo, sempre que possível, realizamos uma breve contextualização que entendemos pertinente abordando os contextos político, educacional e de saúde da época, evidenciando trazer mais clareza às análises.

É importante ainda considerar a lembrança de Le Goff (1994; p.547-548), quando assinala que “o documento é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder, pois o documento resulta do esforço das sociedades históricas, para impor ao futuro, determinada imagem de si próprias”. Nesse sentido, ainda para o autor deve-se inseri-los nos conjuntos formados por outros monumentos, explicar as condições de sua produção e as relações de poder que permeiam o documento/monumento (LE GOFF, 1994; p. 553). Entendemos que essa lembrança é conexa para mantermos os cuidados que se exigem de todo estudo que se pretende científico.

### 3.3.2 Localização das fontes impressas e documentais utilizadas na pesquisa

Por desenvolvermos uma pesquisa de abordagem histórica, entendemos ser pertinente a compreensão da natureza histórica e ideológica das fontes de dados utilizadas. Pensando assim, neste tópico buscamos construir a identidade das fontes impressas e documentais usadas. Para tanto, dicorremos a seguir sobre o Seminário Provincial da Prainha, em seguida sobre a Biblioteca Pública Estadual Governador Menezes Pimentel, por se constituírem nos espaços institucionais onde grande parte das fontes históricas impressas e documentais utilizadas nesta pesquisa foi localizada. Concomitantemente, comentamos sobre o jornal **O Nordeste**, os volumes manuscritos

do Seminário Provincial da Prainha encontrados e selecionados para este estudo e acerca dos documentos institucionais localizados nas universidades (UFC e UECE), por se constituírem, propriamente, em nas fontes históricas impressas e documentais desta investigação. Desse modo, deixamos implícito neste exercício escrito as contribuições das fontes históricas, bem como as suas limitações.

### 3.3.2.1 Seminário Provincial da Prainha

O Seminário Provincial da Prainha é uma instituição católica de formação eclesiástica da Arquidiocese de Fortaleza, que serve a diversas dioceses, ordens e congregações religiosas para a formação de padres, religiosos e leigos. Está situado no centro histórico da cidade de Fortaleza, na confluência das avenidas Dom Manuel e Monsenhor Tabosa, junto à Praça do Cristo Redentor, no antigo bairro Outeiro da Prainha. O prédio é contíguo à Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Prainha e os dois edifícios compõem um conjunto arquitetônico de interesse histórico e artístico na cidade, tombado em 20 de fevereiro de 2006, pelo Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará<sup>22</sup>.

O Seminário da Prainha foi fundado como Seminário Episcopal do Ceará, no dia 10 de dezembro de 1864, por Dom Luís Antônio dos Santos, primeiro bispo de Fortaleza. No início, deveria servir como um colégio para órfãos, mas a proposta não foi levada adiante e o Seminário se tornou uma escola católica para homens. (PASQUIER, s/d) Durante muitos anos, o Seminário funcionou como um dos principais pilares da educação no Ceará. Em seu pátio, figura um painel em azulejos portugueses com os nomes de antigos alunos e professores, revelando o estilo neoclássico da arquitetura do século XIX. Na transcrição de Jucá (2008, p.476), denota-se a valoração que o Seminário da Prainha tinha entre os cearenses:

Durante muito tempo, o certificado de permanência por alguns anos [no Seminário] garantia ao seu usuário o reconhecimento público de uma formação abalizada, possibilitando-lhe o ingresso num mercado de trabalho privilegiado no serviço público.

O Seminário, desde sua fundação, até o ano de 1963, ficou sob a responsabilidade dos lazaristas, que já tinham sob sua direção o Seminário do Caraça, em Santa Bárbara/Minas Gerais. Mais tarde, o Seminário Episcopal do Ceará passou a denominar-se Seminário Provincial da Prainha, sendo, a partir de então, considerado importante centro de formação do clero no chamado processo de romanização da Igreja Católica<sup>23</sup> no Brasil.

---

<sup>22</sup> Informações obtidas em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Semin%C3%A1rio\\_da\\_Prainha](http://pt.wikipedia.org/wiki/Semin%C3%A1rio_da_Prainha). Esta página fora modificada pela última vez à(s) 11h52min de 21 de fevereiro de 2011. Acesso em 15/04/2012.

<sup>23</sup> A romanização da Igreja Católica, que se refere à tentativa de evangelização da sociedade nos moldes dos ideais medievais, ocorreu no Brasil a partir do ano de 1889, com a instauração da República e a institucionalização da

Somente após o surgimento das escolas de educação superior, sobretudo na fase de implantação da Universidade Federal do Ceará, o Seminário perde a imponência desfrutada em um longo período de existência (JUCÁ, 2008; p. 494). Em 2 de fevereiro de 1967, o arcebispo de Fortaleza, Dom Delgado, criou o Instituto Superior de Cultura Religiosa (ISCRE), na sucessão do Seminário da Prainha. Em 1968, transmuta-se o ISCRE para Instituto de Ciências Religiosas (ICRE). Em 1971, foi criada a Faculdade de Filosofia de Fortaleza, extinta alguns anos mais tarde. Desde 2002, o Seminário abriga o Instituto Teológico Pastoral do Ceará (ITEP).

Com suporte nas considerações apresentadas sobre um pouco da história do Seminário Provincial da Prainha, salientamos o significado cultural e simbólico deste instituição para a história da educação, não apenas cearense, mas também no contexto regional, por se responsabilizar pela formação de muitos jovens de estados circunvizinhos ao Ceará.

Na Sala de História Eclesiástica do Ceará do Seminário Provincial da Prainha, foi onde encontramos os exemplares do jornal **O Nordeste** e os volumes manuscritos que referenciam em algumas de suas notas o estabelecimento das Irmãs da Caridade, ou Irmãs Vicentinas, no Ceará e a existência da EESVP. É ideia defendida por Cavalcante (2008; p.540) a de que “a utilização do jornal na pesquisa histórica é uma fonte privilegiada de pesquisa, por ser uma oficina onde se processam a fundição de saberes diversos, ações de múltiplos sujeitos e acontecimentos em diferentes escalas espaciais e temporais”<sup>24</sup> A autora ainda esclarece que o jornalismo deve ser visto como “um lugar de encontro de fontes escritas, orais e imagéticas”. Bandeira (2005, p.146), nesse sentido ainda acrescenta que o uso do jornal na pesquisa qualitativa “é uma metodologia em desbravamento e um campo pouco explorado na área da educação”, como é o caso do nosso estudo.

---

laicização do Estado. O auge deste modelo aconteceu no Brasil durante a Era Vargas, sendo cristalizado na história com a inauguração da estátua do Cristo Redentor no Corcovado/RJ, em 1931 (NOGUEIRA, s/d). Diante de um desenvolvimento ascendente de um catolicismo popular, liderado por beatos, beatas, rezadores, “monges”, capelães, carismáticos; o episcopado e o clero fiéis seguidores do Concílio Vaticano I, por considerarem essa prática uma negação do catolicismo romano, não aprovam esse catolicismo popular e estabelecem o processo de “romanização” do povo. A fundação da Diocese do Ceará é um exemplo do processo de romanização da Igreja Católica no Brasil. (SILVA, 2011) [NOGUEIRA, Alex de Oliveira. Igreja Católica e os Ideais de Romanização: uma reflexão das posições de Frei Carlos Maria, diante do quadro religioso e político-social da paróquia de Tomazina, entre os anos de 1970 a 1979. s/d. Disponível em <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/st11/Nogueira,%20Alex%20de%20Oliveira.pdf> Acesso em 15/04/2012; SILVA, Josier Ferreira da. Estado, Igreja, Educação: ideais políticos e culturais em conflito sob o sistema de Padroado. In: CAVALCANTE, Maria Juraci M; QUEIROZ, Zuleide Fernandes de; ARAUJO, Jose Edvar Costa de; HOLANDA, Patrícia Helena C. *História da Educação Comparada: discursos, símbolos da Educação Popular, Cívica e Religiosa*. Fortaleza: Edições UFC, 2011. p.64-81.]

<sup>24</sup> Cavalcante ainda nos esclarece que o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica foi feito, de forma pioneira, no Brasil, por Gilberto Freyre, nos seus clássicos *Casa Grande e Senzala* e *Sobrados e Mocambos*, assunto sobre o qual o autor se debruçará especificamente em duas publicações posteriores, *O escravo em anúncios de jornais brasileiros do século XIX e Retalhos de Jornais Velhos*. (CAVALCANTE, 2008; p. 552) [CAVALCANTE, Maria Juraci M. O Jornal na História: lugar do encontro de fontes escritas, orais e imagéticas. In: CAVALCANTE, Maria Juraci M; QUEIROZ, Zuleide Fernandes de; VASCONCELOS, JUNIOR, Raimundo Elmo de Paula; ARAUJO, Jose Edvar Costa de. *História da educação – vitrais da memória: lugares, imagens e práticas culturais*. Fortaleza: Edições UFC, 2008. p.540-559.]

Ao lidarmos com documentos de hemerotecas, conforme Luca (2006, p.142) “devemos atentar para as características de ordem material do impresso, assenhorar-se da forma de organização interna do conteúdo, identificar o grupo responsável pela publicação, seus principais colaboradores, o público a que se destinava, suas fontes de receita e caracterizar o impresso com a problemática escolhida”. Complementa o pensamento do autor, Calixto (2002), ao alertar para a ideia de que o jornal é instrumento veiculador de ideologias que se fazem às ocultas das relações políticas e sociais externadas. No seu entendimento,

De fato, os jornais são impregnados de ideologias. Contudo é precisamente nas entrelinhas desse caldo ideológico, que se torna possível ao historiador encontrar os vestígios de evidências, não tão óbvias a primeira leitura que amiúde, possibilitem a compreensão do fenômeno histórico estudado. (CALIXTO, 2002; p.234).

O jornal **O Nordeste**, assim como os Círculos Operários Católicos, o Centro Social Arquidiocesano, a Ação Católica e a União dos Moços Católicos, serviu para disseminar os interesses católicos, como o anticomunismo, antiliberalismo e a manutenção das oligarquias decaídas, agregadas à Liga Eleitoral Católica (LEC), na política do Estado, em substituição a outro periódico, o **Correio do Ceará**, que a princípio foi lançado como órgão religioso ligado a Arquidiocese de Fortaleza, mas que em decorrência do interesse que na época despertavam os acontecimentos mundiais, em torno da Primeira Grande Guerra, lhe deu as condições necessárias para evoluir como um órgão de comunicação independente, desligado de compromissos com grupos de opinião (FARIAS, 1998 e ALVEZ, 2010). **O Nordeste** foi um periódico de circulação diária, criado em 29 de junho de 1922, por Manuel Antonio de Andrade Furtado, Vasco Furtado, José Martins Rodrigues e Luis Sucupira, no formato 46 x 35cm, que serviu como instrumento para difusão das diretrizes e princípios católicos durante 45 anos (NOBRE, 2006), até junho de 1967.

Seus principais redatores foram Manuel Antonio de Andrade Furtado e José Martins Rodrigues. A redação e as oficinas se situavam a rua Coronel Bezerril, nº 181 (ALVEZ, 2010). Conforme Sampaio e Costa (1972; p.182), o êxito deste jornal decorreu do empenho do Monsenhor Tabosa Braga, que recorreu tanto as famílias católicas da Capital quanto do restante do Estado para que assinassem o dito jornal; que conforme os autores, era dotado de “excelentes redatores”. A escolha dessa gazeta como fonte de informações para a referida pesquisa ocorreu em virtude deste ser justamente o mais antigo jornal de circulação diária fiel ao ideal católico existente na Capital, afinal era dirigido por membros da Diocese Católica. Com base nessa

informação presuponos que o referido periódico noticiaria com maior persuasão os acontecimentos e as concretizações das irmandades católicas, como ocorre com a Sociedade São Vicente de Paulo, instituição mantenedora da EESVP.

O Jornal **O Nordeste**, desde sua criação, era um diário que possuía circulação vespertina, de segunda à sábado. Em 1947 foi reduzido no número de páginas publicadas de oito para quatro, em virtude da crise do papel que assolava o comércio à época, mas conseguiu manter sua tiragem de doze páginas aos sábados (O NORDESTE, 04.02.1947). Além de informar datas e fatos da Cidade, do restante do Ceará e do País, também serviu de instrumento de combate à ideologia comunista disseminando o catolicismo romano. Era comuns em suas laudas *slogans* como estes, 'O NORDESTE: o jornal de sua Fé e religião' (O NORDESTE, 27.08.1940; 29.01.1947) 'Propagai O NORDESTE e vos tornareis apóstolo da boa imprensa! D.A.Lustosa' (O NORDESTE, 29.07.1961). No ano de sua criação, circulavam também, os seguintes periódicos: Correio do Ceará (1915), Diário do Ceará (1920) e Tribuna (1921). Em meados da década de 1960, período em que **O Nordeste** foi extinto, circulavam na Capital cearense os seguintes jornais: Unitário (1905/1935) , Correio do Ceará (1915), Gazeta de Notícias (1927), O Povo (1928), O Estado (1936), e Tribuna do Ceará (1957) (NOBRE, 1974).

Analisando-se o conteúdo da imprensa fortalezense na década de 1960, Alvez (2010) verificou a tendência para informar sobre os fatos locais, de maneira sucinta, por meio das chamadas 'colunas'. As secções com maior desenvolvimento nos diários fortalezenses eram as dos noticiários internacional e nacional, as ocorrências policiais e os acontecimentos esportivos. Na análise dessa autora, foi notado deficiência na cobertura dos acontecimentos da Capital e do Estado, principalmente dos setores econômicos, educacionais e culturais, e também na movimentação de campanhas de interesse coletivo (ALVEZ, 2010; p.9). Especificamente, no jornal **O Nordeste**, observamos, durante seu manuseio, a existência de colunas católicas, de tamanho variável, a depender da magnitude da matéria, e a publicação quinzenal da *Página Operária*. Essa organização, onde acontecimentos católicos eram evidenciados, corrobora para exemplificar como esse periódico servia aos ideais da Igreja Católica.

Bacellar (2006) comenta que as ordens religiosas produziram ao longo séculos documentação bastante rica no Brasil, sendo os mais notórios os da Igreja Católica, mas não lhe sendo assentido o fácil acesso de pesquisadores e estudiosos. Falando sobre os jesuitas, ele assinala:

Os jesuítas, certamente uma das ordens religiosas mais lembradas tem seu acervo no exterior, enquanto os carmelitas mantem o que sobrou de seu acervo histórico reunido em Belo Horizonte. Os beneditinos possuem importante documentação, mas impõe restrições aos pesquisadores. (BACELLAR, 2006; p.39)

Em nosso estudo, o acesso aos arquivos do Seminário foi relativamente fácil<sup>25</sup> e estes foram encontrados de maneira organizada. A infraestrutura da Sala de História Eclesiástica do Ceará do Seminário Provincial da Prainha, entretanto, era o que se encontrava mais deficitária. O lugar onde se realizava a pesquisa era muito escuro e não era adaptado para o seguro manuseio dos documentos, principalmente dos jornais; as janelas que permitiam a ventilação no local traziam, junto com o vento, poeira da avenida e a força do vento que incidia diretamente sobre os jornais. Quando estes eram analisados, era posto sob risco a integridade de suas páginas. Além da desproporcionalidade da infraestrutura da sala de estudo para o manuseio das fontes, referimo-nos também à inadequação dos móveis para o estudo com os jornais. Muitas vezes as pesquisadoras tiveram de se manter em pé durante horas para que tivessem a adequada visualização do jornal e para poderem manuseá-lo com segurança. Quanto ao estado de preservação dos exemplares do jornal **O Nordeste**, contudo, estes estavam em melhores condições de análise na Sala de História Eclesiástica do Ceará do Seminário Provincial da Prainha do que propriamente na hemeroteca da Biblioteca Pública Estadual Governador Menezes Pimentel. Tal característica é consequência do uso obrigatório de máscaras e luvas descartáveis fornecidos pela Instituição Católica aos seus visitantes e pelo treinamento a que as pesquisadoras foram submetidas para manusear adequadamente os documentos, além do constante auxílio e supervisão da bibliotecária.

Acerca dos volumes manuscritos encontrados na Sala de História Eclesiástica do Ceará do Seminário Provincial da Prainha, existiam no período da pesquisa (fevereiro de 2012) 194 volumes, os quais, após avaliação preliminar, elencou-se 35 para uma avaliação mais criteriosa. Analisamos, todavia, apenas 23 desses volumes, pois o restante estava em decurso de restauração. Na avaliação desses 23 volumes, em quatro, foram encontrados dados pertinentes sobre o estabelecimento das Irmãs da Caridade, ou Irmãs Vicentinas, no Ceará; sobre a EESVP e acerca dos contextos de saúde e de educação na época.

---

<sup>25</sup> A Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sílvia Maria Nóbrega-Therrien coordenadora do Projeto maior, já citado, entrou em contato com o padre responsável pelo Seminário. Apresentando-se como pesquisadora, solicitou a consulta à biblioteca e à hemeroteca da Instituição, o que lhe foi autorizado.

**Quadro 01** Listagem dos quatro volumes manuscritos da **Sala de História Eclesiástica do Ceará**, nos quais informações pertinentes para a pesquisa foram encontrados. Fortaleza/CE, 2012 (fev).

CODIGO	CONTEÚDO	Observação
09	Atas do Conselho Arquidiocesano da Arquidiocese de Fortaleza 1941	p.20 Doação do terreno do PNSA às Irmãs da Caridade
21	Atas e Avisos Circulares 1941-1945 vol1	p.154 Circular 36 p.156 Circular 38 p.254 Portaria 44
33	Circulares Dom Ant <sup>o</sup> Almeida Lustosa 1941/1945	p.105-109 (Circular 38)
189	Registro dos principais atos e fatos relacionados com a vida da Arquidiocese de Fortaleza (1/1/1942)	p.7 Sanatório de Messejana p.11 Colônia Ant <sup>o</sup> Justa p.11 As Irmãs Capuchinhas p.19 Santa Casa p.25 Postos Médicos p.31 Doação de propriedades às Irmãs da Caridade p.33 Hospital do Exército p.54 Hospital do Exército

Na Biblioteca da Arquidiocese de Fortaleza Padre Luiz Uchôa, sitiada nas instalações do Seminário, encontramos poucas, porém valorosas fontes históricas, sendo elas, o Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará, elaborado em 1914, em virtude da comemoração do Jubileu de Ouro de sua fundação e a obra de Puglioli (2004). Nas duas fontes, encontramos informações relacionadas à Congregação das Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo. Na primeira, obtivemos informações sobre sua chegada ao Estado do Ceará, suas primeiras instalações e trabalhos assistenciais e educacionais e a sua vinculação com os próprios padres do Seminário como diretores espirituais das irmãs. Enquanto isso, na segunda obra, evidenciamos um apanhado geral das Congregações Femininas Vicentinas no Brasil desde sua chegada até a atualidade, material a ser trabalhado em outras partes da pesquisa maior, recorrentemente mencionada.

### 3.3.2.2 Biblioteca Pública Estadual Governador Menezes

A Biblioteca Pública Estadual Governador Menezes Pimentel (BPEGMP) criada em 25 de março de 1867, como Biblioteca Provincial do Ceará, também serviu de *locus* para coleta de fontes históricas, principalmente para complementação da pesquisa dos volumes do Jornal **O Nordeste** que não existiam a época da pesquisa no Seminário ou teriam seguido para restauração. A BPEGMP funciona, desde 1977, na avenida Presidente Castello Branco. Com a instalação do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, a Biblioteca foi integrada ao complexo cultural, possibilitando assim mais uma entrada para o público. Ocupando uma área de 2.272m<sup>2</sup>, o equipamento possui cinco pavimentos, onde estão distribuídos seus vários setores. A instituição integra a Coordenadoria de Políticas do Livro e de Acervos da Secretaria da Cultura



com a missão de ser o centro referencial de disseminação de informação, cultura, educação e lazer para toda a comunidade cearense, disponibilizando atendimento especializado para deficientes físicos e analfabetos<sup>26</sup>.

Utilizamos-nos das obras dos setores, Ceará e Obras Raras, além da sua Hemeroteca para coleta de dados. Nos setores, Ceará e Obras Raras, realizamos a busca de informações sobre a situação de saúde do estado do Ceará nas décadas de 1940 a 1970, por meio da análise dos almanaques e anuários do Estado, uma vez que escasso material fora colhido na Assessoria de Comunicação da Secretaria de Saúde do Estado e na Biblioteca da Escola de Saúde Pública. A coleta de dados sobre este tema foi fundamental para compreensão do contexto de saúde do Ceará, nas décadas de 1940 a 1970, conforme citado nas entrevistas realizadas e em outros trabalhos oriundos da pesquisa maior.

Também fizemos uso dos exemplares do jornal **O Nordeste** mantidos na hemeroteca dessa instituição, que não existiam ou que estavam em melhores condições de manuseio do que os encontrados no Seminário Provincial da Prainha. Na BPEGMP, também não tivemos dificuldade de acesso às fontes históricas, pelo contrário, seu acesso foi mais facilitado, em razão do horário de funcionamento flexível. Conforme assinalamos anteriormente, contudo, os exemplares do jornal **O Nordeste** deste estabelecimento, na maioria das vezes, se encontravam mais deteriorados do que os do Seminário Provincial da Prainha. Este fato talvez ocorra em virtude do intenso manuseio do periódico e da ausência de normas institucionais que norteiem a manipulação do referido material. Lembramos mais uma vez que uma parte da equipe de bolsistas<sup>27</sup>, já citados e pertencentes ao do grupo de pesquisa GPEHSC e inseridos no Projeto maior, auxiliaram na coleta desses artigos noticiosos.

### 3.3.2.3 Universidade Federal do Ceará

A Universidade Federal do Ceará (UFC) foi um dos locais escolhido para a localizar fontes históricas para esta pesquisa, pois sua história se entrelaçou com a da EESVP nos anos de 1955 a 1975, quando esta foi a ela agregada. É importante assinalar que essa agregação ocorria somente em termos de oficialização de documentação, expedição de diplomas e de utilização de salas de laboratório de Anatomia e Histologia para aulas práticas das alunas de Enfermagem, uma vez que

---

<sup>26</sup> Informações obtidas em <http://www.secult.ce.gov.br/equipamentos-culturais/biblioteca-publica/biblioteca-publica>. Acesso em 15/04/2012.

<sup>27</sup> A saber, Rafael Souza Ferreira (Bolsista IC/FUNCAP), Tatiana do Nascimento Paiva (Bolsista IC/UECE), Talita Silva Rebouças (Bolsista PIBIC/CNPq), Ana Virginia de Souza Rocha (Bolsista PROVIC), e Camila Almada Nunes (Bolsista FUNCAP).

estas ainda permaneciam com seu curso acontecendo nas dependências da EESVP. A agregação, como pudemos confirmar, respondia no mínimo a duas necessidades: por um lado, contemplar as mudanças exigidas pelo MEC no País em suas estruturas de ensino, à época identificadas como de nível superior, juntando as faculdades e escolas isoladas para dar corpo às universidades públicas, e, de outro, respondendo principalmente pelas dificuldades financeiras, pelas quais a maioria destas escolas e faculdades passava, na época, para sua manutenção.

A UFC foi criada pela Lei nº 2.373, de 16 de dezembro de 1954<sup>28</sup>, como Universidade do Ceará<sup>29</sup>, a princípio pela incorporação das Faculdades de Direito (Decreto-Lei nº 8.827 de 24 de janeiro de 1946), Farmácia e Odontologia (Lei nº 1.254 de 4 de dezembro de 1950), Agronomia (Lei nº 1.055 de 16 de janeiro de 1950) e Medicina (Decreto nº 22.397 de 7 de março de 1951). Foi instalada em 25 de junho de 1955. Posteriormente, a Universidade do Ceará foi organizada definitivamente pela Lei nº 2.700, de 29 de dezembro de 1955, em um mosaico universitário com instituições incorporadas (Escola de Agronomia, Faculdade de Direito, Faculdade de Engenharia, Faculdade de Farmácia e Odontologia, Faculdade de Medicina e Faculdade de Ciências Econômicas), agregadas (Faculdade de Filosofia, Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo<sup>30</sup> e Escola de Serviço Social) e isoladas (Escola de Belas Artes e Faculdade de Ciências Políticas e Sociais), cuja anuência ficaria na dependência de parecer favorável do Conselho Universitário e de deliberação do governo federal.

Conforme levantamento sumário, realizado nas unidades de ensino da UFC no ano de 1965 (MARTINS FILHO, 1973; p.111), constatou-se que a UFC se constituiu num pólo cultural de grande importância para uma parcela substancial do Nordeste brasileiro, uma vez que acolheu estudantes de outros estados nordestinos, como Piauí, Maranhão e Rio Grande do Norte.

O curso de graduação em Enfermagem propriamente da Universidade Federal do Ceará (UFC), foi criado em 23 de janeiro 1970, conforme processo nº 595/70, por iniciativa do então Diretor da Faculdade de Medicina, Professor Walter de Moura Cantídio. Em 20 de outubro de 1975, o Ministério da Educação e Cultura autorizou a implantação do Curso de Enfermagem para o ano de 1976, tendo iniciado suas aulas em 1º de março. Para as atividades de implantação, foi composta uma

---

<sup>28</sup> Conforme Sampaio e Costa (1975, p.221), quem primeiro expressou o desejo de ver o Ceará favorecido com a criação de uma universidade foi o professor Antonio Xavier de Oliveira que, em 1944, dirigiu um memorial ao ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema [SAMPAIO, Dorian; COSTA, Lustosa da. Anuário do Estado do Ceará (1975). Fortaleza: Stylus Consultoria de Investimentos, Publicidade e Planejamento. 1975. 659p.].

<sup>29</sup> Conforme a análise dos diplomas de egressas da EESVP, observou-se que a expressão Universidade do Ceará é alterada para Universidade Federal do Ceará a partir de fevereiro de 1966.

<sup>30</sup> Lembramos que a EESVP se manteve vinculada à UFC, como escola agregada, de 1955 até 1975.

comissão de enfermeiras de ensino e serviço, conforme Portaria nº13, de 8 de setembro de 1975 (CAVALCANTE, 2009).

Este curso caracterizou-se por ser voltado prioritariamente para a prevenção, identificado como as necessidades de saúde da população e comprometido com a formação de um profissional polivalente, competidor e crítico da realidade na qual atuaria (BARROSO *et al*, 1992, p.10). Barroso *et al* (1992, p.10) ainda esclarecem que o curso de Enfermagem da UFC inseriu-se entre os onze cursos criados inicialmente nas universidades federais, mediante um movimento nacional de estímulo a institucionalização de cursos da especialidade nas universidades federais onde esse curso não existia, em virtude do número insuficiente de enfermeiros para as necessidades da população. Tal circunstância fora diagnosticada no Plano Decenal de Saúde para as Américas e citada no Documento sobre o Desenvolvimento do Ensino Superior de Enfermagem no Brasil, do MEC, de 1976, cujas recomendações referenciaram a organização do curso de Enfermagem da UFC.

Observa-se que o curso de graduação em Enfermagem da UFC surge durante o período em que a EESVP esteve agregada a essa entidade acadêmica. Sob este aspecto, na ata da 5ª Sessão Ordinária do Conselho Central de Coordenação, realizada no dia 23 de janeiro de 1970<sup>31</sup>, constatamos que a criação do curso de graduação em Enfermagem da UFC foi algo discutido e compactuado entre o Diretor da Faculdade de Medicina da UFC e a Diretoria da EESVP, sendo considerada de bom grado sua fundação, pois a criação deste curso iria contribuir para a valorização da categoria profissional. Além do mais, a UFC pretendia proporcionar uma formação diferenciada daquela oferecida pela EESVP, ainda vinculada à assistência médico-hospitalar com forte influência da doutrina religiosa católica. O maior entrave para a criação do curso de graduação em Enfermagem da UFC, identificado na ata, foi a inquietação externada por alguns de seus conselheiros, dentre eles, Eduardo Sabóia de Carvalho, Pedro Teixeira Barroso e Padre Francisco Batista Luz, quanto ao destino da EESVP. Como esta não fora federalizada e passava por sérias dificuldades financeiras, remediadas quando possível pela UFC, tinha-se a preocupação de que, com a criação do curso de graduação em Enfermagem da UFC, a EESVP passasse a não existir. É bem claro, contudo na declaração do Magnífico Reitor, Fernando Leite, à época, que isso não haveria de acontecer. Ele assim se exprime

“[...] o auxílio à EESVP continuaria a ser observado de acordo com as possibilidades orçamentárias da Instituição [UFC] e até que estas o

---

<sup>31</sup> Documento encontrado nas dependências da Coordenadoria de Planejamento, Informação e Comunicação da referida instituição de ensino superior, em fevereiro de 2011.

permitissem, ou até que se modificassem as relações entre a Universidade e a EESVP". (TRECHO DA ATA DA 5º SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CENTRAL DE COORDENAÇÃO, REALIZADA NO DIA 23 DE JANEIRO DE 1970, p. 12)

Ante uma evolução satisfatória, o Curso de Enfermagem da UFC foi reconhecido pelo Conselho Federal de Educação, sob a Portaria nº1.069 (DOU 29/10/1979), ano de colação de grau da primeira turma de graduados, constituída por 16 discentes<sup>32</sup> (CAVALCANTE, 2009).

No acervo e nas dependências<sup>33</sup> da Coordenação do curso de Enfermagem da Universidade Federal do Ceará, localizado no bairro do Porangabuçu, nada foi encontrado referente à EESVP. As relações com os nomes de concludentes do curso foram por nós elaboradas após a análise dos termos de colação de grau, dos registros de diplomas e dos históricos escolares disponibilizados pela Divisão de Memória e Documentação da UFC, sediada no *Campus* do Pici. Na coleta de dados realizada na UFC, tivemos que lidar com entraves do próprio Departamento de Enfermagem, o que postergou o encontro de materiais valiosos mantidos na Divisão de Memória e Documentação da UFC.

Destacamos o fato de que, na Divisão de Memória e Documentação da UFC, seu acervo encontrava-se majoritariamente digitalizado, contudo anterior à localização de históricos escolares de concludentes do curso de Enfermagem da EESVP em seu arquivo digital, tivemos primeiramente que realizar buscas manuais, por nomes de alunos do curso de Enfermagem da EESVP, nos livros de termo de colação de grau e de registro de diploma no intervalo temporal de 1955 a 1975, para, então, prosseguirmos com a tentativa de encontrar no acervo digital do setor os referidos históricos escolares.

### 3.3.2.4 Universidade Estadual do Ceará

A Universidade Estadual do Ceará é o nosso ponto de chegada, o porto seguro da pesquisa, no sentido em que fecha a trajetória da proposta de nossa investigação, que é reconstituir a história da formação e do ensino de Enfermagem na EESVP de 1943 a 1977. Daí o motivo de tê-la como fonte. A EESVP continua a desenvolver sua função de ensino e de formação da Enfermeira cearense com toda a

---

<sup>32</sup> Foram eles: Ailza Maria Alexandre de Oliveira, Eny de Carvalho Nunes, Grace Anne Matos, Isabel Cristina Furtado, Jesanne Barguil Brasileiro, Luzia Salete de Menezes Pinheiro, Maria Imaculada Ferreira Fonseca, Maria Janete Pinheiro Fernandes, Maria Julia Holanda, Maria do Socorro Moises de Melo, Neiva Francenely da Cunha, Sandra Solange Leite Campos, Sheilah Rejane Andrade do Vale, Sílvia Maria Nobrega Saboia, Simone de Matos Pedrosa e Zélia Maria Estrela de Castro Alves. (BARROSO et al, 1992, p.335) [BARROSO, Maria G T; COSTA, Ligia B; VARELA, Zulene de V. *Documentário: Dez anos do Curso de Enfermagem/UFC (1976-1986)*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1992. 450p.]

<sup>33</sup> Referimo-nos as placas de conclusão das turmas da EESVP.

sua força que incorpora a sua história, até os dias de hoje, quando em maio de 2013 completa 70 anos nessa atividade educativa.

Embora existam documentos<sup>34</sup> que informem da tentativa de criação da Universidade do Estado do Ceará, surge em 1965, quando o então secretário de Educação do Estado, Jáder Figueiredo Correia, questiona Martins Filho, então reitor da Universidade do Ceará, sobre a possibilidade de sua criação para o ano de 1966. é somente, porém, no ano de 1973, que a história da Universidade Estadual do Ceará começa a ser escrita, quando por meio da Lei Estadual nº9.753 de 18 de outubro de 1973 e do Decreto nº10.641 de 28 de dezembro de 1973, o Governo Estadual autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Educacional do Estado do Ceará (FUNEDUCE), cujo escopo básico seria o de dar operacionalidade a essa Universidade. Por meio da Resolução nº2, de 5 de março de 1975, do Conselho Diretor da FUNEDUCE, homologada pelo Decreto Estadual nº1.233, de 10 de março de 1975, a Universidade Estadual do Ceará é criada, incorporando ao seu patrimônio as autarquias de ensino superior estaduais [Escola de Administração do Ceará (1957), Faculdade de Veterinária do Ceará (1962), Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (1967), sediada em Limoeiro do Norte/CE, Faculdade de Filosofia do Ceará (1971)] e mais três escolas de ensino superior existentes na época<sup>35</sup> [Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo (1943), Escola de Serviço Social de Fortaleza (1950), Conservatório de Música Alberto Nepomuceno (1963)], além da Televisão Educativa do Ceará Canal 5, que, conforme Anuário de 1974 (SAMPAIO e COSTA, 1974), ministrava ensino regular de 5º e 6º série d e 1º grau. A Universidade é então instalada no dia 10 de maio de 1977, em solenidade de inauguração no Palácio da Abolição, após obter o Parecer do Conselho Federal de Educação, aprovando o seu reconhecimento, por meio do Parecer nº4.421, de 15 de dezembro de 1976, e reconhecimento presidencial pelo Decreto Federal nº72.172, de 26 de janeiro de 1977. Verifica-se que, embora a solenidade de inauguração da UECE tenha ocorrido nesta data, nos meses anteriores, já haviam sido instituídos o seu Conselho Universitário e o seu Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (MARTINS FILHO, 1979)<sup>36</sup>.

Como anteriormente assinalado, embora a agregação da EESVP a UFC tenha ocorrido entre 1955 e 1975, as alunas continuavam mantendo o seu curso e a maioria de suas aulas sendo realizadas nas dependências da própria escola. Quando

---

<sup>34</sup> Referimo-nos aos artigos noticiosos encontrados no periódico *O Nordeste*, nos exemplares publicados em 10.08.1965, 14.10.1965 e 22.11.1965.

<sup>35</sup> A incorporação das três escolas foi formalizada mediante Resolução nº3/75, de 14 de março de 1975, do Conselho Diretor da FUNECE. (SAMPAIO e COSTA, 1974; p.31) [SAMPAIO, Dorian; COSTA, Lustosa da. Anuário do Estado do Ceará (1974). Fortaleza: Stylus Consultoria de Investimentos, Publicidade e Planejamento. 1974. 544p.]

<sup>36</sup> Por necessidade de adequação às novas exigências administrativas que se evidenciaram nos três primeiros anos de funcionamento, a FUNEDUCE foi transformada em Fundação Universidade Estadual do Ceará (FUNECE), por força da Lei nº10.262, de 18 de maio de 1979 e do Decreto nº 13.252 de 23 de maio do mesmo ano. (CEARÁ, 2010)

da criação da UECE e a incorporação da EESVP a esta universidade, houve de fato uma mudança geográfica de tudo o que pertencia e que se constituía na EESVP. Documentos, móveis, livros de sua biblioteca, quadros das primeiras formandas, peças que compunham o laboratório de aulas práticas de fundamentos de enfermagem, imagens religiosas, etc. A mudança foi de material e também de pessoal. Há relatos sobre as condições dessa mudança e de acondicionamento e transporte de todo este patrimônio que não contribui em nada para a reconstituição de sua história e memória. Podemos assinalar que, na nossa busca na Universidade Estadual do Ceará, poucos documentos sobre a EESVP foram encontrados, estando dispersos na Coordenação do Curso de Enfermagem, destacando-se fluxogramas curriculares variados da EESVP, quanto na Divisão de Diplomas e no setor de Controle Acadêmico do Departamento de Ensino e Graduação da UECE, como as relações com os termos de colação de grau, os registros de diplomas e, novamente, os fluxogramas curriculares variados da EESVP. Mediante a análise destes documentos, fomos fazendo na tentativa de organizar e utilizar os dados, listas com os nomes de egressos, professores e coordenadores do Curso, e de diretores do Centro de Ciências da Saúde desta Universidade, observando nessa reconstituição a faixa temporal estudada, 1975 a 1977. Nessa instituição, não tivemos dificuldade de acesso as suas dependências e documentos, uma vez que o grupo de pesquisa (pesquisadores e bolsistas) é dela própria. O material que existia na Coordenação do curso nos foi cedido para ser analisado e organizado nas dependências do GPEHSC.

### 3.3.2.5 Outras instituições

Também foram visitados, na tentativa de identificar novas fontes de informações para a pesquisa, outros estabelecimentos. Na Fundação Waldemar Alcântara, nas Bibliotecas das Universidades Estadual e Federal do Ceará, no Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, no Centro de Documentação e Biblioteca da Escola de Saúde Pública da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, bem como na Assessoria de Comunicação da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará; localizamos dados sobre o contexto de saúde da época estudada. Na Casa Provincial das Irmãs da Caridade de São Vicente de Paulo, na Associação São Vicente de Paulo, na Catedral Metropolitana de Fortaleza, no Colégio Imaculada Conceição, na Santa Casa de Misericórdia, no Hospital Psiquiátrico São Vicente de Paulo, no Instituto Dr. José Frota, no Hospital Geral Militar de Fortaleza e no Arquivo Público do Estado do Ceará; também recolhemos informações sobre a chegada das Irmãs de Caridade, ao estado do Ceará.

### 3.3.3 Fontes orais: os sujeitos da pesquisa<sup>37</sup>

Concomitantemente à coleta das fontes impressas e documentais, realizamos entrevistas temáticas *a priori* com professoras da EESVP e posteriormente com ex-alunas da EESVP<sup>38</sup>, a fim de agregar estes depoimentos às fontes impressas e documentais, visando à reconstituição da trajetória de formação da enfermeira na EESVP. O critério de escolha dos sujeitos foi, primeiramente, o de enfermeiras que tinham sido docentes da EESVP no período de 1943 a 1977. Na impossibilidade destas, por morte ou doença, alunas egressas da EESVP nos anos assinalados que aceitassem participar da mesma e que tivessem condições intelectuais e de saúde para fornecer seu depoimento. O ano de 1943 corresponde ao marco inicial de criação do Ensino de Enfermagem no Ceará, com a inauguração da EESVP, e o ano de 1977 refere-se ao marco terminal da anexação da EESVP à Universidade Estadual do Ceará com a graduação de sua primeira turma. Destacamos que, após a conclusão da primeira turma de enfermeiras da EESVP, no ano de 1946, algumas alunas desta Escola se tornaram suas professoras. Isso explica o fato de que uma só pessoa entrevistada pôde fornecer informações sobre como ocorreu a sua formação acadêmica, bem assim a respeito de como ocorreu o seu exercício como docente da EESVP.

Para encontrar as fontes orais, foi realizado levantamento preliminar, identificando enfermeiras que foram discentes e professores da EESVP. As informações para a elaboração deste levantamento foram obtidas no Conselho Regional de Enfermagem (COREN-CE), bem como nas placas de conclusão de turma espalhadas pelas duas universidades. De posse do primeiro levantamento sobre os sujeitos a serem entrevistados, foi elaborada uma relação de possíveis participantes do estudo de acordo com os objetivos da proposta, a idade, o estado de saúde e a disponibilidade para a entrevista, configurando o que Meihy (2005) denomina *rede*, compreendida como estratégia de estabelecer parâmetros para decidir sobre quem deve e quem não deve ser entrevistado, ou de quem se entrevistar primeiro, de modo a tornar factível o projeto a ser executado. Utilizamos, assim, uma amostragem intencional, na qual os sujeitos mais idosos tiveram prioridade para o início dos contatos e agendamento da entrevista, seguido do contato direto para explicar a

---

<sup>37</sup> Este escrito em grande parte é uma adaptação do projeto maior *Preservação da Memória da Enfermagem no Estado do Ceará: a história da profissão e o Centro de Documentação* já anteriormente registrado, que foi aprovado pelo Edital Universal do CNPq nº014/2011 no qual esta investigação se insere.

<sup>38</sup> Auxiliaram na realização das entrevistas as professoras/pesquisadoras – Sílvia Maria Nóbrega-Therrien, Maria Irismar de Almeida, Maria Euridéia de Castro e Maria Suêda Costa; e os bolsistas - Rafael Souza Ferreira (Bolsista IC/FUNCAP), Tatiana do Nascimento Paiva (Bolsista IC/UECE), Talita Silva Rebouças (Bolsista PIBIC/CNPq).

pesquisa, apresentar o Termo de Concessão de Direitos e o Termo de Consentimento Livre Esclarecido.

À medida que os sujeitos foram entrevistados, eles indicaram outros para contribuir com a reconstituição desta História. Tal recurso, conhecido como um dos métodos de amostragem não aleatória, nomeado *bola de neve*, onde um participante indica outro até que o círculo se feche ou que os objetivos sejam alcançados, também foi utilizado nesta investigação.

### 3.3.3.1 História Oral: o caminho de constituição de fontes históricas<sup>39</sup>

A fim de conquistar um acesso a aspectos da memória de pessoas e grupos, “cujo desconhecimento comprometeria a efetiva compreensão de um problema mais geral” (BARROS, 2004, p.189), optamos pela História Oral<sup>40</sup> como técnica de constituição de fontes para o estudo sobre a trajetória de formação da enfermeira cearense. Conforme Alberti (2006; p.155), a História Oral permite o registro de testemunhos de experiências e modos de vida de variados grupos sociais e o acesso a ‘Histórias dentro da História’ e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado.

A História Oral “tem como matéria a memória” (MONTENEGRO, 1994; p.151) e consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram, ou que testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente, “permitindo o estudo das formas como as pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas” (ALBERTI, 2006; p.155 e 165).

A História Oral é identificada por diferentes autores, ora como método, as vezes como técnica, noutras ocasiões como disciplina, a partir de sua importância e de sua inserção no planejamento da pesquisa como produção do conhecimento. Conforme Rodrigues (2007, p.45), a matéria é polêmica, porque o próprio conceito de História Oral é objeto de controvérsias, sendo vista por alguns como técnica de

---

<sup>39</sup> Praticamente todo este escrito faz parte do Projeto maior aqui já devidamente comentado e assinalado.

<sup>40</sup> A História Oral é tão antiga quanto à própria História, atribuindo-se a Heródoto a criação deste método. (LUCHESE e LOPES, 2011) Contudo, a sua versão moderna emergiu somente após a Segunda Guerra Mundial, mais precisamente 1948, após a invenção do gravador a fita. Neste ano, formou-se a *Columbia University Oral History Research*, por Allan Nevins e Louis Starr, em Nova York-EUA, sendo as primeiras experiências registradas por meio de entrevistas realizadas a princípio com lideranças políticas, envolvendo grandes empresários e representantes dos meios de comunicação, que é contrabalançada pela publicação *A voz do passado*, de Paul Thompson. No Brasil, a História Oral chega, em 1970, com o I Curso Nacional de História Oral, organizado pelo subgrupo de História Oral do Grupo de Documentação em Ciências Sociais, formado por representantes da Biblioteca Nacional, do Arquivo Nacional, da Fundação Getúlio Vargas e do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação; contudo, foi, sobretudo a partir da década de 90 que a História Oral passou a ser incorporada ao meio universitário em diversos pontos do país. (ALBERTI, 2006 e JUCÁ, 2011) [ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes Históricas. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006. p.155-202 e JUCÁ, Gisafran N. M. A Oralidade dos Velhos na Polifonia Urbana. 2 ed. Fortaleza: Premium, 2011. 153p.]



pesquisa, para outros como metodologia e, ainda, na qualidade de simples instrumento de coleta de dados.

Considerada como método, a História Oral é “[...] uma forma de recuperação do passado conforme concebido pelos que o viveram [...]” (ALBERTI, 1990, p.13). Este método, por si, não constitui em si mesmo um fim, mas é antes um meio de conhecimento (ALBERTI, 1990). No entendimento de Meihy (2005, p.24), a História Oral como método

[...] é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e continua com a definição de um grupo de pessoas (ou colônias) a serem entrevistadas, como planejamento da condução das gravações, com a transcrição, com a conferência do depoimento, com a autorização para o uso, arquivamento e, sempre que possível, com a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas.

A História Oral feito método apenas estabelece e ordena os procedimentos de trabalho, referindo-se aos tipos de entrevista e transcrição e a influência do contato entrevistado/entrevistador. Portelli (1997), entretanto, considera que o que interessa acerca da História Oral não é a sua classificação teórico-metodológica, mas o significado desta:

A História Oral mais do que falar sobre eventos, remete a significados, a subjetividade dos narradores, a recuperação do vivido, segundo a concepção de quem o vivenciou. Através dela equacionam-se as relações entre passado e presente, ao se explorar os nexos entre Memória e História na tentativa de fornecer um sentido de utilidade prática, pública e imediata ao que é estudado, compreendendo o passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado (PORTELLI, 1997; p.13-49).

Para Ferreira (2002; p. 326-327), numa avaliação mais detida do campo da História Oral permite-se perceber duas linhas de trabalho que, embora não excludentes, revelam perspectivas distintas. A primeira delas utiliza a denominação História Oral e trabalha prioritariamente com os depoimentos orais como instrumentos para preencher as lacunas deixadas pelas fontes escritas. A outra perspectiva da História Oral é aquela que privilegia o estudo das representações e atribui papel central às afinidades entre Memória e História, procurando realizar uma discussão mais refinada dos usos políticos do passado. A entrevista é colocada no centro da pesquisa, sendo os acontecimentos históricos estudados com suporte nas testemunhas desses acontecimentos.

Nesta proposta de investigação, optamos pela primeira perspectiva de trabalho, o seu uso na complementação das fontes impressas e documentais, pois

‘uma discussão mais refinada dos usos políticos do passado’ e ‘o estudo das representações’ ultrapassam os objetivos dessa investigação e exigem mais tempo para ser desenvolvida e para a compreensão de outras categorias de análises, como a de representação social.

Na busca de uma convergência de relatos sobre um mesmo acontecimento ou a respeito de um período do tempo, a História Oral se torna um “mecanismo de registro da experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade” (QUEIROZ, 1988; p.19). Rodrigues (2007) elenca ainda como potencialidades do trabalho com a História Oral, como técnica de coleta de dados, a interatividade do entrevistado com o entrevistador, a vantagem de oferecer oportunidade de expressão aos que não se manifestaram em documentos oficiais, e a possibilidade de oferecer ao pesquisador a possibilidade de observar a linguagem corporal do informante.

Para a utilização da História Oral, contudo, faz-se ainda necessário atentar para os seus limites. Entre eles se encontram sua aplicabilidade em épocas contemporâneas, ou seja, História do tempo presente; o predomínio da subjetividade; e as influências do transcritor da entrevista (DELGADO, 2006). Jucá (2011; p.41-42) alerta para a noção de que o seu emprego de maneira leviana pode ainda fazer com que os elementos transmitidos pela Memória sejam apurados pelo senso crítico do historiador, “destruindo o valor da informação espontânea, presente nos relatos obtidos”. Há, ainda, segundo Haguette (1992), a falsa concepção de que tudo o que é oral, gravado e preservado pode ser considerado História Oral.

Para tanto, evidenciamos que as dificuldades no seu manuseio, são passíveis de controle ante a riqueza informativa e interpretativa de História Oral e o emprego da triangulação das informações oriundas das fontes escritas em torno de observações e memórias de pessoas (BRAGA, 2000). Nesta perspectiva, Jucá (2001; p.16) infere que as diferenças e limitações presentes em ambas, as situam num nível de “complementaridade metodológica”. A constante articulação entre o social e o individual, também constitui estratégia de combate às dificuldades inerentes ao manuseio da História Oral, pois “a análise dos depoimentos não pode ser fechada em si mesmo” (MESQUITA, 2011; p.137), mas compreendida em um contexto social, político, econômico e cultural em que o depoente está imerso. Trata-se de algo acerca do que Halbwachs (2006; p.106) já inferia, ao declarar que “toda memória coletiva tem por suporte um grupo limitado no espaço e no tempo”.

### 3.3.3.2 História Oral: os cuidados na coleta do dado

Identificada a História Oral como técnica de coleta de fonte para esta pesquisa, o procedimento de coleta se iniciou, conforme orienta o processo de produção de fontes orais na pesquisa histórica de Alberti (2006, p.171-181), que para ela é dividido em três momentos: preparação das entrevistas; realização das entrevistas; e o tratamento dos dados. Momentos abordados mais especificamente a seguir:

a) Preparação das entrevistas: esta etapa abrange a elaboração do projeto de pesquisa e dos roteiros das entrevistas. Nessa parte, conforme as orientações de Alberti (2006) o pesquisador teve de se informar sobre o tema da pesquisa, qual a questão que está sendo perseguida e qual o motivo da escolha pela metodologia da História Oral; deteve um conhecimento prévio do universo a ser estudado; conheceu o papel dos possíveis participantes da pesquisa (quais os mais representativos, os desviantes, sua biografia); escolheu qual o tipo de entrevista a ser realizada<sup>41</sup> (temática ou História de vida) e elaborou os roteiros de entrevistas<sup>42</sup> (geral, individual e parcial). No caso desta proposta de pesquisa, escolhemos trabalhar com a *entrevista temática*, pois se refere a experiências ou processos vividos ou testemunhados pelos entrevistados, no nosso caso, os sujeitos que vivenciaram os anos de existência da EESVP. Quanto à elaboração dos roteiros de entrevistas, optamos pela elaboração de um roteiro geral aplicado primeiramente, e para segundo momento, com a utilização dos dados já coletados e de documentos fornecidos pelo entrevistado, a aplicação de um roteiro individual, a fim de complementar as informações obtidas e incluir outras não captadas na primeira entrevista. Nosso roteiro de entrevista foi um dos tópicos do roteiro da Pesquisa maior (ANEXO A). Nossas questões abordaram sobre o ano de

<sup>41</sup> Nos dois tipos, as lembranças constituem o suporte de produção da narrativa, no fato de fazerem da memória e da narrativa elementos centrais para reconstituição de épocas e acontecimentos que tiveram importância para a vida de comunidades, instituições e movimentos aos quais os depoimentos estiveram ou ainda estão vinculados (DELGADO, 2006, p.21). Talvez por isso, às vezes, se defenda a ideia de que não é possível fazer uma boa História Oral sem que haja um fundo de História de Vida. (AROSTEGUI, 2006; p.536) Conforme Rubin e Rubin (citado por ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 2001; p.168), contudo é importante distinguir a História Oral Temática da História de Vida, como tipo de entrevista, pois a História Oral Temática objetiva reconstruir pela visão de sujeitos envolvidos, um período ou evento histórico, enquanto que, na História de Vida, o pesquisador está interessado na trajetória de vida dos entrevistados, geralmente com o objetivo de associá-la a situações presentes. A História Oral em entrevistas temáticas é quase sempre utilizada com a técnica, se equiparando às fontes escritas, pois, segundo Meihy (2005, p.162) “articula, na maioria das vezes, diálogos com outros documentos”. [DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo e identidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006; AROSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru-SP: EDUSC, 2006.592p.; ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O método nas Ciências Sociais e Naturais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001. 203p.; MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. 5 ed. São Paulo: Loyola, 2005. 291p.]

<sup>42</sup> Quanto à elaboração dos roteiros de entrevistas, Alberti (2006) propõe dois tipos de roteiro, um roteiro geral que servirá de base para os roteiros individuais dos entrevistados, sendo estes resultados do cruzamento entre o que há de particular àquele entrevistado e o geral a todos que os foram listados. Sendo assim, primordial é o conhecimento prévio da biografia do entrevistado. Diante da coleta de dados, o autor comenta que poderá haver a necessidade de um terceiro tipo de roteiro para aquelas entrevistas que se estenderão por mais de uma sessão, são os roteiros parciais, que permitem a avaliação da seção anterior e o estabelecimento de estratégia e diretrizes para a seção seguinte. [ALBERTI, Verena. *Histórias dentro da História*. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2006. p.155-202]

ingresso no curso; a duração do curso; a idade da aluna quando admitida ao curso; os motivos para ingressar no curso; como fora o processo de seleção; qual era o local das aulas teóricas; quais os campos de estágio; a existência de uniformes; o regime do curso; o corpo docente; as disciplinas; a existência da cobrança de mensalidade; se havia incentivo para pesquisa; se existia organização política na EESVP; quais eram os recursos didáticos usados; se havia alguma especificidade da formação em Enfermagem na sua época; como era a relação entre os professores e os alunos; entre os próprios alunos; e entre os alunos e os funcionários da Escola; como era vista a Enfermagem laica e religiosa na escola; quais eram as perspectivas/tendências quanto à Enfermagem/enfermeiras na época; se existiam tabus, estereótipos e crenças sociais com relação à Enfermagem/enfermeiras; e se havia influência da Escola formadora com relação a sua escolha de campo de trabalho (ANEXO A).

Para aquelas egressas que também haviam sido professoras de futuras enfermeiras da EESVP, ainda foram questionadas sobre como se tornara professora da EESVP; se era exigido alguma formação específica para o exercício da docência na Escola; o que ensinavam; por quanto tempo lecionaram; quais os recursos didáticos que utilizavam; se havia o acompanhamento de suas atividades pela direção da escola; quais foram as dificuldades encontradas; como era a sua relação com as alunas; com os outros professores e com a direção da escola; e se existia algum perfil de enfermeira que a ESSVP objetivava formar (ANEXO A). Ressaltamos a dificuldade encontrada por algumas entrevistas ex-docentes da EESVP de relatar sua experiência no magistério por confundirem as aulas ministradas às auxiliares de enfermagem como às das enfermeiras.

b) Realização das entrevistas: nesta etapa Verena Alberti (2006) sugere a adoção, pelo pesquisador, de um caderno de campo, no qual poderão ser registradas as razões da escolha do entrevistado, a descrição do contato inicial, as impressões sobre a entrevista em si, a forma pela qual o entrevistado percebe o assunto a ser entrevistado, os nomes próprios mencionados, as questões suscitadas ou as circunstâncias que interferiram na gravação. A referida autora aconselha, ao iniciar a gravação, gravar uma espécie de cabeçalho da entrevista, informando nome do entrevistado, dos entrevistadores, data, local e projeto de pesquisa; ela também alerta para a assinatura do Termo de Cessão de Direitos, quando a entrevista for aberta a consulta por outros pesquisadores. A autora ainda assinala que a realização da entrevista deve ser flexível, de acordo com a disponibilidade do sujeito/colaborador, não ultrapassando 120 minutos, para não prejudicar a narrativa, considerando-se que

os colaboradores já têm, em sua maioria, idade avançada. Também é possível, que no intervalo das entrevistas, o colaborador tenha clareza de alguns fatos inicialmente de memória nebulosa. Fotos e documentos particulares da época poderão ser utilizados para facilitar o surgimento das lembranças, bem como identificar personagens, locais e acontecimentos importantes relacionados à educação em Enfermagem. Em nossas entrevistas, estas não ultrapassaram a média estipulada pela autora e fizemos uso de um cabeçalho para identificação do áudio gravado, e de fotos e documentos durante as entrevistas.

c) Tratamento dos dados: compreende o manuseio dos depoimentos coletados, sua duplicação, com vistas à produção de cópias de segurança, sua transcrição; edição do texto final e sua interpretação e análise. Quanto a esta última fase, Alberti (2006) destaca ser preciso saber ouvir o que a entrevista tem a dizer, tanto no que concerne às condições de sua produção quanto no que se relaciona a sua narrativa, sendo esta última sempre contextualizada e comparada com outras fontes, para diferir fatos de representações. Luchesi e Lopes, (2011) acentuam que o que se espera das entrevistas é a versão dos fatos, sem o rigor da legitimidade ou veracidade.

Dos 30 contatos realizados, pelo grupo de pesquisa, foram obtidos 28 relatos orais e um escrito, sendo que em dois momentos se efetivou o registro de dois depoimentos na mesma gravação. Na primeira vez, foi a pedido da entrevistada, que nos levou à residência da colega de turma da EESVP, e a segunda vez, também foi devido a solicitação da entrevistada, sendo que a amiga residia no condomínio da primeira. Seis entrevistadas foram contemporâneas do período em que a EESVP fora criada e era uma instituição isolada; 21 estudaram na EESVP quando esta era agregada à UFC e uma apenas das entrevistadas foi aluna da EESVP quando está havia sido anexada à FUNEDUCE/FUNECE/UECE (Quadro 2). Nos trechos dos relatos utilizados nas análises dos dados, as egressas foram identificadas pelo nome completo e ano de ingresso na EESVP.

**Quadro 02** Demonstrativo de entrevistas realizadas organizadas por ano de ingresso na EESVP. Fortaleza/CE, 2013 (fev).

SUJEITOS ENTREVISTADOS	DOCENTE DA EESVP	ANO DE INGRESSO	ANO DE CONCLUSÃO	DURAÇÃO DA ENTREVISTA	ENTREVISTADOR	TRANSCRITOR	CONFERIDOR DA TRANSCRIÇÃO
FIGUEIREDO, Francisca das Chagas.	X	1944	1947	52'13"	IRISMAR/SUEUDA/EMANOELA	CAMILA	EMANOELA
COSTA, Maria Miriam Feitosa		1947	1953	1h17'55"	EMANOELA	RAFAEL	ANDREA
GADELHA, Tereza Carmelita da Cruz	X	1947	1953	1h19'19"	IRISMAR/EMANOELA	EMANOELA	RAFAEL
OSÓRIO, Ivanilda Bruno		1952	1955	Fita cassete	IRISMAR	RAFAEL	EMANOELA
VASCONCELOS, Francisca		1954	1957	1h7'55"	IRISMAR/SUEUDA/RAFAEL	RAFAEL	EMANOELA
MARTINS, Maria Jarina de Moura		1954	1957	1h33'37"	IRISMAR/SUEUDA/EMANOELA	EMANOELA	RAFAEL
MENEZES, Eloísa Bezerra		1955	1958	1h42'53"	EMANOELA	TATIANA	ANDREA
FEITOSA, Francisca Rocha		1955	1959	1h5'4"	IRISMAR/SUEUDA/RAFAEL	RAFAEL	CAMILA
BARROS, Maria do Carmo dos Santos		1955	1959	1h11'33"	EURIDEA/EMANOELA	TATIANA	RAFAEL
SANTO, Maria José do Espírito		1955	1959	1h58'33"	EURIDEA/EMANOELA	TATIANA	CAMILA
COSTA, Maria Ligia Barros	X	1955	1959	1h59'28"	IRISMAR/SUEUDA/EMANOELA	RAFAEL	EMANOELA
SACRAMENTO, Maria Walquiria do		1955	1959	1h56'1"	IRISMAR/EMANOELA	THIAGO	ANDREA
FREITAS, Rita Ilca Guerra		1955	1959	Fita cassete	IRISMAR	RAFAEL	CAMILA
NUNES, Maria Anunciada	X	1957	1959	51'57"	IRISMAR/EMANOELA	EMANOELA	RAFAEL
BASTOS, Rachel Gomes de Matos	X	1958	1960	3h19'8"	EMANOELA	TATIANA	ANDREA
PEDROSA, Cleide Veras		1959	1963	59'42"	IRISMAR/SUEUDA/EMANOELA	CAMILA	EMANOELA
OLIVEIRA, Orminda Santana de	X	1962	1964	Relato Escrito	EMANOELA	EMANOELA	-----
VASCONCELOS, Zulene Maria de; CAMARA, Maria Geovânea de Araújo		1963	1966	2h24'55"	IRISMAR/EMANOELA	RAFAEL	ANDREA
FREIRE, Maria Lucia; CARMO, Valdonira Arcanjo do		1964	1967	2h1'21"	EMANOELA	TATIANA	ANDREA
SANTOS, Maria de Fátima		1965	1968	39'37"	EMANOELA	RAFAEL	TATIANA
BASTOS, Ilná Paulino Bastos		1969	1971	45'23"	IRISMAR/SUEUDA/RAFAEL	RAFAEL	EMANOELA
ALVES, Maria Dalva Santos		1969	1971	1h15'29"	IRISMAR/SUEUDA/RAFAEL	RAFAEL	EMANOELA
CONCEIÇÃO, Maria Rodrigues da		1970	1973	2h49'1"	SILVIA/RAFAEL	RAFAEL	EMANOELA
MAGALHÃES, Maria Sônia Felício		1972.2	1976	2h33'37"	EURIDEA/EMANOELA	CAMILA	EMANOELA
MENEZES, Francisca Maria Maracaba de*		1974	1978	2h25'29"	EMANOELA	RAFAEL	ANDREA
CRUZ, Maria Elisabete Costa da		1975	1981	2h29'21"	SILVIA/RAFAEL	RAFAEL	EMANOELA

\*Embora a aluna tenha ingressado no período em que EESVP era agregada a UFC; ela trouxe importantes contribuições sobre o período de anexação da EESVP à UECE.

Legendas: Azul: alunas da EESVP enquanto unidade isolada (1943 a 1955);  
Rosa: alunas da EESVP enquanto unidade agregada à UFC (1955 a 1975);  
Laranja: alunas da EESVP enquanto unidade anexada à UECE (1975 a 1977).

As entrevistas foram organizadas obedecendo às três fases do tratamento dos dados postulados por Luchesi e Lopes (2011). Na primeira, transcrevemos a entrevista na sua integralidade, suprimindo as locuções de expressão, como 'né', 'não sabe', 'entendeu'. Na segunda, realizamos a 'conferência de fidelidade', no qual se realizou o confronto da transcrição, concomitantemente ao som do áudio. Sobre esta etapa destacamos como atitude proveitosa em nossa experiência foi que, após a transcrição primária das entrevistas, estas foram ouvidas novamente por outro sujeito diferente daquele que as transcreveu a fim de identificar possíveis erros, omissões e trocas de falas. Na terceira fase, foram corrigidos os erros de português e adequamos o discurso oral para o formato de texto. Esse produto final da entrevista é o que foi validado pelas entrevistadas.

Inferimos ainda a significativa contribuição dos documentos, sobretudo, os fotográficos, doados por algumas das entrevistadas, destacando o catálogo com notícias jornalísticas de posse de Maria Valquíria Albuquerque Sacramento, as anotações de várias enfermeiras entrevistadas e as cópias de discursos proferidos em solenidades comemorativas da categoria profissional.

Esse material, principalmente o fotográfico, se insere em todo o texto desta dissertação, trazendo uma contribuição aos depoimentos e à memória desta história reconstituída sobre a formação da enfermeira e o ensino na EESVP.

### **3.4 Técnicas de análise**

Quanto à técnica escolhida para a análise dos dados, todas as informações contidas, nos artigos noticiosos do jornal da época escolhido, nos volumes manuscritos existentes e analisados no arquivo eclesiástico do Seminário da Prainha, em Fortaleza, nos documentos institucionais sobre a EESVP das Universidades Estadual e Federal do Ceará, nos relatos da História Oral Temática de 29 enfermeiras egressas da EESVP, e nos documentos doados, em sua maioria, fotográficos, pelas enfermeiras entrevistadas, foram estudados mediante a técnica dos métodos clássicos, explicada por Duverger (citado por TRUJILLO FERRARI, 1982) como um dos métodos qualitativos de análise documental<sup>43</sup>. Essa técnica foi escolhida, pois se caracteriza por se prestar para dados históricos, e oferecer um conjunto de procedimentos maduros e bem documentados (CAMPOS e MONTANARI, 2011).

---

<sup>43</sup> O método de análise dos documentos, conforme Duverger (1976 apud TRUJILLO FERRARI, 1982) pode ser encetado tomando-se em consideração duas orientações: métodos clássicos (análise interna e externa) ou quantitativos (semântica quantitativa e análise de conteúdo). [TRUJILLO FERRARI, A. *Metodologia da pesquisa científica*. São Paulo: Mc Graw Hill do Brasil, 1982.]

A técnica dos métodos clássicos é constituída de duas etapas, a crítica interna e a crítica externa. A crítica interna não se orienta pelos aspectos físicos dos materiais, mas pelo seu conteúdo. Implica em confrontar os dados com outros registros, outras fontes, a fim de balizar as informações antes de assumir um registro como verdadeiro (PADILHA e BORENSTEIN, 2005), ou seja, constitui a triangulação das fontes<sup>44</sup>, a fim de potencializar a credibilidade das informações obtidas, não se esquecendo da aferição da credibilidade do documento (SILVA JUNIOR, 2011). A crítica externa está ligada à autenticidade que pode ser atribuída ao documento, devendo-se atentar para quem elaborou o registro, por que, quando, como e para quê (PADILHA e BORENSTEIN, 2005).

Para o manuseio dos dados, foi de imprescindível importância a organização das informações obtidas, primeiramente, por fonte histórica para posteriormente, agruparmos as informações oriundas de diferentes fontes por temas. Foram identificados 32 assuntos distintos, a saber: agregação da EESVP, anexação da EESVP, contexto de saúde Brasil e Ceará, reconhecimento da profissão, currículo da EESVP, processo seletivo da EESVP, finanças da EESVP, Irmandade Vicentina, Escola de Enfermagem Ana Neri, política estudantil da EESVP, corpo docente da EESVP, período isolado da EESVP, Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, Curso de Auxiliar de Enfermagem da EESVP, infra-estrutura da EESVP, equiparação da EESVP, criação da UFC, influência religiosa na EESVP, peculiaridades da 2ª Guerra, criação UECE, Hospital Pronto Socorro da Assistência Municipal de Fortaleza, Corpo Docente da EESVP, a EESVP no meio universitário, Cursos de Defesa Passiva Antiaérea, Cursos de Emergência, ensino superior no país, Fundação Kellogg, outras iniciativas cearenses de formação de enfermeiras, criação da EESVP, Florence Nightingale, jornal O Nordeste.

Posteriormente, para a elaboração do texto, esses temas de diferentes fontes históricas foram reunidos e reorganizados de maneira que tivéssemos, quando possível, a mesma natureza de informações nas três fases da EESVP (sendo elas, processo seletivo, infraestrutura, finanças, corpo docente, aulas, estágios, currículo, corpo docente, política estudantil, influência religiosa e reconhecimento social da EESVP e da profissão) e para que privilegiássemos eventos específicos de cada período (criação, equiparação, agregação e anexação) (Quadro 3).

---

<sup>44</sup> Conforme Denzin (citado por ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 2001; p.173), há quatro tipos de triangulação: de fontes, de métodos, de investigadores e de teorias. A triangulação de fontes foi a nossa opção neste estudo, uma vez que ocorre quando um pesquisador compara informações sobre um mesmo assunto oriundas de fontes diversas [ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O método nas Ciências Sociais e Naturais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001. 203p.].



**Quadro 03** Demonstrativo dos temas abordados por período existencial da EESVP, referentes à reconstituição da trajetória de formação da enfermeira cearense na EESVP de 1943 a 1977. Fortaleza/CE, 2013 (abril).

PERÍODO DA EESVP	TEMAS ABORDADOS	PECULIARIDADES
Unidade Isolada (1943 a 1955)	Processo seletivo	Requisitos: registro civil, idade entre 16 e 38 anos, atestado de sanidade física, cartão de vacinação, atestado de idoneidade moral, e, preferencialmente, conclusão do curso secundário, embora aceitasse comprovantes de realização dos cursos normal, comercial ou ginasial. Exame de conhecimentos gerais e Entrevista com a diretora da EESVP (algumas egressas).
	Infraestrutura	Em consolidação, concluída em 1951. Contou com o apoio de diversas origens (doações, eventos, subvenções governamentais, bolsas de estudos, mensalidades, prestação de serviços a comunidade)
	Finanças	Recursos financeiros sempre escassos
	Corpo docente	Maioria, médicos. Presença de Irmãs de Caridade, enfermeiras diplomadas, padre, nutricionista e assistente social.
	Aulas teóricas	Aulas expositivas. Presença de recursos didáticos. Existiam laboratórios e biblioteca.
	Estágios	Ênfase nas clínicas para mulheres e nos hospitais onde as Irmãs de Caridade atuavam
	Currículo	03 matrizes: de 1943 a 1946; de 1947 a 1952; e de 1953 a 1963.
	Corpo discente	Total de alunas egressas desse período: 86.
	Política estudantil	Criação do Diretório Acadêmico, em 1949; Participação no VII Congresso Estadual de Estudantes do Ceará, como membro titular, em 1949.
	Influência religiosa	Uma constante na formação das alunas
	Reconhecimento social da EESVP	Visitantes ilustres (religiosas, diretoras de outras escolas, personalidades públicas); Participação em eventos educacionais da profissão
	Reconhecimento social da profissão	Enfoque para a formação ética humanista Preservação da moral e dos bons costumes A diretora da EESVP, fundou a ABEn-CE
	Evento específico: criação	Destaque para a atuação da Irmã Margarida Breves
Evento específico: equiparação	Registro jornalístico da visita da Diretora da EEAN	
Agregada à UFC (1955 a 1975)	Processo seletivo	Prerrogativas: registro civil, idade entre 16 e 38 anos, atestado de sanidade física, cartão de vacinação, atestado de idoneidade moral, preferencialmente certificado de conclusão do secundário e histórico escolar, mas sendo aceitável o certificado do normal, comercial ou ginasial até 1961; e comprovante de pagamento da taxa de inscrição. Exame Vestibular
	Infraestrutura	Manutenção da sede própria; Anuência para utilização da infraestrutura da UFC
	Finanças	Em crise constante, embora houvesse a institucionalização da anuidade escolar
	Corpo docente	Divulga-se o corpo docente da EESVP nos jornais; Alguns docentes realizam aperfeiçoamento em São Paulo
	Aulas teóricas	Nas instalações da EESVP Material didático escasso para o quantitativo de alunas
	Estágios	Aumento de campos de praticas em virtude da inauguração de estabelecimentos de saúde na Capital Participação das alunas em programas nacionais de assistência a saúde
	Currículo	04 matrizes: De 1964 a 1966; De 1967 a 1969;

		De 1970 a 1973; e De 1974 a 1978.
	Corpo discente	Total de alunas egressas desse período: 459 Queda na procura pelo curso Aprovação do primeiro candidato do sexo masculino para o curso Movimento dos excedentes
	Política estudantil	Participação em eventos universitários, anterior a sua agregação à UFC Publicação da primeira edição do seu jornal 'A Lâmpada'
	Influência religiosa	Participação da EESVP no 6º Congresso Mundial de Enfermeiras Católicas
	Reconhecimento social da EESVP	5º curso da UFC com maior quantitativo de alunos matriculados O pronunciamento da EESVP em defesa do reitor Martins Filho
	Reconhecimento social da profissão	A EESVP recebe Marina Rezende em 1959 A EESVP convida Waleska Paixão para aula inaugural, em 1960
	Evento específico: agregação	Realizou-se em conjunto com a instalação da Escola de Engenharia
Anexada à UECE (1975 a 1977)	Processo seletivo	Vestibular pela UECE
	Infraestrutura	Desestruturação do que havia. Transferência para o Itaperi. Perda de documentos.
	Finanças	Em crise constante
	Corpo docente	Corpo docente concursado
	Aulas teóricas	Em conjunto com os alunos do curso de Veterinária
	Estágios	Realização de estágios também em instituições de assistência à saúde de iniciativa particular
	Currículo	Nenhuma matriz nova.
	Corpo discente	Total de alunas egressas desse período: 34
	Política estudantil	Desarticulação
	Influência religiosa	Presença de religiosas na direção e no corpo docente
	Reconhecimento social da profissão	Aumento no número de matriculados
	Evento específico: anexação	A EESVP foi essencial para a fundação da UECE
	Evento específico: primeira colação de grau	1974 ou 1977?

A distribuição e apresentação deste sistema organizativo por meio de um quadro, com as frequências relativa e absoluta, se tornou uma tarefa árdua, uma vez que uma só fonte nos fornecia informações que se correlacionavam com diversas categorias. Sendo assim, fazer essa distribuição manual colocaria em risco a fidedignidade da informação final. Ante a dificuldade, tentamos utilizar *softwares* de análise de dados qualitativos, como "Atlas-Ti" e "QSR N Vivo 9"<sup>45</sup>, a fim de otimizar o tempo das pesquisadoras na categorização dos dados e obter essa distribuição numérica, porém foi observado que, para uma mesma ação, o programa requisitava mais comandos e mais tempo do que apenas a criação de pastas e subpastas na área de trabalho do computador. Sendo assim, neste estudo, seu uso foi descartado. Além desta razão operacional, tínhamos receio de nos tornarmos reféns de um sistema sobre o qual não tínhamos o domínio do seu manuseio.

<sup>45</sup> Agradecemos o auxílio das alunas do PPGE, à época, Silviene da Silva Rocha (Turma 2011) e Clarice Santiago Silveira (Turma 2010), na tentativa de nos auxiliar na construção do banco de dados digital desta investigação.

Explicamos, ainda, que os dados oriundos das entrevistas temáticas foram inseridos nas narrativas acerca da história de existência da EESVP e do percurso educacional de formação da enfermeira cearense, a fim de clarificar os fatos relatados nos artigos noticiosos e nos variados documentos institucionais avaliados e nos dados.

### **3.5 Aspectos ético-legais da pesquisa**

Esta pesquisa foi realizada com base na Resolução nº196/96 do Conselho Nacional de Saúde, que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Atendeu, portanto às exigências éticas e científicas fundamentais de respeito aos direitos à autonomia, à revelação completa, ao consentimento autorizado, ao tratamento justo e à privacidade dos sujeitos da pesquisa.

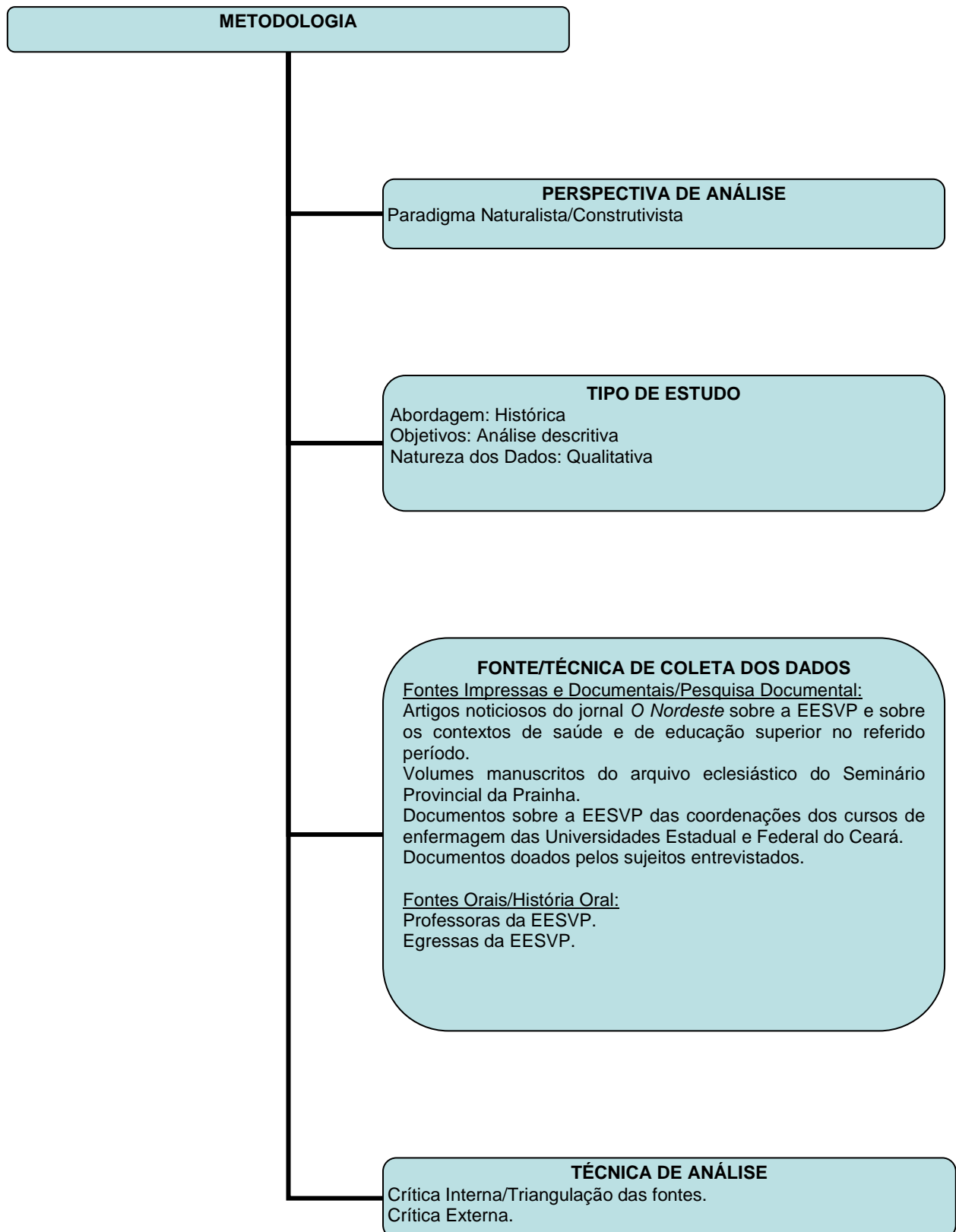
Para tanto, essa investigação ancorou-se no parecer do projeto guarda-chuva *Preservação da Memória da Enfermagem no Estado do Ceará: a história da profissão e o Centro de Documentação* no qual se insere (ANEXO B); sendo utilizado seu respectivo Instrumento de Coleta de Dados, bem como as autorizações para o uso explícito dos nomes dos cursos de Enfermagem da UFC e da UECE expedidas pelas Coordenações do Curso de Enfermagem das referidas instituições; Carta de Concessão de Direitos (ANEXO C); Carta de Doação; e Modelo de Termo de Fiel Depositário. A autorização do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Ceará para a pesquisa *Preservação da Memória da Enfermagem no Estado do Ceará: a história da profissão e o Centro de Documentação* foi emitida em 17 de janeiro de 2011, conforme Processo nº 10461873-6 e Folha de Rosto nº 395097.

Esclarecemos que a Carta de Concessão de Direitos nos permitiu utilizar explicitamente, durante as nossas análises, a identificação completa dos sujeitos entrevistados, e que a Carta de Doação foi utilizada quando algum dos entrevistados concedeu algo às pesquisadoras<sup>46</sup>. O Termo de Fiel Depositário se refere à autorização que as instituições nos forneceram para podermos ter acesso aos seus arquivos particulares, como foi o caso das Coordenações dos Cursos de Enfermagem da UFC e UECE.

---

<sup>46</sup> Informamos que o material recebido como doações foi entregue pelas pesquisadoras à Academia Cearense de Enfermagem, entidade vinculada à Associação Brasileira de Enfermagem-Seção Ceará, fundada em maio de 2011, estando temporariamente sob guarda do CEDIMEn.

**Figura 1** Representação do percurso metodológico a ser utilizado. Fortaleza/CE, 2012.



*“Sobre que conceitos de  
História e Memória  
nosso estudo se apóia?”*

## **4 HISTÓRIA E MEMÓRIA: NOSSA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E CONCEITUAL**

Parafraseando Padilha e Borenstein (2005), que ao iniciarem seus escritos sobre a relevância das pesquisas em História da Enfermagem se questionaram sobre como ‘poderia ser possível compreender o contexto formativo e profissional da Enfermagem sem conhecer a sua história’, também nos interrogamos sobre como se propor a historiar essa História sem entender primeiramente o que os termos História e Memória significam e admitem. Diante destes questionamentos, elaboramos o capítulo ora exposto, apoiadas sobretudo, nos entendimentos de Le Goff (1994), Magalhães Junior *et al* (2012), Barros (2009), Xavier e Xavier (2012), Jucá (2011) e Halbwachs (2006). O texto é organizado em três partes: na primeira, discorremos sobre os conceitos de História e de seus modos de escrita no caminho de conquista de seu espaço no campo da Ciência; na segunda, assinalamos as concepções teóricas que definem genericamente o vocábulo Memória ao longo do seu percurso histórico e de forma breve a relação desta com a História e a Identidade; finalmente, na terceira parte deste escrito, com bases nas discussões feitas nos tópicos citados, indicamos a opção conceitual de História e Memória na qual fundamentamos esta investigação, evidenciando a importância da realização de estudos históricos sobre a Enfermagem.

### **4.1 A História e a sua escrita**

Definir o que é História é algo laborioso, uma vez que “o próprio conceito de História é histórico”, e, como tal, precisa ser constantemente revisto (SILVA e SILVA, 2009, p.184). Para tanto, nos remetemos ao conceito etimológico do termo *historía* utilizado por Aquino (2006, p.18) em um de seus escritos, quando assinala que *Historía* significa, precisamente, investigação, resultado de uma indagação, ou, ainda, relato, relatório do que se investiga. O seu verbo correspondente é *historieîn*, que significa investigar, relatar o que soube ou o que viu.

Este étimo é objetivo e parcial, portanto, não traz possibilidades de considerações ideológicas, no entanto, esclarece acerca da natureza essencial da História.

A ideia de História como a ciência que estuda o passado é uma asserção de escolha para a definição desta palavra muito conhecida e ainda considerada, contudo, já

obsoleta para alguns estudiosos. Se não, vejamos: Magalhães Junior, Cecatto e Silva Neta (2012, p. 28) consideram a História como “a ciência que estuda as ações humanas no tempo, a partir do estabelecimento de objeto, método e problema”. Os referidos autores, por sua vez, se baseiam na ideia de Bloch (2001, p. 24), para o qual, o objeto da História não é o passado, mas “os homens no tempo”; e no pensamento de Le Goff (2003, p.105) ao ditar que “a História é uma ciência, pois precisa de técnicas, de métodos e de ser ensinada”. Percebemos que, na tentativa de cientificar a História, esta é distinguida, pelos que a estudam, da narrativa histórica, do texto exaustivo e cronológico de um tempo sempre passado, e que, a partir desse entendimento, passa a ser dotada de um arcabouço teórico-metodológico que fundamenta sua ação.

Até o século V a.C., Xavier e Xavier (2012) relatam que a História se processava mediante os grandes feitos e fatos acontecidos, sem a preocupação em se relatar as causas e os resultados, e de se relatar com veracidade, o que era dito. Também não se utilizava nenhum tipo de recurso metodológico para o seu registro. Com os gregos, dentre os quais, Heródoto<sup>47</sup> e Tucídides, e com os romanos Cícero e Políbio, a História contada adentra o reino do pragmatismo, pois para esses autores “explicar, julgar, e advertir; caracterizava-se pela preocupação didática, de ir expondo o passado como mero exemplo, a fim de corrigir os costumes contemporâneos” elementos que se tornavam imperativos para a elaboração de uma História utilitária e justa (XAVIER e XAVIER, 2012, p. 59).

No final do século XVIII e ainda começo do século XIX, quando a História auferia *status* de Ciência, junto com a secularização do pensamento e o surgimento das Ciências Sociais Modernas, aparecem nesse período algumas concepções teórico-metodológicas com aspectos paradigmáticos historiográficos, tais como a Positivista, a Providencialista ou Teológica, a Historicista, a Materialista da História, e a Psicológico-social; pelas quais se manifesta uma discussão sobre os embasamentos que em se assentam a escrita da História. Utilizando os pensamentos de Magalhães Junior, Cecatto e Silva Neta, (2012) e novamente as reflexões de Xavier e Xavier (2012), explicitamos de forma breve essas concepções desenvolvidas, na tentativa de se fomentar um fazer histórico, cada vez mais científico e acadêmico.

Na concepção positivista de Augusto Comte, a narrativa histórica era constituída a partir de documentos escritos e oficiais avaliados de forma objetiva, e cabia ao historiador eximir-se como sujeito para destacar, apenas, o seu objeto de trabalho. Acreditava-se ser

---

<sup>47</sup> Heródoto por ter sido o autor da primeira narrativa grega em prosa que chegou aos nossos dias, e por ter sido o primeiro a substituir o Eu no dativo pelo Eu no genitivo, mudança que marca sem dúvida uma nova experiência narrativa: a narrativa da história; permitiu a Cícero, o romano, chamá-lo de “pai da História” (AQUINO, 2006; p.16) [AQUINO, João Emiliano de. *Memória e Consciência Histórica*. Fortaleza: EdUECE, 2006. 186p.]

importante o distanciamento entre o sujeito e o seu objeto de pesquisa, como modo de garantir a objetividade, “narrando os fatos, do modo como se passaram, desvinculado do presente e das ações humanas no tempo”. (MAGALHAES JUNIOR *et al*, 2012, p. 29). Somente a História oriunda desta prática era considerada verdadeira.

Na tendência Providencialista ou Teológica, fundamentada nos escritos de Santo Agostinho, Jacques Bousset e Césaire Cantu, todo acontecimento era considerado determinação divina. Segundo tal corrente, os acontecimentos estavam ligados a influências sagradas e religiosas. Na concepção Historicista, originária da compreensão de Hegel, a História seguiria “uma marcha racional e necessária do espírito universal” (BARROS citado por XAVIER e XAVIER, 2012, p. 61), onde cada momento da história só poderia ser compreendido e descrito se o historiador deixasse de lado qualquer compreensão dos fatos a partir do curso global da história, para reviver cada época em sua especificidade (MITROVITCH, 2004). Opondo-se a ela, ou ao que dela se compreendia, o marxismo, no decorrer do século XX, recusa as filosofias da História, ao se deter sobre a estrutura e a dinâmica sociais. Consoante Magalhães, (citado por MAGALHAES JUNIOR *et al*, 2012, p.31) “a História, para Marx, seria um processo dinâmico e progressivo, que deveria ser lido à luz das transformações do mundo material e dos bens de produção”. Já na tendência Psicológico-social, compreensão de autoria de Wilhelm Wundt, os fatos históricos seriam “produtos do estado psicológico de uma determinada coletividade ou agrupamento social” (XAVIER e XAVIER, 2012, p. 62), ou seja, a história seria sempre um reflexo do estado psicológico reinante em determinado agrupamento social.

Com a fundação da Escola Historiográfica Francesa<sup>48</sup>, por Marc Bloch e Lucien Febvre, em 1947, que encontrou seu veículo máximo de expressão na Revista dos *Annales d'histoire économique et sociale*, procurou-se desvincular a História das concepções teórico-metodológicas em curso, encaminhando-a, mediante o incentivo ao intercâmbio da História junto às outras disciplinas das Ciências Humanas, rumo à História Crítica e à Nova História.

Essa nova proposta teórico-metodológica enfatizou a crítica ao fato histórico e a história *évenementielle* ou “historisante”, rompendo decididamente com a “História

---

<sup>48</sup> Considera-se a fundação da revista *Annales d'histoire économique et sociale* em 1929, obra de Marc Bloch e Lucien Febvre, como o ato que fez nascer a Nova História. As idéias da revista inspiraram a fundação, em 1947, por Lucien Febvre, de uma instituição de investigação e de ensino em Ciências Humanas e Sociais, a sexta seção da *Ecole Pratique des Hautes Etudes*, prevista por Victor Duruy no momento da fundação da escola maior, em 1868. Em 1975, a sexta seção transforma-se na *Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales*. (LE GOFF, 1994; p.129 e 130) Da geração seguinte a Marc Bloch e Lucien Febvre, destaca-se o nome de Braudel, ao propor uma totalidade histórica. Da terceira geração dos Annales, apreendem-se os nomes de George Duby e Jacques Le Goff que, conforme alguns críticos, sugerem a fragmentação da História em múltiplos domínios e abordagens distintas. (BARROS, 2009; p.198) [LE GOFF, Jacques. História. In: \_\_\_\_\_. História e Memória. 3ªed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994. p. 17-167 e BARROS, Jose D'Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. 5ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 236p.]

tradicional, metódica e factual dos grandes personagens<sup>49</sup>” (BARROS, 2009, p.30), bem assim, com a noção de temporalidade que restringia os fatos em contextos puramente cronológicos. A partir de então, “nega-se a existência de um tempo progressivo, contínuo, cumulativo, assim como, a hipótese do tempo linear” (MAGALHAES JUNIOR *et al*, 2012, p.33).

No escritos de Barros (2009, p. 31), esta a ideia de que já não fazia muito sentido para o novo século uma História meramente descritiva, narrativa e fatural. Para ele “impunha-se ao historiador a tarefa não de simplesmente descrever as sociedades passadas, mas de analisá-las, compreendê-las e decifrá-las”. Nessa perspectiva, de acordo com a compreensão de Boyce (2008, p.453),

[...] o trabalho do historiador se assemelharia com as atividades de um detetive legal, cuja tarefa é também explicar motivos, razões ou causas de uma ação humana específica, e que é, igualmente levada a efeito através da construção de um quadro detalhado das circunstâncias que envolvem o indivíduo, ou o grupo, implicados no acontecimento.

Nessa lógica de entendimento do autor, mais do que descrever, cabe ao historiador criar e investigar proposições, correlacionar acontecimentos e compreender os fatos, transpondo os limites de uma abordagem imediata em primeiro plano.

Com o início da terceira geração dos *Annales*, discute-se uma outra visão do acontecimento histórico, com a substituição da história-conto pela história-problema<sup>50</sup>, estimulando o pesquisador a considerar a estrutura econômica e social do seu objeto de estudo, ampliando assim suas abordagens e problemas. Nessa alternativa inovadora de conceber e produzir a historiografia, atenta-se para a história do presente, cabendo ao historiador “recolher os dados do passado e interrogá-los com base no presente” (MAGALHAES JUNIOR *et al*, 2012, p.32) e a compreender, segundo Paiva (2001, p.103) “ideias, lugares, conformismos, sentimentos e mentalidades na perspectiva dos homens comuns”, não detentores do poder instituído. O ponto de vista dos meros telespectadores da história deveria ser agora levada a um patamar superior de reconhecimento.

Ainda nessa revolucionária perspectiva de abordagem do fazer histórico, observamos que a História também se modifica no campo das técnicas e métodos. Ocorre uma reformulação do conceito de documento, passando-se a considerar que são diversos

---

<sup>49</sup> A “História dos Grandes Homens” foi um modelo apregoado pelo historiador escocês Thomas Carlyle ao redigir *Cartas e discursos de Oliver Cromwell*, em 1845; *Vida de John Sterling*, em 1851; e *Vida de Frederico II da Prússia*, que escreveu entre 1858-65.

<sup>50</sup> A expressão ‘história-problema’ é tomada no sentido de História problematizada, elaborada em torno de hipóteses e de análises de profundidade, e não mais como uma História que é mera ordenação fatural ou descritiva dos acontecimentos. (BARROS, 2009) [BARROS, Jose D’Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. 5ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 236p.]



os tipos de documentos que podem contribuir para constituição do conhecimento histórico (MAGALHAES JUNIOR *et al*, 2012). Também é reconsiderada a utilização dos relatos orais e das memórias como fontes seguras do fazer histórico.

Nesta diferenciada abordagem, a História é entendida como “a ciência que procura compreender e explicitar a produção da cultura humana no decorrer do tempo e no espaço”, por intermédio de um corpo de conhecimentos sistematizados e interpretados à luz de fontes variadas, que conduz a um trabalho “verificável, revisionável, transformável e mutável”, dispondo, para tanto, de ferramentas, sendo elas o objeto ou o fato histórico, o objetivo, que é a transformação social almejada, e o arcabouço teórico metodológico, que aglutina os métodos, as fontes, a linguagem e as teorias (XAVIER e XAVIER, 2012; p. 57 e 64). Nessa perspectiva, a História objetiva não apenas “encontrar fatos e descobrir verdades” (HARTOG, 2003; p.336-337), mas também estabelecer nexos entre os agentes e fatos sociais, formulando hipóteses “num esforço de interpretação e de compreensão das motivações e das ações dos sujeitos na trama dos acontecimentos”. (RODRIGUES, 2008, p. 208) Citando Montenegro (1994, p.10), “seria no hiato existente, entre o tempo vivido e o histórico/narrado, que se localizaria o fazer do historiador”.

Ao trazermos informações para fomentar uma reflexão sobre escrita da História, ainda acrescentamos as contribuições que o estudo desta Ciência pode oferecer ao meio humano. Numa análise histórico-social, no entendimento assinalado por Le Goff (1994, p.204), compreende-se que “a ausência de um passado conhecido e reconhecido, pode ser fonte de grandes problemas de mentalidade ou identidade coletiva”. Em outra perspectiva, de cunho mais político, encontrada no trabalho do mesmo autor “o conhecimento do passado se faz importante, pois se insere nas lutas revolucionárias e políticas das massas sociais” (CHESNEAUX citado por LE GOFF, 1994, p. 214); e por intermédio da História é que “se compreende o presente” (BLOCH citado por LE GOFF, 1994, p. 223).

Numa abordagem mais filosófica ainda, poderíamos assinalar que a História é uma ciência “cuja missão é registrar em cada século o que o homem foi nesse período de sua existência, para que um dia, ao se compararem todos esses dados, se possa dizer o que é o homem”, afinal (HARTOG, 2003, p. 337). Mais do que contar de maneira científica a História, com o intuito de identificar e problematizar suas múltiplas versões com suporte em variadas perspectivas de análise, o fazer histórico é essencial, pois remete à constituição da identidade dos grupos sociais.

Em razão do exposto, observamos a evolução dos conceitos e dos modos de se escrever a História mediante a busca de seu reconhecimento como Ciência, não

desmerecendo a contribuição que cada abordagem teórico-metodológica oferece à História no seu referido contexto. Salientamos então, o salto qualitativo que a perspectiva da Nova História proporciona à História, tanto a nível conceitual quanto no terreno metodológico. Também distinguimos as justificativas que embasam a permanente e laboriosa atividade de se escrever a História. Evidenciamos, contudo, o fato de que a Memória é compreendida por nós como outro recurso que possibilita a elaboração da História. Sobre esta questão desenvolvemos o tópico a seguir, que versa não apenas sobre a relação entre História e Memória, mas também sobre a contribuição da Memória para a formação da Identidade individual e social, bem como sobre seus diversos conceitos.

## 4.2 A relação entre História e Memória

Ao discorrermos especificamente sobre o conceito de Memória, expondo sua evolução histórica, pautamos-nos, fundamentalmente, na contribuição de Le Goff (1994, p.427-475) que, baseado nos estudos de Leroi-Gourham<sup>51</sup>, desenvolveu um ensaio, no qual descreve o desenvolvimento da Memória ao longo da evolução da sociedade humana em cinco etapas: 1- A Memória étnica nas sociedades sem escritas, ditas selvagens; 2 - O desenvolvimento da Memória, da oralidade a escrita, da Pré-História a Antiguidade; 3 - A Memória medieval no Ocidente; 4 - Os progressos da Memória escrita e figurada da Renascença aos nossos dias; e finalmente 5 - Os desenvolvimentos atuais da Memória.

Na análise de Le Goff (1994), nas sociedades sem escrita, havia especialistas da Memória, homens-Memória, que seriam os depositários da História do grupo. A transmissão da Memória nessas sociedades ocorria de maneira mais criativa e relacionada à prática do canto, ordenando-se em torno de três grandes interesses: a idade coletiva do grupo, o prestígio das famílias dominantes e o saber técnico. Com o aparecimento da escrita, Le Goff (1994), identifica a existência de uma profunda transformação da Memória coletiva, uma vez que a escrita vai permitir à Memória coletiva o desenvolvimento de duas outras formas de Memória: a primeira é a comemoração, a celebração por intermédio de um monumento comemorativo de um acontecimento memorável; e a segunda é o documento escrito num suporte especialmente destinado a armazenar informações de maneira ordenada. Com a escrita, os homens-Memória se tornam os arquivistas das instituições-Memória, ou seja, dos arquivos, museus e bibliotecas (LE GOFF, 1994, p. 427- 475).

---

<sup>51</sup> Leroi-Gourham considera a Memória não como uma propriedade da inteligência, mas como a base sobre a qual se inscrevem as concatenações de atos. Aplica a expressão Memória Coletiva à designação de todas as sociedades humanas, e distingue três tipos de Memória: a específica (define a fixação dos comportamentos de espécies animais), a étnica (assegura a reprodução dos comportamentos nas sociedades humanas) e a artificial (ou eletrônica, ou automática, a Memória mais moderna que assegura a reprodução de atos mecânicos encadeados). (LE GOFF, 1994) [LE GOFF, Jacques. Memória. In: \_\_\_. *História e Memória*. 3 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994. p. 423-485.]

A partir dos escritos de Le Goff (1994), este identifica a noção de que, na Idade Média, ocorre a cristianização da Memória e da *mnemotécnica*, a repartição da Memória coletiva entre uma Memória litúrgica e uma Memória laica de fraca penetração cronológica, o desenvolvimento da Memória dos mortos, especialmente dos santos, o fortalecimento da Memória como instrumento de ensino, bem assim o aparecimento de tratados de Memória (LE GOFF, 1994; p.427-475).

No século XVIII, com o desenvolvimento da imprensa em larga escala, ainda conforme Le Goff (1994) foi ampliada a Memória técnica, científica e intelectual, com a publicação de dicionários e enciclopédias. Nesse período, ele assinala que sucede também uma ampliação do conceito de Memória nas áreas médica e pedagógica. Com a Revolução Francesa (1789-1799), Le Goff (1994) evidencia uma retomada do culto a Memória dos mortos e a construção de monumentos de lembrança a episódios históricos e sociais. Nesse sentido muitos trabalhos passam a ser publicados sobre o tema. Afluem, neste mesmo intervalo temporal, a laicização das festas e do calendário, a abertura de museus e bibliotecas públicos e nacionais, e o surgimento da fotografia (LE GOFF, 1994; p. 427-475), como fatores que para Le Goff vão contribuir de forma concreta e mais evidente para a manutenção da Memória.

Le Goff (1994) ao finalizar este seu estudo cronológico sobre a Memória, ainda informa que, desde o século XX, se vivencia uma organização do elevado volume de obras até então produzidas em fichas catalográficas e o aparecimento da Memória artificial, primeiro, pelo surgimento da máquina de calcular e, depois, com a criação do computador e o desenvolvimento da informática. Esta revolução tecnocientífica, conforme o autor assinala, vai desencadear “estímulos em efeito dominó, levando a criação de diversos bancos de dados nas distintas áreas do conhecimento humano, revelando os limites da Memória humana diante da Memória eletrônica e imprimindo ao conceito de Memória múltiplos sentidos” (LE GOFF, 1994, p.427-475).

Com a síntese exposta, com base nos estudos de Le Goff, observamos que a Memória, ao longo da história da humanidade, promove o seu reconhecimento e amplia o arsenal de instrumentos que auxiliam na sua elaboração e divulgação, principalmente com o surgimento da escrita. É apenas no século XX, no entanto, em decorrência da revolução tecnocientífica pela qual passa a sociedade, que são iniciados os debates acerca de sua essência e das consequências que esses múltiplos equipamentos que auxiliam na formulação e na escrita podem trazer para sua concepção.

Na revisitação do passado, pelo emprego da Memória, conforme os escritos de Santo Agostinho, referenciados por Aquino (2006, p.103-106), a Memória é, “a um só tempo, Memória das imagens e Memória de conhecimentos”, pois, para o autor, encontramos tanto “as imagens que chegam até nós através das percepções dos sentidos e dos afetos, quanto por meio dos conhecimentos concretos que temos sobre as coisas”. Essa perspectiva de análise coaduna-se com a divisão da Memória, em uma parte objetiva e outra subjetiva, realizada por Jucá (2011). Segundo ele, a parte objetiva se reserva a “preservar os fatos e imagens instituídas socialmente”, enquanto que a face subjetiva da Memória, “se expressa, através da peculiaridade de abordagem da informação descrita, de acordo com os sentimentos expressos pelo depoente” (JUCÁ, 2011, p.36). Ou seja, as evocações do passado são constituídas em função das representações que o sujeito detém sobre elas, sendo estas influenciadas pelos sentimentos dos que rememoram, definindo o que deve ser memorado e dito, daquilo que deve ser esquecido e não dito sobre o ocorrido.

Distante desta divisão objetiva e subjetiva da memória, e próximo às consequências que a carga subjetiva identificada traz ao conceito de Memória, introduzimos um debate sobre a relação entre as terminologias Memória e História, uma vez que estas categorias evocam o mesmo tempo, que é o passado. Advertimos, de antemão, que concordamos com Jucá (2011, p. 33), quando este infere que apesar da matéria-prima comum, os conceitos de Memória e História não se confundem, sendo, portanto, distintos.

Os entendimentos de que História se desenvolverá sobre o modelo da memorização, e que a Memória fornece o *status* de legitimidade à História, fundamentam a possível confusão ainda presente na compreensão desses dois termos. Seguindo, contudo, uma linha de pensamento divergente embora esclarecedora, autores como Le Goff (1994), Jucá, (2001) e Ramos (2011) explicam que a Memória não é a História, mas uma ferramenta para a escrita desta. A Memória auxilia no alcance do objetivo da História, que é a reelaboração problematizada de fatos e acontecimentos, mediante o estabelecimento de relações entre o presente e o passado. Nessa abordagem, a Memória é dotada, segundo Ricarte (2012, p.12), de um caráter educativo, pois ele assinala que esta “embasa problematizações das relações socioeconômicas e étnico-culturais historicamente constituídas, valorizando os indivíduos e a sua cultura”. Sendo assim, a Memória contribui para a História ao fornecer subsídios, fundamentada em experiências individuais e coletivas acerca do tempo passado, aproximando-nos de saberes de outras épocas.

Outra distinção entre História e Memória, é idealizada por Silva e Silva (2009, p.276), quando inferem que “a História trabalha com o acontecimento colocado para e pela sociedade, enquanto que a Memória desenvolve seu estudo mediante a reação que o fato

causa no indivíduo”. A asserção dessas autoras harmoniza-se com o pensamento de Montenegro (1994), quando este explica que, embora o campo da Memória tenha os mesmos elementos fundantes do campo da História, a abordagem do passado é diferente. Mais especificamente ele assinala que,

Enquanto a Memória resgata as reações ou o que está submerso no desejo e na vontade individual e coletiva, a História opera com o que se torna público, ou com o que vem a tona da sociedade. Essa manifestação adquire, ao ser tratada historicamente, uma dimensão cronológica ou mesmo temática (MONTENEGRO, 1994, p. 22)

Essa discussão que envolve o entendimento de História e Memória ainda se fundamenta no posicionamento de Nora (1978) e Chartier (citado em RAMOS, 2011) quando estes asseveram que a Memória se ancora fundamentalmente na experiência oriunda da existência dessas comunidades, enquanto a História é elaborada mediante uma reflexão crítica acerca dessa existência social. Por meio da Memória, é possível nesse entendimento elucidar trajetórias individuais, acontecimentos ou processos que muitas vezes não tiveram condições de serem esclarecidos, fazendo brotar à lembrança eventos que se consideravam esquecidos ou relegados do processo histórico (MONTENEGRO, 1994; MESQUITA, 2001).

A Memória é considerada, ainda, como elemento essencial para elaboração de uma História bem fundamentada, pois, de acordo com a dimensão social que ora representa, ela permite, conforme Jucá (2011, p. 19), “uma compreensão diferenciada da sociedade daquela transmitida pela documentação tradicional, tornando mais aguçado o interesse em se estudar o passado”. Da ideia desse autor, compreendemos que, ao reconstituir a História, fazendo uso da Memória, o historiador descobre se existe ou não correspondência entre o fato que foi registrado nos manuscritos oficiais e as reminiscências das quais o grupo se recorda e, ainda, se a história oficial camufla algo, ou se as ideologias vigentes correspondem de fato ao que foi vivenciado pelo grupo.

Nessa seara de entendimentos, de uma e de outra, correntes, Peter Burke (2000, p. 72) adverte para a noção de que os historiadores que se utilizam da Memória precisam atentar para a escolha do ponto de vista pelo qual trabalharão com ela, podendo-se optar pela utilização da Memória como “fonte histórica” ou pelo seu uso como “fenômeno histórico”. Sob o primeiro aspecto, Burke (2000) ainda explica que, além de estudar a Memória como fonte para a História, os historiadores devem elaborar uma crítica da reminiscência, nos moldes da operação de análise dos documentos históricos, e entender como a Memória age sobre nossa compreensão do passado e do presente. Silva e Silva (2009), seguindo esta explicação, informam que essa tarefa começou a ser desenvolvida a

partir nos anos de 1960, quando alguns historiadores da Nova História começaram a trabalhar com a História Oral. No que tange ao segundo aspecto, o manuseio da Memória como fenômeno histórico, Burke (2000) ainda esclarece que os historiadores devem identificar os princípios que regem a escolha do fato a ser lembrado e do acontecimento a ser esquecido, observando se as diretrizes variam de lugar para lugar, ou de um grupo para o outro, ou se, são objeto de transformação com a passagem do tempo. Partindo desta tipologia desenvolvida por Burke, nosso estudo fará uso da Memória como fonte histórica, tentando reconstituir o percurso de formação da enfermeira cearense na EESVP.

A partir dessa discussão que permeia as diferenciações de entendimentos entre História e Memória, compreendemos que a Memória, em virtude, essencialmente, da sua natureza subjetiva, é um elemento enriquecedor para a constituição da História, sendo elaborada no movimento da lembrança e do esquecimento de seus pares. Já a História, é entendida como um relato contextualizado, problematizado e ordenado acerca de temas sociais. Também nesse entendimento, o relato de natureza subjetiva triangulado a outras fontes e fatos é passível se ser transformado em História. No estudo da Memória, outro paralelo ainda é necessário estabelecer, agora, entre Memória e Identidade. Ao iniciarmos o debate desta relação, reportamos-nos novamente às contribuições de Le Goff (1994), um dos clássicos no tema, que ao condensar conhecimentos sobre a Memória nas Ciências Humanas, remetendo-se, *a priori*, ao conceito biológico que a definia, como “um conjunto de funções psíquicas com as quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas ou que ele considera como passadas” (LE GOFF, 1994, p. 423); ultrapassa essa visão biológica, pois caracteriza a Memória como elemento intrínseco ao que se costuma chamar de Identidade, individual ou coletiva, “cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje” (LE GOFF, 1994, p. 476). Conforme a compreensão desse autor, identificamos que a ideia de que a Memória assume, pois um caráter também identitário da pessoa isolada e dos grupos sociais.

A relação entre Memória e Identidade é ainda comentada por Araripe (2001) quando infere que a Memória, por ser um fenômeno elaborado, consciente e inconscientemente, individual e socialmente, nos possibilita saber quem somos, integrando o nosso presente ao nosso passado. Para o citado autor, a Memória nos permite saber “o que representamos para nós e para os outros, quanto o que nos faz ser representados” (ARARIPE, 2001, p. 72). O desenvolvimento desse pensamento assemelha-se às proposições de Garcia (2001, p. 91) que ao relacionar a Memória como a garantia de nossa Identidade, define a primeira, como “o resultado da união de tudo o que fomos e fizemos a tudo que somos e fazemos”, estabelecendo conexões, inclusive, “com o que há de ser e

fazer”. A perspectiva expressa por Garcia (2001) é citada, também, por Cavalcante (2001, p. 64), quando esta explica que “as experiências reveladas pela Memória não representam apenas o passado, mas a compreensão de atitudes e manifestações permanentes no presente e do que virá”. É a Memória sendo considerada como um dos principais instrumentos para se entender o desenvolvimento do mundo social contemporâneo.

Pollak (1992, p.201), incrementa a discussão da relação entre Memória e Identidade quando, ao definir a Memória como um fenômeno por demais importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo, elenca três elementos constitutivos da Identidade: os “acontecimentos”, as “pessoas e personagens” e os “lugares” da Memória. Nesse sentido, a Memória assume posição de destaque também referenciada por Chauí (citado por GARCIA, 2001, p. 95), ao considerar a Memória “nossa primeira e mais fundamental experiência do tempo”.

No estabelecimento deste paralelo entre Memória e Identidade, entendemos que compreender a Memória como fator imprescindível ao delineamento de uma Identidade individual ou social torna indispensável o reconhecimento do seu valor para a elaboração do conhecimento histórico.

A Memória possui também outras concepções que não a articulam propriamente a História e Memória, mas a remetem a outros aspectos, desmistificando-a como simples ato de recordar. Nesse caminho, outras discussões e relações podem surgir. Com suporte em Braliet, que distinguiu, ao aprofundar seus estudos da Psicologia Social acerca da Memória, dois processos: a matéria da recordação e o modo da recordação<sup>52</sup>; e em Bergson que fala de dois tipos de Memória: a Memória hábito, fixada pela repetição e a Memória propriamente dita, construída em relação a acontecimentos que são preservados pelo seu valor; Bosi (1994, p. 48-49), identifica duas Memórias: a Memória hábito, ou Memória dos mecanismos motores, que “o corpo se vale muitas vezes de forma automática na sua ação sobre as coisas, sendo um processo intermediado pelas exigências da socialização”; e a Memória sonho, constituída por lembranças independentes de quaisquer hábitos, que se constituem em “autênticas ressurreições do passado”.

Entretanto, Chauí (1995) identifica também em seus escritos seis tipos de Memória: a Memória perceptiva ou reconhecimento; a Memória hábito; a Memória fluxo de duração pessoal, a Memória social ou histórica; a Memória biológica da espécie e a Memória artificial das máquinas. Meneses (1992), por sua vez, estabelece pelo menos cinco

---

<sup>52</sup> Conforme o autor, a matéria (o que se lembra) está condicionada basicamente pelo interesse social que o fato lembrado tem para o sujeito. Quanto ao modo da recordação (como se lembra), esta está sob a dependência de fatores tradicionalmente associados à psicologia da personalidade, como o temperamento e o caráter do sujeito que lembra (BOSI, 1994; p.65).

de suas dimensões: epistemológica, técnica, existencial, política e a socioeconômica, enquanto Lowenthal (1998) a identifica como uma das três principais fontes de conhecimento sobre o passado, sendo as outras duas, a História e os fragmentos.

Ainda enriquece o quadro de debates sobre a categoria Memória o trabalho do sociólogo Maurice Halbwachs<sup>53</sup>, ao discorrer sobre o termo Memória coletiva, fundamentando-se na lógica de Emile Durkheim, na qual “os fatos sociais se resumem às maneiras de sentir, pensar e agir do indivíduo inserido na coletividade” (MESQUITA, 2001, p.130-133). Halbwachs, ao elaborar o conceito de Memória coletiva, “diverge de seus contemporâneos, como Marcel Proust, William James, Sigmund Freud e Charles Blondel, que estavam todos, à sua maneira, voltados para o estudo da Memória como forma de conhecimento da realidade, amplamente baseada em características subjetivas” (CASADEI, 2010, p.154).

Por meio da adoção da locução Memória coletiva, Halbwachs (2006), aponta para uma conceituação de Memória que evoca uma relação contínua e permanente do indivíduo com o meio do qual faz parte, ressaltando que é pela inserção social que identificamos o ser humano.

Recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação, embora muitas circunstâncias a ele relativas permaneçam obscuras para nós (HALBWACHS, 2006, p.29).

Halbwachs (2006, p.93) inicia sua obra *Memória Coletiva*, categorizando a Memória em dois tipos, individual e coletiva, baseando-se no processo de refazer a imagem do acontecimento por intermédio da lembrança, considerada esta “uma imagem introduzida em outras imagens, uma imagem genérica transportada ao passado”. Ainda é pensamento do autor o fato de que

As lembranças podem ser organizadas de duas maneiras: tanto se agrupando em torno de uma determinada pessoa, como se distribuindo dentro de uma sociedade grande ou pequena, da qual são imagens parciais. Portanto existiriam Memórias individuais e, por assim dizer, Memórias coletivas. (HALBWACHS, 2006, p.71)

Nessa perspectiva, conforme Bosi (1994, p.54), Halbwachs não estuda a Memória, como tal, mas os “quadros sociais da Memória”, uma vez que, para ele, as nossas Memórias são essencialmente sempre coletivas, pois nunca estamos isolados. Segundo o próprio Halbwachs (2006; p.69), “cada Memória individual é um ponto de vista sobre a Memória coletiva”. Na leitura e decodificação deste pensamento, compreendemos que, embora sejam os indivíduos que lembram, no sentido literal da expressão, os grupos sociais

---

<sup>53</sup> Ele inicia os estudos sobre memória na década de 1920, com a publicação da obra “*Contextos Sociais da Memória*”, em 1925 e em 1950 é publicada a obra póstuma “*Memória Coletiva*”.



é que determinam o memorável e as formas pelas quais o acontecimento será lembrado. A percepção pessoal é dirimida pela coletiva.

Continuando sua linha de raciocínio, Halbwachs entende que o indivíduo assume duas formas de participação no decurso de memoração, podendo ser essas em alguns momentos bastante divergentes. Para ele, essa participação do sujeito que lembra está associada à imagem que ele gostaria de repassar e àquela que de fato é apreendida dele pelo mundo exterior. Textualmente o autor assinala que

[...] o indivíduo participaria de dois tipos de Memória. Ele adotaria duas atitudes muito diferentes e até opostas. Por um lado, suas lembranças teriam lugar no contexto de sua personalidade ou de sua vida pessoal; por outro lado, ele seria capaz de se comportar simplesmente como membro de um grupo que contribui para evocar e manter lembranças impessoais. (HALBWACHS, 2006, p.71)

Compreende-se, então, que é o individual inserido nos mais diversos quadros sociais que dá suporte para a Memória coletiva. Considera-se, também, que a formação da Memória é permeada pelas emoções, que influenciam diretamente na seleção da imagem que deve ser lembrada ou esquecida, refletindo todo um universo de representações, significados e subjetividade individual e coletiva.

Posteriormente, Halbwachs desenvolve em seus escritos uma fundamentação teórica sobre a distinção entre as expressões Memória coletiva e Memória histórica. Objetivamente, detectamos a idéia de que Halbwachs aponta três características principais que distinguem as Memórias coletivas das Memórias históricas. A primeira delas se relaciona ao fato de que a Memória coletiva é uma corrente de pensamento contínuo, dependente apenas da existência do grupo. A História, pelo contrário, é constituída a partir de muitas divisões e cortes temporais artificiais e se assenta acima dos grupos. Mais pontualmente ele esclarece:

A Memória coletiva se distingue da História. Ela [a Memória coletiva] é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. (HALBWACHS, 2006; p.102) Na Memória coletiva não há linhas de separação claramente traçadas como na História, apenas limites irregulares e incertos. O presente não se opõe ao passado (HALBWACHS, 2006, p.104).

A segunda característica que identificamos remete à existência de muitas Memórias coletivas, na medida em que cada grupo tem uma História, enquanto a História se pretende como universal. Nesse sentido, Halbwachs ainda acrescenta

Existem muitas Memórias coletivas. A História é uma e se pode dizer que só existe uma História. (HALBWACHS, 2006; p.104) A História pode se

apresentar como a Memória universal da espécie humana. Contudo, não existe Memória universal. (HALBWACHS, 2006, p.106)

A outra característica identificada por nós reporta-se ao que constitui a Memória e a História. A Memória coletiva é formada com base nas semelhanças que agregam os indivíduos no mesmo grupo e que os dotam de uma identidade; enquanto que na História, o que interessa são as mudanças ocorridas neste grupo ao longo do tempo. Mais precisamente, Halbwachs (2006, p.108), disserta no sentido de que,

Diferente da História, ou melhor, da Memória histórica, na Memória coletiva, as semelhanças passam para o primeiro plano. No momento em que se examina seu passado, o grupo nota que continua o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo. É o tempo decorrido, durante o qual nada o modificou profundamente, que ocupa o maior espaço em sua Memória. A História deixa passar esses intervalos em que aparentemente nada acontece, pois a História é um painel de mudanças, enquanto a Memória coletiva é um painel de semelhanças do grupo.

Em virtude de tal diferenciação entre Memória coletiva e Memória histórica, para Halbwachs, não é possível trabalhar a Memória como documento histórico, posição esta, hoje, já ultrapassada e não adotada neste trabalho. Montenegro (1994), por exemplo, considera que, apesar de haver distinção entre Memória e História, essas são inseparáveis, pois se a História é uma construção que resgata o passado do ponto de vista social, é também um processo que encontra paralelos em cada indivíduo por meio da Memória. Eis seu posicionamento:

Compreendemos a História como uma construção que ao resgatar o passado aponta para formas de explicação do presente e projeta o futuro. Este operar, próprio do fazer histórico na sociedade, encontraria em cada indivíduo um processo interior semelhante através da Memória. Diferentemente de Halbwachs, veríamos a História e a Memória como, apesar de distintos, mantendo significativas intersecções. (MONTENEGRO, 1994, p. 17-18)

Coaduna com o pensamento de Montenegro, Jucá (2011, p.18), para quem a História se faz “plural” apenas quando confrontada com a Memória de diversas pessoas. É possível observar que Silva e Silva (2009, p. 275), resgatam o conceito de Memória coletiva de Halbwachs, ao afirmarem a ideia de que, o mais interessante é “compor a História com as lembranças vividas pelo indivíduo ou que lhe foram repassadas, uma vez que, não lhe pertencem somente, mas são propriedades de uma comunidade, de um grupo”.

Concluindo sua obra, Halbwachs assinala que, para evocar as nossas Memórias sempre recorreremos ao espaço e ao tempo em que ocorreram, bem como a todos os envolvidos no acontecimento como forma de confirmar ou mesmo configurar e formar uma imagem mais próxima do presente. Complementa ainda sua afirmação, dizendo que “nossa Memória muda segundo o lugar que ocupo e as relações que mantenho em outros

ambientes. (...) Ela está muito estreitamente limitada no espaço e no tempo”. (HALBWACHS, 2006, p.69). E ainda acrescenta a sua posição a afirmação de que “a Memória coletiva também está muito estreitamente limitada no espaço e no tempo, mas esses limites não são os mesmos, podem ser mais estreitos e também muito mais distanciados” (HALBWACHS, 2006, p.72) .

A Memória coletiva de Halbwachs, na compreensão de Jucá (2011) e Gomes (2012), contribui de forma decisiva para o reconhecimento da função social da Memória e assegura a coesão e a solidariedade da coletividade nos momentos de crise e pressão. Mesquita (2001) complementa a análise dos referidos autores, quando explica que o conceito de Memória coletiva proposto por Halbwachs amplia seu conceito por meio da abordagem que Pollak instaura, pois é desde a perspectiva construtivista de Pollak que a Memória coletiva, se interessará pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das Memórias: “não se trata de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem são solidificados e dotados de duração, continuidade e estabilidade” (POLLAK, 1989, p.3). Faz-se necessário entender quais os motivos que levam determinados fatos a serem lembrados e outros esquecidos, se há alguma relação com a constituição do grupo que lembra e que esquece.

Da compreensão da obra *Memória Coletiva*, de Maurice Halbwachs, e das ponderações de outros teóricos como Pollak (1989), Bosi (1994), Mesquita (2001), Casadei (2010), Jucá (2011), Gomes (2012), inferimos que o termo memória coletiva se distingue da memória individual, uma vez que a última está condensada na primeira e que em seu caráter terminológico difere radicalmente de memória histórica, sendo essa última constatação intensamente debatida por estudiosos como Montenegro (1994) e Silva e Silva (2009).

Fechamos este escrito que fundamenta teoricamente o nosso estudo sobre a categoria Memória, evidenciando a complexidade e magnitude do seu conceito, bem como a existência permanente de estudos que se debruçam sobre essa compreensão e buscam um entendimento para ela no campo da ciência.

### **4.3 Sobre que História e Memória este estudo se ancora**

Na perspectiva etimológica da palavra *historía*, logramos apenas informar que o nosso estudo procurou investigar, a trajetória educacional de formação e de ensino da Enfermeira cearense em uma instituição escolar. Com as contribuições de Magalhães

Júnior, Cecatto e Silva Neta (2012), Le Goff (2003) e Bloch (2001), para esta pesquisa, compreendemos a necessidade de clareza no estabelecimento e esclarecimento do objeto, método e problema desse estudo, quesitos descritos nos capítulos anteriores.

Após a realização de uma síntese descritiva e reflexiva sobre a evolução da História e da sua escrita na busca do seu reconhecimento como conhecimento científico, consolidada nos entendimentos de Magalhães Júnior, Cecatto e Silva Neta (2012), Xavier e Xavier (2012), e Paiva (2001), esclarecemos que nossas discussões e compreensões se ancoraram nos pressupostos que a Nova História oferece à História. Sendo assim, na redação da narrativa histórica descritiva, a fim de contextualizar situações em análise, tentamos ser, na medida do possível, sempre problematizadora. Pereira Neto (2006), adverte para a noção de que a História da Enfermagem não deve se constituir apenas sob a influência do historicismo, quando se escreve uma história convencional, cronológica e evolutiva; para ele, a História da Enfermagem deve ser escrita de maneira distinta da convencional, trazendo argumentos transformadores da realidade. Efetivamente, o autor sugere que as enfermeiras que pesquisam e escrevem História da Enfermagem conheçam a controvérsia entre o historicismo, a Escola dos *Annales* e as diversas correntes de pensamento historiográfico contemporâneo. A elaboração deste escrito visou também essa intenção.

Com origem na diferenciação entre os conceitos de História e Memória expressos aqui, no qual nos utilizamos dos escritos de Le Goff (1994), Montenegro (1994), Burke (2000), Mesquita (2001), Jucá (2001 e 2011), Silva e Silva (2009), Ramos (2011) e Ricarte (2012), compreendemos que a Memória, como elemento constitutivo da História, auxilia também na elaboração de uma reflexão que necessariamente haverá de ser contextualizada, problematizada e ordenada. Esclarecemos, ainda, que consideramos a Memória como o material subjetivo necessário para a elaboração da história que contamos, reconhecendo, contudo, a sua vulnerabilidade, no movimento da lembrança e do esquecimento de seus integrantes.

Acerca da relação estabelecida entre Memória e Identidade, pautadas em Proust (1958), Pollak (1992), Le Goff (1994), Araripe (2001), Garcia (2001) e Cavalcante (2001), também evidenciamos a relevância do nosso estudo. Este, ao reconstituir o percurso educacional de formação e de ensino da Enfermagem cearense, mediante o estudo da trajetória de existência da EESVP desde a sua criação em 1943, até a concretização de sua agregação oficial à UECE, em 1977; não apenas registra, conta e preserva uma História e uma Memória, mas também ajuda na elaboração da Identidade de um grupo profissional, no caso, das enfermeiras cearenses.

Quanto ao conceito de memória coletiva, comentado com o apoio dos escritos de Halbwachs, e das ponderações de Pollak (1989), Bosi (1994), Montenegro, (1999), Araripe, (2001), Mesquita, (2001), Oliveira (2001), Silva e Silva (2009), Casadei (2010), Jucá (2011) e Gomes (2012); embora inicialmente sua utilização como fonte histórica seja negada, dela fazemos uso, quando pressupomos que a memória, assim como a história, devam ser contextualizadas no tempo e no espaço. Ao consideramos o fato de que na memória individual está condensada a memória social, fica possível reconstituir a memória de um grupo pela memória de seus integrantes.

Finalizando esse escrito, podemos assinalar que evidenciamos o caminho de fundamentação teórica desta investigação, elucidando sobre que História e Memória ela se ancora, e ainda compreendendo que pensar o passado 'da arte e da ciência do cuidado' desde as perspectivas da Nova História, implica entender que nenhuma ocupação pode ser compreendida sem ter sido em alguns de seus aspectos analisada do ponto de vista social e sem ter se utilizado para isso de fontes diversas a respeito do tema em estudo.

Referente à importância do desenvolvimento de pesquisas em História e Memória da Enfermagem<sup>54</sup>, Pereira Neto (2006) esclarece que ao resgatar sua Memória e divulgar sua História, contribui-se para a ampliação da função social do enfermeiro e a valorização desta profissão e de seus exercentes. Oguisso (2011, p.30), numa perspectiva política, explica que

Conhecer cada vez mais e melhor a profissão e as peculiaridades que cercaram e talvez ainda cerquem as atividades de enfermagem constituirão argumentos fortes e eficazes para discutir, pleitear melhorias que facilitem o trabalho, implantar novas tecnológicas ou rotinas mais racionais, enfim, investir nos recursos humanos para que o cuidado profissional a ser prestado atenda as expectativas do paciente e da família.

Observamos, então, que o domínio da Ciência e Arte da Enfermagem, no seu todo, passado e presente, é uma ferramenta indispensável ao desenvolvimento desse ofício, não somente para identificação de trajetórias históricas ou de transformações simbólicas (CAMPOS e MONTANARI, 2011), mas também como legitimação do seu exercício profissional e reconhecimento social deste mister. Padilha e Borenstein (2005, p.575) corroboram essa justificativa, ao ressaltarem que 'é pelo registro sistematizado da história da enfermagem que haverá de ser reconhecido pela sociedade civil o profissional enfermeiro individualmente e o grupo como um todo'.

---

<sup>54</sup> A pesquisa em História e Memória da Enfermagem ganhou impulso na década de 1980, pela importância adquirida de estudos sobre a evolução da profissão de forma crítica dentro de um espaço social (LUCHESE *et al*, 2006), Padilha e Borenstein (2005 e 2006) informam que esta temática de investigação foi introduzida por Teresa E. Christy (1927 - 1982), quando esta a estabeleceu como um método e reforçou a necessidade de realizar pesquisa histórica em Enfermagem muito antes do que a maioria dos estudiosos de Enfermagem a aceitasse como método legítimo de investigação.

O conhecimento do passado da Enfermagem ainda traz ao profissional a possibilidade de desenvolvimento da autoestima e de (re)constituição da identidade profissional, pautada na convicção pessoal de sua capacidade e competência e na satisfação de realizar seu ideal de Enfermagem (OGUISSO, 2011, p.35), pois conforme Barreira (1999, p.90), os estudos históricos propiciariam à Enfermagem a formulação de uma memória coletiva, que possibilita a tomada de consciência do que somos, como produto histórico.

Em razão do exposto, continuar a desenvolver pesquisas históricas para constituir a memória da enfermagem e analisar criticamente a história das enfermeiras e da profissão é um desafio a ser enfrentado crescentemente (PADILHA e BORENSTEIN, 2005), em virtude de sua pertinência, que transcende o mero historicismo e alcança patamares de movimento social, político e de gênero (CAMPOS e MONTANARI, 2011) e por se consolidar em um processo de cientificação do ofício (FERNANDES e NASCIMENTO, 2005). Esta investigação é, portanto, uma perspectiva de resgate de dados para a Enfermagem do Ceará, que visa a multiplicar as contribuições que se inserem numa linha de pesquisa, no caso, de História e Memória da formação educacional desta profissão.

*“Qual era a proposta de formação da enfermeira mediante o contexto político, educacional, profissional e de saúde no período de 1943 a 1977?”*

## **5. A EDUCAÇÃO SUPERIOR EM ENFERMAGEM NO BRASIL: DESCOBERTAS DE TRILHAS**

Neste capítulo abordaremos, numa breve perspectiva histórica, o desenvolvimento do ensino de Enfermagem no Brasil no decênio de 1940 até o final da década de 1970, com o objetivo de, conhecendo essa trajetória de formação, evidenciar as características que pautaram ou direcionaram o modelo de formação de enfermeiras preconizado em cada momento histórico. Tencionamos, mediante a elaboração deste texto, obter um desenho do contexto político, educacional, profissional e de saúde e nele ancorar a base de sustentação teórica necessária para a compreensão da análise de nossos achados.

Com este propósito, o texto foi organizado em cinco tópicos, conforme o sistema político vigente no País. Esclarecemos que, embora o recorte temporal em estudo se correlacione diretamente aos períodos políticos da Era Vargas (1930-1945), República Populista (1945-1964) e Ditadura Militar (1964-1985), nos remetemos aos períodos, Colonial (1500-1808), Imperial (1808-1889), e da República Velha (1889-1930)<sup>55</sup> para neles inserirmos historicamente o contexto de institucionalização da Enfermagem no Brasil. Apresentamos de maneira conjunta, a Era Vargas e a República Populista, em virtude de ter ocorrido apenas uma reformulação no ensino da Enfermagem na Era Vargas.

### **5.1 Em tempos de Colônia (1500-1808)**

Durante o período colonial, a História da Enfermagem relatada por Paixão (1979) destaca o trabalho do franciscano Frei Fabiano e do jesuíta Padre Anchieta, como os primeiros grandes responsáveis pelo atendimento aos enfermos no Brasil-Colônia. A referência a essas figuras religiosas remete à relação permanente da Igreja Católica na assistência aos enfermos, modelo proveniente do Continente Europeu. Fato reconhecido historicamente, é seu *locus* de atuação as Santas Casas de Misericórdia<sup>56</sup>, onde a assistência prestada se caracterizava pela divisão técnica do trabalho, baseada na divisão de tarefas, sendo que “o controle do funcionamento da instituição e do processo assistencial era feito por indivíduos hierarquicamente superiores na escala da ordem religiosa ou por

<sup>55</sup> Esse recorte temporal subsidiado pelo contexto político brasileiro é o que foi proposto por Vicentino e Dorigo (1997).

<sup>56</sup> A primeira Santa Casa fundada no Brasil foi em Santos/RJ, em 1543, por Brás Cubas, contudo, é de 1498 que se registra a criação da Primeira Confraria da Misericórdia, no mundo, situada na cidade de Lisboa/Portugal (PAIXÃO, 1979, p.48).

administradores leigos, de reconhecido poder econômico e de *status* na sociedade da época” (PIRES, 1989; p.117).

Observa-se, também, neste recorte histórico, que, assim como em outros países, a Enfermagem no Brasil foi exercida, nos primórdios de sua existência, predominantemente por homens (SAUPE, 1998, p.31). Signer (citado por MELO, 1986, p.61) informa que, nas Santas Casas de Misericórdia também se utilizavam escravos e voluntários leigos para cuidar dos doentes, preferencialmente do sexo masculino. A chegada e assunção das atividades de assistência aos enfermos nos hospitais brasileiros, pelas religiosas, só vai ocorrer a partir de 1852<sup>57</sup> (PAIXÃO, 1979, p.105), quando Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo chegam ao Brasil, vindas da França, especificamente para gerenciarem a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.

Anterior a essa data da chegada das Filhas da Caridade para a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, se destaca na assistência de Enfermagem aos enfermos, a atuação de uma mulher de nome, Francisca de Sande, que cuidou dos acometidos pela febre amarela na Bahia, nos idos de 1686. Viúva, Francisca de Sande disponibilizou uma de suas residências como enfermaria para o cuidado dos acometidos por aquela doença (PORTO e OGUISSO, 2010, p.12).

No Brasil do século XVI, está inserida, portanto, a fase pré-profissional da história da Enfermagem brasileira, caracterizada por Saupe (1998, p.32). A Enfermagem tinha um cunho essencialmente prático e era majoritariamente exercida por elementos do sexo masculino, primeiramente com os índios, nas figuras dos feiticeiros, pajés e curandeiros, que se ocupavam dos cuidados aos que adoeciam em suas tribos, e, mais tarde, com os jesuítas, voluntários leigos e escravos, selecionados para essa tarefa. Essa condição perdurou até o início do século XIX, sendo que, nesse período, não era exigido qualquer nível de escolarização para aqueles que exerciam a profissão e a prática era embasada em conhecimentos puramente empíricos (NAUDERER e LIMA, 2005). Acerca do ensino formal da Enfermagem nesse período, este inexistia. Segundo Nietzsche, (1998, p.150), o ensino era informal e manifestava-se pelo empirismo de pajés, curandeiros e jesuítas.

## 5.2 Em tempos de Império (1808-1889)

---

<sup>57</sup> Embora a autora defina este ano como o de chegada das Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo ao Brasil para o cuidado de enfermos nas Santas Casas de Misericórdia, sua existência no País, data de 1849, quando uma comitiva formada por doze religiosas se destinou a cidade de Mariana/MG, na qual contribuíram majoritariamente para a educação feminina. (DIÁRIO DA IRMÃ DUBOST , [1849?]) [DIÁRIO DA IRMÃ DUBOST. Uma longa e edificante viagem: Historia da viagem das Irmãs ao Brasil 1849. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Fundação Romão de Matos Duarte.]



Embora a história da Saúde Pública brasileira tenha início em 1808<sup>58</sup>, é de 1850 que datam as primeiras tentativas governamentais da dispensação de recursos para impedir a propagação das epidemias reinantes, à época, como a febre amarela e a varíola, e assim socorrer os enfermos necessitados e melhorar o estado sanitário da Capital e de outras províncias do Império. Essa atitude por parte do Império pode ser confirmada por meio do Decreto nº 533, de 25/4/1850 e o de nº 598, de 14/9/1850 (BRASIL/FUNASA, 2004). Até aquele ano, com uma população estimada em 2.424.463 habitantes (IBGE 1990 e 2006), as atividades de Saúde Pública no País estavam limitadas à delegação das atribuições sanitárias às Juntas Municipais e às Autoridades Vacinadoras contra a varíola; e ao controle de navios pelo Serviço de Inspeção de Saúde Pública do Porto (BRASIL/FUNASA, 2004). Havia nitidamente uma preocupação com a importação e exportação de bens e serviços que geravam os recursos para manter o Império. Quanto à assistência hospitalar, são originários desta época os primeiros hospitais públicos como o Hospício Dom Pedro II (1852), o Hospital de Isolamento de São Paulo (1880), para o tratamento da varíola, e o Hospital São Sebastião (1889), no Rio de Janeiro (BRENNER, 2006).

Referente às atividades de Enfermagem desenvolvidas neste período de Império, Andrade e Guimarães (2005, p.303), ao reconstituírem a história do Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara criado em 1825 e inaugurado em 1826, descrevem textualmente que

[...] o Enfermeiro era todo indivíduo que cuidava de doentes e feridos, nos hospitais ou em qualquer outro lugar. Na maioria das vezes eram analfabetos e de classe social baixa (...) que tinham como atribuições: dar os remédios na hora certa; fazer companhia; auxiliar na ocasião das “necessidades” e nos banhos; limpar os quartos; forrar as camas; mudar as roupas das camas aos domingos. (...) Não lhes sendo permitido fazer ou trocar os curativos. Os enfermeiros tinham um papel mais importante que as enfermeiras, podendo, às vezes, substituir o médico do hospital; por isso seu salário era bem mais elevado que o das mulheres

Observa-se, nesta descrição, que a Enfermagem, conquanto profissão exercida sem a devida formação, era predominantemente praticada em ambientes hospitalares, pois, além da assistência direta aos enfermos, o enfermeiro ainda se ocupava da higiene do ambiente e, quando fosse necessário, exerceria as funções de outros profissionais ausentes. Constata-se, também, a divisão do trabalho pelo sexo de seus exercentes.

No âmbito desses tempos de Império, destaca-se a atuação de outra baiana, de nome Ana Justina Ferreira Neri, que, posteriormente se tornou figura de reconhecimento da Enfermagem no Brasil. No maior embate internacional ocorrido na América do Sul

---

<sup>58</sup> Em 27 de fevereiro de 1808, ocorreu a primeira tentativa de organização nacional de Saúde Pública no Brasil, com a institucionalização do cargo de Provedor-Mor de Saúde da Corte e do Estado do Brasil, embrião do Serviço de Saúde dos Portos, e com a figura dos delegados de saúde nos estados (Alvará de 23/11/1808). (BRASIL/FUNASA, 2004) [BRASIL/FUNASA. Fundação Nacional de Saúde. 100 anos de Saúde Pública: a visão da FUNASA/Fundação Nacional de Saúde. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2004. 232 p.]

(VICENTINO e DORIGO, 1997), que foi a Guerra do Paraguai<sup>59</sup> (1864-1870), é de onde vai surgir Ana Neri. Motivada pelo espírito cristão caritativo e de sentimento cívico, as atividades realizadas por Ana Neri não teve qualquer aproximação com um trabalho de Enfermagem que se possa reconhecer como do tipo profissional (PIRES, 1989, p.118), no entanto, este serviu para trazer reconhecimento à profissão. Servindo nos hospitais de Salto, Corrientes, Curupati, das Cordilheiras, Humaitá e de Assunção (LIMA, 1977), Ana Neri atuou como voluntária na Guerra do Paraguai, acompanhando os filhos que foram convocados, tendo sido posteriormente homenageada por diversas autoridades quando no retorno da Guerra (PORTO e OGUISSO, 2010, p.2). Embora não tenha sido a única brasileira a prestar socorro aos feridos da Guerra do Paraguai, pois uma paulista de nome Felisbina Rosa de Anunciação Fernandes e Silva<sup>60</sup>, conhecida como Felisbina Rosa, já se encontrava no conflito cuidando dos feridos em combate, antes da chegada de Ana Neri (SCHUMAHER citado por PORTO e OGUISSO, 2010, p.3), o nome de Ana Neri obteve maior reconhecimento social, provavelmente em decorrência das semelhanças identificadas entre a sua história e a de Florence Nightingale<sup>61</sup>, a inglesa, precursora da Enfermagem Profissional.

A história da heroína brasileira assemelha-se a de Florence Nightingale no reconhecimento governamental e social do valor do trabalho, hoje, conhecido por trabalho de enfermagem; por ter sido um trabalho desenvolvido por mulheres pertencentes à parcela mais privilegiada da sociedade; e por suas atividades assistenciais terem sido realizadas em período de guerra. Diferenciam-se, pois Ana Neri não passou por nenhum tipo de treinamento formal<sup>62</sup> e o reconhecimento do seu trabalho não trouxe nenhuma consequência a médio prazo para a estruturação da profissão enfermagem no País (PIRES, 1989; p.118-119)

Até aquele momento, conforme descrevem Machado *et al* (2006) e Porto e Oguisso (2010), a Enfermagem era uma ocupação assistencialista ora prestada em nome da caridade, nas Santas Casas de Misericórdia, por escravos e pessoas voluntárias, coordenadas, na maioria das vezes, pelas religiosas, ora exercida pelos curandeiros, agentes de Enfermagem chamados de Enfermeiros, que não possuíam formação específica para esse exercício, mas que aprendiam na prática como cuidar de pessoas acometidas por

---

<sup>59</sup> O Paraguai enfrentou isoladamente a Tríplice Aliança, formada por, Brasil, Argentina e Uruguai. A disputa ocorreu, pois o Paraguai, que desejava ampliar seu território para alcançar o oceano Atlântico, tido como imprescindível para a continuação do progresso econômico do país, invadiu as fronteiras de dois países distintos, Brasil e Argentina (VICENTINO e DORIGO, 1997, p.248).

<sup>60</sup> Assim como Ana Neri, a paulistana decidiu ir à Guerra acompanhando o filho que fora recrutado. Ela atendeu aos feridos da Batalha de Tuiuti e depois regressou a Corrientes, acompanhando os feridos, quando, em 31 de julho de 1865, faleceu. (PORTO e OGUISSO, 2010, p.12)

<sup>61</sup> Florence Nightingale (1820-1910) é considerada a fundadora da Enfermagem moderna diante da projeção da sua atuação na Guerra da Criméia, em 1854, quando com 38 mulheres (irmãs anglicanas e católicas) organizou um hospital com 4.000 soldados internados, baixando de 40% para 2% a mortalidade local. Com o prêmio recebido por este trabalho, em 1860, fundou a primeira escola de Enfermagem. (PADILHA *et al*, 1998, p.83)

<sup>62</sup> No Rio Grande do Sul, Ana Neri obteve algumas lições sobre cuidados hospitalares com as Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo. (PORTO e OGUISSO, 2010, p.2) As Filhas da Caridade eram as que nesta Guerra e nas Santas Casas próximas às regiões das batalhas, exerciam a Enfermagem, em caráter humanitário ou religioso (LIMA, 1977, p.132).

determinados males. Exerciam a atividade de maneira autônoma por meio de um mercado formal e informal, de acordo com a demanda social. Há ainda vestígios, na História da Enfermagem, de que muitas enfermeiras tornavam-se efetivamente empregadas das instituições de saúde mediante os conhecimentos práticos que adquiriam em virtude de serem acometidas pelas moléstias crônicas dos referidos asilos (AMARAL citado por NASCIMENTO e AMORIM, 2010, p.70).

Nesse ínterim, na Inglaterra, vai ocorrer a institucionalização do ensino de Enfermagem e o estabelecimento das bases para a estruturação do trabalho desenvolvido nesta nova profissão, quando Florence Nightingale retorna da Guerra da Criméia<sup>63</sup> a Inglaterra, e cria a escola de formação de enfermeiras no Hospital de Saint Thomas<sup>64</sup>, em 9 de julho de 1860 (SAUPE, 1998, p.33). Com a atuação de Florence Nightingale, a prática da Enfermagem é renovada, dissipando-se o período de declínio da profissão no Continente Europeu, que ocorreu nos séculos que sucederam à Idade Medieval (476 d.C. a 1453 d.C.), em meio à desorganização social, advinda das invasões, migrações, aglomerações urbanas, reformas, pestes, secularização e decadência dos hospitais, entre outras transformações sociais (OLIVEIRA, 2009). O modelo de ensino proposto na Inglaterra influenciou a formação de enfermeiras em vários países europeus, bem como nas nações norte-americanas, repercutindo, posteriormente, na formação das enfermeiras brasileiras, também.

O modelo de ensino e formação da enfermeira brasileira incorporou assim as características que qualificam a Enfermagem profissional moderna ou nightingaleana. Constatamos que esta nasce sob o modo de produção capitalista e se organiza dentro dos seguintes princípios: formação em escola própria, dirigida por enfermeiras e anexa a um hospital, no qual as alunas aprenderiam as práticas de Enfermagem, bem como assumiriam a assistência prestada pelo hospital; seleção rigorosa das alunas que deveriam ser obrigatoriamente do sexo feminino, com idade entre 25 e 35 anos e dotadas de valores morais dentro dos padrões considerados de melhor qualidade para aquela sociedade. Sobre o ensino este seria metódico com fundamentação em Ciências Básicas, como Anatomia e Fisiologia; formação na modalidade de internato, isto é, as alunas viveriam na escola, entendida como um espaço de convivência e de formação dos valores morais e de conduta ascética e caridosa. Também está inserido no modelo de formação da enfermeira nightingaleana o fomento à criação de uma instituição associativa da profissão, com a

---

<sup>63</sup> Esse embate ocorreu entre 1854 e 1856, no qual ingleses se aliaram a franceses para conter o avanço russo nos Bálcãs, defendendo a sobrevivência do Império Turco-Otomano (VICENTINO, 1997, p.309).

<sup>64</sup> Foi escolhido este hospital, fundado desde 1213, porque era uma senhora que à época o administrava, a saber, Sarah Wardrope (O POVO, 08.07.1960).

participação das ex-alunas, a fim de normatizar o exercício da profissão e divulgar a atualização dos conhecimentos produzidos (PIRES, 1989, p.121-122).

O momento em que Florence Nightingale cria a profissão de Enfermagem na Inglaterra coincide com as transformações que ocorrem no ambiente hospitalar, estabelecendo o vínculo entre o saber de Enfermagem e o conhecimento médico, instituindo uma situação de subordinação (PADILHA *et al*, 1998, p. 86). Ocorre também um processo de subordinação dentro da própria profissão Enfermagem, instaurando-se a divisão parcelar do trabalho, quando as *lady-nurses* eram preparadas para o ensino e supervisão de pessoal; e as *nurses* eram destinadas ao cuidado direto com o paciente (FORMIGA e GERMANO, 2005).

Identifica-se o fato de que mesmo mediante o franco desenvolvimento da Enfermagem profissional em outros países, apenas no final do século XIX, mais precisamente 30 anos após a fundação da Escola Nightingaleana, entretanto, é que será estabelecido o marco inicial da Enfermagem como profissão no Brasil, ao realizar-se a primeira iniciativa formal de organização do ensino de Enfermagem nesse País, com a criação da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras no Hospital Nacional dos Alienados<sup>65</sup>.

### 5.3 Em tempos de República Velha (1889-1930)

Durante a República Velha<sup>66</sup> (1889-1930) predominavam no Brasil as doenças transmissíveis como a febre amarela, a varíola, a tuberculose, a sífilis, além das endemias rurais. Para deter a ocorrência dessas epidemias que ameaçavam a expansão do modelo econômico agrário-exportador brasileiro, o governo, sob pressões externas, assume a assistência à saúde também mediante a organização de serviços de saúde pública<sup>67</sup> e a

<sup>65</sup> Sobre os antecedentes históricos que marcaram o início da profissionalização da Enfermagem no Brasil há divergências. Há autores, como Hahn *et al* (2006), que o relacionam ao surgimento de cursos de parteiras junto às Faculdades de Medicina da Bahia (1808) e do Rio de Janeiro (1832), contudo, na maioria de nossas leituras, o marco considerado foi a criação e estruturação da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras no Hospital Nacional dos Alienados, sendo este último o que utilizamos.

<sup>66</sup> A República Velha, também conhecida por Primeira República, abrange dois períodos, a República da Espada (1889-1894) e a República 'Café com Leite', ou Oligárquica, ou dos Coronéis (1889-1930). Na República da Espada, o Brasil foi governado pelos militares, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, os quais se utilizaram da força para consolidar a República. Na República Café com Leite, o Brasil foi governado majoritariamente por políticos civis, que utilizaram de seus mandatos para defender os interesses dos cafeicultores paulistas e fazendeiros mineiros. Durante a República Velha, ocorreram a ascensão da burguesia industrial brasileira e a imigração de estrangeiros que vinham para as fazendas de café, mas em virtude das extenuantes condições de trabalho, partiam para as grandes cidades, onde acabavam se empregando nas fábricas e outros serviços urbanos (BOULOS JUNIOR, 1997, p.110).

<sup>67</sup> A partir de 1897, os serviços relacionados com a Saúde Pública estariam sob a jurisdição do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, compreendidos na Diretoria Geral de Saúde Pública, que atuou no saneamento e na reforma urbana do Rio de Janeiro. Durante o período de 1903 a 1909, destaca-se a atuação do sanitarista Oswaldo Cruz, que estruturou diversas campanhas sanitárias, em moldes militares, contra a febre amarela, peste bubônica e varíola. Em 1904, instituiu-se a "Reforma Oswaldo Cruz", vigorando o então novo Código Sanitário, que criou o Serviço de Profilaxia da Febre Amarela e a Inspeção de Isolamento e Desinfecção para combater a malária e a peste bubônica no Rio de Janeiro (Decreto Legislativo nº 1.151, de 5/1/1904), tornando obrigatórias, em toda a República a vacinação e a revacinação contra a varíola (Decreto nº 1.261, de 31/10/1904), o que culminou com a Revolta da Vacina; criou o Instituto de Patologia Experimental de Manguinhos (atual Instituto Oswaldo Cruz), onde foram estabelecidas normas e estratégias para o controle dos mosquitos, vetores da febre

realização de campanhas sanitárias (PAIM, 2002). O modelo assistencial de saúde da época vivia a transição entre a ação e a responsabilidade da 'polícia sanitária', para a centralização e transformação da saúde em questão nacional (VIEIRA, 2002, p.62).

Neste contexto de Velha República, ocorreu a primeira iniciativa formal de organização do ensino de Enfermagem no Brasil, com a criação, no Rio de Janeiro, da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras no Hospital Nacional dos Alienados, estabelecimento de ensino oficializado pelo Decreto nº 791, de 27 de setembro de 1890. A fundação desta Escola, conforme Moreira (2005), foi resultado, de um lado, de um processo político, oriundo do confronto entre a corporação médica amparada pelo Estado Republicano e o antigo poder religioso<sup>68</sup>, e, de outro, da necessidade de suprir a carência de mão de obra treinada e dotada de características adequadas para o cuidado dos enfermos e, que ao mesmo tempo, obedecessem à figura do médico. A Medicina, com as novas descobertas se tornava moderna e exigia um cuidado científico frente às doenças e aos doentes por parte de médicos e seus auxiliares, no caso, as enfermeiras. Vale salientar que o motivo conducente à criação desta Escola foi a saída de todas as Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo e das serventes do Hospício Pedro II em 1889<sup>69</sup> (PIRES, 1989).

Pela incipiente quantidade de registros que sinalizem outra informação sobre a formação de enfermeiros e enfermeiras no País, acreditamos ser esta a primeira escola de Enfermagem brasileira, denominada, hoje, Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, pertencendo à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFERJ) (GONSALVES *et al*, 2010). A formação profissional instituída nesta Escola pautava-se nos moldes das escolas francesas – *La Petié*, *La Salpêtrière*, *La Bicêtre* e *Lariboisère* - onde o ensino era, em grande parte, realizado na área hospitalar e o currículo abordava aspectos básicos da assistência hospitalar predominantemente curativa (GEOVANINI *et al*, 1999), que incluía conteúdos de Administração e Contabilidade Hospitalar, Anatomia, Fisiologia, Higiene,

---

amarela (Decreto nº 1.802, de 12/12/1907). Em 1920, com a "Reforma Carlos Chagas", reorganizam-se, novamente, os Serviços de Saúde Pública, criando-se o Departamento Nacional de Saúde Pública, em substituição à Diretoria Geral de Saúde Pública, ressaltando que este novo órgão ainda era vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Decreto nº 3.987, de 2/01/1920, Decreto nº 14.189, de 26/5/1920 e Decreto nº 14.354, de 15/9/1920). A reforma também amplia as atividades de cooperação com estados, por meio da Diretoria de Saneamento e Profilaxia Rural, em substituição à Inspetoria de Serviços de Profilaxia (Decreto nº 15.003, de 15/9/1921) (BRASIL, 2004).

<sup>68</sup> Conforme explicitam Baptista e Barreira ([1994?]) até a proclamação da República, 15 de novembro de 1889, a Igreja detinha a exclusividade no cuidado aos doentes das Santas Casas de Misericórdia, onde o corpo médico era subordinado administrativamente ao pessoal religioso. Não havia uma preocupação com um respaldo científico, o que afetava a autonomia profissional do médico, e que, ao seu ver, prejudicava a qualidade da assistência prestada e impedia a geração de conhecimento sobre as doenças, especialmente acerca da loucura.

<sup>69</sup> Diversos foram os motivos citados que levaram à saída das irmãs. Segundo Machado (citado por PIRES, 1989, p.123), as Irmãs foram acusadas de colaborar e acobertar os maus-tratos sofridos pelos doentes por parte dos guardas e 'enfermeiros' da instituição. Conforme Monteiro (2009), a separação do Hospício Pedro II da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro foi o que contribuiu para a saída das Irmãs. Para Carvalho (1976), ao serem excluídas do trabalho na seção masculina, que foi entregue a enfermeiros e guardas, as irmãs se sentiram diminuídas e decidiram abandonar o hospital. Quanto à expulsão das serventes, estas foram dispensadas porque, conforme os valores morais da época, se acreditava que a assistência prestada por mulheres aos loucos do sexo masculino provocaria excitação sexual (PONTES citado por PIRES, 1989, p.123).

Curativos, Pequena Farmácia, Cuidados com mulheres que iriam dar À luz e cuidados com o recém-nascido, e sobre Massagens e exercícios físicos (ESPIRITO SANTO, 2007). Este modelo de ensino, criado pelo médico, jornalista e parlamentar Desiré Magloire Bourneville (1840-1909), fora alvo de muitas críticas, principalmente, por ser um modelo formativo com uma concepção empobrecida das funções de Enfermeira, reduzindo esta função àquela compatível ou inferior à de doméstica (MALISKA *et al*, 2010). Observamos nos escritos que, embora houvesse outro modelo formativo de enfermeiras no mundo<sup>70</sup>, a institucionalização do ensino de Enfermagem no Brasil conforme o modelo apregoado por Bourneville atendia tanto aos anseios políticos do momento, uma vez que se fundamentava em pressupostos anticlericais, quanto às ambições da comunidade científica da época, porquanto que formaria profissionais também dedicadas, devotadas e subjugadas hierarquicamente ao médico (ESPIRITO SANTO, 2007). Naquele período, havia a tentativa permanente de adaptar a cultura brasileira à cultura francesa, a fim de dotá-la de melhores costumes e de torná-la moderna.

Segundo o seu Decreto de criação, o curso de Enfermagem da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras no Hospital Nacional dos Alienados, em 1898, sob direção médica<sup>71</sup> (PAIXAO, 1979, p.127), tinha por finalidade formar enfermeiros para atuarem em hospícios e hospitais civis e militares, teria a duração mínima de dois anos, seria ministrado três vezes na semana por médicos do hospício, auxiliados pelos internos e inspetores quando nas visitas às enfermarias, e os conteúdos ministrados se inseriam nas seguintes disciplinas: Noções Práticas de Propedêuticas Clínicas, Noções Gerais de Anatomia, Fisiologia, Higiene Hospitalar, Curativos, Pequenas Cirurgias, Cuidados Especiais a Certas Categorias de Enfermos, Aplicação de Balneoterapia, Administração Interna, Escrituração do Serviço Sanitário e Econômico das Enfermarias. Ainda nesse documento, se estabeleciam os critérios de admissão do alunado, sendo eles: ter no mínimo 18 anos de idade, saber ler e escrever, conhecer Aritmética Elementar e apresentar atestado de bons costumes. A direção, a estrutura e o corpo docente da Escola não foram especificados no decreto. Ao final do curso, o aluno recebia um diploma do diretor geral da Assistência Médico-Legal de Alienados (PIRES, 1989; p.125).

Os alunos matriculados nesse curso, de acordo com Moreira (citado por ARAUJO *et al*, 2010, p.30), poderiam ser submetidos ao regime interno ou externo,

---

<sup>70</sup> O modelo nighthingaleano difundido na Inglaterra e nos Estados Unidos era o que melhor formava enfermeiras para o exercício da profissão (NASCIMENTO e PORTO, 2010, p. 71). Contudo, havia também outros distintos modelos institucionalizados em cidades francesas de pequena abrangência, como Lyon e Bordeaux, sendo seus respectivos idealizadores Hermam Sainte-Marie Sabran e Anne Emile Hamilton (ESPIRITO SANTO, 2007). [ESPIRITO SANTO, Tiago Braga do. Enfermeiras francesas na capital do Brasil (1890-1895) São Paulo, 2007. 162p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2007.; ]

<sup>71</sup> Somente a partir de 1939, a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras do Hospital Nacional dos Alienados passou a ser dirigida por uma enfermeira diplomada, Maria Pamphiro, uma das pioneiras da EEAN. (PAIXAO, 1979, p.127) [PAIXAO, Waleska. História da Enfermagem. 5 ed. Rio de Janeiro: Julio C Reis Livraria. 1979. p.138.]

possuindo alojamento, alimentação e uma gratificação, que no primeiro ano era de 20 reis mensais e no segundo de 25, devendo o estudante, contudo, auxiliar os empregados do estabelecimento no serviço hospitalar. Em 1906, após a segunda reinauguração do curso de Enfermagem da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras no Hospital Nacional dos Alienados, em 1905, se formaram cinco alunos, constituindo-se assim na sua primeira turma (MORAIS e AMORIM, 2009). A pouca quantidade de formandos decorre da baixa qualificação das candidatas a alunos. As alunas, nos escritos de Moreira, Porto e Oguisso (2002), eram órfãs oriundas das pretorias do Rio de Janeiro, que vinham sem educação formal, analfabetas, com pouco amor ao trabalho e má vontade para com os doentes.

A fundação da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras do Hospital Nacional dos Alienados<sup>72</sup>, mesmo com inúmeras dificuldades financeiras e organizativas que permearam a sua existência por várias décadas, auxiliou no reconhecimento da Enfermagem como profissão, no Brasil, ao delimitar um novo perfil de enfermeiros, e, nas palavras de Porto e Oguisso (2010, p.47) “ao qualificar e sistematizar os conhecimentos e técnicas dessa área”. Caberiam, de acordo com o entendimento de Ambrozano (citado por ARAUJO *et al*, 2010, p.45), à Enfermagem, a realização das tarefas manuais de saúde e à Medicina, o diagnóstico, a prescrição e o tratamento.

Comparando a organização do ensino de Enfermagem no Brasil com o que foi realizado em outros países latino-americanos, constatamos que, em 1885, na Argentina, já existia uma escola de Enfermagem, fundada pela médica Cecília Grierson, que se diferenciava da iniciativa brasileira, pois se pautava nas prerrogativas instituídas pelo modelo *nightingaleano*. Valorizava os preceitos éticos e morais das candidatas ao curso, e o ensino prático hospitalar em detrimento ao teórico (NASCIMENTO e PORTO, 2010, p.71 e 88). Sendo assim, a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras do Hospital Nacional dos Alienados seria, no plano latino-americano, a segunda tentativa de institucionalização do ensino de Enfermagem e, conseqüentemente, de formalização do ofício, embora já perpetuasse a direção do ensino à categoria médica. Correlacionando-se, ainda, a criação e organização do ensino de Enfermagem entre os países latino-americanos, nos escritos de Sousa ([1981?], p.135), encontramos assinalado que as escolas de Enfermagem foram as primeiras instituições acadêmicas a dispor de alojamentos para estudantes na América Latina.

---

<sup>72</sup> Em 22 de setembro de 1942, foi publicado o Decreto-Lei nº 4.725 que, além de alterar o nome da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras no Hospital Nacional dos Alienados para Escola de Enfermeiros Alfredo Pinto, também reorganizou a instituição, a fim de preparar enfermeiros auxiliares para serviços sanitários e assistenciais e promover a especialização em serviços psiquiátricos para enfermeiros diplomados. Esse decreto, que vigorou a partir de 1943, tornou a referida Escola inferior às demais já equiparadas segundo o padrão Anna Nery. Seu funcionamento só se regulariza com a normatização da Lei nº775/49, que autoriza o retorno do curso de Enfermagem da Escola de Enfermeiros Alfredo Pinto, conforme os preceitos vigentes a época (BESSA e AMORIM, 2006). [BESSA, Marina do Nascimento; AMORIM, Wellington Mendonça de. Aspectos da formação profissional na Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (1943-1949). *Esc Anna Nery R Enferm* 2006 dez; 9 (3): 64-74.]

Na comparação com a trajetória portuguesa sobre o início do ensino da Enfermagem, de fato, existe paralelismo quanto à época de sua criação, às exigências para admissão, bem como quanto às repetidas inaugurações e às dificuldades de operacionalização; no entanto, quanto à iniciativa do ensino, no Brasil, ela foi oficial, por um ato do governo, enquanto, em Portugal, este ocorreu por iniciativa voluntarista do médico-administrador dos Hospitais da Universidade de Coimbra, a expensas suas e sem reconhecimento oficial (MOREIRA, PORTO e OGUISSO, 2002).

No contexto internacional, em 1899, é fundado o Conselho Internacional de Enfermeiras, mediante o trabalho de Ethel Bedford Fenwick, com a Associação Britânica de Enfermeiras (COSTA *et al*, 2009).

Há indícios de que, por volta de 1901, foi criado, sob a orientação de cinco enfermeiras inglesas, outro curso de Enfermagem no Brasil, no então Hospital Evangélico (hoje Hospital Samaritano), fundado em 1894, em São Paulo (CYTRYNOWICZ, 2000). Esse curso foi fomentado com o objetivo de preparar pessoal para o referido hospital que se destinava ao atendimento exclusivo de estrangeiros residentes no Brasil (TEIXEIRA *et al*, 2006), funcionando até 1970 (SAUPE, 1998, p.35).

A existência desses dois cursos de Enfermagem, contudo, não satisfazia a demanda de mão de obra qualificada no País. Nascimento e Amorim (2010, p.55), ao estudarem os II e III Congressos Médicos Latino–Americanos, informam que os médicos<sup>73</sup> reclamavam a criação de mais escolas de Enfermagem nos países da América Latina. Observa-se, desta maneira, que a necessidade de pessoal de Enfermagem nas instituições de saúde era detectada também por profissionais de outra categoria profissional, que compreendiam a ausência de profissionais enfermeiros habilitados como um atraso para o desenvolvimento específico da sua função, pois o enfermeiro era considerado como um “auxiliar indispensável para o exercício da medicina” (AMARAL citado por NASCIMENTO e AMORIM, 2010, p. 69).

Com os presságios e as repercussões da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), na qual o Brasil se posicionou contra a Alemanha e assim contribuiu com a França ao enviar cem cirurgiões para uma missão médica (PORTO e SANTOS, 2006). Também a Cruz Vermelha Brasileira<sup>74</sup>, segundo Mott (citado por PORTO e SANTOS, 2006), deu início por

---

<sup>73</sup> Dentre esses médicos brasileiros, Morais e Amorim (2009) destacam a participação de Julio Afrânio Peixoto neste congresso, visto que ocupava os cargos de diretor interino do Hospital Nacional de Alienados e de professor da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras.

<sup>74</sup> O Movimento Internacional da Cruz Vermelha foi fundado por Jean Henri Dunant na segunda metade do século XIX (PORTO, CAMPOS e OGUISSO, 2009). A Cruz Vermelha Brasileira foi fundada em 5 de dezembro de 1908, como uma sociedade filantrópica, independente, com personalidade jurídica, sede e foro na capital do Rio de Janeiro, conforme estabelecem a Lei nº 2380, de 31 de dezembro de 1910, o Decreto nº 9620, de 13 de junho de 1912 e o Decreto nº 23.482, de 21 de novembro de 1933. Teve como primeiro presidente o médico sanitário Oswaldo Cruz. No Ceará, a CVB surge em



volta de 1912, em São Paulo e em 1916 na cidade do Rio de Janeiro (TEIXEIRA *et al*, 2006), a um curso de Enfermagem na Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha, que diferia dos demais cursos já instituídos, à época da República Velha, pela mesma entidade e que tinham como finalidade preparar enfermeiras voluntárias para as emergências de guerra (Escola de Enfermeiras Voluntárias da Cruz Vermelha) (AYRES *et al*, 2010). As Escolas Práticas de Enfermeiras da Cruz Vermelha tinham por finalidade oferecer às mulheres a instrução teórica e prática obrigatória para a formação profissional em Enfermagem (AYRES *et al*, 2010, p.159). Várias das candidatas aos cursos de Enfermagem, que duravam dois anos, eram mulheres pertencentes às famílias ilustres da época, e a maioria parentes de militares (PIRES, 1989, p.126). Conforme explicitam Baptista e Barreira ([1994?]), as Escolas Práticas de Enfermeiras da Cruz Vermelha eram subordinadas ao Ministério da Guerra. Sendo assim, não seguiam as mesmas disposições no que diz respeito à concessão de diplomas e à fiscalização do ensino do restante das escolas de Enfermagem então existentes. Após a Primeira Guerra, as Escolas Práticas de Enfermeiras da Cruz Vermelha continuaram a existir, atuando principalmente no atendimento às situações de emergência e epidemias, como o surto de Gripe Espanhola que aconteceu no Rio de Janeiro, em 1918. Também mantiveram os cursos de enfermeiras voluntárias e seus hospitais (BAPTISTA citado por FREIRE e AMORIM, 2010, p.102).

Em razão, ainda, da quantidade insuficiente de profissionais enfermeiros qualificados para o exercício da profissão nos hospitais do País, em 31 de dezembro de 1921, pelo Decreto nº 15.230, criaram-se também as Escolas de Formação Sanitária Divisionárias, subordinadas à Diretoria de Saúde da Guerra. Estas escolas eram destinadas a formar enfermeiros militares que constituiriam exclusivamente o quadro de enfermeiros dos hospitais militares. Tanto a direção quanto o ensino ministrado aos futuros enfermeiros, nestes locais, eram de responsabilidade dos médicos da corporação. Os alunos, além de formação técnica em saúde, recebiam formação militar (BAPTISTA e BARREIRA, [1994?]). Os cursos ministrados nos hospitais militares eram considerados idôneos pelo governo, o que admitia que se formassem enfermeiros sem cumprir os princípios do modelo Ana Neri (PIRES, 1989, p.127), instituídos na década seguinte.

Durante a década de 1920, se observam a implementação e o desenvolvimento de serviços sanitários por todo o País e a tentativa de formação de recursos humanos para esse campo de atuação. Pretendia-se com isso reduzir os índices de tuberculose e mortalidade infantil que afligiam a população brasileira à época da República Velha (MENDES *et al*, 2011, p.628). Nesse período, existiam as visitadoras de

Enfermagem/visitadoras sanitárias (também nomeadas *nursing visitors*), que faziam orientações sobre higiene e puericultura nas casas, e que eram “agentes ‘leigos’, ou seja, sem formação específica, que assistiam a população mais carente com o conhecimento empírico, sem organização e controle formais” (MOREIRA, 1999, p.621). Estas pessoas, após a participação nos cursos promovidos pela Cruz Vermelha Brasileira, se constituíam na primeira categoria de pessoal de Enfermagem com algum preparo para atuar na área da saúde pública no País (MELO, 1986, p.63). A ausência de uma formação mais técnica e científica (que surgiu posteriormente) contribuía de forma negativa na qualidade e efetividade das ações de saúde instauradas. Essa ocorrência exigiu que a Fundação Rockefeller<sup>75</sup>, ao chegar ao Brasil, organizasse um treinamento emergencial para as visitadoras de Enfermagem (*nursing visitors*), enquanto eram formadas as enfermeiras visitadoras (*public health nurses*) na Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP). O referido treinamento emergencial durava seis meses e se iniciou em 24 de abril de 1922, sendo repetido posteriormente para outro grupo de visitadoras de Enfermagem, num curso com maior carga horária, com duração de dez meses (FREIRE e AMORIM, 2010, p.104). Essas visitadoras de Enfermagem (*nursing visitors*) que eram treinadas pelo DNSP passavam a ser chamadas de visitadoras de saúde (*health visitors*) (MOREIRA, 1999, p.622).

Nesse mesmo ano, com a vinda de mais 13 enfermeiras dos Estados Unidos da America (EUA) - sete para o Serviço de Saúde Pública e seis para Escola de Enfermeiras Visitadoras – (CARVALHO, 1976, p. 7), como integrantes de uma missão, à época denominada Missão de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento da Enfermagem no Brasil, considerada necessária à efetivação da Reforma Sanitária em desenvolvimento no País, também é criado o Serviço de Enfermeiras do DNSP, no mesmo nível das inspetorias e hospitais, que correspondiam às estruturas de saúde existentes na época. O serviço cooperaria com todas as Inspeções nos assuntos relativos à Enfermagem. Esta característica organizativa mostra o prestígio que a nova profissão tem no momento de sua emergência no País, como profissão estratégica na organização sanitária de saúde (FERREIRA, 2007).

---

<sup>75</sup> Associação beneficente não governamental criada em 1913, nos EUA, cuja missão era promover, no exterior, o estímulo à saúde pública, o ensino, a pesquisa e a filantropia; utilizava recursos próprios para realizar suas ações em vários países, principalmente nos subdesenvolvidos. A Fundação Rockefeller chega ao Brasil mediante entendimento realizado com o médico Carlos Chagas, chefe do DNSP, que, em viagem realizada em 1921 aos EUA, acertou a vinda de uma Missão de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento da Enfermagem no Brasil. O Plano da Missão incluía a organização de uma escola de enfermeiras de alto padrão e de um serviço de enfermeiras de saúde pública, nos moldes norte-americanos. A referida Fundação permaneceu no Brasil por dez anos (1921-1931). Nessa mesma época a Fundação Rockefeller auxiliou na introdução da enfermagem em saúde pública em outros países latinoamericanos, sendo eles, Chile, Panamá, Argentina, Colômbia e Venezuela. Disponível em: <http://www.rockefellerfoundation.org/about-us> Acesso 15/04/2012, (BARREIRA, 1996, p.43), (SOUZA, [1981?], p.115)

Em 1923<sup>76</sup>, o governo americano, através da Fundação Rockefeller, em concordância com o pedido realizado pelo Governo brasileiro, na pessoa de Carlos Chagas, então diretor do DNSP, instituiu no Brasil a primeira escola de Enfermagem baseada na adaptação estatunidense do modelo *Nightingaleano*, a Escola de Enfermeiras do DNSP (Escola de Enfermeiras Visitadoras), atual Escola de Enfermagem Ana Neri (EEAN). Tal escola, anexa à Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, foi organizada pela enfermeira estatunidense Ethel Parsons<sup>77</sup>, e dirigida pela também, enfermeira norte-americana, Clara Louise Kieninger. Tal iniciativa redimensionou o ensino sistematizado da Enfermagem profissional no Brasil, uma vez que seu quadro de docentes era constituído na sua maioria por enfermeiras, ao preparar as alunas para atuar não somente na área hospitalar como também na saúde pública; ao exigir da candidata a conclusão do curso normal ou equivalente; ao selecionar para os seus quadros moças de camadas sociais mais elevadas, com o apoio de uma política interessada em fomentar o desenvolvimento da profissão em seu próprio benefício; e ao reproduzir o modelo *nightingaleano* dos EUA (GEOVANINI *et al*, 1999; MACHADO *et al*, 2006; MONTEIRO, 2009)

Conforme explicitam Baptista e Barreira ([1994?]) e Moreira (1999), a finalidade da criação dessa Escola era a formação de enfermeiras para atuarem na Saúde Pública como enfermeiras visitadoras (*public health nurses*), capazes de desempenhar uma função de representação de autoridade sanitária junto à população em substituição ao médico, nas Divisões de Tuberculose, Doenças Contagiosas e Higiene Infantil do DNSP. As escolas de Enfermagem existentes até então se destinavam majoritariamente a suprir as necessidades de mão de obra para assistência hospitalar. Um dos que mais se empenharam pela criação da Escola do DNSP foi Plácido Barbosa, diretor do Serviço de Tuberculose. Para ele, a profilaxia da tuberculose era necessária tanto à correção dos defeitos da habitação quanto à propagação de novos hábitos de higiene entre seus ocupantes, o que requeria a formação de profissionais voltados para Educação e Saúde. Na sua visão, essa última atividade seria desempenhada pelas enfermeiras visitadoras (MOREIRA, 1999, p.622). Barreira (1998, p.53) descreve, entretanto, que, embora as enfermeiras tenham sido preparadas para atuar em saúde pública, como o discurso oficial previa, muitas<sup>78</sup>, no princípio, se desviaram de sua função precípua, indo atuar como enfermeiras particulares ou de hospitais. A ênfase inferida ao ensino organicista e individualista, baseado no modelo biomédico e centrado no espaço hospitalar, foi um dos fatores que, conforme Machado, Leandro e Michalis (2006), contribuiu

---

<sup>76</sup> Embora em 10/11/1922, pelo Decreto nº15.799, tenha sido criada a Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública, apenas em 19 de fevereiro de 1923 a referida escola começou a funcionar, tendo 16 alunas. (CARVALHO, 1976, p.9)

<sup>77</sup> Em 1931, a enfermeira brasileira Rachel Haddock Lobo assume a direção da Escola Anna Neri. (BAPTISTA e BARREIRA, [1994?]).

<sup>78</sup> Conforme Fontenelle (citado por BARREIRA, 1998, p.53), em quatro anos de funcionamento, a Escola de Enfermeiras do DNSP formara 94 enfermeiras, mas apenas 28 atuavam na função saúde pública, como enfermeiras visitadoras.

para a mudança de campo de atuação da enfermeira. Aos poucos, as visitadoras domiciliares leigas foram sendo substituídas, de fato, pelas enfermeiras graduadas pela Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, a partir da segunda metade dos anos de 1940. Estas, quando não assumiam as funções das visitadoras sanitárias, se encarregavam da direção dos serviços de saúde pública e da capacitação do pessoal auxiliar, as próprias visitadoras sanitárias (MELO, 1986, p.65).

Justifica ainda esse desvio de atuação a incipiente formação em Enfermagem oferecida pela Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras Alfredo Pinto. Segundo descrição de Moreira (1999, p.623), o curso era totalmente teórico e incluía quase todos os assuntos da área médica, mas não privilegiava conteúdos sobre Enfermagem ou Serviço Social.

O primeiro currículo da Escola do DNSP seguiu as diretrizes básicas do *Standard Curriculum for Nursing Schools*, datado de 1917, primeira tentativa de padronização dos currículos a serem desenvolvidos nas escolas de Enfermagem dos EUA, elaborada pela *National League of Nursing Education* e do Relatório *Nursing and Nursing Education in United States*, datado de 1923, usualmente conhecido como Relatório Winslow-Goldmark. O curso teve duração de 28 meses<sup>79</sup>, dividido em cinco séries, sendo que as quatro primeiras séries constituiriam a parte geral do curso e a última, seria destinada às especializações: Enfermagem Clínica, de Saúde Pública ou Administração Hospitalar. As alunas de Enfermagem seriam obrigadas a desenvolver serviços diários, no Hospital de Assistência Geral, por um período de oito horas diárias. As atividades de ensino teórico eram, portanto, ministradas além destas oito horas, se contrapondo a uma das recomendações do Relatório Winslow-Goldmark, ao enfatizar que o dia de trabalho, incluindo o serviço de enfermagem e os períodos de sala de aula, não deveria exceder oito horas (FREIRE e AMORIM, 2010, p.117).

O primeiro currículo da Escola de Enfermagem do DNSP foi estabelecido pelo Decreto nº 16.300/1923<sup>80</sup>. Em seu artigo nº429, se ditavam os conteúdos a serem ministrados. Explicitamos as matérias no quadro 4, a seguir divulgado.

**Quadro 04** Demonstrativo das disciplinas instituídas no primeiro currículo da Escola de Enfermagem do DNSP conforme Decreto nº 16.300/1923. Fortaleza/ CE, 2013 (mar).

---

<sup>79</sup> Segundo Carvalho (citado por SAUPE, 1998, p.38), o curso funcionou em 28 meses para a primeira turma; a segunda completou-o em 32 meses; e a terceira em 36 meses.

<sup>80</sup> Sobre a legalização da prática profissional, consta também por meio do Decreto nº16.300, de 31 de dezembro de 1923, que a fiscalização do exercício profissional dos enfermeiros, assim como dos médicos, farmacêuticos, dentistas, parteiras, massagistas e optometristas seria exercida pelo Departamento de Saúde Pública, por intermédio da Inspeção de Fiscalização do exercício da Medicina (KLETEMBERG et al, 2010).

<b>Disciplinas Parte Geral</b>	<b>Disciplinas Arte de enfermeira</b>	<b>Disciplinas Campo de ação da enfermeira</b>	<b>Disciplinas Parte especializada (nos últimos quatro meses)</b>
Princípios e Métodos da arte de enfermeira; Bases históricas, éticas e sociais da arte de enfermeira; Anatomia e Fisiologia; Higiene individual; Administração hospitalar; Terapêutica, Farmacologia e Matéria Médica; Métodos gráficos na arte de enfermeira; Física e Química aplicadas; Patologia Elementar; Parasitologia e Microbiologia; Cozinha e Nutrição.	Arte de enfermeira: em Clínica médica; em Clínica cirúrgica; em Doenças epidêmicas; em Doenças venéreas e da pele; em Tuberculose; em Doenças nervosas e mentais; em Ortopedia; em Pediatria; em Obstetrícia e Ginecologia; em Otorrinolaringologia; em Oftalmologia; Higiene e Saúde Pública. Radiografia.	Problemas sociais e profissionais.	Serviço de saúde pública; Serviço administrativo hospitalar; Serviço de dispensários; Serviço de laboratórios; Serviço de sala de operações; Serviço privado; Serviço obstétrico; Serviço pediátrico

Pires (1989, p.142) ressalta no currículo da Escola de Enfermeiras Visitadoras do DNSP, de 1923, o destaque dado ao treinamento das enfermeiras para o desenvolvimento das técnicas de Enfermagem, abrigadas na parte do currículo específico como 'arte da enfermeira'. Conforme Dourado (citado por SAUPE, 1998, p.38), o método de ensino utilizado pela EEAN era, na época, um dos mais atualizados em termos de ensino, pois situava o discente perante situações reais, em vez de criar condições artificiais em sala de aula.

Quanto à concepção pedagógica que norteava o ensino de Enfermagem, a época de instalação da EEAN, era a Pedagogia da Escola Tradicional identificada por Nietzsche (1998, p.150), pois se detecta a ênfase aos aspectos morais e a rigidez curricular, valores que são cultivados nessa pedagogia tradicional; a Enfermagem se adapta à realidade, não se preocupando em transformá-la, portanto, satisfazendo aos interesses sociopolíticos das classes sociais dominantes. Há um controle rígido das alunas; o relacionamento professor-aluno é caracterizado pela verticalidade e autoridade; os conteúdos são reproduzidos sem considerar a experiência do aluno e as realidades sociais; são utilizados muitos exercícios de memorização e aulas expositivas; e o processo avaliativo fundamenta-se na exatidão da reprodução daquilo que o professor ensinou.

Em 1925, diplomou-se a primeira turma da Escola de Enfermeiras do DNSP, com treze concludentes (CARVALHO, 1976, p.20), e ainda, na perspectiva de formação de recursos humanos para a assistência a saúde no nível profilático, surge no Estado de São Paulo a figura da educadora sanitária (ou visitadoras de higiene), professoras normalistas formadas pelo Instituto de Higiene do Estado (hoje denominado Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – FSP/USP), cujo campo de atuação era nas escolas públicas primárias e nos recém-criados Centros de Saúde, a partir de uma proposta eminentemente profilática (CANDEIAS, 1988). O estado de São Paulo se destaca na formação de profissionais para uma atuação mais educativa e profilática, em virtude de ter sido a primeira unidade federativa brasileira a sistematizar uma rede de atenção à saúde não hospitalocêntrica, quando, em 1925, o médico Geraldo Horácio de Paula Souza criou a Inspeção de Educação Sanitária e Centros de Saúde, com a finalidade de “promover a formação da consciência sanitária da população e dos serviços de profilaxia geral e específica, reduzindo ao máximo o poder coercitivo da polícia sanitária” (PELICIONI E PELICIONI, 2007). O objetivo destas profissionais era divulgar entre a população carente noções e conceitos de higiene, formando a consciência sanitária da população (FARIA, 2006, p.186). As educadoras sanitárias após um ano de curso assumiam tanto atribuições de professoras como as de enfermeiras, ainda escassas nos serviços de saúde pública do Estado de São Paulo, “inclusive aplicando injeções, cuidando da vacinação, entre outros tipos de assistência” (PELICIONI e PELICIONI, 2007, p.322). A inserção deste novo agente de nível médio nas ações de saúde não fora visto, a princípio, de bom grado pela sociedade médica, contudo, com o passar do tempo e com a dificuldade de mão de obra especializada para atuar na saúde pública, muitas destas educadoras sanitárias acumularam funções de enfermeiras visitadoras/sanitaristas<sup>81</sup> e foram reconhecidas pela sua atuação imprescindível na saúde pública.

Ratificamos o fato de que na nossa compreensão as visitadoras de enfermagem/visitadoras sanitárias, visitadoras de saúde, assim como as educadoras sanitárias (ou visitadoras de higiene), não eram propriamente enfermeiras, mas agentes de saúde treinadas para desenvolver atividades de Enfermagem na área da saúde pública, principalmente referente à educação sanitária da população. Corrobora a nossa asserção Barreira (1998, p.45) ao informar que das 31 concludentes do curso de visitadoras de saúde do DNSP, 19 foram aproveitadas e diplomaram-se posteriormente, como enfermeiras.

Em 1926, a Escola de Enfermeiras do DNSP passou a se chamar Escola de Enfermeiras Ana Neri (EEAN), pelo Decreto nº 17.268 /26, e o curso passou a ter duração de

---

<sup>81</sup> Só em 1942, foram criados o Serviço de Enfermagem do Instituto de Higiene e a Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo e assim as enfermeiras sanitárias assumiram suas funções e as educadoras sanitárias seriam extintas (FARIAS, 2006).

dois anos e oito meses, mantendo a formação de enfermeiras para atuar no campo da saúde pública em ambiente hospitalar (PIRES, 1989, p.133 e MACHADO *et al*, 2006).

É importante ressaltar, ainda neste período, a fundação, em 12 de agosto de 1926, por incentivo das enfermeiras Ethel Parsons e Edith Fraenkel, da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas<sup>82</sup>, atual Associação Brasileira de Enfermagem<sup>83</sup>, pelas primeiras enfermeiras formadas pela Escola Anna Neri<sup>84</sup> (PIRES, 1989 e GEOVANINI *et al*, 1999). Suas comissões<sup>85</sup> tiveram papel relevante no desenvolvimento da Enfermagem brasileira, principalmente nos aspectos relativos à legislação e à educação. Em 1932 foi criada por esta entidade os *Annaes* de Enfermagem, atual Revista Brasileira de Enfermagem e publicase, posteriormente, o livro *Técnicas de Enfermagem*, primeiro material didático escrito por uma enfermeira brasileira, Zaíra Cintra Vidal (FERNANDES, 2000, p.9).

Como se pode constatar o período da República Velha é de fundamental relevância na História da Enfermagem brasileira, tanto no plano educacional quanto profissional, seja este hospitalar ou de saúde pública. Nesse período se instituem os dois modelos distintos de formação de enfermeiras, o *bournevilleano* e o *nightingaleano*; se reconhece a importância da função desta profissional, principalmente, no âmbito da saúde pública preventiva, a partir da década de 1920; e se fundam os pilares de uma das entidades da categoria laboral. Como, porém, o quantitativo de enfermeiras formadas era ainda incipiente para um País enorme como o Brasil, que enfrentava sérios problemas no campo da saúde pública, que se agravavam com a urbanização desordenada que ocorria, se observam iniciativas educacionais independentes de instituições privadas, filantrópicas e militares para formação de enfermeiros e a utilização excessiva da mão de obra das

<sup>82</sup> Em 1929, mudou o nome para Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras, em virtude de ser uma das exigências para o ingresso da entidade no Conselho Internacional de Enfermeiras (CARVALHO, 1976, p.25). Em 1º de junho de 1929, muda para Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras; e em 7 de agosto de 1944 sua nomenclatura é alterada para Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas (GOMES, ALMEIDA FILHO e BAPTISTA, 2005).

<sup>83</sup> A nova mudança no nome ocorre em 21 de agosto de 1954 (FERNANDES, 2000, p.9).

<sup>84</sup> Foram sócias fundadoras da Associação: Maria Francisca Ferreira de Almeida Reis, Rimidia Bandeira de Sousa Gayoso, Judith Arêas, Isolina Lossio, Izaura Barbosa Lima, Odete Seabra, Cecy Clausen e Heloisa Veloso (CARVALHO, 1976, p.23). [CARVALHO, Anayde Correa de. Associação Brasileira de Enfermagem (1926-1976): documentário. Brasília: Editora Folha Carioca, 1976. 514p.]

<sup>85</sup> Datam de 1939 as primeiras referências encontradas sobre as Comissões de Legislação e de Educação. Constituiu a Comissão de Legislação Edith M Fraenkel, Lais Netto dos Reys, Zulema Castro Amado e Hilda A Krisch. Acerca da Comissão de Educação compuseram-na Mirabel Smith Ferreira Jorge, Mafalda Leone e Hermínia Nogueira. (CARVALHO, 1976) Sobre a atuação da Comissão de Educação da Associação, Carvalho (1976, p.123-125) relata que, de 1939 a 1946, as atividades se direcionaram apenas a projetos de criação de escolas. A autora ainda esclarece que somente a partir de 1946, com a criação da Divisão de Ensino da Enfermagem, posteriormente nomeada Divisão de Educação, é que se começou a estudar os problemas ligados ao ensino, como, por exemplo, a necessidade de formação de enfermeiras chefes e instrutoras. A Divisão de Educação teve papel de destaque na organização do primeiro Congresso Nacional de Enfermagem, atualmente conhecido como Congresso Brasileiro de Enfermagem (CBEn), realizado em 1947, que teve como um dos temas de destaque, as questões ligadas ao ensino de graduação em enfermagem (VALE e FERNANDES, 2006). O tema da educação é um dos mais recorrentes ao longo da história dos CBEns. Conforme Mancia *et al* (2009), esta preocupação não perde sua centralidade em anos posteriores, como se mostra nos temas: "Regulamentação da Lei nº775/49 e o currículo para as escolas de Enfermagem" (1949), "A fiscalização e reconhecimento de escolas" (1950); "Problemas relativos às escolas" (1951); "Currículos de escolas de Enfermagem" (1952); "Recrutamento e seleção para cursos de enfermagem" (1954); "Ensino clínico" (1956) e "Organização das escolas de Enfermagem e de auxiliares de Enfermagem" (1959). [VALE, Euclea G; FERNANDES, Josicelia D. Ensino de Graduação em Enfermagem: a contribuição da Associação Brasileira de Enfermagem. Rev Bras Enferm 2006; 59(esp): 417-22.]

aprendizes para suprir a escassez de profissionais qualificados nos serviços hospitalares. Também é extensa nesse período a existência de variados cursos e profissionais de saúde que se utilizavam de maneira inadvertida do termo Enfermagem, o que ora pode causar certa confusão no nosso entendimento.

#### **5.4 Na Era Vargas (1930-1945) e República Populista (1945-1964)**

Em decorrência da crise econômica da oligarquia cafeeira paulista e do rompimento político entre São Paulo e Minas Gerais nas eleições de 1930, pois Washington Luís decidiu apoiar o paulista Julio Prestes em vez de apoiar o mineiro Antônio Carlos nas eleições presidenciais, uma revolução vigorosa derrubou Washington Luís e entregou o poder político a Getúlio Vargas. Com essa manobra, chegava ao fim a Primeira República e se iniciava a Era Vargas<sup>86</sup>, retomando-se a centralização administrativa. Sendo assim, em 1930, é criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, por meio do Decreto nº 19.402, de 14/11/1930<sup>87</sup>, e se institui a figura dos interventores federais, partidários do governo que teriam de implantar as ações do setor saúde, obedecendo a uma política federal centralizada e normatizada pelo Departamento Nacional de Saúde Pública, que, a partir de 1934, passou a se chamar Departamento Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social, com poderes executivos e legislativos, já que as assembleias estaduais tinham sido dissolvidas.

Vieira e Farias (2002, p.172) destacam o fato de que, na Plataforma da Aliança Liberal, documento de campanha de Vargas, se observava o interesse do governo em aglutinar os serviços de educação e saúde, compreendendo saúde como a resolução dos problemas de saneamento existentes na época. Nos primeiros anos do governo de Vargas, porém, foi priorizada a educação sendo a saúde apenas o controle da febre amarela, pois esta doença prejudicava a construção das ferrovias<sup>88</sup>, necessárias ao desenvolvimento econômico do País. Paim (2002, p.590) descreve em seus escritos que as ações de saúde se concentravam na execução de campanhas sanitárias e de programas especiais, bem como na manutenção dos serviços de pronto-atendimento, para onde recorriam segmentos da população não beneficiários da Medicina previdenciária e que não podiam pagar por uma

<sup>86</sup> Getúlio Vargas governou o país por 15 anos, que podem ser divididos em três períodos: Governo Provisório (1930-1934); Governo Constitucional (1934-1937); Estado Novo ou Governo Ditatorial (1937-1945). No Governo Provisório, dissolveu-se o Congresso Nacional, suspendeu-se a Constituição Republicana de 1891, e, de acordo com o Decreto nº 19.398 de 11/11/1930, substituíram-se os governadores estaduais por interventores militares, sobretudo tenentes. No ano de 1934, iniciando o Governo Constitucional, foi promulgada a nova Constituição do Brasil, na qual o voto passou a ser secreto, foi criada a Justiça Eleitoral, os sindicatos de empregados e patrões passaram a ter o direito de eleger uma parte dos deputados, foi eliminado o cargo de vice-presidente, a exploração de riquezas naturais do País passou a depender da autorização do Governo, e reconheceram-se vários direitos dos trabalhadores. Durante o Estado Novo, Vargas defendeu a cafeicultura, favoreceu a policultura e incentivou a industrialização nacional.

<sup>87</sup> Em 1937, o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública passou a possuir a designação de Ministério da Educação e Saúde Pública. (BRASIL, 2004)

<sup>88</sup> Para tanto foi reativado o Serviço de Profilaxia de Febre Amarela, em função da epidemia de 1927-1928, no Rio de Janeiro, e da dispersão do mosquito transmissor, "Aedes Egypt", sendo o serviço extinto em 1939.



assistência médico-hospitalar particular. Para os trabalhadores urbanos com carteira de trabalho assinada, a assistência à saúde era de responsabilidade da Previdência Social e se realizava mediante a organização de vários Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP) por categorias laborais<sup>89</sup>. Nesse período, verifica-se a prioridade à assistência médica curativa com ênfase hospitalar, atendendo a nova política econômica (UNICOVSKY e LAUTERT, 1998, p.229). Nessa perspectiva, a partir da década de 1940, os estabelecimentos hospitalares ganharam expressão sendo desde a década 1950, constituídos também como serviços de saúde próprios das universidades. Anteriormente, as atividades práticas desenvolviam-se em instituições filantrópicas que cediam seus espaços e pacientes para o ensino (LIMA et al, 2005).

No que se refere às deliberações acerca do ensino de Enfermagem desenvolvido na década de 1930, conforme Monteiro (2009), em 15 de junho de 1931<sup>90</sup>, por meio do Decreto nº 20.109, regulou-se pela primeira vez o ensino da Enfermagem, ao determinar que a Escola Anna Neri se tornaria a escola-padrão de ensino de Enfermagem<sup>91</sup> no País. Conforme o referido Decreto, as escolas oficiais e particulares que almejassem equiparação deveriam atender a requisitos básicos nos moldes da escola-padrão, especialmente no que diz respeito à direção, às condições para admissão de alunos, à duração do curso e à organização do programa deste curso, atentando para o fato de, que só poderiam se submeter ao processo de inspeção as instituições que já tivessem completado dois anos de funcionamento. Vale ressaltar que, se eximiam dessa equiparação a Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha, que na época ainda era vinculada ao Ministério da Guerra e a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto no Rio de Janeiro, por sua vez vinculada ao Ministério da Justiça (FERREIRA, 2007). Ao instituir a formalização das escolas de enfermagem do país, Kletemberg *et al* (2010), constata que o Decreto nº 20.109/31, também

---

<sup>89</sup> Tais institutos foram o IAPTEC (para trabalhadores em transporte e cargas), IAPC (para os comerciantes), IAPI (industriários), IAPB (bancários), IAPM (marítimos e portuários) e IPASE (servidores públicos).

<sup>90</sup> Neste mesmo ano foi decretado o Estatuto das Universidades Brasileiras, por meio do Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, no qual se retomou a tentativa de organizar o ensino superior, consubstanciada por princípios autônomos e democráticos. O novo estatuto das universidades brasileiras dispunha que o ensino superior obedeceria ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades seria instituída pelo presente Decreto, que propunha a incorporação de pelo menos três institutos de ensino superior, incluídos os de Direito, de Medicina e de Engenharia ou, ao invés de um deles, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras para a criação de uma universidade. Essa Reforma também se destacou por oferecer maior autonomia didática e administrativa às universidades, e ao enfatizar a pesquisa e a difusão da cultura; contudo, a Escola Anna Neri não foi incluída no sistema universitário, pois, conforme Decreto nº 20.109/31, devido a conveniências da organização sanitária, não convinha transferi-la naquele momento para a Universidade do Rio de Janeiro, apesar da mesma satisfazer aos bons padrões técnicos encontrados inclusive em universidades estrangeiras (BAPTISTA e BARREIRA, ([1994?]), p. 10).

<sup>91</sup> Apesar da legislação em vigor considerar a Escola Anna Neri como escola oficial padrão, em 1932, através do Decreto nº 21.141 foi criado o Curso de Enfermeiros da Escola de Saúde do Exército, que tinha duração de 1 ano e que era obrigatório para os enfermeiros já pertencentes aos quadros dos hospitais militares quanto para os que desejassem para eles entrar. Ainda em 1932, o então presidente Getúlio Vargas assinou o Decreto nº 22.257 de 26/12 que conferia as religiosas enfermeiras, como as Filhas da Caridade, direitos iguais aos das enfermeiras da Escola Anna Neri, desde que apresentassem atestados provando que já contavam naquela data com seis anos ou mais de prática hospitalar efetiva como enfermeira (BAPTISTA e BARREIRA, ([1994?]), p. 11). As religiosas enfermeiras poderiam trabalhar estritamente no ambiente hospitalar nas instituições entregues as Congregações Religiosas de que faziam parte (CARVALHO, 1976, p.211). Este decreto foi revogado pela Lei nº 2.604/55 no qual as religiosas enfermeiras foram enquadradas como enfermeiras práticas ou práticas de Enfermagem. As cinco primeiras Irmãs de Caridade que se formaram no Brasil, sob o novo sistema, eram provenientes da Escola Carlos Chagas (PAIXAO, 1979, p. 126)

contribuiu para o ajustamento do exercício da enfermagem no Brasil ao estabelecer que enfermeiras diplomadas eram as profissionais formadas por escolas oficiais ou equiparadas, na forma daquela Lei, ou as diplomadas por escolas estrangeiras reconhecidas no País, pela diretoria da EEAN.

Conforme as mudanças políticas, observa-se que o modelo curricular nighthingaleano implantado pelas enfermeiras norte-americanas haveria de repercutir fortemente nas Escolas de Enfermagem do Brasil, e que apesar deste não acompanhar as transformações nas políticas de saúde e educacional do País, continuou vigorando até 1949, quando ocorreu a promulgação da primeira lei do ensino de Enfermagem no Brasil, por meio da Lei nº 775/1949, regulamentada pelo Decreto de nº 27.426/1949. Este novo documento jurídico serviu para a inserção da Enfermagem como profissão no País, ao uniformizar o seu ensino, ao ampliar a duração do curso de Enfermagem para 36 meses, e do curso de Auxiliares de Enfermagem para 18 meses; e ao exigir que a educação em Enfermagem fosse centralizada nos centros universitários ou na sede de Faculdades de Medicina. Neste documento ainda se verifica a tentativa de regulamentação do exercício da profissão ao declarar que as instituições hospitalares, públicas ou privadas, decorrido sete anos após a publicação desta norma, só poderiam contratar para a direção dos serviços de Enfermagem, enfermeiros diplomados; e contemplava a possibilidade de criação de cursos de pós-graduação, destinados a ampliar conhecimentos especializados de Enfermagem ou de administração.

No modelo de currículo instituído, contudo, elaborado mediante as recomendações da revisão do *Standard Curriculum for Nursing Schools*, realizado em 1927, continuava-se a estimular o ensino teórico-prático centrado no enfoque assistencial curativo com destaque para as Ciências Físicas e Biológicas e para disciplinas profissionalizantes, sem ênfase no ensino das Ciências Sociais (CCS/UECE, 2002 e MEIRA, 2007). No Decreto nº 27.426/1949, informa-se o que deveria ser ministrado no curso de Enfermagem (Quadro 5).

**Quadro 05** Demonstrativo das disciplinas instituídas para os cursos de Enfermagem conforme Decreto nº 27.426/1949. Fortaleza/CE, 2013 (mar).

Disciplinas 1º ano	Disciplinas 2º ano	Disciplinas 3º ano
Técnicas de Enfermagem (Economia Hospitalar, Drogas e Soluções, Ataduras e Higiene Individual);	Técnica de sala de operações;	Enfermagem e Clínica Otorrinolaringológica e Oftalmológica;
Anatomia e Fisiologia;	Enfermagem e Doenças Transmissíveis e Tropicais;	Enfermagem e Clínica Obstétrica e Puericultura Neonatal;
Química,	Enfermagem e Tisiologia;	
Microbiologia e Parasitologia;	Enfermagem e Doenças	Enfermagem e Clínica

Psicologia; Nutrição e Dietética; História da Enfermagem; Saneamento; Patologia Geral; Enfermagem e Clínica Médica; Enfermagem e Clínica Cirúrgica; Farmacologia; Dietoterapia.	Dermatológicas, Sifiligráficas e Venéreas;  Enfermagem e Clínica Ortopédica, Fisioterápica e Massagem;  Enfermagem e Clínica Neurológica e Psiquiátrica;  Enfermagem e Socorros de Urgência;  Enfermagem e Clínica Urológica e Ginecológica;  Sociologia;  Ética I.	Pediátrica;  Enfermagem de Saúde Pública (compreendendo Epidemiologia e Estatística, Saneamento, Higiene da Criança, e Princípios de Administração Sanitária);  Ética II;  Serviço Social.
---	---	---

O citado Decreto ainda estipulava a obrigatoriedade do uso de uniforme durante os trabalhos escolares; a duração mínima dos estágios hospitalares de 15 dias e em serviços de saúde de três meses, instituindo um estágio noturno de no mínimo sete dias em instituições hospitalares; e como critérios de admissão do alunado: ter entre 16 e 38 anos de idade, apresentar atestados de sanidade física e mental de vacina, de idoneidade moral e certificado de conclusão do curso secundário, dando-se a este último critério o prazo de sete anos para cumprimento. Verifica-se, ainda, neste documento, que se preconizava a realização de estágios na clínica médica geral e cirúrgica, na clínica obstétrica e neonatal, na clínica pediátrica, na cozinha geral de dietética e em serviços urbanos e rurais de saúde pública. Na existência de alunos do sexo masculino no curso, estes poderiam ser dispensados dos estágios nas clínicas obstétricas e pediátricas.

No decênio de 1940, foi processada nova reforma federal da Saúde Pública no País, orientada pelo Dr José de Barros Barreto, conforme Decreto Lei nº 3.171, de 2/4/1941<sup>92</sup>, e, em 1942, organizou-se o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), por meio do Decreto Lei nº 4.275, 17.4.1942, que, como unidade administrativa mantida pelo Instituto de Assuntos Interamericanos<sup>93</sup> (IAIA), do Governo Norte-Americano e subordinada diretamente ao Ministério da Educação e Saúde, estabeleceria o desenvolvimento de

<sup>92</sup> Ao reorganizar-se o Departamento Nacional de Saúde, definiram-se sua competência e composição, e criaram-se: a Divisão de Organização Sanitária; a Divisão de Organização Hospitalar; o Instituto Oswaldo Cruz; o Serviço Nacional de Lepra; o Serviço Nacional de Tuberculose; o Serviço Nacional de Febre Amarela; o Serviço Nacional de Malária; o Serviço Nacional de Peste; o Serviço Nacional de Doenças Mentais; o Serviço Nacional de Educação Sanitária; o Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina; o Serviço de Saúde dos Portos; o Serviço Federal de Águas e Esgotos; o Serviço Federal de Bioestatística; e sete Delegacias Federais de Saúde.

<sup>93</sup> Este instituto, criado durante uma Reunião Extraordinária de Ministros das Relações Exteriores das Américas, realizada no Rio de Janeiro após o ataque a Pearl Harbour, em 1942, foi organizado como uma organização de emergência, licenciada por cinco anos pela Lei do Estado de Delaware/EUA, que deveria proporcionar cooperação internacional na área da saúde, utilizando o método de "modelo de serviço" que enfatizava acordos bilaterais diretos entre os EUA e cada um dos países do Continente Americano com o propósito de estabelecer padrões sanitários e de saúde pública em áreas estratégicas de produção estrangeiras (SOUZA, [1981?], p.119, 123 e 138).

atividades de saneamento, profilaxia da malária e assistência médico-sanitária às populações do Vale do Amazonas, onde se extraía a borracha necessária aos esforços da 2ª Guerra Mundial. O preparo de profissionais para o trabalho de saúde pública, compreendia o aperfeiçoamento de médicos e engenheiros sanitaristas, a formação de enfermeiras e o treinamento de outros técnicos, bem como a colaboração com o Serviço Nacional de Lepra e, por intermédio deste, com as repartições sanitárias estaduais, para o combate à Lepra<sup>94</sup> (BASTOS, 1996, p.32). Acompanhando essa tendência de assistência à saúde pública, segundo dados organizados por Almeida *et al* (citado por SAUPE, 1998, p.42), em 1943, entre 334 enfermeiras diplomadas somente pela EEAN, 221 (66%) trabalhavam em saúde pública e somente 32 (9,5%) em hospitais.

Sobre a influência do SESP na formação de enfermeiras, podemos assinalar que é indiscutível sua atuação como um extraordinário estimulador do progresso da Enfermagem no Brasil, pois, reconhecendo a grande deficiência de enfermeiras no País<sup>95</sup>, o SESP fez todo esforço para auxiliar a formação de novos profissionais, ora emprestando o seu apoio para a criação e até mesmo a construção de escolas, ora contribuindo diretamente para a promoção de cursos, reuniões e projetos de pesquisa sobre educação em Enfermagem e ora financiando os estudos de bolsistas no estrangeiro e nas escolas nacionais (BASTOS, 1996, p.450).

A Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública e a Escola de Enfermagem de São Paulo foram as primeiras a receber inferências das enfermeiras do SESP, tendo sido esta última fundada em 1944, com a colaboração direta do SESP (PAIXAO, 1979, p.129). O SESP planejou e financiou com recursos próprios cerca de 55% do prédio edificado para alojar a Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (OGUISSO, CAMPOS e SANTIAGO, 2009). Outras escolas de Enfermagem, de nível superior, construídas e instaladas com recursos financeiros, materiais e pessoais do SESP, foram a Escola de Enfermagem Rachel Haddock Lobo (1944), a Escola de Enfermagem do

---

<sup>94</sup> Conforme Teixeira (2008; p.967), ao Sesp cabia ainda a função de implantar condições sanitárias que assegurassem a saúde das tropas americanas, especialmente nas bases aéreas no Nordeste, e dos trabalhadores brasileiros envolvidos na extração de ferro, mica e quartzo. Com estas prioridades, foram definidos os programas que estruturariam a atuação do Sesp, dentre os quais se destacaram o "Programa do Vale Amazônico" e o "Programa do Vale do Rio Doce". Em 1944, o Sesp criou uma Divisão de Educação Sanitária, responsável tanto pelo treinamento de educadores em saúde (profissionais da saúde, engenheiros e auxiliares) quanto pela sua ação nas localidades: nas habitações, espaços comuns, associações e escolas. Neste processo, assumiram destaque os guardas sanitários e as visitadoras sanitárias por seu contato direto e permanente com a população (TEIXEIRA, 2008; p.972). Ainda no ano de 1942, é criado, pelo Departamento Nacional de Imigração (DNI), o Serviço Especial de Mobilização dos Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), mais tarde substituído pela Comissão de Administração de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA) que recrutava, das áreas da seca do Ceará, trabalhadores para encaminhá-los às zonas produtoras da borracha do Pará e Amazonas. Neste período ainda, por iniciativa federal, foi criada a Campanha Contra a Boubá, implantaram-se os Postos Experimentais de Combate à Esquistossomose (Catende/PE) e ao Tracoma (Jacarezinho/PR), e, em 1944, instituiu-se o Serviço Nacional de Helmintoses (em especial a esquistossomose e a ancilostomose).

<sup>95</sup> Conforme relatório da enfermeira americana Elizabeth Tennant, do Conselho Internacional de Saúde da Fundação Rockefeller, que fora designada conselheira de Enfermagem para o Brasil, junto à Divisão de Saúde e Saneamento do IAlA, em 1942, existiam cerca de 600 enfermeiras diplomadas no País, no entanto não mais do que 400 enfermeiras diplomadas havia em atividade profissional. Esse número de profissionais não satisfazia absolutamente as necessidades dos hospitais que montavam a 1.225, segundo os arquivos oficiais (BASTOS, 1996, p.451).

Estado do Rio de Janeiro (1944), a Escola de Enfermagem da Bahia (1946), a Escola de Enfermagem de Manaus (1950), e a Escola de Enfermagem de Porto Alegre (1950). O SESP também auxiliou na formação de enfermeiras, ao ceder suas funcionárias-enfermeiras para trabalharem nas escolas de Enfermagem como professoras; pela colaboração constante com a ABEn; e pela tradução e publicação de livros da área (PAIXAO, 1979, p.132). Destacam-se também, como esforço do SESP para melhorar a formação das enfermeiras, os encontros realizados com representantes católicos sobre a importância de melhorar a qualidade do ensino nas escolas de Enfermagem católicas. Identifica-se nesses eventos a participação de Dom Antonio de Almeida Lustosa, arcebispo metropolitano de Fortaleza, e da Irmã Antoinette Marie Blanchot, supervisora provincial da Ordem das Irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo. Ante as considerações dessas reuniões, religiosas beneditinas americanas visitaram escolas de Enfermagem católicas nos Estados do Ceará, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Rio de Janeiro (BASTOS, 1996, p.453).

Com o fim da ditadura getulista e a retomada do processo de democratização do País, no âmbito da saúde, no contexto nacional, criou-se o Ministério da Saúde, regulamentado pelo Decreto nº 34.596, de 16 de novembro de 1953 (Lei nº 1.920, de 25/7/1953); e em 1956, o Departamento Nacional de Endemias Rurais (DENERu), que incorporou os programas de combate às endemias, sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Saúde (febre amarela, malária e peste) e da Divisão de Organização Sanitária (bóvia, esquistossomose e tracoma), órgãos do novo Ministério da Saúde (Lei nº 2.743, de 6/3/1956).

Sobre a educação em Enfermagem nessa década, por meio da Lei nº 2.995/56, instituída em 10 de dezembro de 1956, definiu-se o ano de 1961 como data-limite para o ingresso de estudantes no Curso de Enfermagem sem o curso secundário completo. Supomos que tal atitude governamental tenha sido influenciada pelas recomendações da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS)<sup>96</sup> sobre a educação em Enfermagem nas Américas, pois, em 1953, na cidade do Rio de Janeiro, foi realizado o terceiro congresso regional da organização sobre a referida profissão. Desde seus primeiros congressos, a

---

<sup>96</sup> Ao analisar a organização e o desenvolvimento dos serviços de Enfermagem na OPAS, de 1940 a 1980, Souza ([1981?], p.118) descreve os cinco congressos regionais desta organização sobre a profissão enfermagem. Os dois primeiros congressos regionais, realizados em 1949, nos países Costa Rica e Peru, recomendaram acerca da educação em Enfermagem que os diretores de escolas de Enfermagem fossem enfermeiras qualificadas; que as escolas de enfermagem fossem instituições educacionais independentes, controlando seus orçamentos; que fossem feitos esforços para aumentar o número de alunas com educação secundária completa; que fosse adotado em todas as escolas de Enfermagem o programa educacional mínimo recomendado pelo Conselho Internacional de Enfermeiras; que os princípios e práticas de ensino e supervisão fossem inclusos no curso básico de Enfermagem; que em cada país fosse estabelecido um conselho nacional de educação de Enfermagem para supervisionar o seu ensino. O terceiro congresso, realizado em 1953, na cidade do Rio de Janeiro, e o quarto, organizado em 1956, no México, consideraram a necessidade prioritária de estímulo ao desenvolvimento da pós-graduação; reconheceram o papel e conhecimento da administração em educação e a necessidade de integração da saúde pública no currículo. No quinto congresso, realizado em 1959, na Argentina, discutiu-se a legislação para o exercício da profissão enfermagem.

institucionalização da prerrogativa de ingresso ao curso mediante a conclusão do ensino secundário já era expressa pela entidade.

Destacam-se em meados da década de 1950, os fatos de que a Divisão de Educação da ABEn tornou-se Comissão e que nela se estabeleceram três grupos de trabalho, abrangendo as três regiões de maior concentração de escolas do País, que eram a época, Norte/Nordeste, Centro, Sul/Sudeste. Em virtude, porém, da ausência de liderança no grupo Norte/Nordeste, as deliberações da reunião desses grupos, em 1955, se restringiram às opiniões dos membros dos grupos Centro e Sul/Sudeste, que convergiram sobre a exigência da matéria, Português, no exame vestibular; que as escolas utilizassem do concurso vestibular como processo de seleção de candidatos; que as escolas submetessem os candidatos a testes psicotécnicos. Acerca desta última proposição, Carvalho (1976, p.136 e 137) se remete aos trabalhos de Waleska Paixão, realizados na EEAN nos anos de 1950 a 1954, período no qual ela fora diretora da Instituição. Ela identificou como um dos problemas na formação de enfermeiras o baixo nível de conhecimento das candidatas aos cursos de Enfermagem, que, por essa razão, encontravam dificuldade em prosseguir os estudos normalmente, provocando elevado índice anual de reprovações.

Na década seguinte, foram desenvolvidas diversas campanhas sanitárias, como a Campanha Nacional contra a Varíola e a Campanha de Erradicação da Malária. No âmbito da Saúde Pública, em 1960, com a extinção do IAIA nos Estados Unidos, transforma-se o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) em Fundação Serviço Especial de Saúde Pública (FSESP), vinculada ao Ministério da Saúde - Lei nº 3.750, de 11/4/1960 (OGUISSO, CAMPOS e SANTIAGO, 2009)<sup>97</sup>.

No campo da Educação brasileira, em 20 de dezembro de 1961, é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases do Ensino (Lei nº 4.024/61)<sup>98</sup>, que contribuiu para a melhoria do ensino de Enfermagem, mediante a inclusão definitiva e efetiva da Enfermagem no sistema educacional de nível superior; a regulamentação do exercício profissional; e a aprovação do Currículo Mínimo da Enfermagem, elaborado pelo Conselho Federal de Educação (CFE), sob Parecer de nº 271/62, de 19 de outubro, que manteve a duração mínima de três anos para o curso de Enfermagem, com a diminuição das disciplinas obrigatórias de vinte nove para oito (a saber, Fundamentos de Enfermagem, Enfermagem Médica, Enfermagem Cirúrgica, Enfermagem Psiquiátrica, Enfermagem Obstétrica e Ginecológica, Enfermagem

---

<sup>97</sup> Em 1969, a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública (FSESP) passa a denominar-se Fundação de Serviços de Saúde Pública (Fsesp) (Decreto Lei nº 904, de 1/10/1969).

<sup>98</sup> Quanto ao ensino superior, neste documento observava-se o incentivo para uma reforma estatutária de essência nas universidades federais, considerando que as universidades seriam constituídas do agrupamento de cinco ou mais estabelecimentos de ensino superior, manteriam sua autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar, e quanto à estrutura didática, persistiriam a cátedra e o vestibular por curso (MARTINS FILHO, 1973 e FÁVERO, 2006).

Pediátrica, Ética e História da Enfermagem, e Administração), redução de 10% da carga horária total destinada aos estágios, a não inclusão de disciplinas básicas e de cultura geral, a supressão da disciplina Enfermagem de Saúde Pública, a inclusão da disciplina Administração e a formalização da Especialização em Saúde Pública e da Especialização em Obstetrícia, que teriam duração de um ano após o curso geral (MEIRA, 2007 e MONTEIRO, 2009).

Sobre a elaboração do currículo mínimo para os cursos superiores de Enfermagem, que culminaram no Parecer nº 271/62, de 19 de outubro, Carvalho (1976, p.158-160) relata a discrepância que ocorreu, pois o texto aprovado fora elaborado por uma comissão de médicos, enquanto a proposta da Comissão de Educação da ABEn, fruto das discussões, não fora considerada. A Comissão de Educação da ABEn propunha um curso com quatro anos de duração, acompanhado de justificativa da distribuição das disciplinas em três grandes áreas: Ciências Biológicas, 6,5% das horas-aula; Ciências do Homem, 7,6% e Enfermagem, 85,9% (CARVALHO, 1976, p.158-160).

Segundo Saube e Germano (citados por MACHADO *et al*, 2006), as principais críticas a esse novo currículo eram a ausência das disciplinas básicas para fundamentar o conhecimento específico da Enfermagem na área da Saúde Pública e a assistência de Enfermagem focada no individual. Como se pode perceber, mantinha-se excluído do currículo às Ciências Sociais (CCS/UECE, 2002). A justificativa para essa mudança radical no modelo de formação da Enfermeira somente é compreendido mediante o contexto de saúde que, em 1959, se delineava; “com o crescimento acelerado da população previdenciária, a saúde pública perdia gradativamente seu espaço, cedendo lugar à atenção médica individual, com clara tendência à privatização” (FORMIGA e GERMANO, 2005, p.224). Vale e Fernandes (2006) explicam que, embora a ABEn, pelo Ofício nº 115, de 27 de outubro de 1962, tenha solicitado ao então Conselho Federal de Educação que sustasse a homologação daquele Parecer, permaneceram as distorções do novo currículo adotado, ou seja, foram mantidas a graduação do curso em três anos letivos, a exclusão das disciplinas Enfermagem de Saúde Pública e Ciências Sociais e a ênfase ao ensino das Ciências Físicas e Biológicas, conservando-se o enfoque na visão do homem como ser biológico, mascarando-se o aspecto social da saúde.

Compreendemos, com esse cenário, que o modelo de ensino norte-americano também conhecido por modelo *flexneriano*<sup>99</sup>, caracterizado pela prática fundamentada no hospital-escola, pela sólida formação em Ciências Básicas, pelo currículo fragmentado em

---

<sup>99</sup> Oriundo da Reforma Flexner, o modelo flexneriano é um exemplo da impregnação do modelo positivista, de abordagem cartesiano-newtoniana, às práticas de assistência a saúde, caracterizadas pelos seguintes valores: a objetividade, a neutralidade científica, o mecanicismo, o biologismo, o individualismo, a especialização, a tecnificação e o curativismo. Embora o movimento flexneriano tenha surgido em 1910 nos EUA, suas ideias repercutem nos países da América do Sul por volta de 1940. Foi sido refutado mundialmente a partir de 1952 na Conferência sobre o Ensino da Medicina Preventiva, no Canadá, com o surgimento do conceito de ensino integrado (REZENDE, 1986, p.122).

função das especializações e pelas metodologias de ensino tradicionais centralizadas no professor, implantando no Brasil durante a instalação da EEAN, ainda influencia e orienta o modelo de formação da Enfermeira no País, persistindo, dessa forma, a formação tecnicista, fragmentada, centrada na doença, em suma, hospitalocêntrica (OLIVEIRA *et al*, 2002, p.112).

Conforme Baptista e Barreira ([1994?]), e Monteiro (2009), no período compreendido entre as décadas de 1930 a 1950, se observa aumento significativo no número de escolas de Enfermagem por todo o País<sup>100</sup>, com predomínio na região Sudeste (n=19), seguida pelas regiões Nordeste (n=7) e Centro-Oeste (n=5). Ressaltamos que os novos cursos criados com a promulgação do Decreto nº 27.426/49 ou que estivessem em processo de reconhecimento, teriam de solicitar seu reconhecimento ao Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação e Saúde, mediante os critérios estabelecidos neste texto jurídico, num prazo de 60 dias, decorrido o primeiro ano letivo. Sendo assim, dissolve-se a ideia da escola-padrão Anna Neri.

Pode ainda ser observada, na criação destas escolas, a influência da Igreja Católica na educação em Enfermagem<sup>101</sup> quando, no período do Estado Novo (1937-1945), das 13 escolas criadas, seis eram católicas (GONÇALVES, AMORIM e PORTO, 2010, p. 251). Conforme os referidos autores (2010, p. 265), a Igreja Católica, em virtude da necessidade primeira de garantir a profissionalização de suas religiosas<sup>102</sup>, iniciou uma disputa com as instituições leigas, a fim de ocupar este espaço, formando suas religiosas em Enfermagem e inculcando nas enfermeiras leigas preceitos religiosos da doutrina cristã. Lembramos que a atuação da Igreja Católica na educação, de maneira geral, já existia, uma vez que esse era um excelente campo para difundir a sua doutrina à sociedade.

<sup>100</sup> Durante a década de 1930 foram criadas seis Escolas de Enfermagem no País, Escola Carlos Chagas (MG, 1933), Escola Florence Nigthingale (MG, 1933), Escola Cruzeiro do Sul (GO, 1937), Escola do Hospital São Paulo (SP, 1938), Escola de Enfermeiras Católicas Luiza de Marillac (RJ, 1939), Escola de Enfermagem São Francisco de Assis (SP, s/d); na década de 40, catorze escolas, sendo elas, Universidade de São Paulo (SP, 1942), Escola São Vicente de Paulo (CE, 1943), Hospital São Vicente de Paulo (GO, 1943), Rachel Haddock Lobo (RJ, 1944), Pará (PA, 1944), Estado do Rio, (RJ, 1944), São Francisco de Assis (MA, 1945), Nossa S. das Graças (PE, 1945), Hugo Werneck (MG, 1945), Universidade da Bahia (BA, 1946), Hermantina Beraldo (MG, 1946), Escola do Recife (PE, 1947), Frei Eugenio (MG, 1948), Madre Maria Teodora (SP, 1949); e na década de 50, quinze instituições, Coração de Maria (SP, 1950), Manaus (AM, 1950), Porto Alegre (RS, 1950), Ribeirão Preto (SP, 1951), Universidade da Paraíba (PB, 1953), Madre Leonie (PR, 1954), Wenceslau Braz (MG, 1954), Madre Ana Moller (RS, 1955), Nossa S. Medianeira (RS, 1955), Santa Catarina (SP, 1955), Dom Epaminondas (SP, 1956), Santos (SP, 1956), Madre Emília de Rodat (PB, 1957), Madre Justina Ignês (RS, 1957), São Jose (SP, 1959). (BAPTISTA e BARREIRA, [1994?] e MONTEIRO, 2009)

<sup>101</sup> Entre 1944 a 1954, existiu a União das Religiosas Enfermeiras do Brasil (UREB), que procurou incentivar as congregações religiosas na criação de escolas dos dois níveis de ensino e a encaminharem suas religiosas para as escolas de Enfermagem. No ano de criação dessa entidade, foi organizado o I Congresso Nacional de Enfermeiras Religiosas, na cidade de São Paulo. Nesse evento, recomendou-se a criação de escolas de Enfermagem tanto para formação de auxiliares quanto de enfermeiras. Em 1948, a UREB, para obter maior aproximação e melhor entendimento com as enfermeiras católicas leigas, fundou em São Paulo, a União Católica de Enfermeiras do Brasil (UCEB), tendo sido constituída sua primeira diretoria durante o II Congresso Nacional de Enfermagem; contudo, a UCEB conseguiu formar apenas um núcleo no Distrito Federal, se dissipando em 1956, pois seus membros verificaram ser impossível dedicarem-se com eficiência ao trabalho de duas associações dada a sobrecarga de atividades a que estavam sujeitas no exercício da profissão, além do que, não havia no país uma entidade anticatólica, mas sim de caráter neutro (CARVALHO, 1976, p.418).

<sup>102</sup> Segundo Bernardes (citado por VAGHETTI e VAZ, 1998, p.19) em 1943, havia mais de 15.000 religiosas trabalhando em hospitais, sendo que, em 1948, menos de 2% dessas religiosas eram de enfermeiras diplomadas.



Ainda nesse período geopolítico, mais especificamente, na década de 1940, surgem os primeiros cursos de pós-graduação na modalidade *lato sensu* na área da Enfermagem, mediante a necessidade de melhor qualificar o corpo docente que atuavam nos cursos de graduação em Enfermagem pelo País<sup>103</sup> (NAKAMAE, 1987, p.101).

Quanto aos campos de trabalho, podemos constatar que, até o final da década de 1930, que se configura como o início da Era Vargas (1930-1945), a atuação da enfermeira estava exclusivamente direcionada para a Saúde Pública, tendo sido ampliados diversos serviços nacionais ligados às grandes endemias, especialmente as que atingiam a população rural, enquanto que, nos hospitais, seguia-se ainda o modelo das Santas Casas, com atendimento feito pelas religiosas e pessoal sem qualificação profissional (VIEIRA, 2002, p. 64). No Decreto de nº 20.931/32, de 11 de janeiro de 1932, que regula e fiscaliza o exercício da Medicina, Odontologia, Medicina Veterinária e das profissões de farmacêutico, parteira e enfermeira, aglutinam-se em uma só secção as profissões, parteira e enfermeira, restringindo-se a atuação desta última categoria ao campo da Obstetrícia. Neste mesmo Decreto, é proibida a atuação autônoma dos profissionais enfermeiros, assim como dos massagistas, optometristas e ortopedistas (SANTOS *et al*, 1991, p.18). Com o Decreto nº23.774/34, de 22 de janeiro, se designa outro cargo de Enfermagem, os 'enfermeiros práticos', que apresentavam atestados firmados por diretores de hospitais comprovando terem mais de cinco anos de prática efetiva de Enfermagem, que eram aprovados numa prova de habilitação formulada por uma Comissão nomeada pelo Diretor do DNSP ou pelos diretores dos Serviços Sanitários Estaduais.

Ainda na Era Vargas e adentrando meados da República Populista (1945-1964), precisamente nos anos das décadas de 1940 e 1950, que se caracterizam por um processo acelerado da industrialização e urbanização, exigindo a expansão do atendimento à saúde, inovação gerencial dos hospitais e expansão da rede previdenciária. Nesses anos, houve mudanças no trabalho da enfermeira que, segundo Melo (1986, p.68) e Alcântara (citado por ANGERAMI e STEAGALL-GOMES, 1994, p.9), a direcionavam para administração dos serviços hospitalares e treinamento e supervisão do pessoal auxiliar, como já vinham fazendo na área da saúde pública. Nesta perspectiva, ocorrem diversas tentativas de regulação do exercício da profissão, dentre as quais, destacamos os Congresso Nacionais de Enfermagem iniciados em 1947, em que foi exaustivamente discutido o novo Projeto de Lei do Exercício Profissional, que culminou com a revogação dos Decretos nº 20.931/32 e 23.774/34, e a promulgação posterior da Lei nº2.604/55, de 17 de setembro de 1955, regulamentada somente em 28 de março de 1961, pelo Decreto nº50.387.

---

<sup>103</sup> Esses cursos existiram até a década de 1970, quando foram suprimidos mediante as mudanças implementadas pela Reforma Universitária de 1968, que instauraram os primeiros cursos de pós-graduação *stricto sensu*, a partir de 1972 (NAKAMAE, 1987, p.101).

Em 1946, conforme expediente do Sr Ministro Ernesto de Sousa Campos, referente ao registro de diploma de enfermeiro a estrangeiros, observa-se que a Enfermagem já era considerada profissão liberal, uma vez que, se destinava originalmente ao exercício autônomo, embora também se desenvolvesse em locação exclusiva, como local de trabalho oficializado, que à época se restringia praticamente aos hospitais e aos postos de saúde pública. Ou seja, na prática, mostrava certa tendência a descaracterização dessa profissão como liberal, o que levava a enquadrá-la entre as profissões subordinadas. O Sr Ministro se fundamentava na seguinte premissa, “a Enfermagem de alto nível se faz hoje, quase exclusivamente, em estabelecimentos hospitalares e clínicas individuais, sob a coordenação Médica” (SANTOS *et al*, 1991, p. 27).

Pela Lei nº 2.604/55, de 17 de setembro de 1955, ao se regular o exercício da Enfermagem Profissional, era, instituídas seis diferentes categorias dentro da mesma profissão, a saber, enfermeiro, obstetritz, auxiliar de enfermagem, parteira, enfermeiros práticos ou práticos de enfermagem, e as parteiras práticas. Conforme esta legislação, eram atribuições dos enfermeiros, além do exercício da Enfermagem, a direção dos serviços de Enfermagem nos estabelecimentos hospitalares e de saúde pública, a participação no ensino em escolas de Enfermagem e de auxiliar de Enfermagem, a direção destas escolas e a participação nas bancas examinadoras de práticos de Enfermagem (SANTOS *et al*, 1991, p.31). Posteriormente, quase no final da República Populista, é publicado, em 28 de março de 1961, o Decreto de nº 50.387/61, que traz uma re organização das categorias dentro da mesma profissão, quando se mantêm os cargos de Enfermeiro, Obstetritz, Auxiliar de enfermagem e Parteira. Os enfermeiros práticos, no entanto, são diferenciados dos práticos de Enfermagem, e esses são alocados juntamente com as parteiras práticas. Há também com esta nova legislação referente ao exercício da Enfermagem e de suas funções auxiliares no Território Nacional, uma ampliação das atribuições do enfermeiro. O enfermeiro passa a atuar, além dos cargos citados anteriormente, também, na direção dos serviços de Enfermagem nos estabelecimentos para-hospitalares, no treinamento de pessoal em serviço, na inspeção de escolas de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem e na participação em concursos para seleção e provimento de cargos de enfermeiros e auxiliar de Enfermagem (SANTOS *et al*, 1991, p.34).

Como se pode perceber nos períodos políticos evidenciados de 1930 a 1964 para a profissão de Enfermagem houve revolução nos seguintes aspectos: a) ocorre a sistematização no plano nacional do ensino de Enfermagem; b) há o incremento na quantidade de cursos de Enfermagem pelo País; e c) a regulamentação do exercício profissional, mediante o reconhecimento das funções realizadas pela enfermeira. Podemos assinalar que a regulamentação da Enfermagem é uma decorrência praticamente da sua

expansão – o que não deixa de ser um ganho para a profissão; como também que estes acontecimentos vão fomentar a abertura de espaços não só de campos de trabalho, funções e cargos, como na própria formação da Enfermeira.

#### **4.5 Em tempos de Ditadura Militar (1964-1985)**

De 1964 até 1984, vigorou no País a Ditadura Militar<sup>104</sup>, período no qual, de maneira generalizada, aumentaram os índices de mortalidade infantil, tuberculose, malária, doença de Chagas, e de acidentes de trabalho e, pela primeira vez, as doenças do aparelho circulatório passaram a ser a causa mais importante de óbito no Brasil (PAIM, 2002). A morte por violência contra os direitos civis suspensos, atribuídas ao estado político assumido no País, também aumentaram assustadoramente. Com relação à organização da assistência à saúde, o cenário configura mudanças. Em 1966, da fusão dos IAP's, originou-se o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que uniformizou e centralizou a Previdência Social, firmada, então, como principal órgão de financiamento dos serviços de saúde. E isso teve consequências diretas na assistência. Durante os governos militares o que se observou foi a consolidação máxima do modelo médico-hospitalar privatista e previdenciário.

Nesse período, ainda não havia o questionamento radical do direito de se ter saúde, porém este começava a ser relacionado com as condições de vida; e a participação comunitária nos encaminhamentos dos problemas surgia, considerando, entretanto, que a própria educação poderia resolvê-los, pois ainda se relacionava educação com prevenção de doenças.

Com o início da década de 1970, houve um realinhamento ideológico nacional no campo da saúde, oriundo da necessidade de redução dos custos da Medicina Curativa e de combate à corrupção e ineficácia dos serviços de saúde privados. Como resposta o Governo apresentou a proposta de criação de um Sistema Nacional de Saúde, por meio da Lei nº229/75. A oposição efetuada pelos empresários da saúde, contudo, fez com que o Governo concentrasse a sua intervenção política em um conjunto de programas verticais como ocorria já no final do Império. Tendo sido estagnada na Era Vargas e República Populista, ela ressurgiu com um caráter mais abrangente em termos de campos abertos para essa atenção. Os programas eram a época: Saúde Materno-Infantil, Meningite, Imunizações, Interiorizações das Ações de Saúde e Saneamento, Esquistossomose, Alimentação e Nutrição, etc (PAIM, 2002, p.592). A Medicina comunitária, com ênfase no preventivo, por efeito dos programas criados, é ampliada, com a reativação dos Centros de

---

<sup>104</sup> Pode ser subdividido em três fases: a primeira, de 1964 a 1968, refere-se à implantação do Estado burocrático-autoritário; a segunda caracteriza-se pelo período conhecido por milagre econômico, de 1968 a 1977; e a última, a partir de 1977, identifica-se pela efetiva reabertura política do País. (VICENTINO e DORIGO, 1997, p.405).

Saúde. Ocorre também, uma reorganização administrativa do Ministério da Saúde com a criação de órgãos e a instituição de Planos, Campanhas e Programas<sup>105</sup>. Em 1970, também aconteceu a implantação dos primeiros sistemas de informação de saúde, como o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) e o Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES). Institui-se em meados do governo militar, no ano de 1976, o Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento no Nordeste (PIASS), por meio do Decreto nº 78.307, de 24/8/1976. Em 1979, são o Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica e o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS).

Na década de 1970, observa-se nitidamente a bipolarização da política de saúde entre as ações de caráter coletivo, como os programas contra determinados agravos, vacinação, vigilância epidemiológica e sanitária, a cargo do Ministério da Saúde e, a assistência médica individual centrada no INPS (1966), depois INAMPS (1979). Durante o governo do General João Batista Figueiredo (1979-1985), foi elaborado o Programa Nacional de Serviços Básicos de Saúde, o tão conhecido PREV-SAÚDE, uma ambiciosa iniciativa de reorientação do sistema de saúde então vigente e bastante polarizado. O PREV-SAÚDE apresentava um conjunto de diretrizes que reforçava a atenção primária de saúde, a participação da comunidade, a regionalização e a hierarquização de serviços, o sistema de referência e contrarreferência, a integração de ações preventivas e curativas, entre outras. Tal programa, no entanto, não chegou a ser implantado em virtude das pressões do setor privado e do boicote de dirigentes do INAMPS para satisfazerem interesses de empresas médicas. Ou seja, o interesse do poder dominante era continuar a polarização da assistência, já que o Ministério da Previdência, considerado com maior poder pelos recursos financeiros que possuía, sendo a área rica; e a Saúde Pública, com poucos recursos orçamentários, se destinava a oferecer uma saúde para os pobres, a população sem carteira assinada, excluídos, portanto, dos serviços previdenciários de saúde.

Com referência ao Ensino Superior, pesquisando sobre o período da Ditadura Militar (1964-1985), constatamos que a universidade entra em crise, que vem identificada

---

<sup>105</sup> Em 1970 cria-se a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) pela fusão do DENERu com a Campanha de Erradicação da Malária (CEM) e a Campanha de Erradicação da Variola (CEV). A Sucam tinha como finalidade o controle ou erradicação das grandes endemias no Brasil, desenvolvendo quatro Programas de Controle de Doenças de Chagas, malária, esquistossomose e febre amarela, bem como cinco Campanhas contra: a filariose, o tracoma, a peste, o bócio endêmico e as leishmanioses. As campanhas eram de caráter temporário, requeriam administração centralizada e mobilização de grandes recursos e dinheiro, normalmente desestruturando a administração dos serviços de saúde durante os períodos que antecediam e sucediam sua realização. Os programas eram de caráter mais temporário do que as campanhas, requeriam administração única e vertical, muitas vezes não condizendo com a realidade dos municípios (PAIM, 2002). A SUCAM possuía em todas as unidades federadas diretorias regionais, que tinham em sua estrutura distritos sanitários, totalizando oitenta em todo o País, sendo essas as unidades responsáveis pela operacionalização de atividades de campo. Foi legítima herdeira de um dos mais antigos modelos de organização de ações de saúde pública do Brasil, denominado sanitismo campanhista. Esse modelo de atenção à saúde teve como premissa a revolução pasteuriana e foi implantado no Brasil pelo médico sanitário Oswaldo Cruz, na primeira década do século XX; caracteriza-se por não enfatizar a integralidade da atenção e não estimular a descentralização, portanto, não contempla a totalidade da situação de saúde da população e centra sua atenção no controle de certos agravos em certas populações. (PAIM, 2002) [PAIM, Jairnilson Silva. Políticas de Saúde no Brasil. 6 ed. In: ROUQUAYROL, Zélia; FILHO, Naomar de Almeida. *Epidemiologia e Saúde*. 2002. p. 587-603.]

desde os anos de 1961, pois o ensino era dissonante para as necessidades sociais (O NORDESTE, 04.04.1961) e também para o mercado de trabalho laboral. Ocorre amplo movimento docente e discente, que insatisfeito com a situação vigente, reclamava por maior número de vagas nas instituições de ensino superior, mais verbas para a educação e melhores condições de ensino em termos qualitativos (ALMEIDA, 1991, p. 68). Vários movimentos, sobretudo estudantis, aconteceram nas capitais brasileiras, reclamando mudanças. Como forma de conciliar a situação, o Estado propõe a institucionalização dos cursos profissionalizantes, dentre estes o Curso Técnico em Enfermagem<sup>106</sup> e a implementação da Reforma Universitária de 1968, preconizada pela Lei nº 5.540<sup>107</sup>, que estabeleceu, no nível de ensino de graduação, o sistema de créditos e o desenvolvimento curricular em dois segmentos: tronco profissional comum aos cursos das grandes áreas e um ciclo profissionalizante, que tinha como objetivo desenvolver os conteúdos específicos para a formação profissional e as novas diretrizes do Conselho Federal de Educação (CCS/UECE, 2002). A Lei nº 5.540/68 ainda previa para o curso de Enfermagem as Habilitações e a Licenciatura Plena, tendo sido esta última aprovada no âmbito da Enfermagem, em 6 de dezembro de 1968, pelo Parecer nº 837/68, da Câmara de Ensino Superior (CESu) (ANGERAMI e STEAGALL-GOMES, 1994) e normatizada pelo Parecer nº 672/69<sup>108</sup>, que fixava os currículos mínimos dos cursos que habilitassem ao exercício do magistério em escolas de 2º grau.

Com relação ao ensino, a Reforma Universitária também estimulou a realização de mudanças no Currículo Mínimo dos Cursos de Graduação. Na Enfermagem. Essa transformação foi expressa no Parecer CFE nº 163/72, de 28 de janeiro de 1972, e consolidado pela Resolução nº 4/72, de 25 de fevereiro de 1972, na qual foram especificadas os conteúdos a serem abordados nos três ciclos, pré-profissional, profissional e habilitações (Quadro 6), e ampliou a carga horária mínima de atividades de 2.430 para 2.500 horas, integralizáveis no mínimo em três anos.

**Quadro 06** Demonstrativo das disciplinas instituídas para os cursos de Enfermagem conforme Resolução nº 4/1972. Fortaleza/CE, 2013 (mar).

<sup>106</sup> Esse curso profissionalizante iniciou na EEAN, por meio do Parecer nº 171/66.

<sup>107</sup> A reforma extinguiu a cátedra, instituiu a carreira universitária única e o regime de trabalho docente de dedicação exclusiva, estipulou a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa, instituiu a estrutura departamental, unificou o vestibular, tornando-o classificatório, e aglutinou as faculdades em universidades para melhor concentração de recursos humanos e materiais. Instituiu o curso básico nas faculdades, a fim de suprir as deficiências do 2º grau, e, no ciclo profissionalizante, estabeleceu cursos de curta e longa duração. Permitiu a matrícula por disciplina, fundando-se o sistema de créditos e a periodicidade semestral. A nomeação de reitores e diretores de centros dispensava a exigência de pessoas ligadas ao corpo docente universitário, bastando possuir "alto tirocínio da vida pública ou empresarial". Desenvolveu-se ainda um programa de pós-graduação.

<sup>108</sup> Segundo o Parecer nº 672/69, os currículos mínimos dos cursos que habilitem ao exercício do magistério em escolas de 2º grau deveriam abranger as matérias de conteúdo fixadas em cada caso e as seguintes matérias pedagógicas: Psicologia da Educação, Didática e Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau. Era obrigatória a prática do ensino das matérias que fossem objeto de habilitação profissional, sob a forma de estágio supervisionado a desenvolver-se de preferência em escolas da comunidade.

<b>Matérias Pré-profissional</b>	<b>Matérias Tronco Profissional</b>	<b>Matérias Habilitações/Licenciatura</b>
Biologia	Introdução à Enfermagem	– Habilitações Enfermagem Médico- Cirúrgica, Enfermagem Obstétrica, ou Enfermagem em Saúde Pública  – Licenciatura em Enfermagem
Ciências Morfológicas	Enfermagem Médico-Cirúrgica	
Ciências Fisiológicas	Enfermagem Materno-Infantil	
Patologia	Enfermagem Psiquiátrica	
Ciências de Comportamento	Enfermagem em Doenças Transmissíveis	
Introdução à Saúde Pública	Exercício na Enfermagem	
	Didática aplicada a Enfermagem	
	Administração aplicada a Enfermagem	

As características que se sobressaem na análise deste currículo são: ele estar organizado em matérias, possibilitando seu desdobramento em disciplinas; ser constituído de um núcleo mínimo obrigatório, com a prerrogativa de que pode ser enriquecido, visando a atender as necessidades ou características regionais. A Enfermagem de Saúde Pública, no entanto, continua excluída da parte geral, ou seja, das disciplinas obrigatórias, ficando reservada à habilitação, o que não garante a sua realização por todas as enfermeiras a serem formadas no País. Após a Reforma Universitária de 1968, preconizada pela Lei nº 5.540, as atividades escolares passam a ser computadas em créditos (SAUPE, 1998, p.46). Inclui-se, ainda, a obrigatoriedade da Prática Desportiva e do Estudo de Problemas Brasileiros, que vem caracterizar todos os cursos universitários, A Prática Desportiva e principalmente, o Estudo de Problemas Brasileiros, são mais ações diretas na educação do governo da Ditadura Militar. No que se refere à Enfermagem, a Reforma Universitária ainda acarretou a perda do controle das dirigentes sobre a composição qualitativa e quantitativa do corpo docente e o afastamento físico entre professores e estudantes de Enfermagem durante os semestres do ciclo pré-profissional, comum às carreiras da saúde (BAPTISTA e BARREIRA, 2006).

No final do período de Ditadura Militar, consolida-se de forma clara a mudança no enfoque da formação em Enfermagem antes orientada para a saúde preventiva da população, que passa para o modelo assistencial hospitalocêntrico-curativo, uma vez que o modelo assistencial de saúde vigente privilegiava a assistência médica curativa de caráter individual. Há, conforme Medici ([1984?], p.7), um contrassenso nessa alteração do perfil de formação de enfermeiros, pois a formação de especialistas, tal como vinha ocorrendo desde finais dos anos 1960, não era adequada ao perfil epidemiológico da população brasileira.

Faziam-se necessários a formação de enfermeiros-generalistas e o estímulo à saúde pública preventiva. Contraindo-se às reais necessidades da época, porém, Saupe (1998, p.46) informa que as reivindicações eram a ampliação do tempo mínimo para formação do Enfermeiro de três para quatro anos e a transformação das habilitações em especializações, ou seja, insistia-se na formação fragmentada e especializada.

A Pedagogia da Escola Técnica era a fundamentação que ora embasava o ensino de Enfermagem no Brasil, conforme Nietzsche (1998, p.150) quando ao instituir a Resolução nº4/72, o currículo de enfermagem mantém o enfoque técnico, funcionalista, biologicista, mecanicista do processo saúde-doença e mantém o ensino desvinculado da realidade. Ou seja, mais uma vez, grande contingente da população brasileira, caracterizada ainda pela baixa escolarização ou composta por analfabetos funcionais, era desassistida quanto à educação e, conseqüentemente, em relação à saúde.

Ante a inoperância do sistema de ensino e de saúde em suprir os problemas da população, novas metodologias de ensino são experienciadas, o que culmina no ano 1982, por meio do Decreto nº 87.497/82, de 18 de agosto, com uma nova mudança curricular em âmbito nacional, exigindo-se das Instituições de Ensino Superior à instituição do estágio obrigatório ao final do curso, sem ônus para os discentes; à adequação de disciplinas do ciclo básico e a extinção das habilitações, excetuando-se a licenciatura. (CCS/UECE, 2002) Nos congressos da categoria, os enfermeiros foram chamados a refletir sobre que tipo de modificação no ensino poderia repercutir sobre a prática, transformando-a. As experiências apresentadas<sup>109</sup> evidenciaram as reformulações curriculares por que passava o ensino de Enfermagem. Tais reformulações foram calcadas nos diferentes graus de complexidade da assistência e na regionalização dos serviços de saúde dos estados (PADILHA, SILVA e BORENSTEIN, 2001)

Essas mudanças socializadas que culminaram com a publicação do Decreto ora citado trazem boas contribuições para a formação, especificamente, da Enfermeira. Os campos de estágio para prática, agora oficializados, levam à manutenção de uma articulação necessária da teoria com a prática, do ensino com o serviço, a famosa integração docente-assistencial que rendeu muitas experiências às enfermeiras professoras, às enfermeiras dos serviços e, mais ainda às alunas. Rendeu, também, uma infinidade de

---

<sup>109</sup> No CBEEn de 1979 é apresentado o "Projeto Vitória" da Universidade Federal de Pernambuco, visando desenvolver um modelo de assistência à saúde com a real participação comunitária e de ensino voltado para os cuidados primários de saúde. No evento, a Universidade Federal do Ceará apresenta uma estratégia para a obtenção efetiva da integração docente assistencial (IDA), utilizando estudantes de Enfermagem como mecanismo para a efetivação deste processo, atendendo ao programa de educação para a saúde e ao plano de extensão de cobertura preconizado pelo PIASS (Decreto Lei nº 78307/76). A Universidade Federal da Bahia também divulga experiência semelhante. A Universidade Federal da Paraíba apresentou no referido evento a sua experiência com a realização das habilitações, em forma de internato, como uma maneira de integrar mais ainda a escola aos serviços de saúde. Outra grande novidade divulgada nesse Congresso foi a experiência da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Escola de Enfermagem Anna Nery, sobre o projeto de mudança curricular no ensino de graduação em Enfermagem, o qual tinha como linha mestra a ideia de integração teoria-prática e a inclusão da pesquisa como parte da elaboração curricular (PADILHA, SILVA e BORENSTEIN, 2001).

publicações que ajudaram a Enfermagem no sentido de afinar essa relação, buscando o equilíbrio - qualidade-quantidade, cuidado-supervisão-avaliação, sempre tendo como objetivo maior a formação da Enfermeira. Quanto à extinção das Habilitações que, nos moldes do currículo anterior, exigiam praticamente 860 horas para sua efetivação por parte do profissional, o que acontece praticamente é uma mudança em sua estrutura de conteúdos. Estas são compactadas e se transformam em cursos de especialização e até aperfeiçoamento de carga didática em torno de 360 horas, sob amparo do MEC, inseridas como *lato sensu*, acompanhando as reformas educacionais dos demais cursos à época. A permanência da Licenciatura garantida pelo Decreto citado assegura a formação para docência, fator indispensável a fim de preparar o Enfermeiro para treinar sua equipe e se capacitar, afiançando a manutenção da qualidade do ensino em Enfermagem.

Foi também durante o período ditatorial que ocorreu estímulo à expansão do ensino superior, de maneira geral. Sobre este fato, Vieira e Farias (2002) esclarecem que o incremento da oferta de matrículas no ensino superior supera quaisquer expectativas de crescimento ocorrido anteriormente, sendo expressivo também o aumento da oferta na rede privada. Conforme Nakamae (1987, p.100), quando a Enfermagem assume definitivamente sua condição de curso de nível superior, com a Lei nº4.024/61 e o Parecer nº 271/62, ocorre o fechamento de algumas escolas, sendo esse crescimento retomado apenas na década de 1970, mediante ações governamentais federais, como validação pelo MEC. Verificamos que, durante os anos de 1975 a 1977, o Ministério da Educação e Cultura, por via de um programa ligado ao Departamento de Assuntos Universitários, incrementa a criação de escolas de Enfermagem em todas as universidades brasileiras que ainda não a possuísem, pois, conforme evidências, a Enfermagem era a área do ensino superior que menos havia crescido de 1953 a 1973, possuindo um déficit no número de profissionais estimado em 38.600 enfermeiros para o ano de 1980 (SANTOS e TAVARES, 2010). No relatório ao Departamento de Assuntos Universitários ainda se declaravam a inexistência de cursos de Enfermagem em várias regiões do País, e a baixa vinculação de cursos de Enfermagem à subordinação federal/pública, pois a maioria era de propriedade de grupos religiosos e com recursos materiais e humanos escassos e ultrapassados (SANTOS et al, 2010). Por esta iniciativa do Governo Federal, na época, foram criados quinze cursos superiores de Enfermagem (BAPTISTA e BARREIRA, [1994?]), assim como houve instituições que expandiram o número de vagas. Esse *boom* de crescimento de cursos superiores de Enfermagem atinge o Ceará, com a criação do curso de Enfermagem da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), em 1973, da Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), em 1975, e do curso de Enfermagem da Universidade Federal do Ceará (UFC), que inicia sua primeira turma no ano de 1976.



Também foi no final da Ditadura Militar que se complementou o desenvolvimento do ensino superior no Brasil e se expandiu a Enfermagem no País, com a implantação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, embora ainda centralizados no Sul e Sudeste do País, com o conseqüente desenvolvimento de pesquisas, produções técnico-científicas e publicações que vão finalmente fazer germinar os aspectos científicos incubados por longos anos na Enfermagem, fato importante para o desenvolvimento técnico-científico e início de uma reflexão crítica da profissão (SAUPE, 1998, p.47 e MACHADO *et al*, 2006).

Como se pode perceber, as décadas de 1970 e 1980 configuraram-se como o período de expansão e franco desenvolvimento científico da Enfermagem, resultado da ampliação do número de escolas e da implantação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* na área. Em 1980, o Brasil era o terceiro País da América Latina quanto ao número de escolas de Enfermagem (n=57), acompanhando o México (n=123 escolas) e a Argentina (n=69 escolas) (SOUZA, [1981?], p.118).

Quanto ao exercício da profissão, em 12 de julho de 1973, foi regulamentada a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem, pela Lei nº5.905/73. Com esta iniciativa, pretendia-se disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão, combatendo os vieses ainda existentes, resquícios de sua história, mediante o cadastramento dos profissionais nos Conselhos Regionais e o estabelecimento de medidas disciplinadoras. Neste período, detecta-se outra categoria profissional vinculada à Enfermagem, os atendentes de Enfermagem, que, embora correspondessem a aproximadamente 64% da força de trabalho no setor, chegando a ocupar cargos de chefia do serviço de Enfermagem, como informa Secaf (citado por NAKAME, 1987, p.108), sua atividade não possuía reconhecimento legal. Apenas com a Lei nº7.498/86, de 25 de junho, é que o atendente é citado em textos jurídicos de regulamentação da profissão Enfermagem, sendo decretada a extinção de sua atividade no subsequente decênio.

No período ditatorial, identificamos, portanto, que ocorre a definitiva integração da Enfermagem ao sistema de Ensino Superior do País, inclusive com o incentivo à criação de cursos de Enfermagem nas universidades federais que ainda não a possuísem. Neste recorte temporal geopolítico, ainda destacamos a formalização do combate aos 'falsos' enfermeiros ainda existentes nos serviços de saúde, com a criação de outra entidade de classe, de caráter normativo e disciplinador, os Conselhos Federais e Estaduais de Enfermagem (1973), que se distinguiam da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) e de suas sessões estaduais, uma vez que são agora responsáveis exclusivamente pelos assuntos relacionados à educação em Enfermagem.

Compreendemos, ao trilhar essa História que não houve apenas um modelo de formação da Enfermeira brasileira, pois a formação em Enfermagem se fundamentou na

concepção histórico-social de cada época aqui assinalada e teve como paradigmas, quer se queira, quer não, as relações entre cultura, sociedade e saúde, sendo que em tais relações as transformações sociais e trabalhistas são fundamentais na formação deste profissional. Sendo assim, é inegável a influência que o cenário sóciopolítico e econômico exerceu, tanto no exercício profissional da Enfermagem, como sobre seu ensino e formação desse profissional.

*“Vai aqui o elogio em primeiro lugar,  
especialmente endereçado a essas mulheres admiráveis  
pela abnegação, prestimosidade, coragem, desprendimento,  
real benemerência,  
e veio ardor de sua paixão pelos que sofrem as dores  
que enchem de tristeza o universo inteiro;  
em primeiro lugar dirijo-me a essa corte sublime.  
As Irmãs de Caridade  
que mourejam incessantemente,  
dia e noite na Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza  
e neste Asilo de Alienados,  
cujas companheiras de hábito e elas próprias,  
onde quer que o destino as coloque,  
para onde quer que uma ordem superior as arraste são,  
[...] a síntese mais expressiva e mais eloqüente  
das encantadas lições de Christo Redentor.”*

Trecho do Discurso do Dr Gomes de Matos na cerimônia de assentamento  
da pedra fundamental do Pavilhão Ceará no Asylo dos Alienados.  
(ATA DA MA DA IBSCM, 1º de julho de 1939, p.156)

## 6 PRIMÓRDIOS DA ENFERMAGEM NO CEARÁ

Ao iniciarmos os estudos referentes à reconstituição do percurso educacional de formação da Enfermeira cearense, constatamos a necessidade de pesquisar sobre a presença e a influência das Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo no ensino e na assistência a saúde no Ceará, uma vez que o Patronato Nossa Senhora Auxiliadora (PNSA) e a Irmã de Caridade Margarida Maria Breves foram, respectivamente, o local e a personagem envolvidos diretamente na criação da Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo (EESVP), instituição escolar por meio da qual esta Dissertação faz a reconstituição da trajetória de ensino e formação desta profissão no Ceará. Pensando assim, o texto escrito neste capítulo traz, inicialmente, as origens das Irmãs da Caridade Filhas de São Vicente de Paulo no Ceará, caracterizando sua contribuição nas duas vertentes, no âmbito educacional e na assistência à saúde no Estado. Elaboramos nesse capítulo um texto breve sobre a contribuição dessa irmandade na assistência a Saúde no Ceará, com vistas a evidenciar de forma concisa a sua contribuição; notadamente, o contributo para o campo educacional destas irmãs é o foco de interesse desta dissertação e, portanto, é abordado no capítulo 8, com uma descrição densa e âncora de análise deste estudo. Escolhemos, portanto, neste escrito, ao falarmos um pouco da assistência, apresentar o PSNA, bem como os cursos antecessores ao Curso de Enfermagem da EESVP, que se constituíram nos primórdios da institucionalização da Enfermagem profissional na cidade de Fortaleza/CE.

### 6.1 A Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo no Ceará: origem e contribuições no campo da assistência

Em 23 de agosto de 1617, Vicente de Paulo fundou a Confraria da Caridade, em Châtillon-les-Dombes, cidade da Diocese de Lião, reunindo oito senhoras<sup>110</sup> para servir aos pobres doentes daquela localidade, socorrendo-lhes o corpo e alma, “ao corpo, alimentando-o e dando-lhe remédios, e, à alma, dispendo a bem morrer os que se aproximam da morte e a bem viver, quem se curar” (CUNHA, 1993, p.1). Paulatinamente, a Confraria da Caridade foi surgindo em outras cidades da França, até chegar à sua maior unidade demográfica, Paris.

Detectando-se a necessidade de sistematizar a organização da assistência prestada pela Confraria em Paris surgiu em 29 de novembro de 1633, a primeira Casa de Caridade criada por Vicente de Paulo (1576-1660) e Luisa de Marillac (1591-1660) ao reunirem jovens camponesas decididas a doarem-se a Deus para servir aos menos favorecidos e atender a todos aqueles que sofriam material e espiritualmente. Esta é considerada como a data de fundação da Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo Servas dos Pobres (PUGIOLI, 2004), que pretendia “manter o trabalho executado pela Confraria da Caridade, ajudando aos pobres e doentes prioritariamente nas paróquias e domicílios, e não nos hospitais” (PADILHA *et al*, 1998, p.78).

Conforme Antunes (1991), embora durante a Idade Moderna<sup>111</sup> tenha ocorrido o desenvolvimento da Medicina Profissional, ainda foram fundadas neste período confrarias hospitalárias, como a Irmandade criada por São João de Deus, no século XVI, e a Ordem das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, no século XVII, que ajudaram a estabelecer e reforçar centenas de hospitais na Europa católica, na América, na Ásia e na Oceania. Embora seu objetivo, a princípio, não tenha sido este, mas o de auxiliar os desvalidos e famintos, como forma de expiar os pecados, essas congregações diferiram das ordens hospitalárias medievais<sup>112</sup>, pois não foram organizadas de modo conventual, não possuíam clausura nem mosteiro, e sua atuação se pautava na execução das tarefas de assistência física (de Enfermagem) e espiritual. As Filhas da Caridade percorriam as ruas das cidades e os atalhos das aldeias para socorrer os que se encontravam em necessidade. Outra diferença da Congregação das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo com relação às outras ordens religiosas da época era a de que esta não fazia votos perpétuos, pois estes eram renovados anualmente, costume que é mantido ainda hoje (PUGIOLI, 2004, p.92). Todos os anos, na festa da Anunciação do Senhor, no dia 25 de março, as Filhas da

---

<sup>110</sup> As oito senhoras que constituíram a Confraria da Caridade, foram: Florence Gomard, Carlota de Brie, Philiberte Mulger, Benedita Prost, Denise Beynier, Joana Perra, Senhora Colette e Mademoiselle de La Chassaigne. (CUNHA, 1993; p.2) [CUNHA, Lucy. *A Companhia das Filhas da Caridade nas Origens: Documentos (1617-1660)*. 1993]

<sup>111</sup> A Idade Moderna vai de 1453 a 1789 d.C. compreendendo o período entre a queda de Constantinopla na Turquia e a Tomada da Bastilha em Paris (VICENTINO e DORIGO, 1997) [VICENTINO, Claudio; DORIGO, Gianpaolo. *História do Brasil*. Ed atualizada e ampliada. São Paulo: Scipione, 1997. 496p.]

<sup>112</sup> A Idade Média refere-se ao período de 476 a 1453 d.C., que se caracteriza pela queda do Império Romano até a queda de Constantinopla (VICENTINO e DORIGO, 1997) [VICENTINO, Claudio; DORIGO, Gianpaolo. *História do Brasil*. Ed atualizada e ampliada. São Paulo: Scipione, 1997. 496p.]

Caridade no mundo todo renovam seus votos de castidade, obediência, pobreza e de serviço aos pobres. A primeira Filha da Caridade, considerada por Vicente de Paulo, foi Margarida Nassau que juntamente com outras como Marie Jolie, Barbe Angiboust, Henriette Gess, Geneviève Elisabeth, Jeanne Dalmagne, orientadas por Luisa de Marillac, serviram aos pobres e doentes (REVISTA DO JUBILEU, 2007).

Cabe salientar o fato de que, neste período de criação da Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, o povo francês sofria com a miséria e suas moléstias, bem assim, com as contínuas guerras que dizimavam populações no campo e na cidade. Consideramos importante ainda assinalar que, anterior à fundação da Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, existia, há oito anos, desde 1625, o que caracterizamos como uma das ramificações da Ordem Vicentina, que era a Congregação da Missão, dos Padres Lazaristas, associação também fundada por Vicente de Paulo, constituída apenas por homens, que tinha como foco evangelizar os camponeses da zona rural e proporcionar formação religiosa adequada aos padres nos seminários<sup>113</sup>. À medida que a Congregação se desenvolve, esta assume a formação religiosa de padres em muitos outros países, inclusive no Brasil, conforme veremos adiante.

Com a solidificação dos seus trabalhos, em 1668, a Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo obtêm a sua aprovação junto ao Papa Clemente IX, após 35 anos de trabalho em favor dos necessitados em quase todo o Continente Europeu, Ásia e África (REVISTA DO JUBILEU, 2007, p.8).

Um fato que é pouco citado é o de que Florence Nightingale, precursora da Enfermagem moderna, durante sua busca por conhecimentos de Enfermagem, conheceu e aprendeu o trabalho desenvolvido pelas Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo em Paris, no *Hôtel-Dieu*, onde acompanhou o trabalho assistencial e administrativo que realizavam, suas regras, sua forma de cuidar dos doentes, fazendo anotações, gráficos, listas. Segundo Brown (citado por PADILHA, 1998, p. 83), Florence chegou inclusive a vestir-se com o hábito das irmãs. Conforme Stewart, citado pela mesma autora e na mesma obra, foi com as Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo que Florence aprendeu, de fato, conhecimentos específicos para o cuidado, portanto, para a assistência dispensada aos doentes naqueles tempos, pois, no seu estágio realizado anteriormente no Instituto de Diaconisas de Kaiserswerth, na Alemanha, foram-lhe focados mais a formação do caráter e o exercício da disciplina.

No Brasil, a Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo chega, pela primeira vez, no ano de 1849, mediante pedido de Dom Antonio Ferreira Viçoso, bispo

---

<sup>113</sup> Esclarecemos que a criação dos seminários para a formação dos eclesiásticos foi determinada no Concílio de Trento, realizado em 1545 (VICENTINO, 1997; p. 203) [VICENTINO, Claudio; DORIGO, Gianpaolo. História do Brasil. São Paulo: Scipione, 1997.]

de Mariana/MG, ao Padre Jean-Baptiste Etienne, Superior Geral da Companhia das Filhas da Caridade na França. Uma comitiva formada por cinco padres da Congregação da Missão, três Irmãos coadjutores (Gabet, Monteil e João Rodrigues da Cunha - único brasileiro) e doze Irmãs da Caridade, tendo por Irmã Superiora Virginie Marguerite Dubost, e as demais Irmãs, Jeanne Bonnard, Maeline Charlotte Amélie Charpentier, Françoise Chazey, Jeanne Laveissière, Victoire Olympe Lenormand, Marie Melly Lézat, Marie Catherine Martineau, Mass<sup>114</sup>, Joséphine Colombe Millet, Marianna Odet, Catherine Rigail, e Marie Rouy)<sup>115</sup> saíram do Porto de Havre, em Paris, com destino à cidade de Mariana, em Minas Gerais, em 25 de novembro de 1848 (DIÁRIO DA IRMÃ DUBOST<sup>116</sup>, [1849?]) Foi o próprio Padre Jean-Baptiste Etienne, Superior Geral da Companhia das Filhas da Caridade, quem realizou o discurso de despedida às Irmãs:

*Minhas caras filhas, não esqueceis nunca que fostes escolhidas pela PROVIDÊNCIA para se levantar o edifício da Companhia no Brasil. As que depois vierem só poderão continuar a construir sobre os alicerces que vos tiverdes começado. Se for defeituoso o princípio da obra ficará torta para sempre e não terá as benções do Céu. Que na vossa casa de Mariana tudo se faça como na casa Mãe de Paris. A casa de Mariana é destinada a servir de modelo para todas as casas do Brasil, que se hão de fundar no futuro. Sede vós, portanto modelos de simplicidade, pobreza, humildade, uniformidade, regularidade”* (DIÁRIO DA IRMÃ DUBOST, 5/3/1849).

As doze irmãs, a bordo do veleiro *Etoile du Matin* (Estrela da Manhã), chegaram ao Porto do Rio de Janeiro somente em 9 de fevereiro de 1849, após setenta e três dias em uma desgastante viagem marítima. Após trinta dias na Capital do Império, hospedadas no Convento das Freiras Franciscanas, prosseguiram em uma incômoda viagem que durara vinte e três dias sob o lombo de burros, à cidade de Mariana/MG. Durante a sua estada na capital da Província, as Irmãs receberam a benção do Bispo<sup>117</sup>, conheceram uma das festividades brasileiras, o carnaval, visitaram o Hospital da Marinha e um orfanato de meninas, conheceram o Convento dos Frades da Terra Santa, e, ainda, tiveram aulas de equitação para enfrentar a viagem a Mariana. A partir do dia 11 de março de 1849, as Irmãs saíram pela estrada Petrópolis-Minas, chegando em 3 de abril de 1849 à cidade de Mariana, sendo recepcionadas pelo bispo, Dom Antonio Ferreira Viçoso (DIÁRIO DA IRMÃ DUBOST, [1849?]).

<sup>114</sup> Em consulta realizada à Casa Central da Província Brasileira da Congregação das Filhas da Caridade, em outubro de 2012, não souberam precisar se seria Irmã Marie Victoire Joséphine Mass, nascida em 1819, em Paris/França; ou se seria Irmã Marie Toinette Mass, nascida aos 08 de outubro de 1835, em Corrèze/França e falecida na Santa Casa do Rio de Janeiro em 25 de agosto de 1876.

<sup>115</sup> Irmã Charpentier retornou a Paris, pois sofreu um abalo psicológico durante a viagem de ida ao Brasil (DIÁRIO DA IRMÃ DUBOST, [1849?]); Ir Laveissière não havia realizado os votos quando saíra de Paris, pois sua cerimônia seria realizada em Mariana/MG/Brasil e quando a fizesse viria a ser chamada de Ir Marta de Mariana; Ir Lézat e Ir Rigail eram as enfermeiras do grupo, enquanto Ir Odet era a farmacêutica. Com o seu estabelecimento em Mariana/MG, Ir Lézat é a única que mantém o exercício de sua formação (SOUZA, [2006?]).

<sup>116</sup> Este texto que aqui registramos foi encontrado no diário de uma das irmãs que vieram nesta comitiva, Ir Virginie Marguerite Dubost. Este documento foi achado no acervo da Casa Provincial das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo de Fortaleza.

<sup>117</sup> A benção do Bispo ocorreu no dia 13 de fevereiro de 1849, conforme relato encontrado no diário da Irmã Dubost.

Ao chegarem à referida cidade mineira, as Irmãs após conhecerem a população local, dedicaram-se a visitar os pobres e ao cuidado dos doentes no Hospital Nossa Senhora das Vitórias. Posteriormente, fundaram a primeira casa das Filhas da Caridade no Brasil, a Casa da Providência<sup>118</sup>, na qual residiam e fabricavam sabão líquido, sabonetes e brilhantinas, cuja venda auxiliava na manutenção dos orfanatos; e, em 1850, fundaram o Colégio da Providência, um dos primeiros estabelecimentos secundários para a juventude feminina em Minas Gerais (REVISTA DO JUBILEU, 2007). Para as famílias católicas de então, os colégios ou escolas dirigidas pelas Filhas da Caridade ou por irmãs de outra congregação era uma proposta valiosa, uma vez que, além de instrução, as meninas e moças, preparadas na religião, também teriam uma formação ética e humanista.

Em 1852, novo contingente de Filhas da Caridade chegou ao Brasil, então, especificamente, para atuarem na Santa Casa de Misericórdia, nosocômio fundado no Rio de Janeiro, em 1543, por iniciativa de Brás Cubas, constituindo-se no primeiro hospital do Brasil e segundo hospital das Américas - o primeiro foi instalado no México, em 1530 (FERREIRA-SANTOS, 1973).

Embora se reconheça a contribuição das atividades educacionais e assistenciais das Filhas da Caridade, no entanto, seu ingresso na sociedade brasileira não foi pacífico. Souza ([2006?], p.140) explica que os principais motivos que levaram a algumas dissidências em relação à presença das Filhas da Caridade em alguns lugares do País, como Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, foram o fato de serem estrangeiras, os diferentes padrões culturais da Congregação e o modelo de instrução feminina por elas ministrado. Sendo assim, a Congregação, além de ter de superar as dificuldades de recursos materiais para a implantação de suas benesses, ainda teve de enfrentar embates de natureza cultural com os habitantes locais.

No Ceará, as primeiras Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo chegaram a sua capital, Fortaleza, em 24 de julho de 1865 (ÁLBUM HISTÓRICO DO SEMINÁRIO EPISCOPAL DO CEARÁ, 1914), numa comitiva composta por sete irmãs, sendo elas: Marguerite Bazet (Irmã Superiora), Louise Gagné, Anne Clotilde Cassin, Ane Elisabeth Mèrie, Marie Henriette Rouchy, Marie Jeanne Lecorré e Gonçalves<sup>119</sup>, esta última era a única de nacionalidade portuguesa (REVISTA DO JUBILEU, 2007).

No Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará (1914), escrito em comemoração ao jubileu de 50 anos de sua fundação, e na obra de Campos (1999), que

---

<sup>118</sup> Em 17 de agosto de 1860, a Casa Central da Província Brasileira das Filhas da Caridade é transferida da Casa da Providência da Província de Mariana em Minas Gerais para a Casa da Providência da Província de Laranjeiras no Rio de Janeiro (SOUZA, [2006?], p.154-161). Em 1957, o Conselho Geral cria outra Província, a do Norte, que abrangeria os estados do Norte e Nordeste, cuja sede é a Casa Provincial de Fortaleza (SOUZA, [2006?], p.263).

<sup>119</sup> Em consulta realizada à Casa Central da Província Brasileira da Congregação das Filhas da Caridade, em outubro de 2012, não souberam precisar se seria Ir Maria Gonçalves, Ir Gonzaga Gonçalves, Ir Margarida Gonçalves, Ir Amélia Gonçalves ou Ir Gabriela Gonçalves. Todas ingressaram na Congregação em 1855 pela Casa da Providência da Bahia (SOUZA, [2006?], p.163).

relata a fundação do Colégio Imaculada Conceição, há descrições interessantes sobre a chegada das primeiras Filhas da Caridade a Fortaleza. É retratada uma cena na qual se observa que essa chegada não foi de todo agradável para as irmãs. Textualmente, a chegada é assim narrada:

*Não existia cais, porto, locais espaçosos para que as irmãs desembarcassem do vapor. Pulando das escadas do navio para um barco primitivo, foram retiradas do meio de bagagens, pelos braços musculosos de grandes negros e colocadas sobre as areias alvas das praias cearenses. (...) Na praia, esperavam as viajantes, os padres lazaristas Pedro Augusto Chevalier e Oswald Enrile, acompanhados pelo Sr Coronel Francisco da Silva Albano (Barão de Aratanha)<sup>120</sup>, que representava o Bispo, que embora quisesse, não pode estar presente para recepcioná-las, pois encontrava-se em visita pastoral pelo interior da Província. A primeira caminhada foi subindo a Ladeira da Prainha, em direção a Igreja do Seminário. (CAMPOS, 1999, p.28) Nessa época, não havendo mais do que três ruas empedradas, as Irmãs tiveram que suportar a fadiga, que lhes causavam os raios do sol a pino e a areia ardente que lhes escaldava os pés (ALBUM HISTORICO DO SEMINARIO EPISCOPAL DO CEARÁ, 1914, p. 25.)*

Com as suas *cornettes*<sup>121</sup>, touquinha e colarinho branco, cota azulada e o avental domingueiro, aquele grupo de irmãs era para a população local uma novidade e ao mesmo tempo causava estranheza à população. Daí registramos o restante do relato encontrado no Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará (1914, p. 25-26):

*Uns ajoelhavam-se, outros aproximavam-se querendo apalpar a corneta, para verificar se era de papel. Nas portas e janellas das casas agglomeravam-se os moradores curiosos; nas ruas corriam em bandos os meninos e as meninas em cortejo as Irmãs.*

Após os agradecimentos realizados a Deus na Igreja do Seminário, as Irmãs foram conhecer a sua nova pousada, de propriedade do Sr Francisco da Silva Albano, que situada na rua Formosa (hoje, rua Barão do Rio Branco) nº 28 e 30, esquina com a rua das Flores (atualmente rua Castro e Silva) (SOARES, 1990). Na Figura 2 visualizamos a possível localização geográfica do endereço das Irmãs de Caridade (seta verde), atentar para a proximidade com a qual estavam da Santa Casa de Misericórdia e do Cemitério da cidade, nomeado São Cassiano.

<sup>120</sup> O Sr Coronel Francisco da Silva Albano, Barão de Aratanha, é uma figura ilustre presente em diversos momentos da história religiosa do Ceará. Amigo íntimo do Bispo Dom Luis Antonio dos Santos, atuou como administrador da obra de construção do Colégio da Orfãs anexo à Capela de Nossa Senhora da Conceição do Outeiro da Prainha; era o proprietário da casa na qual as Irmãs se estabeleceram primeiramente; e foi o procurador das órfãs cuidadas pelas Irmãs de Caridade, administrando a subvenção que o governo fornecia e os auxílios concedidos em favor delas (SOARES, 1990). Também durante doze anos foi o Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza (ALBANO, 1914).

<sup>121</sup> Segundo Padilha (1998), a princípio as Irmãs de Caridade utilizam toucas, porém, a pedido das próprias irmãs, as cornetas surgiram com a intenção de lhes preservarem ainda mais, dos homens, quando na atividade assistencial.





**Figura 2** Planta da cidade de Fortaleza, levantada no ano de 1856, pelo Padre Manoel do Rego Medeiros, copiada por Guaraci de Lavor. Fonte: livro **Fortaleza Evolução Urbana - 1603 a 1979**. Prefeitura Municipal de Fortaleza. Administração Luiz Nogueira Marques. Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza. [1980?].

A vinda das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo ao Ceará foi solicitada pelo bispo Dom Luis Antônio dos Santos<sup>122</sup>, que, nas circunvizinhanças da Capela da Conceição, ou Igreja da Prainha, construía um colégio e um orfanato, precisando, assim, de pessoas capacitadas e abnegadas para administrar os referidos estabelecimentos (PASQUIER<sup>123</sup>, s/d). Esses estabelecimentos começaram a funcionar em 15 de agosto de 1865 (CAMPOS, 1999). No dia 25 de agosto de 1867, mediante o incremento na quantidade de moças que buscavam a formação oferecida pelas irmãs francesas, as Irmãs foram transferidas para outro local (STUDART, 2001, p.188). Nessa mudança, o Colégio das Órfãs, passou a se chamar Colégio da Imaculada Conceição (CIC), que na sua origem teve a dupla finalidade, abrigar as inúmeras órfãs, oriundas da cólera, moléstia que assolava o Ceará àquela época e educar o corpo feminino cearense de maneira geral. As órfãs e pensionistas além do ensino formal, recebiam formação moral e religiosa, e desenvolviam habilidades manuais. Conforme Campos (1999), havia até uma ordem de escalonamento

<sup>122</sup> Em 10 de agosto de 1853, por meio da Lei Geral do Império nº 963, surge a Diocese do Ceará, sendo seu primeiro bispo Dom Luis Antonio dos Santos. É ele quem solicita ao superior dos Padres da Missão que envie, juntamente com os padres lazaristas, irmãs de caridade para acolher as órfãs e educar as meninas da sociedade, a fim de preparar boas mães de família. Até a data de 29 de setembro de 1861, assuntos de ordem religiosa desta cidade estavam sob jurisdição da Província Eclesiástica de Pernambuco, a Diocese de Olinda. Apenas com a posse de Dom Luis Antonio dos Santos, a Província Eclesiástica do Ceará se torna autônoma. Em 1863, funda-se o Seminário Diocesano de Fortaleza.

<sup>123</sup> Eugênio Pasquier foi Visitador Geral das Filhas da Caridade no Brasil, falecendo em 1941. Deixou a obra consulta inacabada, por isso em sua ficha catalográfica não consta data de publicação.

sobre o que se deveria ensinar prioritariamente, “o ensinamento da piedade e da virtude, após isso, o aprendizado das diversas tarefas femininas, depois se ministrando os conhecimentos elementares indispensáveis para a cultura da época” (CAMPOS, 1999; p.93).

Dezenove anos depois da fundação do CIC (1865), no ano de 1884, a obra das Irmãs de Caridade na cidade é ampliada com a criação do Externato São Vicente de Paulo, uma casa onde as meninas pobres aprendiam música, leitura e trabalhos manuais. Para os meninos, filhos de operários e das famílias assistidas pelas Senhoras da Caridade, se abriu o Externato Jesus Maria José. Posteriormente, veio a inauguração do Externato São Rafael, em março de 1901, destinado aos irmãos das meninas do CIC, externato este que deu origem ao Colégio Cearense, dos Irmãos Maristas (CAMPOS, 1999).

À medida que a demanda de alunos aumentava, cresciam-se as atividades das Irmãs e, conseqüentemente, se inauguravam outros Patronatos e Escolas tais como: Patronato Nossa Senhora Auxiliadora (20/05/1920); Patronato de São João do Tauapé (15/03/1931); Patronato Santa Luisa de Marillac (28/01/1934), Patronato Sagrada Família (08/08/1935), Escola Doméstica São Rafael (02/03/1936), Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo (15/02/1943), Patronato São Pedro (07/02/1944), Casa de Formação D. Manoel (02/08/1950), Ginásio Santa Maria Goretti (15/02/1951)<sup>124</sup>.

Com base nesse esboço, percebemos que as Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo atuaram desde o início de sua chegada ao Brasil, no ano de 1849, quando se dirigiram para cidade de Mariana, como no Ceará, quando chegaram a Fortaleza nos idos de 1865 de maneira significativa no campo educacional do Estado, ao administrarem a primeira escola direcionada especificamente à formação feminina desta Província. Percebemos também, que, num contexto agressivo, constantemente abalado pelas intempéries da seca, a atuação das Filhas da Caridade de São Vicente no campo educacional também se caracterizou pelo aspecto assistencialista, pois, nos mesmos alicerces em que se constituía a formação educacional da mulher cearense, também se abrigava as órfãs desvalidas desta terra.

Paralelo ao exercício de atividades nas áreas da educação e assistência social é indiscutível a presença das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo nas instituições de assistência a saúde do Ceará. Conforme Antunes (1991; p.42), “cuidar dos enfermos, desde o século IV d.C., era reconhecida como uma das sete tarefas de caridade cristã, assim como, alimentar os famintos, saciar a quem tem sede, hospedar os estrangeiros, agasalhar quem passa frio, visitar os presos e sepultar os mortos”. Nos documentos manuscritos encontrados no Seminário da Prainha e na Casa Provincial da Associação São Vicente de

<sup>124</sup> Esta cronologia de Patronatos e Escolas fundadas pelas Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo nós encontramos num conjunto de documentos que nos foi doado pela Enf<sup>a</sup> Maria Valquíria Albuquerque, egressa da EESVP e funcionária desta.

Paulo de Fortaleza, constatamos que as Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo trabalharam em quatro instituições hospitalares no Ceará e em alguns dispensários, atuais postos de saúde, fundados e administrados, na época, pelo Clero cearense. Dentre estas instituições hospitalares, a que primeiro as recebeu foi a Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, em 1870, logo após, em 1890, foi o Asilo de Alienados; em seguida, em 1943, foi o Hospital Pronto Socorro da Assistência Municipal de Fortaleza e, por último, as Irmãs ingressaram no Hospital Geral Militar de Fortaleza, em 1948<sup>125</sup>. Embora a atuação das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo neste outro setor religioso e caritativo não seja abordada nesta dissertação, ela foi foco de trabalho da autora<sup>126</sup>, com o intuito de auxiliar na pesquisa maior '*Preservação da Memória da Enfermagem no Estado do Ceará: a história da profissão e o Centro de Documentação*'.

## **6.2 Elementos fundantes da EESVP: o Patronato Nossa Senhora Auxiliadora e os cursos de Enfermagem de Emergência e de Defesa Passiva Antiaérea**

Em 24 de maio de 1920, foi fundado, na Rua Senador Pompeu, perto da Santa Casa de Misericórdia, pelo então Arcebispo de Fortaleza, Dom Manoel da Silva Gomes, o Patronato Nossa Senhora Auxiliadora (PNSA), também conhecido por Patronato Central, que surgia com a finalidade de proteger e amparar moças pobres, ministrando-lhes instrução moral e religiosa e conhecimento de habilidades domésticas que lhes garantissem um meio de subsistência digna. Diferentemente dos externatos, onde as moças residiam, nos patronatos elas estudavam, mas retornavam à noite para suas casas (O NORDESTE, 15.11.1946). Além da educação básica oferecida às moças humildes e honestas de famílias pobres, desenvolviam-se naquele recinto, sob a direção das Irmãs de Caridade, as atividades da Associação das Filhas de Maria do PNSA, criado em 1º de maio de 1928, que além do serviço moral, auxiliava financeiramente as suas associadas necessitadas na compra de medicamentos ou na realização de enterros. Nas instalações do PNSA, ainda se ministravam o Curso de Donas de Casa; o Curso Profissional Catarina Labouré, e se promovia a Opereta Pastoril, sempre ao final do ano (O NORDESTE, 26.11.1943; 13.12.1943; 15.08.1944; 03.01.1944). Em virtude de sua estreita ligação com a fundação da EESVP nas comemorações do PNSA, as alunas da EESVP também delas participavam,

<sup>125</sup> As Irmãs de Caridade se retiraram destas instituições hospitalares na década de 1970, devido à reorganização do setor saúde no contexto nacional, com a implantação do INAMPS.

<sup>126</sup> Ajudando a sua orientadora, a autora desta dissertação e as bolsistas, Tatiana do Nascimento Paiva (Bolsista IC/UECE) e Ana Virginia de Souza Rocha (Bolsista PROVIC), coletaram informações na Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza. Nos outros nosocômios, a autora desta dissertação realizou solitariamente a busca de dados sobre a atuação das Irmãs de Caridade Filhas de São Vicente de Paulo. Agradecemos a cordialidade com a qual fomos recebidas nestas instituições, principalmente a João Carlos da Silva Pereira, funcionário da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, e ao Tenente Coronel Gilson Amorim de Sousa e o Cabo Vieira, no Hospital Geral Militar de Fortaleza.

como em 1945, quando encenaram a comédia ‘Uma Enfermeira Original’ (O NORDESTE, 26.05.1945).

Tratando-se de uma obra arquidiocesana, a administração do PNSA coube, a princípio, à Arquidiocese de Fortaleza; no entanto, em 19 de fevereiro de 1927, foi entregue às Filhas da Caridade, sob a direção da Irmã Duhamel, na época Superiora da Santa Casa de Misericórdia (REVISTA DO JUBILEU, 2007). Também é neste mesmo ano, mas em 27 de novembro, que o Patronato é transferido para a avenida do Imperador, com a rua Antonio Pompeu, apresentando ,então, amplas dependências, indispensáveis para as atividades que a Arquidiocese exigia das Irmãs. Nesse período, a partir de 2 de novembro de 1927, assume a direção do PNSA<sup>127</sup> a Ir Margarida Breves<sup>128</sup>. Anexo ao PNSA foram fundados a Escola São Geraldo e um internato, para estender e complementar as atividades sociais e educacionais desta área de atuação da Congregação. Em 4 de abril de 1949, Dom Antônio de Almeida Lustosa autoriza a redação da escritura de doação do terreno do PNSA à Irmandade Vicentina.



Patronato Nossa Senhora de Auxiliadora em 1946. Fonte: Jornal **O Nordeste**, n.º 7323, de 15.11.1946, p.9, notícia ‘Dom Manuel e as obras dos Patronatos’



Patronato Nossa Senhora de Auxiliadora em 2012. Fonte: Foto da pesquisadora, maio de 2012.

**Foto 1** Instalações antiga e atual do PNSA.

<sup>127</sup> Foram Irmãs Superiores e Diretoras do PNSA, conforme ordem cronológica: Ir Duhamel (1920-1927); Ir Margarida Breves (1927-1954); Ir Marina Menescal Campos (1954-1959); Ir Edite de Moraes Teixeira (1959-1961); Ir Marina Menescal Campos (1961-1962); Ir Maria Aldiza Monteiro Coelho (1962-1964); Ir Julia Motta de Farias (1964-1970); Ir Lindalva Chaves Oliveira (1970-1973); Ir Maria Cordélia Marcelo (1973-1979); Ir Maria Consuelo de Oliveira Magalhães (1979-1988); Ir Maria Nair Queiroz Vieira (1988-1997); Ir Maria de Fátima de Oliveira (1997-2000). Em 2001, o PNSA é unificado à Escola São Rafael e ao Colégio Santa Maria Goretti. Atualmente as instalações do PNSA servem para uma escola de 1º ao 5º ano da Rede Vicentina, e também como Centro de Unidade da Família Vicentina e como sede de encontros presenciais de uma Universidade particular (Informações obtidas em visita realizada às dependências do PNSA, em maio de 2012)

<sup>128</sup> Conforme pesquisa realizada por Maria Valquíria Albuquerque Sacramento, no arquivo de atas de 1860 a 1957 da Casa Geral das Irmãs de Caridade, Ir Margarida Breves foi admitida à Companhia em 1910 e, no mesmo ano, em 28 de dezembro, recebia o hábito das Filhas da Caridade. Maria Breves era o seu nome civil, tendo conservado em comunidade o nome de Ir Margarida Breves. A Ir Breves chega ao Ceará em 16 de julho de 1921 e fica até 1953 (O POVO, 14.08.1953), quando retorna para o Colégio Salete, em Salvador/BA, pois sua Irmã religiosa do Bom Pastor estava gravemente doente (O NORDESTE, 25.07.1953), sendo substituída pela Ir Menescal Campos (O POVO, 14.08.1953).

Na montagem realizada pela pesquisadora, foto 1, constatamos que o prédio foi mantido sendo que o que era pátio em 1946, atualmente tornou-se estacionamento para os veículos dos funcionários, restando apenas duas árvores que se apresentam nas laterais superiores da referida foto. Embora não seja possível a visualização, esclarecemos que na fachada do PNSA constam os anos de 1927 e 1942, conseqüentemente, ano de transferência do PNSA para a avenida do Imperador e ano de comemoração dos seus quinze anos de existência.

Com a chegada das Irmãs de Caridade à cidade de Fortaleza, no ano de 1865, depois de dezesseis anos de existência da Congregação no Brasil (1849), estas se encaminham, de um lado, para desenvolver atividades no campo da educação que se iniciam no Colégio das Órfãs, posteriormente Colégio da Imaculada Conceição, e de outro para assistência à saúde e conforto espiritual, com a prestação de assistência aos enfermos primeiramente, na Santa Casa de Misericórdia.

Com o passar dos anos, o braço educacional desta Congregação se expande para a formação de recursos humanos para a assistência de saúde. Tudo começa com a 2ª Guerra Mundial<sup>129</sup>, exigindo mudanças que vão se processando em todos os países envolvidos no conflito e em todos os setores de atividades, inclusive na área da saúde, com o recrutamento de pessoal e, conseqüentemente, com a preparação desses profissionais para atuação no campo de batalha. Com este propósito, o Curso de Enfermeiras de Emergência do Patronato foi instalado em 7 de outubro de 1942, e se constituiu à época no terceiro curso de preparação de enfermeiras de emergência<sup>130</sup> instalado em Fortaleza, para o auxílio nos hospitais de guerra. A direção técnica desse curso era do Médico Dr Jurandir Picanço e a direção administrativa da Superiora do PNSA, Ir Margarida Breves (O POVO, 8/10/1942).

---

<sup>129</sup> Em virtude dos acordos de paz espoliativos e humilhantes impostos pelos países vencedores da 1ª Guerra Mundial (1914-1918), França e Inglaterra, a Alemanha começou a se militarizar e adotou uma política imperialista, que, com o apoio da Itália, Japão e União Soviética, em 1º de setembro de 1939 alcançou seu apogeu com o início da 2ª Guerra Mundial, que como movimento armado divide-se em duas fases. A primeira fase (1939-1942) caracteriza-se por importantes conquistas territoriais do Eixo Roma-Berlim-Tóquio até a invasão da União Soviética pela Alemanha e pelo ataque japonês à base militar norte-americana de Pearl Harbour, no Havaí. A segunda fase (1942-1945) compreende a contraofensiva bem-sucedida dos EUA, Inglaterra, União Soviética e seus aliados, que findou com a 2ª Guerra em setembro de 1945 (BOULOS JUNIOR, 1997) Na segunda etapa há maior participação brasileira, pois o governo desenvolve intensa propaganda que influenciava os sertanejos a migrarem para a Amazônia a fim de explorar o látex nos seringais da região num esforço de guerra; permitindo-se aos EUA que instalassem bases aeronavais no Nordeste em 1942, mais precisamente no Estado do Ceará, e é organizada a participação de 25.334 soldados da Força Expedicionária Brasileira (FEB) sob o comando do general Mascarenhas de Moraes, no combate de 1945, contra a resistência nazista na Itália, nas batalhas de Castelo, Castelnuovo e Montese, como parte integrante do 5º exército norte-americano. Conforme Boulos Junior (1997) é em 31 de agosto de 1942, mais precisamente, que o Brasil declara guerra ao Eixo, após o afundamento de vários navios brasileiros por submarinos alemães.

<sup>130</sup> O primeiro curso de preparação de enfermeiras de emergência foi iniciado pelo Dr Eleyson Cardoso, Delegado Federal de Saúde com o auxílio do 23º Batalhão de Caçadores, do Cap Dr Luiz Lopes de Miranda e do Dr Hyder Correia Lima; o segundo, nomeado Curso de Preparação de Enfermeiras de Emergência, foi criado pela Cruz Vermelha e estava em processo de conclusão de sua segunda turma, composta por cerca de 70 alunas, dentre estas Zeneida Leitão Gomes, Lianita de Paula Lima, Mirian Gaspar de Aquino, Zuleika Brasil Brigido, Needy Bizerril Frederico e Vanda Leitão Mendes (O POVO, 13/10/1942 e 17/10/1942), à época de inauguração do Curso de Enfermeiras de Emergência do PNSA.

A idealizadora desta iniciativa foi a Irmã Margarida Breves em virtude de solicitações das senhoras de oficiais do exército e das senhorinhas da sociedade local. O Jornal *O Nordeste* de 05/10/1942 (última página) divulgou o memorial elaborado pelas senhoras dos oficiais do Exército Nacional destinado ao Dr Jurandir Picanço e à diretora do Patronato Nossa Senhora Auxiliadora, no caso, a Irmã Breves, no qual é declarado explicitamente o desejo delas em '*querer seguir o exemplo augusto da protetora das dores dos soldados na guerra do Paraguai e oferecer suas vidas em holocausto ao Brasil!*'. Ante o exposto, percebemos o sentimento de patriotismo que envolvia a sociedade cearense de então.

A solicitação foi acatada e duas turmas foram formadas para este curso, uma composta somente das senhoras esposas dos oficiais do exército abrigados na cidade de Fortaleza e outra formada com as senhoritas cearenses interessadas em contribuir com a Pátria. O Curso de Enfermeiras de Emergência do PNSA, que formava voluntárias socorristas, também referidas como *enfermeiras de guerra* ou *enfermeiras socorristas* pelos jornais, se distinguia dos demais do tempo, pois, além da Enfermagem propriamente dita, ou seja, do ensino para o cuidado; trazia também a 'assistência ao soldado no campo de batalha', com os seguintes conteúdos: missão do socorrista de guerra, noções de Anatomia e Fisiologia, agressivos químicos, bombas e explosivos, ferimentos, hemorragias, compressão arterial, transfusão, queimaduras, choque, asfixia, síncope e vertigem, comas e convulsões, intoxicações e envenenamentos, insolação, choque elétrico, ferimentos oculares, corpos estranhos; fraturas, luxações e torceduras, injeções, bandagens, levantamento e transporte de feridos (BRIQUET<sup>131</sup>, 1943). O Curso de Enfermeiras de Emergência do PNSA abrangia também dois aspectos novos do cuidado: o da maternidade e da puericultura para a proteção da vida; e o do social, fornecendo amparo moral e espiritual àqueles que o necessitassem para enfrentar as contingências da luta (UNITÁRIO, 8/10/942). Nas palavras do Dr Jurandir Picanço, um dos idealizadores do curso juntamente com a Irmã Breves, quanto à assistência materna e infantil, este assinalava em entrevista para um jornal da época que

*[...] o socorro à maternidade e ao recém-nato se impõe de início com a simples idéia dos bombardeios aéreos, das cidades sitiadas, das populações evacuadas, alterando de modo absoluto as possibilidades dos serviços fixos, da assistência hospitalar e socorros outros. A Biologia e suas leis que não obedecem as contingências de lugar e meio e a vida tem que se perpetuar, mesmo sob a tormenta dos bombardeios, nas furnas dos abrigos ou nos campos de retirada. E as criancinhas precisam ter ao lado do amparo da coragem e da técnica, os cuidado da higiene, a onfatolomia, a aplicação, nos olhos, da solução Credé, a*

<sup>131</sup> Em 1943, Raul Briquet, médico militar, catedrático da USP e diretor geral dos cursos de Enfermagem e Socorros de Guerra da 2ª Região Militar, publicou um manual editado a partir de cursos de Enfermagem e de socorros de guerra ministrados na 2ª Região Militar, onde havia um Comitê Feminino dos Cursos de Enfermagem e Socorros de Guerra. O manual pretendia ensinar os socorros que deveriam ser prestados em caso de bombardeios aéreos (CYTRYNOWICZ, 2000).



*manobra de Mariceau, uma sangria na eclampsia, e outros recursos simples que, quando bem executados, são salvadores (RECORTE DE JORNAL DOADO, s.d.).*

Sobre a assistência social, o mesmo médico declarou,

*este serviço é muito mais amplo e igualmente necessário. (...) O serviço social é o conjunto dos conhecimentos técnicos e psicológicos necessários ao trabalho de minorar o sofrimento, evitar a miséria, os desvios morais, mantendo ordenada a vida da família e do indivíduo. Visa, acima de tudo, reduzir as causas dos desajustamentos sociais, defendendo a saúde, a economia e a educação. Basta que se pense na desordem da situação social motivada pela destruição de fabricas e residências, pelo desemprego, orfandade, extravios, mutilações, pauperismo, etc, para verificar-se quão necessário e o serviço social. (RECORTE DE JORNAL DOADO, s.d.)*

Também foi possível verificar em jornais da época, como o *Correio do Ceará*, as atividades de assistência social realizadas por enfermeiras, como o descrito a seguir

*CONVOCAÇÃO DE ENFERMEIRAS PARA A FESTA DE DISTRIBUIÇÃO DE ROUPAS AOS POBRES. Dentro de breves dias o núcleo local da Legião Brasileira de Assistência fará ampla distribuição de roupas aos pobres de Fortaleza numa brilhante festa de caridade que se realizará no Palácio da Luz. Para a confecção das roupas é necessária a colaboração de grande número de pessoas, razão porque d. Zilda Martins Rodrigues, presidente da Comissão de Confecção de Trabalhos do Serviço de Organização Técnica da Legião Brasileira de Assistência solicitou a convocação das seguintes voluntárias que deverão apresentar-se diariamente das 15 às 17hs na Cidade da Criança. [continua] (CORREIO DO CEARA, 08/01/1942; p.2)*

Na solenidade de inauguração do Curso de Enfermeiras de Emergência do PNSA, realizado no Theatro José de Alencar, no dia 7 de outubro de 1942, conforme nota estampada na primeira página do *Unitário*, esta informava que fora entregue às esposas dos oficiais do exército e as senhorinhas da sociedade a braçadeira com o emblema da Cruz Vermelha; e ainda que discursara em nome das alunas do novo curso de Enfermagem de Emergência, a Sra. Yolanda Gadelha Teófilo, aluna e esposa do 1º Tenente Tácito Teófilo. Também discursaram, neste evento, o Sr Menezes Pimentel, Interventor Federal; Dr Jurandir Picanço, diretor técnico do referido curso; Dr Cesar Cális de Oliveira, presidente do Centro Médico Cearense; o 1º Tenente Ednardo Weyne, representando o Exército brasileiro; e Hesiodo Facó, acadêmico de Direito, convocado para a guerra (*UNITARIO*, 8/10/1942).

Mais uma manchete, desta vez de *O Povo*, também assinala que na solenidade ainda estiveram presentes o Pe Andre Camurça, representando o Sr Arcebispo Metropolitano; Dr Ubirajara Negreiros, representando o Prefeito de Fortaleza; o Desembargador Abner de Vasconcelos; Alfeu Faria de Aboim, presidente da Associação Cearense de Imprensa e Diretor da Imprensa Oficial; Capitão Fernando Pessoa, representando o Comando da Brigada, e Dr Eleyson Cardoso, Delegado Federal de Saúde (*O POVO*, 8/10/1942).

Ainda com relação à solenidade de inauguração, outro artigo noticioso referia que o tenor paraense Adelermo de Matos abrilhantou a solenidade com três números, 'Mãe

Preta', 'Pelo Brasil' e 'Avante', de Paurilo Barroso, e com o Hino Nacional, cantado por todos os presentes ao término da festividade, acompanhado pelas bandeirantes da Federação dos Escoteiros do Ceará, sob a chefia da Professora Mirian Gaspar de Aquino (*O ESTADO*, 8/10/1942). O registro em todos os jornais importantes para a sociedade da época sobre a solenidade de inauguração do curso pelo PNSA assegurava a sua importância e relevância como acontecimento. A foto que se segue retrata o momento histórico desta inauguração no Theatro José de Alencar, também divulgada pelos referidos meios de comunicação.



**Foto 2:** Recorte de jornal onde se visualizam os membros presentes à solenidade de inauguração do Curso de Enfermeiras de Emergência do PNSA. Fonte: *Unitário*, 8/10/1942; última página.

A Foto 2, embora bem desgastada, retrata a solenidade de instalação do Curso de Enfermeiras de Emergência do PNSA. Não nos é possível correlacionar nominalmente as imagens às personalidades presentes, porém observamos que as figuras ilustres preenchem as primeiras cadeiras do auditório, enquanto as mulheres, futuras alunas do curso, se encontram acompanhadas por seus esposos, nas filas de cadeiras que se seguem. É possível observar na foto que o recinto se encontrava lotado.

Para dirigir o curso em cooperação com a classe médica conterrânea, vieram do Rio de Janeiro duas irmãs de caridade, enfermeiras diplomadas pela Escola de Enfermeiras Ana Neri, fundada em 1923. A chegada das irmãs foi notícia estampada também nos jornais da época. Foram estas, a Ir Margarida Maria Cola e Ir Maria José Santo (*O POVO*, 14/10/1942 e *CORREIO DO CEARA*, 19/01/1943). Da primeira turma do Patronato, ficou



então o corpo docente constituído pelos Médicos Jurandir Picanço, Cesar Cális, Francisco Araújo, Pontes Neto e Wandick Ponte. Os campos de treinamento utilizados para as aulas práticas das alunas foram a Assistência Municipal, a Maternidade Dr João Moreira e a Santa Casa de Misericórdia (O POVO, 5/10/1942), todos então de responsabilidade de religiosas, dentre estas, as Irmãs da Caridade de São Vicente de Paulo, o que evidenciava o apoio nas duas frentes abraçadas por esta irmandade que era a educação e a saúde, campos apropriados pelas irmãs e que foi acrescido também da assistência social.

Com relação ao registro sobre o primeiro Curso de Enfermeiras de Emergência de responsabilidade do PNSA, incluímos dois ofícios expedidos pela Ir Margarida Breves referentes à implantação do Curso de Enfermeiras de Emergência do PNSA encontrados no material que nos foi doado pela Enf<sup>a</sup> Maria Valquíria Albuquerque Sacramento, egressa da EESVP e funcionária da escola (ANEXOS D e E). O primeiro documento se destinava ao Interventor Federal do Ceará, Sr. Menezes Pimentel, solicitando a anuência deste para a efetivação do Curso, e o segundo, encaminhado ao Médico José Frota, então diretor da Assistência Municipal, solicitando a sua aquiescência para que a instituição servisse de campo de prática para as alunas. Nesses dois ofícios redigidos pela Irmã Margarida Breves, é possível identificar o fato de que a ideia de criação de um Curso de Enfermeiras de Emergência no PNSA surgiu de uma demanda espontânea da sociedade civil, em virtude do nebuloso contexto político vivenciado. Observamos, também, que o projeto de criação de um Curso de Enfermagem já era pensado pela referida Irmã, pois a ideia é identificada nos dois documentos.

No Curso de Enfermeiras de Emergência do PNSA, poderiam se matricular alunas que possuíssem o curso normal ou ginásial e, para aquelas que não o tivessem, haveria um exame de admissão. O Curso de Enfermeiras de Emergência do PNSA tinha previsão de iniciar suas aulas em setembro de 1942 (*UNITARIO*, 29/08/1942), contudo as aulas começaram somente em 7 de outubro de 1942 (*O NORDESTE*, 07/10/1942) com duas turmas, sendo uma exclusivamente composta pelas senhoras dos oficiais do Exército (*O POVO*, 14/10/1942), sendo estas: Sra Ten. Tacito Teofilo, Sra Ten. Jose Rabelo Machado, Sra Cap Murilo Borges Moreira, Sra Ten. Romulo Figueiredo, Sra Cap Alipio Anibal dos Santos, Sra Ten. Terencio Porto, Sra Ten. Moacir Andrade, Sra Ten. Alfredo Carneiro da Cunha, Sra Ten. Mozart Moreira Da Silva, Sra Ten. Jeronimo Alberto Montenegro, Sra Ten. Paulo Braga da Rocha Lima, Sra Ten. Eduardo Herinque Elery, Sra Ten. Felizardo P. Pessoa Mendes e Sra Cap Fernando Rodrigues Peixoto (*O POVO*, 5/10/1942) e outra, como já referido, por senhoritas que também se apresentavam como voluntárias para ajudar a Pátria em momento tão difícil.

No dia 08 de janeiro de 1943, paraninfou-se a turma formada exclusivamente pelas esposas dos oficiais do Exército, constituída pelo número de doze formandas, duas alunas a menos do que a quantidade que iniciara o curso. A oradora da turma foi à esposa do capitão Alípio dos Santos, a senhora Geraldina Santos, e o paraninfo foi o Dr Jurandir Picanço (*CORREIO DO CEARA*, 5/01/1943; *UNITARIO*, 8/1/1943; *GAZETA DE NOTICIAS*, 19/02/1943 e *O NORDESTE*, 18/02/1943). Conforme *O Estado*, a solenidade aconteceu no dia 9 de janeiro de 1943, 'com todos os requisitos militares, havendo inclusive toque de corneta' e se diplomaram apenas onze mulheres, uma a menos da quantidade que noticiaram os outros jornais, sendo elas: Adriana Teófilo Figueiredo, Aurea de Almeida, Cleonilda Solon Weyne, Geraldina Menezes dos Santos, Jamisa Correa, Luci Coutinho Moreira da Silva, Luzia Teófilo Gaspar, Margarida Lopes Miranda, Maria Estefânia Monteiro Rocha Lima, Nadir Rodrigues Peixoto e Olivia Nunes (*O ESTADO*, 9/01/1943 e 10/01/1943). A foto 3 registra o grupo de onze alunas, esposas de Oficiais do Exército, e dois médicos Dr. Jurandir Picanço e Vandick Ponte, juntamente com a Irmã Margarida Breves (de óculos) e Irmã Margarida Maria Cola, após uma aula do Dr. Jurandir Picanço. Foto de propriedade do Studio da AbaFilm o mais conceituado da cidade naquele tempo.



**Foto 3** Recorte de jornal em que se visualizam as alunas, esposas de Oficiais do Exército, do Curso de Enfermeiras de Emergência do PNSA, juntamente com os médicos Jurandir Picanço e Vandick Ponte, além das Irmãs Breve e Margarida Cola. Fonte: *O Povo*, 12/12/1942; 1ª página .

Em 18 de fevereiro de 1943 parainfou-se a outra turma de voluntárias socorristas do PNSA, integrada por 19 pessoas, entre senhorinhas da sociedade local e religiosas. A oradora da turma foi Srta Núbia Miranda e o paraninfo foi o tenente-coronel Luiz Batista, da 10ª Região Militar ( *O POVO*, 19/02/1943). Também estiveram presentes a esta solenidade, o Dr Andrade Furtado, secretário do Interior e da Justiça, representado o Interventor Federal; General Eudoro Correia; o Coronel Otavio Silva Parranhos, comandante da Escola Preparatória de Fortaleza; o Major Juarez de Vasconcelos, comandante do 23º Batalhão Caçadores; o Pe Andre Viana Camurça, representando o Arcebispo de Fortaleza; o desembargador Abner de Vasconcelos; Dr Cesar Cals de Oliveira, presidente do Centro Médico Cearense; e Professor Filgueiras Lima ( *O NORDESTE*, 18/02/1943). É importante referir que o registro desta história relacionada às duas turmas do Curso de Enfermagem de Emergência que foram realizados pelo PNSA, praticamente, foi resgatado nos meios de comunicação da época da cidade de Fortaleza, que eram os jornais, assim como realiam Nóbrega-Therrien, Almeida e Silva (2008a e 2208b). Por serem considerados acontecimentos importantes para a sociedade que então vivenciava uma grande guerra, tal situação contribuiu para que este registro fosse contínuo o que favoravelmente acumulou matéria para que hoje contássemos esta história. Na foto 4, podemos identificar a turma de alunas, senhorinhas da Sociedade Cearense, bem como as irmãs responsáveis por elas, permanecendo a figura da Irmã Margarida Breves e a do Dr. Jurandir Picanço, sempre presentes neste acompanhamento.



**Foto 4** Recorte de jornal, onde se visualizam as alunas, senhorinhas da sociedade cearense, do Curso de Enfermeiras de Emergência do PNSA, juntamente com os médicos Jurandir Picanço e Vandick Ponte, além de cinco Irmãs de Caridade. Fonte: **O Povo**, 17/02/1943; 1ª página.

Durante a 2ª Guerra Mundial, as mulheres atuaram, desde pilotando os aviões japoneses em missões suicidas quanto nas linhas de montagem das indústrias de guerra, no caso, dos EUA (*O NORDESTE*, 21.03.1942 e 01.07.1942). Sua atuação no campo da saúde também foi muito intensiva e valorizada. Em outubro de 1943, um ano após a campanha de recrutamento de rapazes para compor o Corpo Expedicionário Brasileiro, um jornal do Rio de Janeiro noticiava que a Diretoria de Saúde do Exército pretendia organizar um quadro de enfermeiras para acompanhar o corpo expedicionário. Tal feito foi realizado por meio do Decreto-Lei nº 6.097, em 13/12/1943<sup>132</sup>. Em 1944, comenta-se sobre as 'enfermeiras aladas', profissionais de saúde que trabalhavam em aviões-ambulância (*O NORDESTE*, 19.10.1944). As brasileiras que não puderam auxiliar desta maneira, ajudavam nas atividades da Legião Brasileira da Assistência (LBA), entidade criada em setembro de

<sup>132</sup> Das moças que atenderam a convocação do Exército Brasileiro e realizaram o Curso de Emergência de Enfermeiras da Reserva do Exército, apenas 67 foram selecionadas. Dessas, 61 atuaram nos hospitais de campanha e seis fizeram o curso de Transporte Aéreo de Feridos na Base de Parnamirim, em Natal, levando os feridos da Itália para o Brasil ou para os EUA. A Força Aérea Brasileira (FAB) incorporou ainda seis enfermeiras para assistir exclusivamente os militares combatentes dessa Força (SANTOS e BARREIRA, 2008). As enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira (FEB) eram samaritanas e voluntárias socorristas; só oito eram enfermeiras oficialmente reconhecidas como "profissionais" (conforme a regulamentação federal) e uma era parteira. As enfermeiras eram formadas pelas escolas Anna Nery, Alfredo Pinto, Cruz Vermelha Brasileira e Escola de Enfermagem da USP (MEDEIROS, 1955, p. 254). As seis enfermeiras da FAB, que serviram em um hospital especializado da Aeronáutica em Amarinna de Pisa, Itália, eram todas formadas pela Escola Anna Nery (CYTRYNOWICZ, 2000).

1942, pela esposa do Presidente da República, Dona Darcy Vargas, para prestar assistência material e também moral às famílias dos reservistas convocados. No Ceará, quem coordenou a iniciativa foi a esposa do Interventor e quem a financiou foi a primeira dama do Estado (*O NORDESTE*, 16.09.1942 e 18.09.1942).

Após a conclusão das duas turmas do Curso de Enfermagem de Emergência, foi instaurado no PNSA, somente para as esposas dos oficiais do Exército Nacional, o Curso de Defesa Passiva Antiaérea, sob a coordenação do Dr Francisco Araújo. A abertura do curso ocorreu no dia 18 de janeiro de 1943 (*O POVO*, 17/01/1943), mas o início das aulas sucedeu apenas no dia 23 do mesmo mês (*O ESTADO*, 23/01/1943). Conforme notícia divulgada no *Correio do Ceará*, em 19/01/1943, este curso fora iniciativa do Ministério da Educação e Saúde (Decreto Lei nº4.800 de 6.10.1942 e Portaria Ministerial nº271), e dele também deveriam participar professores e fiscais federais de estabelecimentos de ensino superior, secundário, comercial e industrial, cujas aulas também foram ministradas pelo Dr Francisco Araújo, todavia, em local diferenciado, nas dependências da Escola Normal de Fortaleza. Conforme notícia do *Jornal O Nordeste* (23.10.1942), a professora das aulas elementares de socorros de urgência deveria ser uma Enfermeira de Saúde Pública, porém, inferimos que, por não haver enfermeiras diplomadas, no Estado em número suficiente, apenas as irmãs de caridade que já coordenavam o Curso de Enfermagem de Emergência do PNSA, essas direcionaram a docência ao Médico Dr Francisco Araújo, com a supervisão delas.

Em virtude do reconhecimento da utilidade pública do Curso de Enfermagem de Emergência e do Curso de Defesa Passiva Antiaérea da EESVP, referida escola foi visitada pela senhora Herbert Johnson, enfermeira de guerra norte-americana (*UNITÁRIO*, 05.05.1943, s.p). Na foto 5, é possível identificar sua fisionomia. É a que está sentada no centro do sofá acompanhada por duas alunas. Na imagem ainda é possível identificar uma Irmã de caridade acompanhada por um homem, provavelmente algum dos professores do curso, na lateral esquerda da foto.





**Foto 5:** Recorte de jornal no qual se visualiza as alunas, do Curso de Enfermeiras de Emergência do PNSA, juntamente com o médico Jurandir Picanço, além da ilustre visitante. Fonte: **UNITÁRIO**, 05.05.1943, s.pg.

Outros Cursos de Emergência criados mediante o cenário de guerra no Estado, foram o Curso de Emergência de Cirurgiões-Dentistas, na Faculdade de Odontologia e Farmácia (inaugurado no dia 25.03.1943) e o Curso de Emergência de Farmacêuticos Militares na Faculdade de Odontologia e Farmácia (inaugurado no dia 20.05.1943) (*O NORDESTE*, 26.03.1943 e 20.05.1943).

Na trajetória do Patronato Nossa Senhora Auxiliadora, podemos evidenciar que na história de seus mais diversos cursos, entre eles os de Enfermeiras de Emergência e o de Defesa Passiva Antiaérea, realizados nos anos de 1942 e 1943, foram estabelecidos os suportes embrionários da criação da EESVP pelas irmãs vicentinas, apoiadas, sobretudo na figura da Irmã Margarida Breves e na do Médico Dr. Jurandir Picanço. A estes cabe o mérito maior, de acordo com os registros consultados. A Irmã Margarida Breves, além de ter exercido uma função importante não somente como diretora do PNSA, também o fez na criação das duas turmas do Cursos de Enfermeiras de Emergência ofertados no PNSA, e posteriormente na fundação da EESVP. A referida Irmã ainda se manteve vinculada ao desenvolvimento da Enfermagem no Ceará ao participar dos contratos de prestação de serviços das Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo em estabelecimentos de saúde do Estado, como ocorreu com o Hospital Militar de Fortaleza (ANEXO F).

Observa-se também que, seguindo uma trajetória nacional, do período de 1910 e 1920, mais especificamente, o curso de Enfermagem do Estado do Ceará se originou de cursos de emergências oriundos da necessidade de se atender aos feridos e doentes em tempo de guerra ou nos casos de calamidade pública. Inferimos assim, com suporte nas trajetórias de fundação das Escolas Práticas de Enfermeiras da Cruz Vermelha e da Escola de Enfermeiras Visitadoras do DNSP. Assim como ocorreu no plano internacional e nacional, no Ceará, o desenvolvimento da profissão de Enfermagem recebeu influência de três contextos: o contexto bélico da época, a intensa influência da religião católica e o processo embrionário de emancipação feminina, não necessariamente nessa ordem, mas os três nela inseridos de forma contínua.

*“Doce estância de luz, ventura e paz,  
Escola do Saber e da Bondade,  
Da virtude maior da cristandade  
És avançado posto entre os demais.  
Aos constantes desvelos maternais  
destas santas Irmãs de Caridade  
mandas anjos de amor a humanidade  
que padece na dor, nos hospitais.  
Em ti a virtude do Samaritano  
tem azilo seguro de expansão  
a amenizar o sofrimento humano.  
Abrigo santo de virtude e graça,  
venero o teu destino com emoção,  
seu eterno esplendor que nunca passa.”*

Poema sobre a EESVP para Rocilda Vasconcelos  
escrito por João Damasceno Vasconcelos  
(ARTIGO NOTICIOSO DOADO, s. n., s.d.)

## **7 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA ENFERMEIRA NO CEARÁ NA TRAJETÓRIA DA EESVP: OS REGISTROS, OS DEPOIMENTOS E AS ANÁLISES**

Neste capítulo, abordamos especificamente o percurso educacional de formação da Enfermeira cearense na trajetória de existência da EESVP. O texto se subdivide em três segmentos: no primeiro, discorreremos sobre a criação da EESVP e a sua existência como unidade isolada, no recorte temporal de 1943 a 1955; no segundo, abordamos desde o período em que esta escola esteve agregada à Universidade do Ceará (atual Universidade Federal do Ceará), nos anos de 1955 até 1975; e, finalmente, na terceira fase, apresentamos a anexação deste curso, juntamente com outros cinco, para formarem a Universidade Estadual do Ceará, no ano de 1975, até a conclusão deste processo de anexação, com a colação de grau de sua primeira turma nesta nova vinculação, no ano de 1977, período no qual este projeto de pesquisa finaliza seu relato. Em cada fase, pretendemos, ao reconstituir essa trajetória, fazer sua análise e interpretação, seguindo um esquema proposto em temas apresentados anteriormente no Quadro 03, da metodologia desta investigação. Assinalamos a tentativa de inferir em todo o texto as nuances de mudanças, mediante o contexto político, de educação superior e de saúde no País e no Estado.

### **7.1 A Criação da EESVP e sua existência como Escola Isolada: 1943 – 1955.**



Embora desde 1890 existissem, no Brasil, Escolas de Enfermagem<sup>133</sup>, somente em 15 de fevereiro de 1943<sup>134</sup>, 53 anos depois da fundação da primeira do gênero no País, foi criada a Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo, primeira escola para o Ensino de Enfermagem no Estado do Ceará (CEARÁ, 2003) e primeira Escola de Enfermagem do Nordeste (FRAZÃO, 1973). Pelo Decreto nº133, de 24 de agosto de 1943, adquiriu personalidade jurídica e aos 9 de janeiro de 1946, pelo Decreto-Lei nº1.577, foi reconhecida como de utilidade pública (FRAZAO, 1973, p.2). Foi no ano de 1946 também, que a EESVP foi equiparada a Escola Ana Nery, de acordo com Decreto nº 21.855 - DOU 26/09/46 (MARQUES e TAVARES, 1991, p.7).

No Ceará, na década de 1940, já havia o Curso Técnico de Enfermagem e de Puericultura, na Escola Técnica Feminina do Colégio Santa Isabel (*O NORDESTE*, 03.05.1940 e 10.01.1941); os cursos de Enfermagem de Emergência do DSP, da Cruz Vermelha e do PNSA, comentados em capítulo anterior; os cursos da Escola Profissional de Enfermeiros Técnica Sindical de Fortaleza (DOE, 9/2/1942, p.5); o Curso de Técnicos Hospitalares (*O NORDESTE*, 02.04.1946); e o Curso de Obstetiz e Enfermagem da Maternidade Dr João Moreira (*O NORDESTE*, 26.11.1946). Os cursos existentes possuíam uma organização elementar, aquém da caracterização e profissionalização que tomaria o da EESVP. Nesse sentido, não formavam enfermeiras de ‘alto padrão’, segundo as normas da EEAN; modelo que o Departamento de Educação Sanitária publicizava de maneira enfática (*O NORDESTE*, 10.07.1940), a fim de promover a referida profissão e angariar candidatas para o mencionado curso. Corrobora essa afirmação a declaração do Centro Médico Cearense, encontrada na ata de Sessão de Encerramento da 1ª Convenção dos Médicos Cearenses pertencentes a este Centro, evento realizado em 30 de setembro de 1947; de que *‘a Enfermagem no Ceará era precária em virtude do baixo nível cultural e dos salários não compensadores, sendo que com a consolidação da EESVP a tendência era que melhorasse’* (p. 54 a 59).

A iniciativa de criação de uma Escola de Enfermagem no Estado do Ceará, sob os moldes da EEAN, originou-se do êxito na realização dos Cursos de Enfermeiras de Emergência e de Defesa Passiva Antiaérea, desenvolvidos no PNSA (OSORIO, 2007); bem como, em virtude da solicitação de Ir Maria Antoniette Blanchot, Visitadora da Congregação das Filhas da Caridade, à Ir Margarida Maria Breves para que ela fundasse uma escola de

---

<sup>133</sup> Em 27 de setembro de 1890, foi criada a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras no Hospital Nacional dos Alienados, no Rio de Janeiro. De fato, esta foi a primeira escola de Enfermagem brasileira, denominada hoje Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, pertencendo à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>134</sup> Embora a data de fundação tenha sido esta, a primeira aula do curso de Enfermagem veio ocorrer em 25 de março de 1943 em uma sala disponibilizada pelo Patronato Nossa Senhora Auxiliadora, situado em frente às futuras instalações da Escola, na avenida do Imperador nº1367 (OSÓRIO, 2007).

Enfermagem na Capital cearense (*O POVO*, 17.11.1951). A Irmã Maria Antoniette Blanchot, em virtude de sua atuação na assistência direta aos enfermos<sup>135</sup>, sempre que possível, auxiliou no desenvolvimento da Enfermagem. Foi durante as suas duas gestões, como Visitadora da Província do Brasil, que Filhas da Caridade se dirigiram a EEAN para se tornarem enfermeiras de alto padrão e que quatro escolas de Enfermagem dirigidas pelas Filhas da Caridade foram fundadas, como Escola Luiza de Marillac, no Rio de Janeiro; Escola de Enfermagem do Hospital São Vicente de Paulo, em Goiânia; a EESVP, no Ceará; e Escola de Enfermagem do Recife. Conforme o que noticiou o jornal *O Nordeste* (03.10.1944), em uma de suas colunas, até outubro de 1944, havia 1.500 Irmãs de Caridade no Brasil trabalhando em 141 instituições brasileiras, sendo que 126 destas eram entidades de assistência hospitalar (hospitais, ambulatórios, creches e leprosários), entretanto, somente 55 irmãs eram diplomadas em Enfermagem. Sendo assim, observamos, no ano de 1944, a legítima e urgente necessidade de formação de mão de obra qualificada para Enfermagem, sendo ela religiosa ou não.

Constatamos que a EESVP diferentemente de outras escolas de Enfermagem que surgiram agregadas a um hospital ou a uma escola de Medicina, surge da iniciativa de uma Congregação religiosa e de anseios de uma sociedade civil. Ressaltamos que a idéia de criação de uma Escola de Enfermagem no modelo “Anna Nery”, sendo ainda a primeira no Nordeste, foi considerada proposta muito ousada para o tempo e o local, tendo em conta a carência de recursos da região e do Estado. Com notícias do cenário mundial, entretanto, a respeito da inserção das mulheres e de sua contribuição oficial, no esforço para amenizar os horrores da Grande Guerra (*O NORDESTE*, 20.01.1942; 07.02.1942; 21.03.1942; 16.04.1942; 01.07.1942; 19.01.1943; 05.04.1943; 24.05.1943; 11.10.1943; 05.01.1944), e sobre a imagem de mulheres-enfermeiras heroínas de guerra, desconhecidas ou famosas, como Florence Nightingale e Ana Neri, estas auxiliaram na concretização deste ideal. Conforme discurso de abertura, proferido pela Enf<sup>a</sup> Francisca das Chagas Figueiredo, no XXXI Congresso Brasileiro de Enfermagem, em 1979, a Enfermagem técnico-científica no Ceará nascera de uma situação bélica. São suas palavras as de que

*O Brasil em guerra com a Alemanha, despertou no coração da mulher cearense, o desejo de também elas empunharem a Bandeira da Pátria.* (Enf<sup>a</sup> Francisca das

<sup>135</sup> Durante seu noviciado, Ir Maria Antoniette Blanchot atuou como Ir Elizabeth em postos de socorro muito próximos das linhas de fogo da Primeira Guerra Mundial e em Hospitais temporários na região de Verdun/França. Seus votos foram realizados em 1916, no Hospital Militar de Chalons-sur-Marnes, no qual havia trabalhado como responsável pela farmácia e pelos cuidados aos prisioneiros alemães, dentre estes Adolfo Hitler. Depois do armistício de 1918, as Filhas da Caridade, dentre estas Ir Blanchot, entraram em Estrasburgo/França com o Serviço de Saúde do IV Corpo do Exército, aí permanecendo até serem expulsas na Guerra de 1940; porém, antes disso, em 1927, Ir Blanchot veio para o Brasil como Assistente da Província do Brasil (SOUZA, [2006?]. p.277). No ano seguinte, iniciou o seu primeiro mandato, de 1928 a 1946, como Visitadora da Província do Brasil, função repetida de 1953 a 1965, sempre tendo especial atenção para com a formação das irmãs enfermeiras [SOUZA, Irmã Rosalie Rebouças. História das Filhas da Caridade da Província do Rio de Janeiro (Brasil 1849 - 2003) Petrópolis: Editora Vozes, [2006?]. 444p.].

Chagas Figueiredo, discurso de abertura do XXXI Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1979)

A Escola fora criada e erguida com a ajuda, primeiramente, da sociedade civil e, logo em seguida, devido à insuficiência dos recursos, passou também a ser mantida com verbas federal e estadual, que eram inconstantes no valor e na periodicidade, com subvenções de políticos, com as escassas bolsas de estudo oferecidas às alunas pela Campanha Nacional contra a Tuberculose<sup>136</sup> (O NORDESTE, 13.01.1950), bem assim, com as mensalidades pagas por algumas alunas que não obtinham as bolsas de estudos. Embora a Irmã Margarida Breves tenha tido a iniciativa de conseguir o aval da Associação São Vicente de Paulo para que esta se tornasse a mantenedora da nova instituição escolar, auxiliando financeiramente a EESVP, até quando fosse possível (NÓBREGA-TERRIEN, ALMEIDA e SILVA, 2008b), a questão financeira da EESVP sempre foi foco de constantes preocupações do seu corpo administrativo, motivo pelo qual a Irmã Breves, ocasionalmente, viesse aos jornais apelar pela ajuda da sociedade civil cearense. Conforme artigo noticioso doado (s.n., s.d.), embora a EESVP gerasse renda própria ao prestar serviços a preços populares como aplicações de penicilina, de injeções comuns, massagens e cuidados a domicílio, com o qual arrecadava 2.000 cruzeiros anualmente, ela possuía um déficit considerável, orçado para aquele ano em 49.714,69 cruzeiros.

Na resposta do Diretor do Departamento de Saúde Pública, a Irmã Margarida Breves, sobre o pedido de auxílio governamental para o erguimento da EESVP, percebemos que a questão financeira do Estado foi o primeiro empecilho imposto para o atendimento da solicitação, que era a construção de instalações próprias para funcionar a EESVP.

“16 de DEZEMBRO

(...) Da Diretora do Patronato Maria Auxiliadora, apresenta ao Diretor do D. S. P. o projeto de organização de uma escola “Escola de Enfermagem” e pleiteando do Governo uma subvenção para construção do prédio e para custeio de despesas indispensáveis.

- No momento não é possível qualquer promessa de auxílio por isso que a situação financeira do Estado, com o flagelo da seca, está seriamente comprometida, devendo haver um déficit bem apreciável na arrecadação orçamentária. Deve, por isso, aguardar que se restabeleça o equilíbrio exigido pelo erário público para que o Governo possa ir ao encontro de sua justa e patriótica pretensão.” (D.O.E., 23 DE DEZEMBRO DE 1942, p.2)

---

<sup>136</sup> A Campanha Nacional Contra a Tuberculose (CNCT), criada em 1946, adotou a hospitalização como base de seu programa de combate à referida moléstia, segundo os conceitos da moderna organização hospitalar, incluindo a utilização de novos equipamentos, normas e rotinas, métodos e técnicas. A enfermeira de “alto padrão” era considerada pela Campanha como elemento indispensável à garantia da qualidade dos serviços dispensários e hospitalares. As verbas destinadas para o pessoal de Enfermagem eram elevadas e a remuneração compensadora; assim, a instituição era procurada por grande número de candidatas a emprego, apesar do medo do contágio (BARREIRA, 2005).

Segundo nota divulgada em jornal da época (*O POVO*, ???.08.1944), a construção da sede da escola era orçada em 200 mil cruzeiros, sendo que até o referido momento a Irmã Breves possuía apenas 80.000 cruzeiros, oriundos da Província Brasileira das Irmãs da Caridade de São Vicente de Paulo. A princípio, sem o apoio governamental, conforme visualizamos na nota divulgada no Diário Oficial do Estado, de 23 de dezembro de 1942, esse problema foi sendo solucionado paulatinamente. Primeiramente, com o apoio do Circo Nerino, que realizou um festival em prol da EESVP e disponibilizou a EESVP o lucro de uma de suas noites de espetáculo (*O NORDESTE*, 04.06.1945; *GAZETA DE NOTÍCIAS*, 13.06.1945); e, posteriormente, quando do início do processo de equiparação da EESVP, em 1945, ela começou a receber, mensalmente, do Governo do Estado uma subvenção no valor de 20.000 cruzeiros até o ano de 1947, quando foi suspensa em virtude da crise financeira que o Estado atravessava (*O NORDESTE*, 26.07.1945), retornando depois no valor de 6.000 cruzeiros até 1951 quando foi novamente suspensa (*O POVO*, 17.11.1951); e da União, da qual a Escola recebeu, em 1945, 5.000 cruzeiros; em 1946 e 1947, 10.000 cruzeiros e em 1948, 30.000 cruzeiros.

Embora fosse estimada para 2 de março de 1945 a inauguração do prédio da EESVP (*O NORDESTE*, 24.01.1945), em frente ao PNSA, a solenidade somente ocorreu no dia 25 (*O NORDESTE*, 24.03.1945), com a conclusão de uma etapa de sua obra (*O POVO*, 17.11.1951). Até aquela data o PNSA disponibilizara suas instalações para o funcionamento da Escola. Estiveram presentes à solenidade de inauguração do prédio da EESVP, Menezes Pimentel, Monsenhor Otávio de Castro e o Padre André Camurça, tendo discursado o Interventor Federal, o Padre e o Médico Jurandir Picanço. Foi feita, ainda, na mesma ocasião, a celebração de imposição das insígnias as alunas (*O NORDESTE*, 24.03.1945 e 26.03.1945). Na notícia do jornal *O Nordeste*, de 6 de abril de 1945, o repórter narra pontualmente a presença de seis salas de Enfermagem, laboratório e dormitórios para as alunas; e descreve sobre a Cruz de Malta, símbolo da Cruz Vermelha, que se apresentava bem no centro da fachada do prédio, com as palavras em latim '*Lux a qua Lux*' (Luz de onde vem a luz<sup>137</sup>). É desta mesma reportagem que retiramos a foto que apresentamos a seguir.

---

<sup>137</sup> Conforme informações de Maria Valquíria Albuquerque Sacramento, as Irmãs de Caridade costumavam traduzir o emblema para as alunas como "*amor que irradia o amor*". Essa mesma asserção ainda constava na bandeira da EESVP.



**Foto 6:** Prédio da EESVP. 1945. Fonte: **O Nordeste**, nº6868, de 06/04/1945, pg. 8, notícia 'Fortaleza é a terceira cidade do Brasil a possuir uma escola de Enfermagem'.

Na foto 6, é possível identificar doze moças com vestes brancas, possivelmente alunas da escola, e sete Filhas da Caridade. O grupo foi dividido simetricamente, as Filhas da Caridade, no centro e as moças de vestes brancas em dois grupos com seis elementos, nas laterais. Observamos também que o prédio, com dois pisos e diversos janelões, aparentava imponência. Acompanhando o muro que cercava o prédio constata-se que o terreno era grande e que ainda havia muita área a ser construída, preenchida naquele momento por árvores frondosas, talvez carnaúbas.

Em 1946, após o recebimento de uma subvenção estadual de Cr\$150.000 se deu prosseguimento à construção da sede da EESVP, sendo esta concluída em 1951 (*O POVO*, 17.11.1951). Houve ampliação para a parte posterior do terreno e do seu segundo andar.



Fachada ampliada da EESVP. 1948. Fonte: Artigo noticioso doado. Jornal **Correio do Ceará**, de 04/11/1948, s.p..



Piso superior da EESVP em ampliação. 1948. Fonte: Artigo noticioso doado. Jornal **Correio do Ceará**, de 04/11/1948, s.p..

**Foto 7** Ilustrações sobre a ampliação da EESVP. 1948. Fonte: Artigos noticiosos doados.

Embora as imagens da foto 7, datadas de 1948, portanto, há mais de 65 anos, não sejam nítidas e já exibam as marcas da deterioração do tempo e da inapropriada conservação, servem para atestar as ampliações pelas quais o prédio passara ao longo de sua existência. Atualmente, ano de 2013, ainda é presente o símbolo da Cruz Vermelha da sua fachada, com a famosa frase em latim, embora esteja parcialmente coberta por pichamentos (FOTO 8).



Prédio da EESVP em 2012. Foto: Foto da pesquisadora, maio de 2012.



Piso superior da EESVP em 2012. Foto: Foto da pesquisadora, maio de 2012.

**Foto 8** Prédio da EESVP em 2012. Fonte: Foto da pesquisadora, maio de 2012.

Superado o desafio de construção de sua sede, as dificuldades econômicas pelas quais passava a EESVP continuavam a existir e se agravaram profundamente, quando a Escola perdera seus dois principais benfeitores: o ex-interventor Carneiro de Mendonça que doava, do próprio bolso, 10.000 cruzeiros anualmente, e que também havia conseguido no mesmo valor, uma doação anual do Banco do Brasil para a EESVP; e o português Paulo Felisberto, residente no Rio de Janeiro, mas que enviava anualmente 5.000 cruzeiros. Em virtude disso, em 1948, a Irmã Margarida Breves veio novamente a público pedir às senhoras dos oficiais do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros que organizassem quermesses para angariar fundos para a EESVP<sup>138</sup>. A Irmã Breves sugeria que as quermesses ocorressem no Parque Cidade da Criança cujo tema seria o próprio contexto militar vivenciado, com barracas de campanha, demonstrações de ataques aéreos, *blackout*, apagamentos de incêndios etc. (ARTIGO NOTICIOSO DE JORNAL DOADO, s.d.).

Sobre as quermesses, também chamada de a 'Grande Festa da Enfermagem', destacamos que elas duraram 18 dias (*O ESTADO*, 06.08.1948), iniciando-se em 4 de setembro de 1948, em frente ao PNSA, entre as ruas Antonio Pompeu e Domingos Olímpio (*O NORDESTE*, 05.08.1948). Como podemos verificar, o local onde as festividades ocorreram diferem da sugestão da Irmã Margarida Maria Breves. Essa festividade contou muito com a colaboração da população cearense, pois, antecedendo o festejo, a partir do dia 05 de agosto de 1948, percorreu o comércio local um grupo de senhoritas com uma enfermeira da EESVP, devidamente vestida, a fim de arrecadar prendas e donativos para as quermesses da EESVP (ARTIGO NOTICIOSO DOADO, s. n., s.d.). Assim como, a partir do dia 1º de setembro daquele mesmo ano, foram vendidas margaridas ao povo cearense por senhorinhas da sociedade civil cearense, também a fim de arrecadar prendas e donativos para as quermesses da EESVP. O resultado da Festa das Margaridas, divulgado no primeiro dia da quermesse, foram de 18 mil flores vendidas, e o total arrecadado de 16.200 cruzeiros (ARTIGO NOTICIOSO DOADO, s. n., 04.09.1948). Na foto 9, ilustramos a senhorita da época, Marisa Rocha Fonteles, que fora congratulada pela sua beleza no concurso organizado durante as quermesses.

---

<sup>138</sup> As quermesses foram organizadas por diversos comitês, a saber, Comissão Diretora: Carola Picanço, Maria José Barroso Picanço, Judite Macdowell, Duzinha Ferreira Lopes, Maria Regina Picanço Passos, Clovis de Alencar Matos, João Jacques Ferreira Lopes, Álvaro Craveiro e José Lima Verde; Comissão Social: Senhoras Cel Homero Souto de Oliveira, Dr Wandick Pontes, Dr Josa Magalhães, Dr Tarcísio Soriano Alderaldo, Dr Newton Gonçalves, Dr Otávio Marques Pontes, Dr Walter Cantídio, Dr Turbay Barreira e o jornalista João Jacques Ferreira Lopes; Tesoureira: Irmã Cecília; e, Secretária: Irmã Elizabeth (*O NORDESTE*, 05.08.1948). Os Patronos foram: Faustino Albuquerque e Sousa, governador do Estado; Gen. Otavio da Silva Paranhos, comandante da 10ª Região Militar; Acrísio Moreira da Rocha, prefeito da cidade; Torres de Melo, presidente da FACIC; Perboyre e Silva, presidente da Associação Cearense de Imprensa; Homero Souto de Oliveira, comandante da Base Aérea de Fortaleza; capitão Leopoldo José Dias de Paiva, comandante da Escola de Aprendizes Marinheiros; e Silvio Ideburque Leal, presidente do Centro Médico Cearense (*O POVO*, 06.08.1948).



**Foto 9** A rainha das quermesses, Marisa Rocha Fonteles. 1948. Fonte: Jornal **O POVO**, 25.9.1948, s.p, notícia '*Hoje a coroação da rainha Marisa Rocha*'.

A fim de sanar as constantes crises financeiras que afligiam o corpo administrativo da EESVP, também se conjecturam outras soluções. O colunista Leão Sampaio propôs a criação da Associação dos Mantenedores da Escola de Enfermagem, os quais poderiam destinar á Escola uma contribuição mensal ou anual, tendo de contrapartida o direito, por exemplo, a abatimentos quando se precisassem de enfermeiras (ARTIGO NOTICIOSO DOADO, s.d.). Em 1951, o vereador Alencar Araripe sugeriu que cada município do interior mantivesse uma aluna na EESVP que, após sua formatura, serviria ao município, obrigatoriamente, durante três anos. A idéia aventada por Alencar Araripe contou com o apoio de outros dois vereadores, Antonio Azim e Luciano Magalhães, tendo este último lançado um aditivo, que também foi aprovado, no qual a Associação Brasileira dos Municípios-Secção Ceará auxiliaria, de alguma maneira, ainda a ser definida, nessa campanha (*O POVO*, 17.11.1951). Sobre essas propostas, não encontramos informações se foram ou não de fato efetivadas, no entanto, percebemos a solidariedade da comunidade civil cearense em ajudar a manter a Escola, acreditamos que pelo reconhecimento de sua importância para a sociedade.

A partir da década de 1950, observamos que as turmas de alunas também recorriam à sociedade civil, na tentativa de angariar recursos para as suas respectivas festas de formatura, como em 1955, quando a turma que haveria de se formar naquele ano organizou uma sessão litero musical, aberta ao público, nas dependências da EESVP (*O NORDESTE*, 11.08.1955).

Explicitados as dificuldades financeiras da EESVP que cercearam a sua implantação e os modos de superação encontrados, prosseguimos com o texto expondo os achados sobre a sua infraestrutura, o processo seletivo, os corpo discente, docente bem



como o ensino nesta instituição no aludido período. Percebemos, a seguir, que, mesmo em razão das dificuldades de ordem orçamentárias, o curso prosseguia, enfatizando a formação técnica, ética e humanística de suas alunas.

Conforme os depoimentos colhidos nas entrevistas realizadas, observamos que conquanto as dificuldades financeiras fossem uma constante, a EESVP apresentava a mínima infraestrutura necessária para a formação de enfermeiras qualificadas. Havia salas de aulas, laboratório para as aulas práticas de técnicas de Enfermagem, conhecido como Sala de Demonstração, e recursos didáticos como lousa, *slides*, álbuns seriados, equipamentos hospitalares e modelos anatômicos para as práticas; além de uma biblioteca.

*Nas disciplinas tínhamos a parte teórica e a prática com os esqueletos para demonstrar os ossos [aula de anatomia]. Eu era a secretária, era eu quem escrevia, diziam que eu tinha a letra bonita. (...). E quando a gente terminava a aula, sentávamos no chão mesmo, para estudar um ponto de anatomia e fisiologia. Era um sacrifício, ninguém tinha livro, não! Usávamos o microscópio dos laboratórios, nos estágios (...). Tinha [biblioteca], mas era muito pequena. As meninas que namoravam com os acadêmicos da Farmácia, iam para a biblioteca da Faculdade de Farmácia, que não era aberta para todos. (FRANCISCA DAS CHAGAS FIGUEIREDO, 1944).*

*Naquela época a gente já tinha slide, tinha cartazes. Eram, os [álbuns] seriados, muito precários, a maioria das colegas se preocupavam em copiar matérias, copiar tudinho. Biblioteca já existia, mas muito precária. Os laboratórios eram precários também, mas a gente tinha as bonecas, tinha os materiais com os quais se davam as aulas práticas, mas a gente enfrentava a realidade lá no hospital. (FRANCISCA VASCONCELOS, 1954)*

*Existia biblioteca. Os livros eram muitos da área médica, da enfermagem só tinha um livro que a Irmã Carolina dava sobre Fundamentos da Enfermagem. Depois foi que veio o livro da Professora Elvira de São Paulo, sobre Fundamentos da Enfermagem. Mas usávamos mesmo, muitas apostilas e o caderno de anotações. Tinha também o laboratório na Escola com umas bonecas e camas onde nos ensinavam como preparar o leito, como dar banho, como fazer asseio, como preparar os medicamentos, como aplicar injeção. Nos primeiros seis meses, pela manhã tínhamos aulas e a tarde íamos para o laboratório, treinar. Não existiam muitos recursos áudio-visuais, tínhamos só o mimeógrafo, que passava a vontade. (MARIA JARINA DE MOURA MARTINS, 1954)*

Na foto 10, embora danificada pela ação dos insetos tisanuros, figura uma parte da Sala de Demonstrações, focalizando a habilidade manual das alunas. Conforme se explica na matéria do jornal, que versava sobre a EESVP, as alunas contavam com o auxílio de bonecos ‘de louça e papelão, nomeados Gabriel, Sinfrosa, Tiamina e Noelita, acomodados em leitos de ferro e berço de vime, numa sala de dez metros de comprimento por cinco a seis de largura’, para desenvolverem o manejo prático inerente aos cuidados

prestados. Com a descrição, aludimos à simplicidade dos materiais e do ambiente utilizados no ensino das enfermeirandas, em 1948.



**Foto 10** Registro da Sala de Observação da EESVP. 1948. Fonte: **Correio do Ceará**, 4.11.1948, s.p, notícia '*Precisamos de 50.000 enfermeiras Uma das melhores escolas do Brasil esta em Fortaleza*'.

Sobre o processo seletivo para o ingresso na instituição, informamos, com suporte nos artigos noticiosos encontrados nos diversos jornais da Capital cearense que, diferentemente da EEAN que, além do exame de conhecimentos, realizava um exame social e exigia exame físico com o médico da própria instituição escolar (*O NORDESTE*, 10.07.1940), a EESVP fazia um exame de conhecimentos gerais e ainda exigia destas: o registro civil, a idade entre 16 e 38 anos, o atestado de sanidade física, o cartão de vacinação, o atestado de idoneidade moral, e, preferencialmente, a conclusão do curso secundário, embora aceitasse comprovantes de realização dos cursos normal, comercial ou ginasial (ARTIGO NOTICIOSO DOADO, s. n., s.d.). Entre 1942 a 1945, talvez em face da baixa qualidade da formação intelectual das moças cearenses, aulas preparatórias para o referido exame vestibular foram ofertadas pela própria instituição. Essas aulas que aconteciam no mês de fevereiro, no período da manhã (*O NORDESTE*, 21.03.1942; 21.01.1944; 03.02.1944; 24.01.1945), abordavam os conteúdos inerentes ao citado teste de seleção: Português, Matemática, Química e Ciências. Não sabemos afirmar se havia alguma taxa para a participação nessas aulas preparatórias e quem eram os seus professores. A partir de 1949, foi formalmente exigida a conclusão do ginásio para o ingresso na EESVP. Quem não o tivesse, contudo, poderia finalizá-lo no período noturno, nas dependências do

PNSA (O NORDESTE, 09.12.1949), concomitante à realização do curso de Enfermagem, caso passasse na seleção. Ainda quanto ao processo seletivo, Tereza Carmelita da Cruz Gadelha (1947) e Maria Miriam Feitosa Costa (1947) afirmam que, além de realizarem o teste e alcançarem os requisitos exigidos, foram entrevistadas pela diretora da EESVP sobre quais eram os seus motivos para a procura pelo referido curso.

Diante destas informações, verificamos que a EESVP, ao utilizar várias opções para auxiliar as aspirantes interessadas a realizar o curso, ainda se preocupava com a idoneidade moral de suas candidatas. Essa era uma prerrogativa própria à profissão, enraizada nos primórdios de sua assistência desenvolvida pelas Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, uma vez que a quantidade de moças interessadas no estudo da Enfermagem era escassa, em decorrência entre outras causas, dos preconceitos da época. Nesse período, a Enfermeira era reconhecida pela sociedade civil como uma 'moça ou senhora que entendia alguma coisa de Enfermagem que serviria para morar em casa de famílias abastadas acompanhando e tratando de senhoras doentes' (O NORDESTE, 08.01.1941). Em virtude desta concepção, acreditamos que poucas alunas se interessavam pelo curso, uma vez que a Enfermagem não era considerada uma profissão válida para as moças de famílias com recursos financeiros. Em 1948 estimava-se a falta de 50.000 enfermeiras para o País, e, até aquele momento havia 1.000 (O NORDESTE, 29.07.1948). Também se destaca nos anúncios da década de 1940, o fato de que os 'enfermeiros' que trabalhavam nas instituições hospitalárias e postos de saúde eram majoritariamente homens, o que nos remete à ideia de uma profissão eminentemente braçal e desgastante. Nestes anúncios encontramos os nomes de alguns enfermeiros da época, Jairo Rolim (O NORDESTE, 11.08.1943), João Silva (O NORDESTE, 16.09.1943), Esmerino Moreira (O NORDESTE, 09.10.1943), João de Oliveira e Benedito Lima (O NORDESTE, 09.06.1945).

Observamos nos artigos noticiosos pesquisados que, em 1950, não houve exame de seleção, bastava apresentar o certificado de conclusão do secundário, seja ele o curso normal, ginásio, científico ou comercial (O NORDESTE, 24.11.1950), além dos atestados de sanidade física e mental e de idoneidade moral; carteira de vacinação e carteira de identidade, tendo idade mínima entre 16 e máxima de 38 anos (O NORDESTE, 13.01.1950), para ingressar na EESVP. Nas notícias não se explica o motivo desta atitude, mas supomos que poderia ser pela pouca procura por esta formação e pela necessidade crescente de profissionais para esta atividade.

A respeito do corpo discente da EESVP, conforme Osório (2007), aluna da turma de 1952 da Escola de Enfermagem de São Vicente de Paulo e autora do livro *Memórias de uma Enfermeira*, de início, as turmas eram formadas por apenas quatro a cinco alunas e

exigia-se apenas o certificado do curso primário. O maior número de candidatas provinha do Piauí e Maranhão, aumentando progressivamente. Na primeira fase da EESVP, identificamos o fato de que foram formadas 86 enfermeiras (APENDICE C), sendo nove religiosas, e que em 1948 não houve turma formada. Conforme o relato de Tereza Carmelita da Cruz Gadelha (1947) e de Maria Jarina de Moura Martins (1954) a convivência com as colegas religiosas era pacífica. Francisca das Chagas Figueiredo (1944) recorda-se ainda de que pelas turmas serem pouco numerosas e muitas das alunas residirem conjuntamente na Escola isso auxiliava nos sentimentos de união e fraternidade cultivados entre elas.

Com relação ao corpo docente, destacamos a atuação da Enfermeira diplomada pela Escola Ana Neri em 8 de setembro de 1942, Irmã Margarida Maria Cola, como Diretora Técnica da EESVP e do médico Jurandir Picanço, que como Diretor Administrativo do Conselho Consultivo, conforme o discurso de abertura do XXXI Congresso Brasileiro de Enfermagem de 1979, foi quem organizou o primeiro corpo docente da Escola, “que durante anos lecionou gratuitamente com o amor e a assiduidade de quem defende a boa causa”. Compuseram o primeiro corpo docente os médicos, Jurandir Moraes Picanço, Edmilson Barros de Oliveira, João Estanislau Façanha, César Cals de Oliveira, Valdemar Alcântara, Vandick Ponte, Francisco Araújo Andrade, Raimundo Vieira, José Pontes Neto, Lauro Chaves, José Fernandes, Tarcísio Soriano Aderaldo, Trajano de Almeida; o padre, Arquimedes Bruno; as enfermeiras religiosas, Irmã Margarida Maria Cola, Irmã Maria José Santos, Irmã Hercília Fernandes Pequeno, Irmã Rosali Albuquerque, Irmã Helena Correia, Irmã Catarina Fiúza (Foto 11) e a enfermeira laica Lisbeth Sales (FRAZÃO, 1973). Posteriormente, se agregaram a ele a enfermeira Geraldina Romcy, a nutricionista Olivia Mota, a assistente social Lindalva e os médicos Josa Magalhães e Waldemar de Alcântara (APÊNDICE B).

A EESVP também contava com a presença de professores convidados, como a Enfermeira Maria de Jesus do Valle Cordeiro, que em 1953, se tornou professora da cadeira de Enfermagem em Tisiologia da EESVP, em virtude de sua vinda ao estado do Ceará para fiscalizar e adiantar a conclusão da obra de construção do Sanatório de Maracanaú (BARBOSA, 2005). A forte ligação existente entre a EESVP e a religião católica presente desde os primórdios da Enfermagem e, portanto, desde sua instituição mantenedora ao seu corpo docente, influenciou sobremaneira, na formação oferecida as alunas. Esta se baseou na preservação do hábito da solidariedade e do altruísmo humanos (NÓBREGA-THERRIEN, ALMEIDA e SILVA, 2008). Percebemos que essa influência católica na formação de enfermeiras era algo comum também noutras instituições escolares, parte da história contada no capítulo anterior.



**Foto 11:** Irmã Catarina Fiúza. 12 de abril de 1950. Fonte: Acervo pessoal de Cleide Veras Pedrosa, jan/2011.

Sobre o relacionamento instituído entre as alunas com os corpos docente, diretivo e de apoio da EESVP, observamos que era pautado no respeito mútuo. Explicitamos, a seguir, algumas das falas das entrevistadas que corroboram a asserção.

*A relação professor e aluno de Enfermagem era muito boa. Não tinha muita distância entre o professor e aluno. No nosso tempo a nossa turma era disciplinada. Nossa turma era em torno de 6, 8 ou 10 alunas, então juntava com as outras turmas para dar as disciplinas. Quanto aos outros funcionários na escola só tinha uma cozinheira e duas pessoas que faziam a limpeza geral, pois a escola era pequena. Tinha um dormitório lá em cima, na escola as alunas eram muito unidas, não havia briga assim, quando tinha festa assim a Irmã deixava ir. Duas, três [alunas], a Irmã deixa ir, ninguém era interno lá não. (FRANCISCA DAS CHAGAS FIGUEIREDO, 1944).*

*Eu me lembro da Rosa, uma menina que colocava a merenda dos professores e o suco para as alunas. Ela morreu de tuberculose. (TEREZA CARMELITA DA CRUZ GADELHA, 1947).*

*Tinha o Haroldo Juaçaba, grande cancerologista. Brincalhão, brincava tanto com a gente. Às vezes quando ele dava fé a classe estava toda rindo das coisas dele e a Irmã Cecília não gostava e vinha brigar. (MARIA MIRIAM FEITOSA COSTA, 1947).*

*Em relação às professoras, havia uma certa assim, não era separação, é que quando as professoras eram enfermeiras a gente tinha mais intimidade para*

*conversar, mas quando era professores médicos a gente tinha assim um pouco de distância, mas, assim, essa questão do respeito ao professor, isso tinha muito. Agora tinha uns mais abertos, dependia muito de cada um. Não era difícil o relacionamento. Agora não era de igual para igual. (...) Não era assim não, o aluno não tinha tanta vez assim, não. (IVANILDA BRUNO OSÓRIO, 1952).*

*Nossa relação com os professores era muito boa, baseada em muito respeito. Valquíria, que era enfermeira e secretária da Escola, 'quebrava o galho de todo mundo', permitia que entrássemos em sala quando chegávamos atrasadas. A Irmã Cecília era uma das mais rígidas. Havia muita disciplina e exigia-se muita pontualidade. (MARIA JARINA DE MOURA MARTINS, 1954).*

*Era muito boa, era uma convivência amiga. O Dr. Gilmário Mourão Teixeira, ele ensinava bem e ele se preocupava muito que a gente aprendesse, que visse bem a matéria. Era tudo muito bom, nós não tínhamos, assim, dificuldade, só quando a Irmã Leoni chegou, é que o relacionamento tornou-se muito difícil, [ela] mudava muito de humor, aí criou dificuldade. (ZULENE MARIA DE VASCONCELOS, 1963).*

Mediante a leitura desses relatos, é possível identificar o fato de que o cotidiano escolar, coordenado pelas Irmãs religiosas, era austero, porém havia momentos de desconcentração. Nota-se também o entendimento da preocupação em se ensinar adequadamente e de se aprender corretamente. Com um corpo docente renomado, predominantemente composto por médicos (O NORDESTE, 03.02.1943); a exigência sobre a aprendizagem e comportamento das alunas também era motivo de valoração. Segundo a leitura da ata da EESVP, de 3 de junho de 1949, identificamos como característica do modelo de formação instituído na época o esforço pelo entendimento moral e ético das alunas, “afim de que pela atitude digna, pelas maneiras atraentes e cultas, e até mesmo pelo porte perfeito, pudessem atrair numerosas e boas vocações para a Enfermagem” (ATA DA EESVP, 03/06/1949, s/p). A vocação ainda como resquícios do cuidado religioso predominava junto à questão moral e ética. Dificuldades, porém, para atingir esse perfil de formação também havia, conforme assinala o Prof Jurandir Picanço, nesta mesma ata, ao registrar o aumento de horas nas numerosas disciplinas em um espaço restrito de três anos, a ausência de um Hospital de Clínicas, e a dificuldade para concessão de bolsas em favor da EESVP pelos políticos, o que constituía entraves à formação de enfermeiras almejada pela EESVP (ATA DA EESVP, 03/06/1949, s/pg).

Sobre o currículo desenvolvido durante a primeira fase da EESVP, como unidade isolada (1943 a 1955), conseguimos resgatá-lo e construí-lo com base na garimpagem que realizamos<sup>139</sup> nos documentos encontrados, primeiramente, no Setor de Controle Acadêmico do DEG/UECE, no acervo da Coordenação do Curso de Enfermagem da UECE<sup>140</sup>, com informações coletadas diretamente nos históricos escolares encontrados

<sup>139</sup> Professores e bolsistas do GPEHSC.

<sup>140</sup> Contamos com a autorização da então, chefe de departamento, Profª Maria Elizabete da Cruz, e a colaboração do secretário do curso, José Haroldo da Silva.

em consulta ao arquivo da Divisão de Memória e Documentação da UFC e também com os históricos fornecidos por algumas das enfermeiras entrevistadas egressas da EESVP.

Ao longo do recorte temporal estudado, de 1943 a 1955, identificamos três planos curriculares distintos implantados na EESVP. Chamamos atenção para o fato de que não se utilizava a palavra currículo e sim conteúdos distribuídos por anos, tantos quantos fossem necessários à formação de enfermeiras capazes, no caso, são três - e dispostos, por sua vez, em matérias ou disciplinas que continham os assuntos que deveriam ser ministrados aos alunos pelos professores, todas com a sua respectiva carga horária. Os planos que chamaremos curriculares incorporavam os anos de 1943 a 1946, de 1947 a 1952, e de 1953 a 1963. Conforme se noticia no jornal *O POVO* (???.08.1944), em 1944, o curso de Enfermagem da EESVP, já com cerca de vinte alunos<sup>141</sup>, se desenvolvia em quatro séries, preliminar (1ª série), júnior (2ª série); intermediária (3ª série) e sênior (4ª série). Estas séries não se relacionavam diretamente com o ano escolar, uma vez que as duas primeiras séries tinham a duração de cinco meses e as duas últimas se desenvolviam num período de um ano (*O NORDESTE*, 28.08.1944). Não fica evidente o critério para a distribuição do tempo e dos conteúdos em séries, mas sim que obedeciam a uma sequência de aprendizagens crescentes de matérias e habilidades técnicas pelas alunas. Sobre o que chamamos aqui de planos curriculares, elas podem ser todas visualizadas em sua comparação com as demais implantadas na EESVP, durante o período de sua existência como escola isolada no Apêndice E, bem como de forma contingente nos quadros que apresentaremos a seguir, juntamente com a sua análise.

---

<sup>141</sup> Corpo discente com 19 alunas: na série preliminar, 9 (Elisabeth Lopes Costa, Deusimar de Vasconcelos, Ernestina Rocha, Francisca Figueiredo, Irmãs Cecília Carvalho, Honória Maria da Cunha, Josefa Costa, Luisa Pinheiro e Matilde Maria Leda); série Junior, 6 (Alda Silva Lopes, Carmen de Sousa Leão, Francisca Marinho, Edgleuma Lima Oliveira, Luzia Campos de Assis Marinho e Vicentina Crisóstomo); série Intermediária, 4 (Aldenora Martins de Moura, Maria Neves Bezerra, Railda Bede de Almeida, Maria Julieta Fernandes) (ARTIGO NOTICIOSO DOADO, s. n., 07.11.1944).

## a) No currículo de 1943 a 1946: (Quadro 7)

**Quadro 07** Compilado das disciplinas do currículo instituído na EESVP de 1943 a 1946, elaborado de histórico escolar que nos foi fornecido por uma das entrevistadas. Fortaleza/CE, 2012 (nov)

Disciplinas 1º Ano	Carga Horária	Disciplinas 2º Ano	Carga Horária	Disciplinas 3º ano	Carga Horária	Campos de Estágios Práticos	Carga Horária Total dos Estágios (em horas)
Técnica Preliminar	430hs	Enfermagem de Doenças Contagiosas	90hs	Deontologia	60hs	Cirurgia de criança Cirurgia de homens Cirurgia de mulheres Ginecologia Medicina de criança Medicina de mulheres Psiquiatria Sala de Operações	– 56hs (diurno) + 5hs (noturno) = 61hs – 73hs (diurno) + 20hs (noturno) = 93hs – 50hs (diurno) + 11hs (noturno) = 61hs – 50hs (diurno) + 11hs (noturno) = 61hs – 53hs (diurno) + 8hs (noturno) = 61hs – 199hs (diurno) + 15hs (noturno) = 214hs – 30hs (diurno) = 30hs – 80hs (diurno) = 80hs
Anatomia e Fisiologia	180hs	Obstetrícia	90hs	Doenças Venéreas	45hs		
Química Aplicada	180hs	Primeiros Socorros	90hs	Enfermagem Psiquiátrica	45hs		
Enfermagem de Patologia Externa	90hs	Enfermagem em Primeiros Socorros	60hs	Oftalmologia	45hs		
Enfermagem de Patologia Interna	90hs	Dietética Infantil	45hs	Otorrinolaringologia	45hs		
Patologia Externa	90hs	Doenças Contagiosas	45hs	Psiquiatria	45hs		
Matéria Médica	90hs	Enfermagem de Pediatria	45hs	Tuberculose	45hs		
Patologia Geral	80hs	Pediatria	45hs	Higiene e Saúde Pública	40hs		
Microbiologia	65hs	Enfermagem Obstetra	30hs	Enfermagem Aperfeiçoada	40hs		
Higiene Mental	45hs	Técnica de Sala de Operação	30hs	Enfermagem em Doenças Venéreas	30hs		
Dietética/Dietoterapia	40hs			Enfermagem em Higiene e Saúde Pública	30hs		
Ética	40hs			Enfermagem em Oftalmologia e Otorrinolaringologia	30hs		
Drogas e soluções	30hs						
Higiene	30hs						
História da Enfermagem	30hs						
Nutrição Geral	30hs						
Patologia Interna	30hs						
Atadura	20hs						
Massagem	20hs						
<b>Carga Horária Total</b>	<b>1.630</b>		<b>570</b>		<b>500</b>		<b>610 (diurno) + 76 (noturno)= 686hs</b>

Nota: Esse currículo foi retirado integralmente do histórico escolar de Francisca das Chagas Figueiredo (1944), que apresentava a carga horária das disciplinas assim como as notas avaliativas da aluna nas referidas matérias.



No primeiro currículo do curso de Enfermagem da EESVP, percebemos que a maior quantidade das disciplinas (n=19) e a maior carga horária de aulas (n=1.630hs) se concentraram no primeiro ano do curso. Sobre as disciplinas do primeiro ano, observamos que apenas uma matéria, 'Técnica Preliminar', era responsável por 26,38% (430hs) de todo o percentual da carga horária para aquele ano. Segundo a Enfermeira Ivanilda Bruno Osório (1952), a disciplina 'Técnica Preliminar' se constituía num curso inicial, útil para se conhecer e decidir sobre a permanência da aluna no curso de formação em Enfermagem. Expirada essa experiência, quem decidisse pela permanência no curso de Enfermagem daria continuidade aos estudos, realizando estágios em diversas áreas da clínica médica e saúde pública, no período da manhã, e à tarde assistindo às aulas teóricas. Como se verifica, é oferecida uma formação eminentemente prática para a prestação adequada de cuidados.

Continuando com a análise do primeiro ano do currículo, que vigorou de 1943 a 1946 na EESVP, identificamos o fato de que dentre as dezenove disciplinas daquele período, 9 (47,36%) se detinham a conhecimentos gerais das Ciências Médicas, sendo elas, 'Anatomia e Fisiologia' (180hs), 'Química Aplicada' (180hs), 'Patologia Externa' (90hs), 'Matéria Médica' (90hs), 'Patologia Geral' (80hs), 'Microbiologia' (65hs), 'Higiene Mental' (45hs), 'Nutrição Geral' (30hs) e 'Patologia Interna' (30hs). As disciplinas ofertadas no primeiro ano do curso que explicitavam em seu nome conteúdo inerente da prática de Enfermagem eram apenas 3 (15,78%), a saber, 'Enfermagem de Patologia Externa' (90hs), 'Enfermagem de Patologia Interna' (90hs) e 'História da Enfermagem' (30hs). Constatamos, ainda, que as disciplinas 'Patologia Externa' e 'Enfermagem de Patologia Externa' possuíam a mesma carga horária, porém fato semelhante não ocorria com as disciplinas 'Patologia Interna' e 'Enfermagem de Patologia Interna', a primeira possuía apenas 1/3 da carga horária que a segunda detinha. No referente à disciplina 'Higiene' (30hs), ofertada também no primeiro ano do curso, gostaríamos de esclarecer que, conforme os relatos adquiridos de egressas, na mesma abordavam-se noções de higiene que as alunas deveriam praticar e instituir no seu cotidiano, diferentemente das disciplinas do terceiro ano 'Higiene e Saúde Pública' (40hs) e 'Enfermagem em Higiene e Saúde Pública' (30hs), que tinham uma conotação para a prevenção de doenças transmissíveis.

Sobre as disciplinas ofertadas no segundo ano do curso presentes no primeiro currículo do curso de Enfermagem da EESVP, verificamos que a carga horária daquele ano reduz mais da metade (-65,03%) em comparação a carga horária do primeiro ano, assim como, a quantidade de disciplinas que diminui para 10 (-47,36%). Ao se observar as disciplinas do segundo ano, constatamos que nessa etapa do curso, os assuntos ministrados nas aulas abordavam, de maneira concomitante, os temas Doenças

Contagiosas, Primeiros Socorros, Obstetrícia e Pediatria. Havia um paralelismo de disciplinas; numa, se abordava a matéria de maneira geral, em outra disciplina, o mesmo conteúdo seria abordado de modo diferenciado, descrevendo os cuidados de enfermagem naquela especialidade. Embora houvesse essa perspectiva de sincronismo entre a disciplina geral e a específica de enfermagem serem ofertadas no mesmo período do curso, a carga horária das disciplinas paralelas, na maioria dos casos, não era igual; senão vejamos: 'Enfermagem de Doenças Contagiosas' (90hs) / 'Doenças Contagiosas' (45hs), 'Enfermagem de Pediatria' (45hs) / 'Pediatria' (45hs), 'Obstetrícia' (90hs) / 'Enfermagem Obstetra' (30hs) e 'Primeiros Socorros' (90hs)/ 'Enfermagem em Primeiros Socorros' (60hs). Uma disciplina eminentemente técnica ainda é ofertada nesse segundo ano do curso, sendo ela, 'Técnica de Sala de Operação'. Diferentemente da disciplina essencialmente técnica ofertada no primeiro ano essa tem uma carga horária menor, 30hs.

Na avaliação do conjunto das disciplinas ofertadas no terceiro ano do curso presentes, no primeiro currículo do curso de Enfermagem da EESVP, identificamos a manutenção do paralelismo entre disciplinas que abordavam o mesmo tema de maneira distinta, conforme mostramos a seguir: 'Enfermagem Psiquiátrica' (45hs) / 'Psiquiatria' (45hs), 'Enfermagem em Doenças Venéreas' (30hs) / 'Doenças Venéreas' (45hs), 'Enfermagem em Higiene e Saúde Pública' (30hs) / 'Higiene e Saúde Pública' (40hs), e 'Enfermagem em Oftalmologia e Otorrinolaringologia' (30hs) / 'Oftalmologia' (45hs) / 'Otorrinolaringologia' (45hs). Nesta parte do currículo ainda é possível visualizar as disciplinas 'Deontologia' (60hs), 'Tuberculose' (45hs), e 'Enfermagem Aperfeiçoada' (40hs). Em razão da presença dessas disciplinas no currículo, inferimos, respectivamente, o enfoque dado ao exercício ético da profissão, a assistência de Enfermagem aos portadores de uma doença epidêmica na época, e a primazia pela prática correta das técnicas de enfermagem, com o oferecimento de uma disciplina, na qual se revisava e se aperfeiçoava a habilidade manual das alunas. Segundo Corbellini e Medeiros (2006), até a década de 1950, o ensino da Enfermagem estava centrado no fazer. A habilidade manual, a capacidade de memorização, a postura na realização das técnicas, além do capricho, organização e perfeição, eram aspectos imprescindíveis, avaliados no ensino.

Sobre os estágios organizados no primeiro currículo do curso de Enfermagem da EESVP, constatamos a realização de práticas noturnas e a aprendizagem realizada majoritariamente em enfermarias que atendiam a mulheres, como, 'Cirurgia de mulheres', 'Ginecologia' e 'Medicina de mulheres', totalizando 48,97% (336hs) do total de horas de estágio do curso. Entendemos que, com a presença constante das Irmãs Filhas da Caridade na direção dos poucos hospitais de Fortaleza, e a incipiente quantidade de funcionários

nesses nosocômios que serviram de campo de estágio para as alunas da EESVP, as alunas se encontravam não somente protegidas, mas também supervisionadas e estimuladas para estagiar durante o período noturno, realidade que tende a se modificar precisamente em 1973. A ênfase na prestação de cuidados ao público feminino talvez decorra dos preconceitos, então em curso, de moças solteiras assistirem pacientes do sexo masculino, bem como a uma necessidade de saúde da época, a melhoria da assistência materno-infantil. Esse foco à atenção materno-infantil encontra suporte nas primeiras preocupações de saúde ainda no Brasil-Império, e continua nas considerações feitas pelo próprio Médico Jurandir Picanço sobre a necessidade de cuidados de puericultura e materno-infantil à população do Estado do Ceará em artigos noticiosos dos jornais do período explicitados anteriormente.

b) No currículo de 1947 a 1952: (Quadro 8)

**Quadro 08** Compilado das disciplinas do currículo instituído na EESVP de 1947 a 1952, elaborado de histórico escolar que nos foi fornecido por uma das entrevistadas. Fortaleza/CE, 2012 (nov)

Disciplinas 1º Ano	Carga Horária	Disciplinas 2º Ano	Carga Horária	Disciplinas 3º ano	Carga Horária	Campos de Estágios Práticos	Carga Horária dos Estágios (em horas)
Dietoterapia	--	Dietética Infantil	--	Deontologia	--	Berçário	- 30hs
Enfermagem de Patologia Cirúrgica	--	Doenças Transmissíveis	--	Enfermagem em Psiquiatria	--	Clínica Cirúrgica	- 86hs(diurno) + 6hs (noturno) = 92hs
Enfermagem de Patologia Médica	--	Enfermagem de Primeiros Socorros	--	Enfermagem em Saúde Pública	--	Clínica Dermatológica	- 30hs
Enfermagem em Tisiologia	--	Enfermagem em Pediatria	--	Enfermagem em Oftalmologia	--	Clínica Ginecológica	- 37hs(diurno) + 6hs (noturno) = 43hs
Farmacologia	--	Enfermagem nas Doenças Transmissíveis	--	Enfermagem em Otorrinolaringologia	--	Clínica Médica	- 96hs(diurno) + 8hs (noturno) = 104hs
Física Médica	--	Enfermagem Obstétrica	--	Higiene e Saúde Pública	--	Clínica Obstétrica	- 25hs (diurno) + 6hs (noturno) = 31hs
Fisioterapia	--	Ética Profissional	--	Oftalmologia	--	Clínica Oftalmológica	- 25hs(diurno) + 6hs (noturno) = 31hs
Patologia Cirúrgica	--	Ginecologia	--	Otorrinolaringologia	--	Clínica Otorrinolaringológica	- 22hs (diurno) + 8hs (noturno) =30hs
Patologia Geral	--	Obstetrícia	--	Psiquiatria	--	Clínica Pediátrica	- 85hs(diurno) + 7hs (noturno) =92hs
Patologia Médica	--	Pediatria	--	Revisão de Técnica	--	Clínica Psiquiátrica	- 32hs
Psicologia	--	Puericultura	--	Tisiologia	--	Clínica Tisiológica	- 60hs
Sociologia	--	Socorros de Urgência	--	Venerologia e Dermatologia	--	Dietética	- 28hs
		Técnica de Sala de Operações	--			Doenças Transmissíveis	- 50hs(diurno) + 8hs (noturno) = 58hs
						Pré-clínica	- 172hs
						Saúde Pública	- 60hs
						Socorro de Urgência	- 30hs
<b>Carga Horária Total</b>	<b>Não informa</b>		<b>Não informa</b>		<b>Não informa</b>		<b>877 (diurno) + 53 (noturno)= 930hs</b>

Nota: Esse currículo foi retirado integralmente do histórico escolar de Tereza Carmelita da Cruz Gadelha (1947), que não apresentava a carga horária das disciplinas apenas as notas avaliativas da aluna nas referidas matérias.

Sobre as disciplinas do primeiro ano do currículo de 1947 a 1952 da EESVP, observamos o quantitativo de 12 disciplinas. Esse valor é menor (-36,84%, n=7) do que o presente no primeiro ano do currículo que vigorou de 1943 a 1946. As disciplinas do primeiro ano suprimidas foram 'Anatomia e Fisiologia', 'Atadura', 'Ética', 'Higiene', 'Higiene Mental', 'História da Enfermagem' e 'Massagem'. As disciplinas que tiveram seus nomes alterados com a mudança curricular foram: 'Drogas e Soluções' que se tornou 'Farmacologia', 'Enfermagem de Patologia Externa'/'Enfermagem de Patologia Médica', 'Enfermagem de Patologia Interna'/'Enfermagem de Patologia Cirúrgica', 'Massagem'/'Fisioterapia' e 'Matéria Médica'/'Patologia Geral'. As disciplinas introduzidas no primeiro ano foram 'Enfermagem em Tisiologia', 'Física Médica', 'Psicologia' e 'Sociologia'. Sobre as disciplinas ofertadas no segundo ano do curso presentes no primeiro currículo do curso de Enfermagem da EESVP, verificamos que havia 13 disciplinas. Comparando com o currículo de 1943 a 1946, constatamos o acréscimo de três matérias 'Ética Profissional', 'Puericultura' e 'Ginecologia'.

Com essas alterações, percebemos o enfoque ainda mais extensivo para a assistência materno-infantil. Na observação do segundo ano do currículo de 1947 a 1952, detectamos a mudança de nomenclaturas, com a substituição do termo *doenças contagiosas* para *doenças transmissíveis*. Inferimos que essa alteração nos termos se constituiu numa tentativa de reduzir o estigma social que essas doenças possuíam. Na avaliação do conjunto de disciplinas ofertadas no terceiro ano do curso presentes no currículo do curso de Enfermagem da EESVP, que vigorou de 1947 a 1952, identificamos 12 disciplinas. Esse quantitativo é o mesmo presente no currículo anterior, que vigorou de 1943 a 1946, porém traz variações. A disciplina 'Enfermagem em Doenças Venéreas' é extinta, a disciplina do currículo antigo 'Doenças Venéreas' é alterada para 'Venerologia e Dermatologia', assim como a matéria 'Enfermagem Aperfeiçoada' recebe denominação mais clara, 'Revisão de Técnica', a disciplina 'Tuberculose' é nomeada 'Tisiologia' e a matéria 'Enfermagem em Oftalmologia e Otorrinolaringologia' é dividida em duas, 'Enfermagem em Oftalmologia' e 'Enfermagem em Otorrinolaringologia'. Sobre os estágios organizados no segundo currículo do curso de Enfermagem da EESVP, constatamos o aumento considerável dos campos de prática, sendo estes organizados de acordo com a especialidade médica. Verificamos que os campos de prática com maior carga horária foram Clínica Médica (104hs), Clínica Pediátrica (92hs) e Clínica Cirúrgica (92hs).

De maneira geral, na tentativa de correlacionarmos o currículo de 1947 a 1952 com o primeiro currículo conhecido da EESVP, que vigorou de 1943 a 1946, verificamos que ocorreu a supressão numérica de disciplinas, reduzindo de 42 para 37 o seu quantitativo

geral; com o acréscimo de disciplinas como 'Puericultura', 'Ginecologia', 'Venerologia' e 'Dermatologia'. Há também a inserção de duas disciplinas das Ciências Humanas, 'Psicologia' e 'Sociologia'. Identificamos, na observação do currículo de 1947 a 1952, a manutenção da contínua associação do conhecimento biológico e médico ao de enfermagem, com a estruturação de disciplinas de Enfermagem acompanhando as matérias gerais, como ocorre, por exemplo, em 'Patologia Médica'/Enfermagem de Patologia Médica', 'Tisiologia'/Enfermagem em Tisiologia', 'Doenças Transmissíveis'/ 'Enfermagem nas Doenças Transmissíveis', 'Socorros de Urgência'/Enfermagem de Primeiros Socorros'; sendo que, em alguns momentos, as duas disciplinas não eram ofertadas no mesmo ano letivo. A disciplina 'Técnica Preliminar' no novo currículo é identificado na seção Campos de Estágios Práticos como 'Pré-Clínica', com a considerável redução de carga horária de 430 para 172 horas. Essa redução é acompanhada pela duplicação das áreas de estágios práticos, que visualizamos ainda nesta seção, o que culmina em um acréscimo de 244 horas na carga horária total de estágio. Sobre a carga horária do estágio noturno na nova grade curricular inicia-se o processo de sua contínua redução.

c) No currículo de 1953 a 1963 (Quadros 9,10, 11 e 12):

Sobre o currículo que vigorou de 1953 a 1963, advertimos o fato de que ele foi objeto de várias modificações internas. Houve 31 disciplinas ofertadas ocasionalmente em alguns anos para algumas turmas da EESVP, enquanto outras 19 matérias foram introduzidas no plano curricular desde aquela data. Essas disciplinas ofertadas e introduzidas no currículo são apresentadas em quadros distintos (Quadros 9 e 10) e separadas do que consideramos como o plano curricular do período de 1953 a 1963, elaborado somente com as disciplinas que existiram no currículo de 1953 a 1963 (Quadro 11). Não podemos referenciar essa mesma afirmação sobre os planos curriculares anteriores, pois só tivemos acesso a um histórico escolar para cada grade curricular discutida anteriormente. Sobre essas mudanças internas não há explicações nos vinte e oito históricos escolares examinados, porém supomos que isso poderia decorrer da carência de professores para ministrar a referida disciplina e para que os alunos não fossem prejudicados pela falta do seu conteúdo na sua formação, a ela era fragmentada para o ensino entre dois ou mais professores, mediante o conhecimento adquirido destes, oriundo de sua experiência profissional. Outra conjectura é de que as disciplinas surgiam em virtude da demanda de alunos, professores, e dos contextos de educação e de saúde, uma vez que algumas, quando ofertadas, foram introduzidas permanentemente naquele plano curricular

**Quadro 9** Compilado das disciplinas teóricas ofertadas ocasionalmente durante a vigência do currículo instituído na EESVP de 1953 a 1963, elaborado de históricos escolares

encontrados no arquivo da Divisão de Memória e Documentação da UFC, na Divisão de Diploma da UECE e naqueles que nos foram fornecidos por algumas das entrevistadas. Fortaleza/CE, 2012 (nov).

	1º ano do curso	2º ano do curso	3º ano do curso	TOTAL
<b>1956</b>	-	Física Médica	Puericultura	<b>2</b>
<b>1957</b>	-	-	-	<b>-</b>
<b>1958</b>	-	-	Técnica de Sala de Operações	<b>1</b>
<b>1959</b>	Clínica Médica Cultura Religiosa Física Médica	Enfermagem em Ortopedia Enfermagem em Tisiologia Traumatologia	Pediatria Puericultura	<b>8</b>
<b>1960</b>	Dietoterapia Física Médica	-	-	<b>2</b>
<b>1961</b>	Clínica Cirúrgica Clínica Médica Cultura Religiosa Formação Profissional/Ajustamento Profissional Introdução a Patologia e Clínica Médica (Noções) Patologia Médica	Enfermagem de Psiquiatria Enfermagem em Ortopedia Enfermagem em Tisiologia Traumatologia	-	<b>10</b>
<b>1962</b>	Introdução a Enfermagem Cirúrgica Introdução a Enfermagem Médica		Pediatria	<b>3</b>
<b>1963</b>	Enfermagem de Saúde Pública (Educação Sanitária) Inglês	Clínica Médica Deontologia	Pediatria	<b>5</b>
<b>TOTAL</b>	<b>15</b>	<b>10</b>	<b>6</b>	<b>31</b>

Na observação do quadro 9, vemos que um número considerável das disciplinas teóricas ofertadas ocasionalmente durante a vigência do currículo instituído na EESVP de 1953 a 1963, ocorreu no primeiro ano do curso e, principalmente (n=10; 32,25%) em 1961. As disciplinas teóricas ofertadas ocasionalmente tinham conotação de introdução às Ciências Médicas e à Enfermagem, como 'Clínica Médica', 'Dietoterapia', 'Física Médica', 'Clínica Cirúrgica', 'Introdução a Patologia e Clínica Médica (Noções)', 'Patologia Médica', 'Traumatologia', 'Pediatria', 'Puericultura', 'Introdução a Enfermagem Cirúrgica', 'Introdução a Enfermagem Médica Enfermagem de Saúde Pública', 'Enfermagem de Psiquiatria', 'Enfermagem em Ortopedia', 'Enfermagem em Tisiologia', 'Técnica de Sala de Operações'; bem como abordavam o aprimoramento da formação humana da enfermeira, 'Cultura Religiosa', 'Formação Profissional/Ajustamento Profissional', 'Deontologia', e a necessidade do domínio do conhecimento em língua estrangeira, 'Inglês'.

**Quadro 10** Compilado das disciplinas teóricas introduzidas no currículo instituído na EESVP de 1953 a 1963, elaborado de históricos escolares encontrados no arquivo da Divisão de Memória e Documentação da UFC, na Divisão de Diploma da UECE e naqueles que nos foram fornecidos por algumas das entrevistadas. Fortaleza/CE, 2012 (nov).

	1º ano do curso	2º ano do curso	3º ano do curso	TOTAL
1959	-	Enfermagem em Clínica Médica/Enfermagem Médica	-	1
1960	-	-	-	-
1961	-	Cultura Religiosa I Enfermagem Cirúrgica Enfermagem em Centro Cirúrgico Formação Profissional/Ajustamento Profissional Higiene Mental Inglês I Psiquiatria	-	7
1962	Fundamentos de Enfermagem	Centro Cirúrgico Formação Profissional/Ajustamento Profissional	Cultura Religiosa II Enfermagem Dermatológica	5
1963	-	Psicologia do Desenvolvimento Relações Humanas	Bioestatística e Epidemiologia Inglês II Problemas de Enfermagem Relações Humanas	6
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>12</b>	<b>6</b>	<b>19</b>

Na leitura do quadro 10, observamos que as disciplinas introduzidas no currículo instituído na EESVP entre 1953 a 1963 ocorreram majoritariamente (n=12; 63,15%) no segundo ano do curso e que os anos nos quais ocorreram essas introduções foram em 1961 (n=7; 36,84%), 1963 (n=6; 31,57%) e 1962 (n=5; 26,31%). Destacamos que as disciplinas introduzidas trouxeram maior arcabouço de conhecimentos teóricos para as enfermeiras, tanto no nível de aquisição de conhecimento das Ciências Médicas, ‘Higiene Mental’, ‘Inglês’, ‘Psiquiatria’, ‘Centro Cirúrgico’, ‘Bioestatística e Epidemiologia’; como também de conhecimentos específicos para o exercício da Enfermagem, ‘Fundamentos de Enfermagem’, ‘Enfermagem em Clínica Médica/Enfermagem Médica’, ‘Enfermagem Cirúrgica’, ‘Enfermagem em Centro Cirúrgico’, ‘Enfermagem Dermatológica’, ‘Problemas de Enfermagem’. Algumas das matérias introduzidas também incitaram o desenvolvimento humano das enfermeiras, assim como o cuidado com a valoração do ser humano, objeto do cuidado de Enfermagem, sendo elas, ‘Relações Humanas’, ‘Cultura Religiosa’, ‘Formação Profissional/Ajustamento Profissional’, e ‘Psicologia do Desenvolvimento’. Correlacionado as disciplinas ofertadas ocasionalmente com aquelas introduzidas no currículo, percebemos que as matérias ‘Inglês’ e ‘Cultura Religiosa’ são ofertadas e introduzidas no currículo. As



duas disciplinas são introduzidas de maneira modular, estando presentes nos dois últimos anos do curso.

**Quadro 11** Compilado das disciplinas teóricas do currículo instituído na EESVP de 1953 a 1963, elaborado de históricos escolares encontrados no arquivo da Divisão de Memória e Documentação da UFC, na Divisão de Diploma da UECE e naqueles que nos foram fornecidos por algumas das entrevistadas. Fortaleza/CE, 2012 (nov).

Disciplinas 1º Ano	Carga Horária	Disciplinas 2º Ano	Carga Horária	Disciplinas 3º ano	Carga Horária
Técnica de Enfermagem	430hs	Enfermagem de Patologia Cirúrgica	90hs	Enfermagem em Saúde Pública	80hs
Anatomia e Fisiologia	180hs	Enfermagem em Patologia Médica	90hs	Enfermagem Obstétrica	80hs
Farmacologia/Farmacologia e Terapêutica	180hs	Patologia Cirúrgica	90hs	Higiene e Saúde Pública	80hs
Patologia Geral	80hs	Patologia Médica	90hs	Enfermagem em Tisiológica	70hs
Química/Bioquímica	80hs	Pediatria	90hs	Enfermagem Ortopédica	70hs
Microbiologia/Microbiologia e Parasitologia	70hs	Sala de Operações	90hs	Enfermagem em Tisiológica	70hs
Técnicas de Ataduras	30hs	Enfermagem em Doenças Transmissíveis	70hs	Obstetria	70hs
Drogas e soluções	30hs	Enfermagem em Patologia Médica	70hs	Organização e Administração Hospitalar	70hs
Ética/Ética Profissional	30hs	Puericultura	70hs	Revisão de Técnica	70hs
Higiene Individual	30hs	Tisiologia	70hs	Dermatologia e Venerologia	60hs
História da Enfermagem	30hs	Enfermagem em Socorro de Urgência	50hs	Enfermagem Pediátrica	60hs
Massagem	30hs	Socorros de Urgência	50hs	Enfermagem Psiquiátrica	60hs
Nutrição/Nutrição e Dietética	30hs	Dietoterapia	40hs	Deontologia	50hs
Pedagogia	30hs	Dietética Infantil	30hs	Serviço Social	50hs
Saneamento	30hs	Doenças Transmissíveis	30hs	Clínica Ortopédica	45hs
Psicologia	20hs	Enfermagem Ginecológica	30hs	Enfermagem Otorrinolaringológica	30hs
		Enfermagem Urológica	30hs	Ética	30hs
		Ginecologia e Urologia	30hs	Oftalmologia	30hs
				Enfermagem em Oftalmológica	20hs
				Otorrinolaringologia	20hs
				Psiquiatria	20hs
<b>Carga Horária Total*</b>	<b>1.390hs</b>	*	<b>1.070hs</b>		<b>1.095hs</b>

\*Nota: Essa soma não contabilizou a carga horária das disciplinas teóricas ofertadas ocasionalmente, nem a das que foram introduzidas; totalizou-se apenas a carga horária das disciplinas teóricas que estavam e se mantiveram continuamente na grade curricular.

Na visualização do plano curricular vigente entre 1953 a 1963, observamos uma miscelânea das disciplinas dos planos curriculares anteriores. Sobre aquelas ofertadas no primeiro ano do curso presentes no currículo do curso de Enfermagem da EESVP vigente de 1953 a 1963, verificamos ressurgirem no currículo matérias, como ‘Técnica de Enfermagem’, ‘Anatomia e Fisiologia’, ‘Técnicas de Ataduras’, ‘Drogas e Soluções’, ‘Ética/Ética Profissional’, ‘Higiene Individual’, ‘História da Enfermagem’, ‘Massagem’, e ‘Nutrição/Nutrição e Dietética’, oriundas do primeiro plano curricular da EESVP. Assim como disciplinas inéditas são implementadas, sendo elas: ‘Química/Bioquímica’, ‘Microbiologia/Microbiologia e Parasitologia’, ‘Pedagogia’ e ‘Saneamento’. Sobre as disciplinas do segundo ano do currículo do período de 1953 a 1963, observamos o reaparecimento da disciplina ‘Sala de Operações’ e a instituição de uma nova matéria específica da Enfermagem, ‘Enfermagem Urológica’. Na avaliação do conjunto de disciplinas ofertadas no terceiro ano do curso presentes no terceiro currículo do curso de Enfermagem da EESVP, identificamos, como novas matérias do curso ‘Enfermagem Ortopédica’, ‘Organização e Administração Hospitalar’, ‘Deontologia’, ‘Serviço Social’, ‘Clínica Ortopédica’. Pensamos que essas diversas modificações no currículo vigente de 1953 a 1963 ocorreram em virtude das alterações nos contextos educacionais e de saúde que o País e, conseqüentemente, o Estado enfrentavam e que influenciavam no perfil de enfermeiras a serem formadas.

**Quadro 12** Compilado dos campos de prática do currículo instituído na EESVP de 1953 a 1963, elaborado de históricos escolares encontrados no arquivo da Divisão de Memória e Documentação da UFC, na Divisão de Diploma da UECE e naqueles que nos foram fornecidos por algumas das entrevistadas. Fortaleza/CE, 2012 (nov).

CAMPOS DE PRÁTICA	DIURNO		NOTURNO		OBSERVAÇÕES
	máximo	mínimo	máximo	mínimo	
Administração	96	57			Surge a partir da turma de 1963.
Banco de Sangue e Laboratório	30	25			Ofertada pela última vez a turma de 1964
Berçário	30				Ofertada pela última vez a turma de 1964
Clínica Cancerológica	31	13	1		
Clínica Cirúrgica/Enfermagem Cirúrgica	220	82	24	1	
Clínica Dermatológica/Dermatologia	42	15			
Clínica Ginecológica/Ginecologia	30	15	3	2	
Clínica Médica/Enfermagem Médica	220	81	24	4	
Clínica Obstétrica/Maternidade/Enfermagem Obstétrica e Ginecológica	200	42	4	3	
Clínica Oftalmologia	22	15			
Clínica Otorrinolaringologia	22	14			
Clínica Pediátrica/Enfermagem Pediátrica	75	43	2	1	

Clínica Psiquiátrica/Enfermagem Psiquiátrica	200	30			
Clínica Tisiológica	73	43			
Dietética Infantil	29		1		
Doenças Contagiosas/Transmissíveis/Enfermagem em Doenças Transmissíveis	96	30		2	
Ortopedia	28	14			Oferecida apenas para a turma de 1961.
Pré-clínico/Estágio de Adaptação	184	144			
Sala de Operações/Enfermagem em Centro Cirúrgico	92	48			
Saúde Pública/Enfermagem em Saúde Pública	200	60			
Socorro de Urgência/Sala de Urgência/Socorro de Urgência	31	29		2	
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL REALIZADA</b>	<b>805hs a 1568hs</b>		<b>1hs a 16hs</b>		

Sobre os estágios organizados no terceiro currículo do curso de Enfermagem da EESVP, constatamos que não era fixo o quantitativo de horas a serem realizadas pelas alunas nos campos específicos de prática, nem o quantitativo de estágios noturnos. Em virtude disso, ocorreu variação na carga horária total de estágio realizado, que balizou entre 805 horas até 1.568 horas. Em comparação com o currículo anterior, que vigorou de 1947 a 1952, esse se destaca pela considerável multiplicidade de áreas com o acréscimo de quatro campos de prática, sendo eles, 'Administração', 'Banco de Sangue e Laboratório', 'Clínica Cancerológica' e 'Sala de Operações/Enfermagem em Centro Cirúrgico'. A experiência da assistência de enfermagem na ortopedia foi propiciada apenas para a turma de 1961. Inferimos que a inclusão desses campos de estágio decorra da magnitude com que problemas de saúde relacionados a essas temáticas comecem a ocorrer no contexto de saúde da época.

Sobre a metodologia de ensino que fundamentava a transmissão do conhecimento requerido para a prática segura e embasada na técnica e posteriormente na vertente científica da profissão, destacamos alguns trechos dos depoimentos das egressas da EESVP:

*Eram aulas comuns, eles [os professores] falando, alguns usavam esquemas na lousa. Eles [os professores médicos] não eram detalhados como as enfermeiras. Na aula de Anatomia, eles [o Dr Jurandir Picanço e o Dr Gilmário Mourão Teixeira] levavam a gente para a Faculdade de Medicina para ver os mortos que eles dissecavam. As práticas de enfermagem a gente aprendia numa sala, que tinha as camas; e nos hospitais, as professoras também ensinavam. [Havia] muitos livros na biblioteca, que tomávamos emprestados. (TEREZA CARMELITA DA CRUZ GADELHA, 1947)*

*Algumas vezes o professor juntava diferentes turmas dependendo da matéria, ficava numa sala cerca de 60 pessoas. (MARIA JARINA DE MOURA MARTINS, 1954)*

Embasada nos depoimentos das egressas entrevistadas e no livro da enfermeira entrevistada Osório (2007), constatamos que os estágios se realizavam nas diversas enfermarias divididas por áreas da clínica médica da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, no Hospital de Isolamento em Porangabussu, primórdio do Hospital São José, na Casa de Saúde São Gerardo, no Hospital de Pronto Socorro da Assistência Municipal de Fortaleza, na Maternidade Dr João Moreira, no Hospital Infantil Zezé Diogo, no Hospital da Campanha Nacional contra a Tuberculose, em Maracanaú, conhecido por Sanatório de Maracanaú, no Dona Libânea; e nos Centros de Saúde do Estado, como o Barca Pelon, ao lado do Theatro José de Alencar, o do Pirambu, e o Posto nº3, que hoje é o Instituto Prevenção do Câncer. Evidenciamos que a escolha dos campos de estágio era facilitada pela presença de Filhas da Caridade nos referidos locais, fato comentado quanto à facilidade para os estágios noturnos.

Da leitura da ata da reunião do corpo docente da EESVP, no dia 14 de setembro de 1946, podemos perceber que a rotina escolar, era definida a cada início de período letivo, quando se deliberava então sobre a distribuição de disciplinas por professor, principalmente nas matérias desenvolvidas pelas enfermeiras. Destaca-se, nesse momento de organização do período letivo, a significativa atuação das monitoras, alunas da EESVP, perto da conclusão do curso, que auxiliavam os professores em sala de aula, aperfeiçoando os estudos das demais alunas, ao repetirem as aulas dadas pelos professores e ao dirigirem os discentes nos serviços dos hospitais (ATA DA EESVP, 03/06/1949 e 06/06/1949). Um fato peculiar sobre o cotidiano escolar da EESVP era a presença de professoras de outras instituições escolares de fora do Estado durante a realização de atividades pedagógicas na EESVP, já que a Escola ainda se encontrava no modelo Padrão Ana Nery até 1949.

*Quando a gente ia fazer uma prova, vinha uma diretora da Escola Ana Neri, ficava hospedada na Escola, passava uma semana, ela que dava a teoria e prática e nos examinava, às vezes ela vinha duas vezes no ano, pois vinha [também] para abertura do curso [do ano letivo]. (FRANCISCA DAS CHAGAS FIGUEIREDO, 1944).*

Ao mesmo tempo identificamos a presença assídua de representantes da EESVP nos encontros nacionais das escolas de Enfermagem e da categoria profissional. Segundo Almeida Filho et al (2005), a EESVP esteve presente às cinco reuniões de diretoras de escolas de Enfermagem<sup>142</sup>, realizados entre 1944 e 1945, opinando e

---

<sup>142</sup> A Irmã Cecília Fernandes participou da primeira reunião de diretoras de escolas de enfermagem que aconteceu no período de 20 a 27 de novembro de 1943, nas dependências da EEAN ao relatar sobre o tema 'Ensino na Enfermaria'. Em fevereiro de 1944, na Escola Anna Nery, ocorreu a segunda reunião de diretoras de escolas de enfermagem. Nesse evento Irmã Breves, representando a EESVP, foi acompanhada pela Irmã Eugênia Luna, sendo esta última responsável pelos assuntos referentes ao Curso de Auxiliares de Enfermagem da EESVP. A terceira reunião de diretoras de escolas de enfermagem que aconteceu

colaborando nas tomadas de decisões. Assim como, também, no dia 18 de junho de 1951, a Irmã Cecília Fernandes, diretora da EESVP, após participar do IV Congresso Nacional de Enfermagem realizado na Bahia, em 1950, fundou e tomou posse como presidenta da primeira diretoria da ABEn-CE, tendo como sede a própria EESVP, cuja gestão seguiu até o ano de 1953. A primeira diretoria foi composta por: Irmã Cecília Fernandes Pequeno (Presidente), Maria de Jesus do Vale (vice-presidente), Maria Luiza Teixeira de Alcântara (1º secretária), Maria de Lourdes Costa (2º secretária), e Suzi Annete Cunha Lima (tesoureira) (ALMEIDA *et al*, 2001, p.13).

Sob a inspiração de autores como Barão de Studart (2001) e Vieira e Farias (2002), ao redigirem obras prezando pela cronologia dos fatos, apresentamos, a seguir, episódios importantes dos doze primeiros anos da trajetória da EESVP, que encerram sua criação e estabelecimento como unidade isolada. Fazemos isso, com fundamento especialmente, no destaque concedido a eles pelos jornais.

Em 16 de julho de 1946, a diretora da EEAN veio ao Ceará, a pedido do Serviço de Inspeção Federal, a fim de avaliar a proposta de equiparação da EESVP (*O NORDESTE*, 18.07.1946). Seu parecer acerca do tema foi favorável, conforme avaliação dela, escrita no livro de impressões da EESVP e transcrita seguir.

“Em visita a esta Escola como representante do Ministério da Educação e Saúde para a necessária inspeção que a sua equiparação exige, devo declarar que este estabelecimento de ensino de enfermagem estabelecido nas sólidas bases educacionais em que o encontro, garantidos alguns melhoramentos e, que serão obtidos graças ao auxílio especial que Sua Excma o Sr Interventor Pedro Firmeza nos prometeu conceder, merece ser equiparado a Escola Padrão Ana Neri. Ao deixar esta casa quero apresentar meus entusiásticos louvores ao grande espírito da Revma Irmã Breves por quanto tem feito de bem a esta cidade, acrescentando a tantas benemerências espalhadas pela cidade de Fortaleza mais a da realização de uma Escola de Enfermagem no Nordeste e que será a primeira nesta região. Igualmente desejo louvar a Revma Irmã Margarida Cola pelo competente e devotado trabalho desenvolvido nesta Escola bem como felicitar quantos aqui labutam em prol do desenvolvimento do ensino da enfermagem. Uma especial felicitação ao Exmo Diretor do Corpo Docente, Dr Jurandir Picanço, pelo inteligente, eficiente e dedicado apoio prestado sem esmorecimento a nobre causa da formação de enfermeiras. A todos os professores os meus aplausos. A todas as alunas da EESVP as bravas pioneiras desta sublime cruzada no Ceará, os meus ardentes votos a Deus de um grande sucesso e de um muito feliz êxito.” (ARTIGO NOTICIOSO DOADO, s. n., 07.08.1946).

---

no período de 25 a 30 de setembro de 1944, na EEAN, a representante da EESVP foi novamente Irmã Eugênia Luna. Na quarta reunião de diretoras de escolas de Enfermagem ocorreu em fevereiro de 1945, sob a presidência de Laís Netto dos Reys, na EEAN, contou com a presença de Irmã Zoé como representante da EESVP. Nessa oportunidade, foram tratados dois assuntos: o projeto de regulamentação da profissão e do ensino de enfermagem. Na quinta reunião que ocorreu em julho do mesmo ano, e na qual se discutiu sobre a obrigatoriedade do estágio de saúde pública, a EESVP também esteve representada. (ALMEIDA FILHO *et al*, 2005).

Em razão do parecer favorável, em 22 de julho de 1946, é anunciado a equiparação da EESVP à EEAN (*O NORDESTE*, 22.07.1946) e em 26 de setembro de 1946, é oficializada a aprovação, por meio do Parecer nº212, da Comissão de Ensino Superior, e do Decreto-Lei nº21.855<sup>143</sup> (ARTIGOS NOTICIOSOS DOADOS, s. n., s.d.; *GAZETA DE NOTÍCIAS*, s.d.; *O NORDESTE*, 28.09.1946). A EESVP foi a quinta instituição de ensino de Enfermagem a ser reconhecida no País (*O NORDESTE*, 27.09.1964).

Sobre esse momento, ainda temos o registro fotográfico que se segue.



**Foto 12** Registro da presença de D Lais Neto Reis, na EESVP, em visita técnica para avaliação do pedido de equiparação a EEAN. 1946. Fonte: Jornal *s.n.*, de 07/08/1946, notícia 'A diretora da EEAN visita a EESVP'.

Na foto 12, visualizamos um retrato estrategicamente produzido, no qual se objetiva registrar a presença de Dona Lais Neto Reis, diretora da EEAN, na EESVP, em visita técnica para avaliação do pedido de equiparação. Como se pode perceber, ao fundo, há a bandeira da escola, e as alunas dessa instituição, estando dispostas, ao centro, e, nas fileiras mais elevadas, as alunas religiosas, três Filhas da Caridade e duas Franciscanas, e, ao centro na parte mais inferior, da esquerda para direita, e Irmã Maria José Santos, Irmã

<sup>143</sup> Conforme Monteiro (2009) em 1931<sup>□</sup>, por meio do Decreto nº 20.109, regulou-se pela primeira vez o ensino da Enfermagem, ao determinar que a Escola Anna Nery (RJ) se tornaria a escola padrão de ensino de Enfermagem. Para tanto, as escolas oficiais e particulares que almejassem equiparação, deveriam atender a requisitos básicos nos moldes da escola-padrão.

Margarida Breves, um sacerdote desconhecido e Irmã Margarida Cola. Embora a foto possa deixar implícita a presença da Dona Lais Neto Reis, no registro imagético, não nos foi possível identificá-la.

A equiparação da EESVP à escola padrão, EEAN, também contribui para o reconhecimento local desta instituição de ensino como formadora de profissionais verdadeiramente competentes e capazes, conforme visualizamos na declaração da enfermeira Olga Façanha:

*Inaugurado o Socorro Médicos SOS do médico Estanislau Façanha e de sua esposa Olga Façanha, na rua Solon Pinheiro, para atender serviços de urgência. Olga Façanha, supervisora do Serviço de Enfermagem, informou que todas as profissionais que servirão no recém inaugurado Serviço seriam diplomadas pela EESVP, que é equiparada a EEAN, o que seria uma garantia de eficiência nos serviços deste setor (O NORDESTE, 29.10.1956).*

A EESVP, em virtude da sua vinculação religiosa, foi visitada não apenas por funcionários do Governo a fim de averiguar as suas condições de ensino, como também por autoridades religiosas e personalidades políticas. Em junho de 1945, visitaram a EESVP duas religiosas enfermeiras americanas, Igna, da Ordem de Santa Inês e Olivia, da Congregação de São Benedito, que colheram boas impressões da EESVP (O NORDESTE, 13.06.1945). Em dezembro do mesmo ano, (O DEMOCRATA, 14.12.1945) foi Dona Branca Carvalho, esposa do Juvenal de Carvalho quem realizou visita às dependências da EESVP. Em junho de 1949, foi a vez da Irmã Margarida Villac, recém-diplomada da Universidade Católica de Washington, diretora da Escola de Enfermagem da Medalha Milagrosa de Pernambuco, visitar as instalações da EESVP (ATA DA EESVP, 06.06.1949). Ao expor os métodos eficientes e modernos usados nas Escolas de Enfermagem da América do Norte, Irmã Margarida Villac se declarou contente com os membros do corpo docente da EESVP, pois havia notado grande interesse e dedicação da parte de cada um e a boa vontade com que prestavam serviços à Escola de Enfermagem do Ceará (ATA DA EESVP, 06.06.1949).

Aos 18 de dezembro de 1946, colava grau a primeira turma de enfermeiras da EESVP, constituída por cinco concludentes: Aldenora Martins Moura, Carmen Falcão de Sousa Leão, Maria Julieta Fernandes, Maria das Neves Bezerra e Raimunda Railda Bedê de Almeida; imortalizadas em quadro de madeira, hoje no auditório da Coordenação do Curso de Enfermagem da UECE. Essa realização repercutiu em diversas redes sociais locais como quando a mencionada formatura foi comentada por Newton Gonçalves, na reunião do Rotary Club de Fortaleza (RECORTE DE JORNAL DOADO, s.d.) Às três primeiras alunas da primeira turma de enfermeiras da EESVP, conforme o que foi acordado



em 1943, quando a EESVP recebeu a visita de Ana Wells, enfermeira norte-americana responsável pela Divisão de Enfermagem do SESP, foram oferecidos postos de serviço no SESP com remuneração de até 2.000 cruzeiros (ARTIGO NOTICIOSO DOADO, s. n., s.d.). Ainda com a leitura dos artigos noticiosos identificamos o fato de que, a partir de 1951, a EEAN ofereceu as alunas da EESVP bolsas de estudos para a realização de cursos de pós-graduação (O NORDESTE, 08.02.1951).

Sobre a cerimônia de formatura, constatamos que, no início da EESVP, o cerimonial durava um dia inteiro, uma vez que, pela manhã, havia missa na Capela da Virgem Poderosa do PNSA, com a benção dos anéis, e à noite, na Escola Doméstica São Rafael, se realizava o seguinte programa: abertura, canto do hino da escola, leitura do termo de colação de grau, entrega dos diplomas, discurso da oradora da turma, proclamação do juramento e da oração da Enfermeira, discurso do paraninfo e encerramento. Durante a formatura da quarta turma da EESVP, em 1950, utilizou-se do momento para a inauguração da galeria de honra da EESVP, com a exposição de retratos de todos os seus professores e instalação de sua biblioteca, nomeada Jurandir Picanço (ARTIGO NOTICIOSO DOADO, s. n., s.d.).



Registro fotográfico da colação de grau da turma de 1959 da EESVP. Fonte: acervo pessoal de Maria José do Espírito Santo, jun 2011.



Registro fotográfico da colação de grau da turma de 1950 da EESVP. Fonte: acervo pessoal da Maria Valquíria do Albuquerque Sacramento, jul 2012.

**Foto 13** Registros da missa e da benção dos anéis, rituais da colação de grau da turma de 1959 da EESVP. 1959. Fontes: acervos pessoais de Maria José do Espírito Santo e Maria Valquíria Albuquerque Sacramento.

Na montagem realizada, foto 13, constatamos os registros da solenidade de colação de grau de parte da turma formada em 19/03/1959<sup>144</sup>. Na foto superior atentemos para a bandeira do Lions Club, sociedade civil, que auxiliava na formatura dessas alunas. O seu representante novamente aparece na foto inferior ao lado de uma Irmã de Caridade da EESVP que realizava algum tipo de ritual com as formandas. Observamos ainda o traje de gala das alunas, a capa de veludo azul, e o símbolo da Enfermagem, a lâmpada, nas mãos de todas as formandas. Conforme Maria Valquíria Albuquerque Sacramento (1955), as lâmpadas não eram adquiridas pelas alunas, a própria escola era quem as fornecia.

Sobre o hino da EESVP cantado durante a cerimônia, conforme a entrevistada Maria Valquíria Albuquerque Sacramento, (1955), este foi recitado pela primeira vez ao término do Curso de Defesa Passiva Antiaérea em 1943, sendo depois reconhecido como o hino oficial da EESVP, com a formatura de sua primeira turma, em 1946. Ainda conforme Maria Valquíria Albuquerque Sacramento (1955), o hino foi elaborado por Dr Manoel Antonio de Andrade Furtado, Monsenhor Mourão e o Maestro Antonio Gondim de Lima. A seguir, transcrevemos na íntegra essa composição.

*“No Brasil imortais servidoras  
Lutaremos na guerra e na paz  
Sol ardente que a fonte nos doura  
Tem calor que novo alento nos traz.*

*No hospital no meio a metralha  
Saberemos cumprir o dever  
Nossa vida é constante batalha  
Sem combate é impossível vencer.*

*Caridade é em ti que encontramos  
O modelo do nosso padrão  
É o ideal que de fato abraçamos  
Para a glória de nossa missão.*

*Não nos cansa tão árdua peleja  
O trabalho dá força e vigor  
Recebemos a bênção da Igreja  
E da pátria orgulhosa, o louvor.*

*Merecemos de Deus a coragem  
De enfrentar os algozes do bem  
Nesta escola aprendendo Enfermagem  
Aprendemos civismo também.”*

---

<sup>144</sup> Em 1959 houve duas formaturas, uma em 19/03 e a outra em 16/12. Na colação de grau do dia 16/12/1959 que ocorreu no Theatro José de Alencar, graduaram-se: Lígia Barros da Costa, Maria Carvalho Galheno, Maria do Carmo dos Santos Barros (Piauí), Maria Giovani Aguiar Morais, Maria Graziela Barroso, Maria de Lourdes Albuquerque (Piauí), Maria do Socorro Melo de Oliveira, Maria Neuza Ferreira de Castro (Piauí), Maria Mirthes Holanda Brasil de Matos, Ozenir Barbosa de Freitas (Maranhão), Ozirina Gracildes do Espírito Santo (Piauí), Teresinha de Jesus Silva (Piauí), Ir Marta Moura e Alice Nogueira do Nascimento (Piauí). (ARTIGO NOTICIOSO DOADO, s. n., s.d.) Não conseguimos identificar o motivo para duas solenidades em um mesmo ano, no entanto, concatenamos que o segundo agrupamento tenha sido constituído por alunas repetentes.

Conforme a letra, percebemos o enfoque conferido ao sentimento patriótico das alunas e à anuência da Igreja à atuação de mulheres durante a guerra.

Em 1949 foi organizado o Diretório Acadêmico Florence Nigthingale, como órgão representativo do corpo discente da EESVP, que funcionou até a normatização federal que versava sobre a extinção dos diretórios acadêmicos, na época da ditadura militar. Na leitura da ata de 25 de agosto de 1949, observou-se que, dentre as atividades desenvolvidas pelo Diretório Acadêmico Florence Nigthingale, estavam a organização de conferências mensais de estudos e de atividades recreativas, assim como a participação em atividades dos centros acadêmicos das outras faculdades, como a posse da diretoria da Faculdade Católica de Filosofia e das conferências científicas semanais da Faculdade de Medicina. Em 1949, o jornal *O Nordeste* noticia a participação do Centro Acadêmico Florence Nigthingale da EESVP no VII Congresso Estadual de Estudantes do Ceará, sendo representado pelas alunas Teresinha de Jesus Vale, Perpetua de Sousa Borges, Maria Zelia Landim, Margarida Maria Fernandes, Maria Euda Pequeno, Dália Farias Correia, Maria de Lourdes Costa, Sueuda Loureiro, Maria Crisantina Menezes, Clara Pires Carvalho, e como suplentes, Elizabete Martins Pompeu e Olga Cunha Freire (*O NORDESTE*, 11.04.1949). Nesse encontro, foi posto em plenário o caso da delegação de Enfermagem se seria ou não membro titular do Congresso Estadual de Estudantes, sendo aceita (*O NORDESTE*, 12.04.1949). Na nova diretoria da União Estadual de Estudantes, a enfermeiranda Maria Euda Leitão Pequeno assumiu o cargo de bibliotecária (*O NORDESTE*, 11.04.1949 e 20.04.1949).

Segundo Frazão (1973), o curso de graduação em Enfermagem da EESVP destinava-se a formar enfermeiros para o exercício de funções que lhes eram próprias e atividades culturais, visando a atender as necessidades crescentes dos programas de saúde do Estado e do País. Em fevereiro de 1954, a fim de melhor atender as necessidades dos serviços hospitalares, e em virtude da equiparação à EEAN (*O NORDESTE*, 23.07.1946), a EESVP cria o Curso de Auxiliar de Enfermagem, com duração de dois anos e carga horária total de 2.854 hora-aula, que obtém seu reconhecimento oficial em 22 de julho de 1958, pelo Decreto nº44.052, publicado em DOU, em 4 de setembro de 1958, e Portaria nº106/65, do Conselho Federal de Educação. No dia 7.12.1958, era formada a primeira turma de auxiliares de Enfermagem da EESVP, tendo Gilmário Mourão Teixeira como paraninfo (*O NORDESTE*, 11.12.1958). Observa-se que a EESVP também ocupou papel relevante na capacitação de pessoal de nível técnico para a labuta em hospitais da Capital.

Quanto ao reconhecimento social da profissão, ainda conforme o manuscrito da abertura do XXXI Congresso Brasileiro de Enfermagem de 1979 e os depoimentos das egressas, observamos que a sociedade cearense considerava a Enfermagem uma profissão pouco dignificante, concepção que somente fora modificada com a agregação da EESVP à Universidade do Ceará, pois a elevou para o nível de profissão liberal. Embora, conforme Osório (2007), naquela época já houvesse a possibilidade de se conseguir emprego com um salário razoável, principalmente nos hospitais da Campanha Nacional contra a Tuberculose, o estereótipo vigente não permitia que se identificasse a Enfermagem como a profissão valorosa e necessária que era. Como forma de combate a essa concepção preconceituosa, as egressas entrevistadas comentaram que as irmãs de caridade da EESVP eram muito rigorosas com as alunas desde o fardamento até o comportamento social.



**Foto 14** Farda diária das alunas da EESVP. s/d. Fonte: acervo pessoal de Maria José do Espírito Santo, jun/2011.

Na foto 14, observa-se a farda diária das alunas da EESVP. Sobre um vestido branco de comprimento abaixo do joelho, com mangas e busto completamente coberto; há um avental cinza pregueado, botoado e sem mangas. Embora não seja possível visualizar os sapatos, estes “eram brancos fechados e utilizados com meia fina” (MARIA JARINA DE MOURA MARTINS, 1954). Essa era a farda diária das alunas que as mesmas utilizavam nas aulas teóricas e práticas. Durante os estágios, as alunas retiravam o avental cinza e

colocavam outro, completamente branco, sobre o mesmo vestido branco; as alunas ainda utilizavam “uma touca branca elaborada com uma fazenda bem fininha e finalizada com ponto paris” (MARIA JARINA DE MOURA MARTINS, 1954). Na foto 15, identifica-se Maria José do Espírito Santo, enfermeira entrevistada neste estudo na lateral direita, com o referido uniforme de estágio. Atentar para a braçadeira. Quando as alunas concluíam a primeira série, recebiam a braçadeira, como insígnia de preliminares (*O NORDESTE*, 28.08.1944).



**Foto 15** Farda de estágio das alunas da EESVP. s/d. Fonte: acervo pessoal de Maria José do Espírito Santo, jun/2011.

A vista do exposto acerca da primeira fase da EESVP, criação e existência como unidade isolada, constatamos que, na concepção da EESVP, houve dificuldades, principalmente de ordem financeira, mas que, com o apoio da sociedade civil e da Igreja Católica, a princípio, se conseguiu iniciar o curso que, aos poucos, à medida que galgava o reconhecimento local, regional e nacional, adquiria o auxílio governamental então necessário. Percebemos também que suas alunas pioneiras se formaram mediante a forte influência dos moldes ético-morais e religiosos, em virtude do preconceito e estereótipo vigentes. Foram alunas exigidas tanto quanto à aquisição dos conhecimentos técnicos necessários ao exercício da atividade laboral como com respeito à adoção de uma atitude profissional e social inquestionável e inabalável; afinal, elas seriam as precursoras da Enfermagem constituída genuinamente no Estado do Ceará.

## **6.2 A Agregação da EESVP à Universidade Federal do Ceará: 1955 – 1975**

No Ceará, embora as primeiras idéias no sentido de criar uma instituição de ensino superior já fossem discutidas em 1891, até o ano de 1903, data de criação da Escola Livre de Direito, não havia ensino superior no Estado do Ceará, além dos cursos de Teologia nos Seminários de Fortaleza e do Crato. Quem quisesse realizar um curso superior diferente deveria se destinar ao Recife, Salvador ou Rio de Janeiro. Somente em 1916, surge outro curso superior em terras cearenses: a Faculdade de Farmácia e Odontologia, inicialmente como instituição particular, vindo posteriormente, em 1918, a Escola de Agronomia, também inicialmente como instituição particular.

Apenas após 20 anos, em 1938, outra instituição de ensino superior é criada, a então Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais (MARTINS FILHO, 1973). Daí em diante, vem em ordem de fundação, a Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo (1943), a Faculdade Católica de Filosofia (1947), a Faculdade de Medicina (1948) e o Instituto Social (1950). Além dessas, surgiram outras Escolas, como o Conservatório de Música Alberto Nepomuceno, a Escola de Belas Artes e a Faculdade de Ciências Políticas e Sociais (MARTINS FILHO, 1973).

Em razão da quantidade de Escolas e Faculdades, conforme Sousa (1961, p. 139), percebia-se a necessidade de criação de um órgão coordenador, que a eles imprimisse, norteamentos do ponto de vista pedagógico e cultural, possibilitando uma efervescência em todos os setores, pelo estabelecimento de condições fecundas para a pesquisa e aprendizagem. Aventa-se, com efeito, a idéia de se fundar a Universidade do Ceará, sendo em outubro de 1953 que o referido projeto de criação da Universidade do Ceará é encaminhado à Câmara dos Deputados (ARTIGO NOTICIOSO DOADO, s. n., 10.10.1953). Consta, segundo Frazão (1973) e Martins-Filho (2004) que, em 1953, a EESVP tomou parte ativa no processo de criação da Universidade Federal do Ceará, promovendo várias reuniões com seu corpo docente, em adesão espontânea ao movimento pró-Universidade. Conforme identificamos nos jornais, no memorial em que se solicitava a criação da Universidade do Ceará, constatou-se que, na parte de interesse da EESVP, assinaram o referido documento Irmã Maria Hercília Fernandes Pequeno, como diretora do estabelecimento de ensino, e Josa Magalhães, como representante da Congregação das Irmãs Filhas da Caridade. (ARTIGO NOTICIOSO DOADO, s. n., 26.08.1953). O referido memorial foi entregue ao Ministro da Educação e Cultura, Antonio Balbino de Carvalho (CORREIO DA MANHA, s.d.), que, por sua vez, entregou ao Presidente da República,

juntamente com o anteprojeto da Lei de criação (3713-a de 1953) (ARTIGO NOTICIOSO DOADO, s. n., s.d.).

Em 1954, o Senado aprovou o projeto que criou a Universidade do Ceará, com a agregação das Faculdades de Direito, Farmácia e Odontologia, e Agronomia. Sendo agrupadas posteriormente as Faculdades de Ciências Econômicas, Medicina, Católica de Filosofia, Instituto Social e EESVP (O NORDESTE, 25.10.1954)<sup>145</sup>. Conforme a Lei nº 2.373, de 16 de dezembro de 1954, a Universidade do Ceará - hoje, Universidade Federal do Ceará (UFC)<sup>146</sup> - foi criada a princípio pela incorporação das Faculdades de Direito (Decreto-Lei nº 8.827 de 24 de janeiro de 1946), Farmácia e Odontologia (Lei nº 1.254 de 4 de dezembro de 1950), Agronomia (Lei nº 1.055 de 16 de janeiro de 1950) e Medicina (Decreto nº 22.397 de 7 de março de 1951); sendo instalada em 25 de junho de 1955. Conforme Uchoa (1956; p. 220) dentre as diversas autoridades presentes na solenidade de instalação da UFC, destaca-se o General Emilio Maurell Filho, representando o Presidente da República na época, João Café Filho; o Professor Jurandyr Lodi, como Diretor do Ensino Superior e representante do Ministro da Educação e Cultura, o Prof Candido Mota Filho; o Prof Antonio Martins Filho, Reitor da referida Universidade; e Dr. Paulo Sarasate Ferreira Lopes, como Governador do Estado.

Sobre a associação da EESVP à Universidade do Ceará, descrevemos o fato de que, embora a agregação da EESVP à Universidade do Ceará tenha sido aprovada na última reunião do Conselho Universitário juntamente com a agregação da Faculdade Católica de Filosofia (O NORDESTE, 12.11.1955), na sessão do dia 10 de novembro de 1955 e referendado pelo Ministério da Educação e Cultura, mediante Parecer nº 464 do Conselho Nacional de Educação (CNE), também no ano de 1955, foi somente no dia 21 de janeiro de 1956, que o evento foi homologado pelo Ministro da Educação e Saúde, com a lavratura dos termos de agregação. A cerimônia ocorreu, no período vespertino, nas dependências da Faculdade de Direito, na mesma data de instalação da Escola de Engenharia (ARTIGOS NOTICIOSOS DOADOS, s. n., 19.01.1956). A descrição da EESVP como instituição agregada à Universidade do Ceará, foi encontrada por nós a partir de maio de 1963, nos diplomas auferidos pela entidade acadêmica<sup>147</sup>. Conforme informações divulgadas pelo Jornal *O Nordeste*, com a agregação destas duas instituições, a Universidade ganharia mais 60 milhões de cruzeiros a serem aplicados de maneira geral (O

<sup>145</sup> Com a aprovação pelo Congresso Nacional da criação da Universidade do Ceará, em 120 dias deveria ser criado o Estatuto da Universidade. A agregação de outros cursos ao mosaico universitário dependeria agora do parecer favorável do Conselho Universitário e de deliberação do Governo Federal. (ARTIGO NOTICIOSO DOADO, s. n., s.d.).

<sup>146</sup> Segundo a apreciação dos diplomas encontrados, percebemos que o termo Universidade do Ceará é alterado para Universidade Federal do Ceará em fevereiro de 1966.

<sup>147</sup> Segundo a apreciação dos diplomas encontrados, percebemos que, até dezembro de 1955, assinavam os diplomas a diretora da escola, o inspetor federal, a secretária e a titulada. A partir de outubro de 1956, assinavam os diplomas a diretora da escola, o reitor da Universidade do Ceará, a secretária e a diplomada.

NORDESTE, 09.12.1955), ou seja, não obrigatoriamente no aparelhamento destes dois cursos.

Na segunda fase da EESVP, como instituição agregada à Universidade do Ceará, situação que durou 20 anos<sup>148</sup>, Irmã Cecília Fernandes {Maria Hercília Fernandes Pequeno} foi a sucessora de Irmã Margarida Cola, dirigindo tecnicamente a EESVP de 1946 a 1958. Sendo assim, deve ter efetivamente participado do processo de associação desta entidade escolar à Universidade do Ceará. Inferimos, contudo, que Irmã Maria Menescal Campos, legatária de Irmã Catarina Fiúza, talvez tenha apreendido mais informações e lembranças sobre a primeira transição organizacional da EESVP, por ter sido a pessoa que desde o surgimento da escola por mais tempo permaneceu interruptamente na instituição, sendo tesoureira interina da entidade de 1946 a 1965, ou seja, por 19 anos consecutivos. Ainda sobre o corpo administrativo da EESVP, na primeira transição, mais uma vez, ressaltamos a presença e atuação do médico Jurandir Picanço, como o único diretor administrativo da EESVP, cargo que existiu de 1943 a 1958, quando este foi extinto, provavelmente também em virtude da agregação desta instituição escolar a Universidade do Ceará. Destacamos, todavia, o fato de que o Médico Jurandir Picanço não foi à única presença masculina no corpo administrativo da EESVP, pois Vicente Moura atuou como tesoureiro nos anos de 1971 e 1972, nas gestões de Maria da Glória Ferreira Façanha (APÊNDICE A). A EESVP, por estar legalmente vinculada à Universidade do Ceará, a partir do ano de 1955, teve de alterar o seu organograma administrativo e alguns dos seus procedimentos burocráticos, a fim de se adequar as normas do ensino superior brasileiro, como as Leis nº4.024/61 e a nº 5.540/68. A referida escola, porém, manteve autonomia sobre o modelo de formação de enfermeiras a ser instituído, prezando apenas pelas normatizações educacionais vigentes sobre o ensino de Enfermagem, como a Lei nº 775/1949, regulamentada pelo Decreto nº27.426/1949; a Lei nº2.995/56; e os Pareceres nº 271/62, nº 837/68; e, posteriormente, o de nº163/72, sendo este último consolidado pela Resolução nº4/72.

É importante registrar o fato de que mesmo agregada à Universidade do Ceará, as alunas permaneciam tendo aulas nas instalações e prédio da EESVP. A agregação ocorria no papel e na permissão de uso de algumas dependências da então Universidade Federal do Ceará para aulas práticas, como de Anatomia e Histologia. Acerca do processo seletivo para o ingresso na EESVP, relembramos que era solicitado para se matricular, o

---

<sup>148</sup> Conforme documentos institucionais, o curso de Enfermagem propriamente da Universidade Federal do Ceará foi criado em 1970, conforme processo nº595/70, sendo que a sua implantação somente ocorreu no ano de 1976. Seu reconhecimento pelo Conselho Federal de Educação ocorreu por meio da Portaria nº1169, de 29/10/1979, no ano da colação de grau da primeira turma de graduados (CAVALCANTE, 2009).



registro civil, ter idade entre 16 e 38 anos, atestado de sanidade física, cartão de vacinação, atestado de idoneidade moral, preferencialmente certificado de conclusão do secundário e histórico escolar, mas sendo aceitável o certificado do normal, comercial ou ginásial até 1961; e comprovante de pagamento da taxa de inscrição, a saber, no valor de Cr\$200,00 (ARTIGO NOTICIOSO DOADO, 19.12.1956 e 11.01.1957). Esclarecemos que o curso pré-vestibular da EESVP ainda existia, ocorrendo no período noturno (O NORDESTE, 21.11.1965).

A propósito das matérias do vestibular para Enfermagem, explicamos, mediante a averiguação de históricos escolares encontrados, que, a partir de 1963, acrescenta-se ao concurso de habilitação o exame de Língua Estrangeira; sendo, a princípio, o Francês e posteriormente, em 1965, o Inglês, somente. O exame de Matemática retorna ao concurso de habilitação para o curso de Enfermagem em 1968 e o de História em 1973. Em 1973, também se institui um teste com a denominação 'Aptidões Múltiplas', que entendemos conter questões de Biologia, Física e Inglês, porquanto tais assuntos não constaram explicitamente no concurso de habilitação daquele ano. No início, a aprovação das candidatas seria dada pela média aritmética das notas de todas as disciplinas exigidas no concurso de cada ano, que deveria resultar num valor maior ou igual a cinco para a aprovação da candidata. Em 1967, o cálculo para classificação das candidatas muda, passando a ser feito por pontos; dezesseis pontos, que equivaliam à nota quatro, era o valor mínimo estipulado para a aprovação da candidata.

Conforme dados disponibilizados por Sousa (1961, p. 297-302), constatamos que, no ano de 1955, 26 pessoas se inscreveram para prestar o vestibular de Enfermagem sendo que apenas 18 compareceram para realizar a prova, tendo sido todas aprovadas. Nos anos consecutivos até 1959, percebeu-se uma queda na procura por este curso. Em 1956, em virtude da pouca quantidade de inscritos, houve dois concursos de habilitação para o ingresso no 1º ano do curso de Enfermagem da EESVP, sendo, na segunda chamada, ofertadas oito vagas (ARTIGOS NOTICIOSOS DOADOS, s. n., s.d.). No ano de 1957, enquanto para o curso de Medicina se candidataram ao vestibular 161 pessoas; para o de Enfermagem, apenas 15 se inscreveram, sendo que, deste total, apenas 13 foram aprovadas (SOUSA, 1961, p. 285). Observamos que, embora houvesse pouca procura pelo curso, a EESVP não aproveitava todos os aspirantes que apareciam, pois se exigia dos candidatos um mínimo de conhecimento das Ciências gerais.

É em 1963, o ano no qual identificamos a participação da EESVP no vestibular unificado da Universidade do Ceará. Dos 1.523 inscritos para o vestibular das diversas

escolas superiores da referida Universidade, para o ingresso na EESVP, candidataram-se 20 para as 30 vagas ofertadas (*O NORDESTE*, 21.01.1963). Com tal notícia, observamos a persistente baixa procura por esta profissão.

Ainda de maneira cronológica, informamos ter sido em 1964 que a EESVP instituiu uma taxa de inscrição para o exame de admissão, mantendo o oferecimento de 30 vagas para o curso de Enfermagem (*O NORDESTE*, 10.01.1964); e que foi em 1965 que a EESVP aprovou o primeiro homem para freqüentar o curso de Enfermagem, a saber, Antonio Portela Vasconcelos (*O NORDESTE*, 10.03.1965). Acreditamos, no entanto, que o mesmo não deu continuidade ao seu processo de formação, pois seu nome não foi identificado nas listagens de diplomados colhidas nos departamentos da UECE e UFC. Conforme esses documentos, os primeiros homens a serem formados enfermeiros, pela EESVP foram Aauto Arrais, Francisco Benicio de Oliveira e Jaime Victor Fernandes, tendo todos se diplomado no ano de 1970. Posteriormente, até 1977, tornaram-se enfermeiros pela EESVP, Manuel Deusimar Batista (1971), Expedito Pereira Lima (1972), José Ademar Pessoa (1972), Raimundo Sinval Alves de Sousa (1973), José Arimateia Ramos (1976), Flavio de Andrade Moura (1976) e José Teixeira de Mendonça (1976). Tyrrell e Santos (2007) afirmam que a entrada de alunos do sexo masculino nos cursos de enfermagem ocorreu somente após a Reforma Universitária de 1968, essa assertiva é averiguada na EESVP.

Fato peculiar sobre o processo seletivo para o curso de Enfermagem aconteceu em 1971, pois um considerável contingente de alunos ingressou no curso, após maciço movimento estudantil. O ocorrido foi o descrito, a seguir, segundo depoimento de Enfermeira Conceição:

*No ano de 1971 houve dois vestibulares. No segundo vestibular mais gente passou do que no primeiro e o número de vagas [ofertadas] completou logo sendo que ficou muita gente aprovada, mas que não ia entrar, eram os excedentes. Aí foi o primeiro ano que houve um grande movimento de alunos, dos excedentes de vestibular, foi a primeira vez que se acampou na frente da reitoria (...). Todo mundo queria entrar nas faculdades, tinha várias faculdades que tinham feito segundo vestibular e vários excedentes, me lembro que tinha excedente do curso de Ciências Contábeis, tinha excedente do curso de Medicina, de Enfermagem e que cada grupo se organizou e levou uma mesinha ali para calçada, porque ninguém entrava ainda nos jardins da reitoria e, assim, começou o movimento, chamando atenção da imprensa, todo mundo querendo entrar. Nesse ano quem saiu com mais vitória foi a Enfermagem pois entrou todo mundo, todos os aprovados, por isso que a nossa turma foi imensa (MARIA RODRIGUES DA CONCEIÇÃO, 1970)*

Observamos que a EESVP, como instituição agregada à Universidade do Ceará, tendo como objetivo formar enfermeiras e enfermeiros qualificados para a atividade laboral,

teve a possibilidade de melhorar as suas instalações e a qualidade dos recursos didáticos utilizados nas aulas. Com relação a infraestrutura da EESVP, esta dispunha de laboratórios de análise, de Enfermagem e biblioteca com material áudiovisual (O NORDESTE, 21.11.1965). No discurso de comemoração aos 25 anos de existência do curso da EESVP, em 1968, temos maior compreensão das suas instalações:

*“A EESVP é formada pelos setores de secretaria, diretoria, sala de professores, cinco salas de aula, sala de dietética, sala de técnica, laboratório, cozinha, lavanderia, copa, refeitório e alojamentos. A EESVP possui dois prédios: o de número 1367, situado na Avenida do Imperador era propriamente a Escola, organizada num prédio de dois pavimentos, com área de 1.212,8 m<sup>2</sup>; e o prédio vizinho, de número 1397, construção de um único pavimento adquirido em 14 de abril de 1950 pela Província Brasileira das Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo, com área de 664m<sup>2</sup>, servia de alojamento para as alunas” (DISCURSO DE COMEMORAÇÃO AOS 25 ANOS DO CURSO DA EESVP, 1968)*

Quanto aos recursos didático-científicos da EESVP, utilizando-se desta mesma fonte histórica, apreendemos que esta possuía uma biblioteca com o acervo composto por 2.998 volumes, 35 coleções e 3.175 revistas; modelos anatômicos, coleção de diapositivos com 1.460 unidades, além de microfilmes e filmes educativos. Desde os primeiros projetos de cooperação da OPAS para o desenvolvimento de escolas de Enfermagem na América Latina, na década de 1920, a falta de literatura especializada em espanhol, e a falta de conhecimento da língua inglesa eram consideradas como a principal dificuldade em educação de Enfermagem nestes países (SOUZA, [1981?], p.148), uma vez que os livros produzidos na área da Enfermagem somente eram encontrados nesses idiomas. A partir do decênio de 1940 com os livros *Técnica de Enfermagem, Drogas e Soluções, e Técnica de Ataduras* redigidos por Zaíra Cintra Vidal (PAIXÃO, 1979); e posteriormente, em 1951, com a primeira edição do livro *Páginas de História da Enfermagem* de autoria de Waleska Paixão, começa-se a se consolidar um acervo bibliográfico de Enfermagem em língua portuguesa. Em 1955, surgiu o livro *Manual de Técnica de Enfermagem*, a primeira produção da professora de Fundamentos da Enfermagem da EEAN, Elvira de Felice Souza, e a obra *Administração de Medicamentos e Preparo de Soluções*, publicada, pela mesma autora, em 1957 (MACIEL *et al*, 2009).

Ao inquirirmos as egressas sobre os recursos didáticos elas disseram da dificuldade de material didático para o ensino:

*As aulas eram no giz e no laboratório que tinha três bonecos, um bebê e todo o material que se necessitava para o banho no leito. Depois íamos para o Hospital para observar e ser observada quem nos acompanhava era as meninas do terceiro ano. Esses estágios eram aos finais de semana e a noite também. (...) Nós tínhamos poucos livros, mas tínhamos as apostilas. Já havia livros de*

*enfermagem, mas eram poucos. Havia livros inclusive em espanhol doados pela OMS. (RACHEL GOMES DE MATOS BASTOS, 1958)*

*Tínhamos biblioteca com o número de livros reduzido, esse 'Princípio Científico de Enfermagem' que era assediadíssimo, só tinha dez livros em inglês e dez livros em português e todos os alunos da escola, de todos os anos, precisavam desse livro. Era uma disputa terrível, tinha gente que roubava livro da biblioteca de noite, tinha gente que tirava capítulo do livro para xerocar e colocavam no lugar, porque tava na fila e não conseguia o livro, era um sufoco. (MARIA RODRIGUES DA CONCEIÇÃO, 1970)*

*Giz e lousa era o que havia. (...) Eu me lembro que mandavam a gente aprender a dar injeção em laranja, em casa. Que a gente comprasse seringa e treinasse na laranja. (...) Eu me lembro também que naquela época comprei muito livro porque as enfermeiras davam aulas por fichinhas e a gente tinha que copiar tudo, os médicos não, eles indicavam os livros, quem tivesse dinheiro comprava e estudava, se não copiava a aula dele todinha. Tínhamos uma biblioteca muito simplória. O que foi dado para a gente maciçamente era [encontrado na literatura] médica. Naquela época a escola ela agregada a Federal então tínhamos acesso a Biblioteca da Federal. (MARIA SÔNIA FELICIO MAGALHÃES, 1972.2)*

A propósito das instalações da EESVP soubemos, com suporte no relato das egressas, que, no primeiro piso, se localizava uma sala de aula, o parlatório - um palco com escadas nos dois lados, onde se faziam as solenidades - a secretaria, a biblioteca, e a cozinha com o refeitório. No segundo andar, situava-se a imagem de Nossa Senhora, mais salas de aula, os dormitórios das alunas e as salas de Técnica e de Laboratório (BASTOS, Rachel Gomes de Matos, 1958 e BARROS, Maria do Carmo dos Santos, 1955). Apreendemos, ainda, que nas instalações da escola havia frases que incitavam o caráter altruísta da profissão e estimulavam o ato de estudar nas alunas. No *hall* principal da EESVP, existia o seguinte pensamento: *“o coração é teu, podes sofrer//o amor é do próximo, debes sorrir”* (escrito de autoria não identificada encontrado no acervo da coordenação do Curso de Enfermagem da UECE), enquanto no auditório da escola, a enfermeira Maria José do Espírito Santo (1955) recorda-se de havia o seguinte adágio: *“Ciência sem consciência é a ruína da alma”*<sup>149</sup>. A seguir ilustramos algumas das dependências da escola com fotos fornecidas pelas egressas entrevistadas.

---

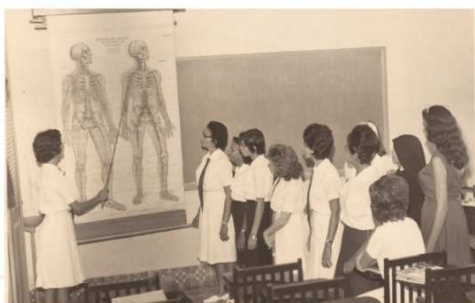
<sup>149</sup> Esse pensamento é de autoria de Ambroise Parré, um cirurgião francês que viveu de 1510 a 1590, o idealizador de membros e olhos artificiais, assim como o precursor do implante dentário. Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ambroise\\_Par%C3%A9](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ambroise_Par%C3%A9). Acesso em 25.02.2012.



Registro fotografico da fachada da EESVP, 1947.  
Fonte: acervo pessoal de Maria do Carmo dos Santos Barros.



Biblioteca da EESVP, 1967. Fonte: acervo pessoal de Maria Geovana de Araujo Camara.



Sala de aula da EESVP, 1967. Fonte: acervo pessoal de Maria Geovana de Araujo Camara.



Sala de Técnicas de Enfermagem, s/d. Fonte acervo pessoal de Maria de Fátima Santos.

**Foto 16** Ilustrações sobre a infraestrutura da EESVP. s/d. Fonte: acervos pessoais de Maria do Carmo dos Santos Barros, Maria Geovaneia de Araujo Câmara e Maria de Fátima Santos.

Na Foto 16, há quatro fotografias que figuram como eram as instalações da EESVP. No retrato disposto no canto superior esquerdo, visualizamos uma egressa da EESVP, na entrada principal da instituição. Pela imagem, é possível observar que a escola, em 1947, possuía um muro e visualizamos o letreiro que a identificava. Na imagem apresentada no canto superior direito e datada de 1967, há catorze alunas da EESVP na biblioteca. Percebemos que o recinto está lotado, o que nos interroga sobre as possíveis dimensões deste setor para a quantidade de alunas da EESVP. Nesta foto, ainda é possível visualizar uma aluna religiosa, da ordem das Franciscanas e dois modelos distintos de uniforme. Identificamos cinco alunas com um uniforme completamente branco, formado de blusa e saia, acompanhado por um tipo de 'gravata' de cor mais escura, enquanto outras cinco alunas estavam vestidas de blusa branca e uma saia escura, sem nenhum outro adorno. Quando questionamos a detentora desta foto sobre essa diferenciação, ela não rememorou. Cogitamos que poderiam ser alunas do curso de enfermagem e do curso de auxiliar de enfermagem juntas, assim como poderiam ser somente alunas do curso de Enfermagem de anos distintos. No retrato do canto inferior esquerdo, vemos o mesmo agrupamento de alunas da biblioteca, numa foto posada, onde a monitora utilizando-se de um *banner* ilustrativo, demonstrava algo às discentes. Na foto disposta no canto inferior direito, verificamos uma turma composta por onze alunas, na Sala de Técnicas de Enfermagem da EESVP, sendo esta possuidora de duas camas, cada qual com o seu

boneco anatômico, de tamanho natural, e um berço, com o seu respectivo modelo anatômico. Percebemos que as alunas já não utilizam uniformes. Como essa foto pertence à egressa Maria de Fátima Santos, refere-se ao período de 1965 a 1968.

Mesmo com a institucionalização da cobrança de anuidade escolar na ordem de 28 mil cruzeiros a partir do ano de 1966 (*O NORDESTE*, 04.03.1965 e 18.06.1965), e das subvenções e auxílios da União, da Diretoria do Ensino Secundário, do Plano Nacional de Educação, da Entidade Mantenedora e da Reitoria da UFC, que a EESVP, como unidade isolada e de natureza privada<sup>150</sup>, recebia encontramos indícios de que a situação financeira do referido estabelecimento de ensino ainda era foco de preocupação para sua diretoria. No discurso proferido durante a solenidade de comemoração aos 25 anos do curso da EESVP, em 1968, esta questão é bem evidenciada:

*As graves e sucessivas dificuldades financeiras vividas pelo Estabelecimento, a impossibilidade da Ordem Religiosa Mantenedora, de saná-las com recursos próprios ou com as limitadas verbas advindas da agregação a Universidade, contrastam com o que se deseja apresentar em termos de quantidade de pessoal formado. Se a quantidade de pessoal a ser formado padece com a limitação de recursos, tempos virão em que a qualidade de capacitação virá a ser atingida, o que a atual Direção da Escola pretende evitar a todo custo (DISCURSO DE COMEMORAÇÃO AOS 25 ANOS DO CURSO DA EESVP, 1968.)*

Tal situação era muito entristecedora, uma vez que a EESVP, como uma das 40 existentes no Território Nacional, uma das sete situadas na região Nordeste e a única do Estado<sup>151</sup>, já havia diplomado, entre 1946 e 1967, 204 enfermeiras e 389 auxiliares de enfermagem (*DISCURSO DE COMEMORAÇÃO AOS 25 ANOS DO CURSO DA EESVP*, 1968). Em 1957, o curso de Enfermagem, detendo 69 discentes, naquele ano, infere-se que era o quinto curso com a maior quantidade de alunos matriculados, estando atrás do curso de Direito (334 alunos matriculados), Medicina (195 alunos matriculados), Agronomia (91 alunos matriculados) e Didática (78 alunos matriculados) (*SOUSA*, 1961; p. 279).

Mesmo diante desta contínua crise financeira, a EESVP ainda fornecia as alunas bolsas e contratos como os descritos a seguir:

*A gente pagava para fazer a seleção e durante o curso também. Agora, tinha aquelas pessoas que fazia gratuitamente. (MARIA JOSÉ DO ESPÍRITO SANTO, 1955)*

---

<sup>150</sup> Embora soe estranho a EESVP, como instituição agregada a Universidade do Ceará ser considerada uma entidade isolada e de natureza privada, essa foi a informação obtida no ofício emitido pela Universidade do Ceará, na pessoa do reitor Fernando Leite ao ministro da Educação e Cultura, em 6 de janeiro de 1969, solicitando a federalização da EESVP e, conseqüentemente, sua incorporação à UFC (Processo nº15.660/68).

<sup>151</sup> Na década de 1960 desenvolve-se uma campanha para arrecadação de fundos para o término das obras de construção de uma escola de Enfermagem na cidade do Crato-Ce, fato idealizado por Dom Vicente Matos e que contaria com a supervisão do Instituto de Ensino Superior do Cariri, quando concluída (*O NORDESTE*, 25.03.1962).

*Eu lembro que a Campanha Nacional contra a Tuberculose deu muitas bolsas pra Escola (...) (MARIA LIGIA BARROS COSTA, 1955)*

*Tinha ainda as bolsas do MEC. (RACHEL GOMES DE MATTOS BASTOS, 1958)*

*Tinha que pagar mensalidade; só que eu fiz um contrato com a escola, pra eu pagar só depois que eu terminasse. Aí quando eu terminei meu curso, que eu me empreguei, aí eu fui, comecei a pagar e paguei. (MARIA DO CARMO DOS SANTOS BARROS, 1955)*

Sobre o corpo docente da EESVP durante seu período como instituição escolar agregada à Universidade do Ceará, identificamos em um artigo noticioso doado (s. n., 18.07.1957) os nomes de Fernando Leite, Waldemar Alcântara, Edmilson Barros de Oliveira, Vandick Ponte, Haroldo Juaçaba, Carlos Alberto Studart Fonseca, Edisio Pinheiro, Alvaro Menezes Craveiro, Raimundo Pinto, Nelson Sales, Lucy de Holanda, Cecília Gama, Benedita Pereira Villarinho, Honelia Bezerra de Brito, Maria Ireuda Rocha, Padre Edilson Silva, Irmã Monica Lima e Irmã Carolina Fernandes. Também apuramos que durante a década de 1960, a EESVP anuncia nos jornais de circulação diária, a presença de alguns renomados profissionais da Capital como professores da entidade, a saber, o médico, Trajano de Almeida, como professor de Tisiologia (*O NORDESTE*, 07.10.1962) e a diretora da Casa de Saúde São Gerardo, Irmã Blanda, como professora da cadeira de Psiquiatria (*O NORDESTE*, 22.05.1963); assim como divulga o estímulo oferecido a capacitação de seus docentes, quando três professoras foram agraciadas com bolsas de estudos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e foram realizar cursos de pós-graduação na Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (*O NORDESTE*, 07.02.1963 e 21.11.1965).

Sabemos que, no início da institucionalização do ensino formal da Enfermagem pelo País, à medida que eram formadas as primeiras enfermeiras brasileiras, as alunas que se distinguiam eram convidadas a se tornarem professoras da própria instituição que lhe formara. Como exemplo peculiar, citamos Waleska Paixão, que foi, concomitantemente, professora da disciplina Drogas e Soluções e aluna na Escola de Enfermagem Carlos Chagas (AEZEVEDO, CARVALHO e GOMES, 2009). Esclarecemos ainda que, embora desde 1925 existisse um projeto de formação de uma elite docente nativa, por via do encaminhamento sistemático de enfermeiras recém-graduadas para estudos de pós-graduação no Exterior (SANTOS e BARREIRA, 2008), essa atitude favorecia as escolas do eixo sul do País, pois quando as egressas retornavam essas iriam auxiliar as suas instituições formadoras. Santos e Barreira (2008) ainda esclarecem que também fora utilizada, como estratégia de aperfeiçoamento do corpo docente da EEAN, a realização de

estágios complementares, pelos professores, em hospitais especializados da Capital federal. Uma atitude mais solidária para com a formação docente de todas as escolas de Enfermagem brasileiras ocorre em 1947, quando a EEAN promove o primeiro curso denominado “post-graduado”, planejado pela professora Olga Salinas Lacorte (TYRRELL e SANTOS, 2007). Após o citado curso, outros cursos de pós-graduação são instalados em Território Nacional favorecendo, *a priori*, na capacitação dos professores de enfermagem, haja vista o fato de que em 1956, 64% das professoras de enfermagem tinham apenas o certificado ginásial (KLETEMBERG *et al*, 2010). Com as contínuas reformulações na legislação do ensino superior na década de 1960 é que se exacerba a imperiosa necessidade de capacitação do corpo docente de Enfermagem.

Especificamente sobre o corpo administrativo da EESVP, observamos que a agregação também aumentou o número de atividades universitárias para que dessas participassem. Em 1959, a EESVP teve de se posicionar publicamente mediante as acusações inferidas à pessoa do reitor Martins Filho. (ARTIGOS NOTICIOSOS DOADOS, s. n.,s.d.), e em 1961, a Ir Carolina teve de representar a EESVP na Comissão Central do III Seminário Anual da Universidade do Ceará (O NORDESTE, 23.02.1961).

Conforme a análise dos planos curriculares da EESVP encontrados no acervo da Coordenação do Curso de Enfermagem da UECE, bem como de informações coletadas diretamente nos históricos escolares encontrados em consulta ao arquivo da Divisão de Memória e Documentação da UFC e com os fornecidos por algumas das entrevistadas, constatamos que, ao longo do recorte temporal estudado, de 1955 a 1975, quatro planos curriculares distintos foram implantados na EESVP, a saber, de 1964 a 1966, de 1967 a 1969, de 1970 a 1973 e de 1974 a 1978. Sobre as matrizes curriculares estabelecidas no período, destacamos:

- a) No currículo de 1964 a 1966 (Quadros 13 e 14):



**Quadro 13** Compilado das disciplinas do currículo instituído na EESVP de 1964 a 1966, elaborado de históricos escolares encontrados no arquivo da Divisão de Memória e Documentação da UFC, na Divisão de Diploma da UECE e naqueles que nos foram fornecidos por algumas das entrevistadas. Fortaleza/CE, 2012 (nov).

Disciplinas 1º Ano	Carga Horária	Disciplinas 2º Ano	Carga Horária	Disciplinas 3º ano	Carga Horária	Campos de Estágios Práticos	Carga Horária dos Estágios (em horas)	
Fundamentos de Enfermagem	488hs	Enfermagem Médica	140hs	Saúde Pública/Enfermagem de Saúde Pública	90hs	Berçário	30hs	
Anatomia e Fisiologia	170hs	Enfermagem em Sala de Operação	110hs	Obstetrícia/Enfermagem Obstétrica e Ginecológica	90hs	Clínica Cirúrgica	86hs(diurno) + 6hs (noturno)	
Microbiologia e Parasitologia	120hs	Enfermagem Cirúrgica	80hs	Enfermagem Pediátrica	80hs	Clínica Dermatológica	30hs	
Bioquímica	70hs	Enfermagem Psíquica	40hs	Administração aplicada a Enfermagem	50hs	Clínica Ginecológica	37hs(diurno) + 6hs (noturno)	
Psicologia Geral	70hs	Cultura Religiosa II	30hs	Cultura Religiosa III	30hs	Clínica Médica	96hs(diurno) + 8hs (noturno)	
Sociologia	40hs	Deontologia	30hs	Inglês III	30hs	Clínica Obstétrica	25hs (diurno) + 6hs (noturno)	
Ética/Moral	36hs	Enfermagem de Doenças Transmissíveis	30hs	Antropologia	20hs	Clínica Oftalmológica	25hs(diurno) + 6hs (noturno)	
Cultura religiosa I	30hs	Inglês II	30hs	Problemas de Enfermagem (Ética II)	15hs	Clínica Otorrinolaringológica	22hs (diurno) + 8hs (noturno)	
Educação Sanitária	30hs	Psicologia do Desenvolvimento	30hs			Clínica Pediátrica	85hs(diurno) + 7hs (noturno)	
Inglês I	30hs	Higiene Mental	20hs			Clínica Psiquiátrica	32hs	
Nutrição	30hs	Bioestatística	14hs			Clínica Tisiológica	60hs	
Farmacologia	20hs	Epidemiologia	14hs			Dietética	28hs	
História da Enfermagem	20s	Noções de Enfermagem de Saúde Pública	10hs			Doenças Transmissíveis	50hs(diurno) + 8hs (noturno)	
Saneamento	20hs					Préclínica	172hs	
Relações Humanas	16hs					Saúde Pública	60hs	
						Socorro de Urgência	30hs	
<b>Carga Horária Total*</b>	<b>1.190hs</b>		<b>578hs</b>				<b>405hs</b>	<b>877 (diurno) + 53 (noturno)= 930hs</b>

\*Nota 1: Essa soma não contabilizou a carga horária das disciplinas que foram ofertadas ocasionalmente; totalizou-se apenas a carga horária das disciplinas que estavam e se mantiveram continuamente na grade curricular.

Sobre as disciplinas do primeiro ano presentes no quarto currículo do curso de Enfermagem da EESVP, observamos a redução da carga horária de algumas disciplinas em comparação com o plano curricular de 1953 a 1963, sendo elas, 'Anatomia e Fisiologia' (-10hs), 'Bioquímica' (-10hs), 'História da Enfermagem' (-10hs) e 'Saneamento' (-10hs). Existiram disciplinas que tiveram aumento de sua carga horária, como 'Ética/ Moral' (+6hs), 'Microbiologia e Parasitologia' (+50hs) e 'Psicologia Geral' (+50hs); assim como reingressou a disciplina 'Sociologia', oriunda do plano curricular que vigorou entre 1947 e 1952. As disciplinas 'Cultura Religiosa', 'Educação Sanitária', 'Inglês' e 'Relações Humanas', ofertadas e introduzidas no plano curricular de 1953 a 1963, se consolidam neste currículo. Especificamente, as disciplinas 'Cultura Religiosa' e 'Inglês' são encontradas ao longo de toda a graduação.

Sobre as disciplinas ofertadas no segundo ano do curso presentes no currículo do curso de Enfermagem da EESVP de 1964 a 1966, verificamos uma redução de 18 para 13 matérias, tendo sido eliminadas todas aquelas disciplinas de Enfermagem especializada. Aparentemente, elas foram aglutinadas nas disciplinas 'Enfermagem Médica', 'Enfermagem em Sala de Operação', 'Enfermagem Cirúrgica', 'Enfermagem Psíquica' e 'Enfermagem de Doenças Transmissíveis'. Nesta fase do currículo ainda são incluídas as matérias 'Psicologia do Desenvolvimento', 'Bioestatística', 'Epidemiologia', 'Noções de Enfermagem de Saúde Pública'.

Na avaliação do conjunto de disciplinas ofertadas no terceiro ano do curso presentes no primeiro currículo do curso de Enfermagem da EESVP, identificamos quatro vertentes da assistência de Enfermagem, 'Saúde Pública', 'Obstetrícia', 'Pediatria' e 'Administração'. Concomitante com essas disciplinas há o oferecimento de uma disciplina da área de Ciências Humanas, 'Antropologia'.

Sobre os estágios organizados no quarto currículo do curso de Enfermagem da EESVP, constatamos a redução de campos de prática, a saber: 'Banco de Sangue e Laboratório', 'Clínica Cancerológica', 'Clínica Dermatológica/Dermatologia', 'Clínica Oftalmologia', 'Clínica Otorrinolaringologia' e 'Clínica Tisiológica', e a sistematização no número de horas de estágio em cada área. Ressaltamos que ainda há estágio noturno. Sobre a carga horária total de estágio, em comparação com a do currículo anterior, detecta-se um aumento, abrangendo, inclusive, o percentual relativo ao estágio noturno, sendo este então realizado apenas nos campos de Enfermagem em Centro Cirúrgico, Enfermagem Médica, Enfermagem em Obstetrícia e Ginecologia, e Enfermagem Pediátrica.

Durante a avaliação e elaboração deste plano curricular, identificamos ainda o oferecimento de disciplinas de maneira ocasional nos anos de 1964, 1965 e 1966. O oferecimento ocorreu principalmente no ano de 1965 e no segundo período do curso (Quadro 14).

**Quadro 14** Compilado das disciplinas teóricas ofertadas ocasionalmente durante a vigência do currículo instituído na EESVP de 1964 a 1966, elaborado de históricos escolares encontrados no arquivo da Divisão de Memória e Documentação da UFC, na Divisão de Diploma da UECE e naqueles que nos foram fornecidos por algumas das entrevistadas. Fortaleza/CE, 2012 (nov).

	1º ano do curso	2º ano do curso	3º ano do curso	TOTAL
<b>1964</b>	-	Relações Humanas	-	<b>2</b>
<b>1965</b>	-	Antropologia Patologia Geral Sociologia	Técnica de Supervisão	<b>4</b>
<b>1966</b>	-	Anatomia e Fisiologia	-	<b>1</b>
<b>TOTAL</b>	-	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>6</b>

No contexto nacional, a partir do ano de 1966, é definida a implementação do sistema horas-aulas (*O NORDESTE*, 04.03.1965 e 18.06.1965).

b) No currículo de 1967 a 1969 (Quadro 15):

**Quadro 15** Compilado das disciplinas do currículo instituído na EESVP de 1967 a 1969, elaborado de históricos escolares encontrados no arquivo da Divisão de Memória e Documentação da UFC, na Divisão de Diploma da UECE e naqueles que nos foram fornecidos por algumas das entrevistadas. Fortaleza/CE, 2012 (nov).

Disciplinas 1º Ano	Carga Horária	Disciplinas 2º Ano	Carga Horária	Disciplinas 3º ano	Carga Horária	Campos de Estágios Práticos	Carga Horária dos Estágios (em horas)
Fundamentos da Enfermagem	488hs	Enfermagem Médica e Doenças Transmissíveis	122hs	Saúde Pública/Enfermagem de Saúde Pública	90hs	Adaptação	144hs (diurno)
Anatomia e Fisiologia	160hs	Enfermagem em Centro Cirúrgico	98hs	Enfermagem Obstétrica	90hs	Administração aplicada a Enfermagem	300hs (diurno)
Parasitologia e Microbiologia	130hs	Enfermagem Cirúrgica	88hs	Enfermagem Pediátrica	80hs	Enfermagem Cirúrgica	250hs (diurno)
Bioquímica	80hs	Enfermagem Psiquiátrica	58hs	Administração aplicada a enfermagem	50hs	Enfermagem de Saúde Pública	230hs (diurno)
Psicologia Geral	68hs	Deontologia	36hs	Cultura Religiosa III	30hs	Enfermagem em Centro Cirúrgico	180hs (diurno) + 24hs (noturno)
Sociologia	40hs	Cultura Religiosa II	30hs	Inglês III	30hs	Enfermagem em Doenças Transmissíveis	70hs (diurno)
Ética	34hs	Inglês II	30hs	Antropologia	20hs	Enfermagem Médica	320hs (diurno) + 24hs (noturno)
Cultura Religiosa I	32hs	Psicologia do Desenvolvimento	30hs	Problemática da Enfermagem	15hs	Enfermagem Obstetrícia e Ginecológica	300hs (diurno) + 24hs (noturno)
Inglês	32hs	Higiene Mental	22hs			Enfermagem Pediátrica	200hs (diurno) + 48hs (noturno)
Educação Sanitária	30hs	Bioestatística	15hs			Enfermagem Psiquiátrica	180hs (diurno)
Nutrição	22hs	Epidemiologia	15hs			Nutrição e Dietética	20hs (diurno)
Farmacologia	20hs						
História da Enfermagem	20hs						
Introdução a Filosofia	20hs						
Saneamento	20hs						
Patologia Geral	15hs						
<b>Carga Horária Total*</b>	<b>1.179hs</b>		<b>544hs</b>		<b>405hs</b>		<b>2.194 (diurno) + 120 (noturno)= 2.314hs</b>

\*Nota 1: A soma não contabilizou a carga horária das disciplinas ofertadas ocasionalmente, totalizou-se apenas a carga horária das disciplinas que estavam e se mantiveram continuamente na grade curricular.

Sobre as disciplinas do primeiro ano, observamos a substituição da disciplina 'Relações Humanas' do currículo anterior pela matéria 'Introdução à Filosofia'. Nesta fase do curso, ainda é introduzida a disciplina 'Patologia Geral'.

Sobre as disciplinas ofertadas no segundo ano do curso presentes no quinto currículo do curso de Enfermagem da EESVP, verificamos a extinção de duas disciplinas 'Enfermagem de Doenças Transmissíveis' e 'Noções de Enfermagem de Saúde Pública'. Durante a avaliação e elaboração deste plano curricular identificamos ainda o oferecimento de duas disciplinas, de maneira ocasional, no segundo período do curso do ano de 1967, 'Doenças Transmissíveis' e 'Psiquiatria'

Na avaliação do conjunto de disciplinas ofertadas no terceiro ano do curso presentes no currículo do curso de Enfermagem da EESVP, vigente de 1967 a 1969, identificamos a mesma carga horária distribuída pelas mesmas disciplinas.

Sobre os estágios organizados nesse currículo do curso de Enfermagem da EESVP, constatamos a supressão de cinco áreas, a saber, 'Clínica Dermatológica', 'Clínica Oftalmológica', 'Clínica Otorrinolaringológica', 'Clínica Tisiológica' e 'Socorro de Urgência' e aumento de 40% na carga horária total de estágio, passando de 930hs para 2.314hs.

Nesse currículo, observa-se a consolidação das tentativas de padronização das disciplinas do fluxograma curricular, mediante a evolução das tecnologias de prestação de cuidados. Quanto à carga horária total das aulas teóricas, há uma redução, de 2.173hs para 2.128hs.

Como exigência da Reforma Universitária de 1968, preconizada pela Lei nº 5.540, a organização didático-científica da EESVP ocorre em forma de departamentos, formados pelo agrupamento de disciplinas e matérias complementares, a saber: Fundamentos de Enfermagem (Anatomia e Fisiologia, Bioquímica, Microbiologia e Parasitologia, Nutrição e Dietética, Farmacologia); Enfermagem Médico-Cirúrgica (Enfermagem Médica, Enfermagem Cirúrgica, Enfermagem em Doenças Transmissíveis, e Enfermagem do Centro Cirúrgico); Enfermagem Materno-Infantil (Enfermagem Obstétrica e Ginecológica, Enfermagem Pediátrica); de Ética e História da Enfermagem (Ética I/Moral, Ética II/Deontologia, Ética III/Problemas de Enfermagem, História da Enfermagem e Relações Humanas); Enfermagem Psiquiátrica (Psicologia Geral, Higiene Mental, Psicologia do desenvolvimento e Enfermagem Psiquiátrica); Administração aplicada a Enfermagem e de Enfermagem em Saúde Pública (Ciências Sociais I e II, Bioestatística, Pedagogia em Enfermagem, Antropologia, Enfermagem em Saúde Pública, Epidemiologia, Administração

aplicada a Enfermagem, Educação Sanitária e Saneamento). Ainda há como matérias complementares as disciplinas Cultura Religiosa e Inglês. (DISCURSO DE COMEMORAÇÃO AOS 25 ANOS DO CURSO DA EESVP, 1968.)

c) No currículo de 1970 a 1973 (Quadro 16):

**Quadro 16** Compilado das disciplinas do currículo instituído na EESVP de 1970 a 1973, elaborado de históricos escolares encontrados no arquivo da Divisão de Memória e Documentação da UFC, na Divisão de Diploma da UECE e naqueles que nos foram fornecidos por algumas das entrevistadas. Fortaleza/CE, 2012 (nov).

Disciplinas 1º Ano	Carga Horária	Disciplinas 2º Ano	Carga Horária	Disciplinas 3º ano	Carga Horária	Campos de Estágios Práticos	Carga Horária dos Estágios (em horas)
Fundamentos da Enfermagem	488 a 428hs	Enfermagem Cirúrgica	88 a 180hs	Enfermagem de Saúde Pública	90hs	Adaptação (Fundamentos de Enfermagem)	144hs (diurno) + 24hs(noturno)
Anatomia e Fisiologia	160hs	Enfermagem Médica e Doenças Transmissíveis	122hs	Enfermagem Obstétrica	90hs	Administração aplicada a Enfermagem	300hs (diurno)
Parasitologia e Microbiologia	130hs	Enfermagem em Centro Cirúrgico	90 a 98hs	Enfermagem Pediátrica	80hs	Enfermagem Cirúrgica	250hs (diurno) + 48hs(noturno)
Bioquímica	70 a 90hs	Enfermagem Psiquiátrica	58hs	Administração aplicada a enfermagem	50hs	Enfermagem de Saúde Pública	230hs (diurno)
Psicologia Geral	68hs	Deontologia	36hs	Cultura Religiosa/Introdução à Pesquisa	30hs	Enfermagem em Centro Cirúrgico	180hs (diurno) + 24hs a 48hs(noturno)
Sociologia	40hs	Higiene Mental	20 a 22hs	Inglês	30hs a extinção	Enfermagem em Doenças Transmissíveis	70hs (diurno) + 24hs(noturno)
Inglês	30 a 32hs	Inglês	30hs	Moral e Cívica	28hs a extinção	Enfermagem Médica	320hs (diurno) + 48hs(noturno)
Cultura Religiosa	30 a 32hs	Psicologia do Desenvolvimento	30hs	Antropologia	20hs	Enfermagem Obstetrícia e Ginecológica	300hs (diurno) + 24hs(noturno)
Educação Sanitária	30hs	Cultura Religiosa	30hs a extinção	Bioestatística	15hs	Enfermagem Pediátrica	200hs (diurno) + 48hs(noturno)
Ética	30	Moral e Cívica (Problemas Brasileiros)	28hs	Epidemiologia	15hs	Enfermagem Psiquiátrica	180hs (diurno)
Moral e Cívica	28hs	Epidemiologia	15hs	Problemas de Enfermagem/Exercício de Enfermagem Legislação Profissional	15hs	Nutrição e Dietética	20hs (diurno)
Nutrição	22 a 30hs	Bioestatística	15hs				
Farmacologia	20 a 45hs						
História da Enfermagem	20hs						
Saneamento	20hs						
Introdução a Filosofia	20hs a extinção						
Patologia Geral	12hs a extinção						
<b>Carga Horária Total</b>	<b>1.222 a 1.166hs</b>		<b>542 a 650hs</b>		<b>436 a 480hs</b>		<b>De 2.314 a 2.410hs; sendo de 120 a 216hs de estágio noturno</b>

Neste plano curricular, há o incremento da disciplina 'Moral e Cívica' em todos os períodos do curso, em virtude do Decreto Lei nº869, de 12 de setembro de 1969; ocorre ainda a extinção da disciplina Cultura Religiosa, ofertada no segundo ano, em 1972; e a sua reordenação como disciplina de 'Introdução à Pesquisa' no terceiro ano, em 1973, além de alterações na carga horária de algumas disciplinas. Sobre as disciplinas do primeiro ano, observamos que embora seja o mesmo quantitativo de disciplinas do currículo anterior, a carga horária deste período variou de 1.222 a 1.166hs.

Sobre as disciplinas ofertadas no segundo ano do curso presentes no sexto currículo do curso de Enfermagem da EESVP, verificamos que, embora seja o mesmo quantitativo das disciplinas do currículo anterior, a carga horária deste período variou 542 a 650hs. Na avaliação do conjunto das disciplinas ofertadas no terceiro ano do curso presentes no currículo do curso de Enfermagem da EESVP, que vigorou de 1970 a 1973, identificamos, embora seja o mesmo quantitativo de disciplinas do currículo anterior, a carga horária deste período como variando de 436 a 480hs. Verificamos nesse período do curso a repetição das disciplinas 'Epidemiologia' e 'Bioestatística' com a mesma carga horária. Sobre os estágios organizados no sexto currículo do curso de Enfermagem da EESVP, constatamos que o estágio noturno em alguns históricos escolares aumentou para até 216 horas, o que influenciou na soma da carga horária total de estágio que oscilou entre 2.314 e 2.410 horas.

Relativo à Licenciatura Plena em Enfermagem, instituída nacionalmente pelo Parecer nº 837/68, juntamente com as outras três habilitações, embora esta modalidade tenha sido instituída em 20 de janeiro de 1969 na Universidade do Ceará, por meio da Portaria nº13, ela foi implantada somente em 1972, tendo como objetivo precípuo preparar o quadro de professores da própria Escola (MARQUES e TAVARES, 1991). Para viabilizar esta atividade, as autoras informam que foi solicitada a colaboração da Faculdade de Educação da UFC, que assumiu as aulas teóricas, enquanto a disciplina Prática de Ensino II ficou sob a responsabilidade do corpo docente da ESSVP, que organizou para que os alunos da modalidade Licenciatura ministrassem aulas no Curso de Auxiliar de Enfermagem da própria escola.

d) No currículo de 1974 a 1978 (Quadro 17):

Neste currículo, percebeu-se sua estruturação por semestres e o aumento do tempo de formação de três anos para quatro anos e meio. Constatamos que a matriz curricular do curso de Enfermagem da EESVP, como instituição agregada à UFC caracterizava-se, a partir 1974, pela organização em primeiro ciclo e ciclo profissionalizante.



No primeiro ciclo, de duração menor do que o ciclo profissionalizante, visava-se como um modelo de natureza declaradamente pré-profissional; enquanto que no ciclo profissionalizante, a partir do 4º semestre, se introduz o discente na seara de conhecimentos específicos da profissão Enfermagem, com a disciplina 'Fundamentos de Enfermagem I' (Quadro 17). Posteriormente, ainda se ofertavam habilitações em Enfermagem Médico-Cirúrgica, Enfermagem Obstétrica e Enfermagem em Saúde Pública bem como a Licenciatura Plena em Enfermagem.

**Quadro 17** Compilado das disciplinas do currículo instituído na EESVP de 1974 a 1978, elaborado de históricos escolares encontrados no arquivo da Divisão de Memória e Documentação da UFC, na Divisão de Diploma da UECE e naqueles que nos foram fornecidos por algumas das entrevistadas. Fortaleza/CE, 2012 (nov).

Disciplinas 1º Ano	Carga Horária	Disciplinas 2º Ano	Carga Horária	Disciplinas 3º ano	Carga Horária	Disciplinas 4º ano	Carga Horária	Disciplinas 5º ano	Carga Horária	Campos de Estágios Práticos	Carga Horária dos Estágios (em horas)
<b>1º semestre</b>		<b>3º semestre</b>		<b>5º semestre</b>		<b>7º semestre</b>		<b>9º semestre</b>		Não se informa	
Biologia	- 6 créditos -90hs	Anatomia	- 6 créditos -90hs	Fundamentos de Enfermagem II	-11 créditos -165hs	Enfermagem Médico Cirúrgica	- 13 créditos -195hs	Administração aplicada a Enfermagem	- 9 créditos -135hs		
Cálculo	- 6 créditos -90hs	Biofísica	- 4 créditos -60hs	Saúde da Comunidade	- 4 créditos -60hs	Epidemiologia	- 4 créditos -60hs	Enfermagem em Saúde Pública	- 9 créditos -135hs		
Física	- 6 créditos - 90hs	Nutrição e Dietética	- 4 créditos -60hs	História da Enfermagem	- 2 créditos -30hs	Estatística Vital e Demográfica	- 4 créditos -60hs	Didática aplicada a Enfermagem	- 4 créditos -60hs		
Química	- 6 créditos - 90hs	Sociologia	- 4 créditos -60hs					Exercício de Enfermagem	- 4 créditos -60hs		
Estudo dos Problemas Brasileiros I	- 2 créditos -30hs	Microbiologia	- 3 créditos -45hs								
<b>2º semestre</b>		<b>4º semestre</b>		<b>6º semestre</b>		<b>8º semestre</b>					
Bioquímica	- 6 créditos -90hs	Fisiologia	- 6 créditos -90hs	Enfermagem Psiquiátrica	- 9 créditos -135hs	Enfermagem Materno Infantil	- 13 créditos -195hs				
Embriologia e Histologia	- 6 créditos -90hs	Fundamentos de Enfermagem I	- 4 créditos -60hs	Farmacologia	- 6 créditos -90hs	Enfermagem Doenças Transmissíveis	- 6 créditos -90hs				
Psicologia I	- 4 créditos -60hs	Imunologia	- 4 créditos -60hs								
Estudo dos Problemas Brasileiros II	- 2 créditos -30hs	Deontologia e Ética Profissional	- 3 créditos -45hs								
		Parasitologia	- 3 créditos -45hs								
<b>Carga Horária Total</b>	<b>390 + 270 = 660hs</b>		<b>315 + 300 = 615hs</b>		<b>255 + 225 = 480hs</b>		<b>315 + 285 = 600hs</b>		<b>390hs</b>		<b>1.537hs</b>

É neste plano curricular que comentaremos pela primeira vez sobre a oferta de disciplinas optativas, sendo obrigatória a realização de, no mínimo, 12 créditos em disciplinas nesta modalidade e, no máximo, 32 créditos. Informamos que um crédito equivalia a 15 horas-aula e que se ofereciam aos alunos 16 opções de disciplinas optativas (Quadro 18).

**Quadro 18** Compilado das disciplinas optativas do currículo instituído na EESVP de 1974 a 1978, elaborado de históricos escolares encontrados no arquivo da Divisão de Memória e Documentação da UFC, na Divisão de Diploma da UECE e naqueles que nos foram fornecidos por algumas das entrevistadas. Fortaleza/CE, 2012 (nov).

<b>Disciplinas Optativas</b>	<b>Carga horária (em créditos)</b>	<b>Carga horária (em horas)</b>
Enfermagem em Centro Cirúrgico	- 8 créditos	- 120hs
Estatística	- 6 créditos	- 90hs
Antropologia Cultural	- 4 créditos	- 60hs
Dietoterapia	- 4 créditos	- 60hs
Enfermagem em Obstetrícia	- 4 créditos	- 60hs
Genética e Evolução	- 4 créditos	- 60hs
Introdução a Pesquisa	- 4 créditos	- 60hs
Medidas Gerais Profilaxia	- 4 créditos	- 60hs
Patologia Geral	- 4 créditos	- 60hs
Processos Patológicos Gerais	- 4 créditos	- 60hs
Psicologia II	- 4 créditos	- 60hs
Puericultura	- 4 créditos	- 60hs
Relações Humanas	- 4 créditos	- 60hs
Supervisão e Treinamento de Pessoal de Enfermagem	- 4 créditos	- 60hs
Higiene e Saneamento	- 3 créditos	- 45hs
Ginástica	- 2 créditos	- 30hs
<b>TOTAL</b>	<b>67 créditos</b>	<b>885hs</b>

Sobre os estágios, não temos como informar com base nos históricos escolares do período de 1974 a 1978 as áreas de aulas práticas. Sabemos, somente, que totalizavam 1.537 horas e que não havia mais o estágio em período noturno (Quadro 17).

Como podemos perceber, o período de agregação da EESVP a Universidade do Ceará registrou com diversas alterações curriculares, em virtude do próprio contexto educacional que o País experimentava. Advertimos, contudo, para o fato de que embora a EESVP estivesse no âmbito universitário, ainda possuía forte vinculação religiosa, o que poderia ainda influenciar na formação ofertada. Em 1958, Ir Syrena viajou para Bruxelas para participar do 6º Congresso Mundial de Enfermeiras Católicas, que foi realizado juntamente com o I Congresso Católico Mundial de Saúde. (ARTIGO NOTICIOSO DOADO, s. n., 03.06.1958 e 06.07.1958)

Os campos de estágio das estudantes da EESVP foram estes: os laboratórios do Departamento de Saúde e da Faculdade de Medicina da UFC, a Santa

Casa de Misericórdia de Fortaleza, a Casa de Saúde São Gerardo (psiquiatria), os Centros de Saúde do Departamento Estadual de Saúde Pública<sup>152</sup>, o Pensionato Eduardo Salgado (maternidade), a Maternidade Escola Assis Chateaubriand (O *NORDESTE*, 21.11.1965), o Hospital Pronto Socorro da Assistência Municipal de Fortaleza, o Hospital Infantil Olga Monte Barroso e o Pronto Socorro Infantil de Fortaleza, primórdio do Hospital Albert Sabin (DISCURSO DE COMEMORAÇÃO AOS 25 ANOS DO CURSO DA EESVP, 1968).

Na década de 1960, o Hospital de Saúde Mental de Messejana e o Hospital das Clínicas tornam-se campos de estágios para as alunas da EESVP (O *NORDESTE*, 22.05.1963 e 27.09.1964), assim como o Instituto de Medicina Preventiva (IMEP) (O *NORDESTE*, 29.01.1964) e o Hospital Geral Militar de Fortaleza. Em 1971, surge o Hospital Geral de Fortaleza como novo campo de práticas. É notório destacar o fato de que, na década de 1960, ainda, são oferecidos pelas instituições públicas de saúde cursos de atualização as alunas (O *NORDESTE*, 08.04.1963), assim como é proporcionado, pela EESVP, vinculado a ABEn-CE, cursos extracurriculares de atualização, como o de Didática Aplicada (30h/a) e o de Metodologia e Estatística (15h/a) de 1973. Na foto 17, apresentamos *flash's* que ilustram a presença de alunas da EESVP na Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza.



Alunas da EESVP em estágio na Santa Casa de Misericórdia. s/d. Fonte: acervo pessoal de Maria do José do Espírito Santo.



Aluna da EESVP em estágio na Santa Casa de Misericórdia. s/d. Fonte: acervo pessoal de Maria do Carmo dos Santos Barros.

**Foto 17** Ilustrações sobre a Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza como campo de estágio da EESVP. s/d. Fonte: acervos pessoais de Maria do Carmo dos Santos Barros e Maria José do Espírito Santo.

<sup>152</sup> A saber, Posto de Saúde da Praça José de Alencar, Posto de Saúde do bairro Pirambu, Posto de Saúde do bairro Mucuripe, Posto de Saúde Darcy Vargas, que era o Centro de Saúde Modelo, na época; Centro de Saúde Dona Libânia; Posto de Saúde Barca Pellon e o Serviço de Hidratação.

Além dos campos de estágios citados, conforme o depoimento de egressas de distintas épocas, a EESVP também oferecia outras formas de treinamento profissional:

*Às vezes, surgia a oportunidade de viajarmos com o pessoal do Ministério da Saúde para imunizarmos o pessoal na Amazônia; também auxiliávamos no SEMTA<sup>153</sup> nos pólos do interior. (RACHEL GOMES DE MATTOS BASTOS, 1958).*

*Tinha também alguns estágios que a gente fazia em interior, na época do projeto Rondon<sup>154</sup>. (ILNÁ PAULINO BASTOS, 1969).*

*(...) eu lembro que a gente tinha que fazer os estágios rurais, eu fui escalada para Pacajus. (MARIA SÔNIA FELICIO MAGALHÃES, 1972.2).*

Sobre a metodologia de ensino adotada pelo corpo docente, destacamos alguns trechos dos depoimentos das egressas da EESVP:

*Eu me recordo, que nós entrávamos em sala de aula a 1 hora da tarde e íamos até as 6 horas [da noite]” (MARIA LIGIA BARROS COSTA, 1955) .*

*Recordo do Dr Haroldo Juaçaba, usava uns painéis para explicar Anatomia e Cirurgia. Ele passeando pra lá e pra cá e falando; ele também fazia um esquema na lousa. (MARIA ANUNCIADA NUNES, 1957).*

*Lousa, e muita coisa em papel machê, cartazes que os professores faziam, (...) as professoras eram esmeradas a fazer umas fichinhas também, aí tinha briga por essas fichas. Todo mundo querendo copiar, quando os professores não copiavam tudo das fichinhas no quadro, aí pedíamos as fichas emprestadas aos professores. (MARIA RODRIGUES DA CONCEIÇÃO, 1970).*

*Normalmente nós tínhamos aulas teóricas no prédio da São Vicente e as aulas práticas eram no Campus Porangabussu da Federal. Anatomia, Fisiologia, Histologia, tudo era lá. Nós assistíamos às aulas junto com o pessoal da Medicina. (...) Como a maioria dos professores eram médicos, o foco maior era na doença, havia uma certa dificuldade de fazer com que você aprendendo o conteúdo dos sintomas daquela doença, soubesse encaixar o cuidar dentro daquele conteúdo dado. (MARIA SÔNIA FELICIO MAGALHÃES, 1972.2).*

---

<sup>153</sup> O Serviço Especial de Mobilização dos Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), que recrutava das áreas da seca do Ceará, trabalhadores para encaminhá-los para as zonas produtoras da borracha, do Pará e Amazonas; foi criado no ano de 1942, pelo Departamento Nacional de Imigração (DNI), sendo mais tarde substituído pela Comissão de Administração de encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA).

<sup>154</sup> O Projeto Rondon, iniciado em 1967, no qual universitários eram selecionados para desenvolver atividades na Região Amazônica; permaneceu em franca atividade durante as décadas de 1970 e 1980, tornando-se conhecido em todo o Brasil. Em 1989, o Projeto foi extinto. Em 2005, já com uma nova roupagem, o Projeto Rondon voltou a figurar na pauta dos programas governamentais, sendo atribuída a sua coordenação ao Ministério da Defesa. Disponível em: <http://projektorondon.pagina-oficial.com/portal/index/pagina/id/9718/area/C/module/default/> Acesso em 08/09/2011.

*Parasitologia e Microbiologia nós tivemos uma parte prática em laboratório que foi lá na Medicina, assim, olhar as lâminas no microscópio; agora a teoria foi dada na nossa escola por farmacêuticos. (Maria Rodrigues da CONCEIÇÃO, 1970).*

Embora a EESVP tenha se agregado à Universidade do Ceará apenas em 1956, percebemos que as alunas desta Escola já participavam de encontros universitários de caráter social desta instituição universitária.

*As 'Manhãs Universitárias', reuniões realizadas no segundo domingo de cada mês, após a assistência na missa, há um café e um show a cargo sempre de acadêmicos de uma Faculdade, com distribuição de prêmios, encontros esportivos e uma palestra sobre um tema atual. A quinta e última 'Manhã Universitária' foi promovida pela EESVP no qual o dr Raimundo Pinto apresentou o problema da Infância Abandonada e a Delinqüência Juvenil (O NORDESTE, 10.11.1952).*

Finalizando a agregação, observamos que maior número de atividades de caráter social e cultural foi ofertado às alunas da EESVP, assim como foi mais vislumbrada socialmente a organização de atividades da categoria. Em 1956, foram abertas inscrições para o Curso de Extensão Universitária 'Enfermagem em Tuberculose', promovido pela Universidade do Ceará, em colaboração com a Campanha Nacional contra a Tuberculose, para enfermeiras ou alunas na última série, mediante o pagamento de uma taxa de Cr\$200,00. (ARTIGOS NOTICIOSOS DOADOS, s. n., 16.05.1956). Neste mesmo ano, instalou-se a I Semana Universitária do Ceará com missa e apresentações artísticas das alunas da EESVP (ARTIGOS NOTICIOSOS DOADOS, s. n., 16.05.1956) e no dia 20.05.1956, foi comemorado o Dia da Enfermeira Brasileira (O NORDESTE, 22.05.1956); a EESVP também participa do IV Concurso Rainha dos Universitários, sendo representada pela aluna Waldenira Gomes Vasconcelos (ARTIGO NOTICIOSO DOADO, s. n., s.d.).

Sobre a cerimônia de formatura, a partir de 1965, noticia-se que a solenidade de colação de grau ocorria na Concha Acústica, congregando os formandos de todos os cursos da Universidade do Ceará (O NORDESTE, 09.12.1965; 13.12.1966). Encontramos, porém, registros fotográficos que testemunham que as solenidades da EESVP ocorriam também nas próprias dependências (Foto 18).



Graduandas de 1966. 1966. Fonte: acervo pessoal de Maria Geovanea de Araújo Câmara.



Colação de grau da turma de 1968. 1968. Fonte: acervo pessoal de Maria de Fátima Santos.



Ritual de colação de grau da turma de 1968. 1968. Fonte: acervo pessoal de Maria de Fátima Santos.

**Foto 18** Ilustrações sobre as formaturas da EESVP. s/d. Fonte: acervos pessoais de Maria Geovanea de Araujo Câmara e Maria de Fátima Santos.

Na foto 18, relativa às formaturas das alunas da EESVP, destacamos em 1966, a não utilização da beca pelas formandas; e em 1968, seu uso pelas alunas numa versão mais moderna, devido ao seu comprimento estar reduzido, e o registro de dois momentos distintos da formatura da turma de 1968. Na foto da lateral direita vemos a diretora da EESVP ‘abençoando’ a aluna, Maria de Fátima Santos e na foto disposta no centro da montagem, o juramento da mesma aluna com a sua turma. Acerca dessas mudanças comportamentais pelas quais a EESVP teve de se adequar, mediante o novo contexto social, ressaltamos as mudanças ocorridas com os uniformes das alunas:

*Era lindo! Nós saímos de casa com o uniforme branco e uma capa cinza por cima, com o avental pregueado na bolsa. Quando chegávamos a Santa Casa (...) íamos trabalhar com os nossos aventais. Nas aulas teóricas também usava o mesmo uniforme, tirávamos a capa cinza entrávamos em sala apenas com o uniforme branco. Ainda tinha o uniforme do estágio em saúde pública e o traje de gala. O primeiro, saia azul blusa branca, não tinha avental; e o segundo, para as festas, era a roupa branca de linho e manga comprida e a campã azul de veludo. O uniforme das auxiliares de enfermagem era no mesmo modelo do branco só que era de outra cor, creme. (RACHEL GOMES DE MATOS BASTOS, 1958).*

*Tinha uma bata, um avental e a toquinha, aquela toquinha que tinha a fita. Quem era do primeiro [ano] usava uma fitinha preta; o segundo, duas e o terceiro, três. (MARIA DE FÁTIMA SANTOS, 1965).*

Posteriormente, à medida que as mulheres alcançavam a sua independência, o uniforme característico da EESVP foi sendo alterado:

*Uniforme branco, comprido, tinha aquele chapeuzinho, touca, usava a touca que ainda tinha uma insigne e nós somos as pioneiras, revolucionamos muito para deixar aquela touca e a outra [revolução] era para mudar o comprimento da saia, que era comprida demais e queríamos mais curta. (ILNÁ PAULINO BASTOS, 1969).*

*[Havia] a exigência de que a gente usasse a touca, [mas] a nossa turma se rebelou, e não usou a touca, usamos um dia e depois nos reunimos e não usamos mais (...)(MARIA DALVA SANTOS ALVES, 1969).*

Até o momento em que a EESVP aboliu a farda diária e exigiu apenas o essencial da indumentária para os estágios;

*Tivemos uniforme para os estágios, para a escola, não. {interrupção} Não, tinha um modelo padrão, eles só queriam que a gente fosse de branco, de sapato fechado e de preferência de calça comprida, tanto que a nossa equipe, nós fomos numa loja e fizemos, com o designer da loja, um uniforme para o nosso grupo. Fizemos o modelo da nossa roupa e o modelo do nosso sapato. O fabricante apenas fez para o nosso grupo. Nós éramos seis, ganhamos o apelido de gases nobres, dentro da turma de não sei se vinte ou trinta alunas. (MARIA SÔNIA FELICIO MAGALHÃES, 1972.2).*

A respeito da política estudantil da EESVP descobrimos que a escola possuiu, durante algum tempo, o próprio jornal, conhecido por “*Nossa Lâmpada*”. Sua primeira publicação ocorreu em 24 de maio de 1955, na gestão das estudantes Suzana Bessa e Yedda Sousa. O periódico, que tinha como redatores Esmeralda Batista e Francisca Vasconcelos, servia como instrumento de comunicação oficial do Diretório Acadêmico Florence Nigthingale. Na foto 19, registramos um exemplar do dito jornal.





Foto 19 Exemplar do jornal do Diretório Acadêmico da EESVP. s/d. Fonte: acervo pessoal de Francisca Maria Maracaba de Menezes, jun. 2012.

Com a leitura dos artigos noticiosos doados pela egressa Maria Valquíria Albuquerque Sacramento, ainda nos foi possível identificar sobre este tema duas posses do diretório acadêmico da EESVP. Em 1956, a Chapa Ana Nery, constituída por Terezinha Pereira Lima (presidente); Teresa de Jesus Gomes (vice); Maria Barbosa do Espírito Santo (1º secretária); Narcisca Fernandes Lima (2º secretária); Ana Anita Oliveira (1º tesoureira); Maria do Livramento Amorim (2º tesoureira); Luiza Teresinha Batista (oradora oficial); Maria Jarina de Moura (diretora dos departamentos); Valmira da Costa e Silva (bibliotecária); tomou posse do Diretório Acadêmico Florence Nigthingale (ARTIGO NOTICIOSO DOADOS, s. n., 17.05.1956); e, em 1958, na solenidade de encerramento da semana da enfermeira, foi realizada a posse da diretoria do Centro Acadêmico Florence Nigthingale da EESVP. Ligia Barros transferiu a presidência para Maria Geovani Aguiar Moraes, sendo sua vice, Maria Graziela Teixeira Barroso; 1º secretária, Maria Valquíria Albuquerque; 2º secretária, Maria Dalva de Oliveira Brito; 1º tesoureira, Ozenir Barbosa Freitas; 2º tesoureira, Maria José França; oradora, Maria do Socorro Melo; e bibliotecária, Rita Ilca Almeida Guerra (ARTIGO NOTICIOSO DOADO, s. n., 20.05.1958).

Além dessas informações, com o relato das egressas, percebemos que o movimento estudantil nesse recorte temporal teve atuação mais dinâmica e reivindicatória.

*Havia movimento estudantil na EESVP, nós participávamos da UNE e do Diretório Geral da UFC. Nós éramos o fiel da balança, pois éramos nove cursos. Os alunos do Direito brincavam dizendo que iam namorar com as alunas de enfermagem para ganhar as eleições! Fazíamos festa. (...) As festas que realizávamos era apenas para divertimento, fazíamos São João, Piquenique, organizávamos viagens e retiros religiosos para Paracuru e Redenção (RACHEL GOMES DE MATOS BASTOS, 1958).*

*Era muito movimentado, participávamos dos Jogos Universitários, da seleção universitária cearense. O pessoal fazia tanta política, na Enfermagem era só mulher e no Serviço Social também, então, a gente era tão paparicada por esse povo, que eles levavam a gente para todo canto, os Congressos, também queriam os votos da gente, acadêmicos da época, o Congresso da UNE em 62 também eu participei. (...) Com a Revolução de 64, o Centro Acadêmico foi fechado. (CLEIDE VERAS PEDROSA, 1959).*

*A nossa turma foi muito mobilizadora e muito contestadora da estrutura e da lentidão de muitas coisas dentro da universidade, por exemplo, no primeiro ano logo, nós descobrimos que não tinha ventiladores nas salas e nós fomos cobrar e a escola não tinha recursos e nós formamos uma comissão para ir pedir esses ventiladores, nós conseguimos, arranjamos uns no comércio. Outro caso foi no 1º ano, no meio do ano, as faculdades iam fazer vestibular e a nossa não ia fazer porque não tinha recursos ainda, estava aquela coisa meio solta, a escola solta, então nós descobrimos que tinha uma freira enfermeira que era irmã do governador César Cals, aí nós fomos atrás dessa freira, dizer que não ia ter o vestibular, que aquilo era um absurdo, que nós já éramos uma escola que tinha acabado de entrar 50 pessoas numa turma feito o vestibular... Final da história, o governador deu os últimos ventiladores e o dinheiro para se fazer o vestibular. (MARIA RODRIGUES DA CONCEIÇÃO, 1970).*

Mesmo com tais questões de ordem reivindicatória percebemos que o relacionamento instituído entre as alunas com os corpos docente, diretivo e de apoio da EESVP foi moderado pelo respeito mútuo e o diálogo permanente.

*Havia uma relação de respeito entre os professores e os alunos, eles tinham interesse de ensinar, [assim como] a gente de aprender. Nós alunos tínhamos respeito pelos professores. (PEDROSA, Cleide Veras, 1959)*

*Tinham uns [professores] que adoravam reprovar o aluno, então tínhamos medo. Mas geralmente todos eram bons e o relacionamento era bom. (BASTOS, Rachel Gomes de Matos, 1958)*

*Nós por contestarmos muito, nos metermos nessas coisas assim, na época, considerada questões administrativas e não da competência dos alunos; a gente inquietava muito a secretaria e a diretoria, porque a gente pedia muito requerimento, muita declaração, muito isso muito aquilo. (CONCEIÇÃO, Maria Rodrigues da, 1970)*

*É claro [que a relação com as professoras às vezes era por conveniência] porque tinha que ser. Se a gente fosse para o confronto com elas, você estava sujeita a ser reprovada na disciplina ou algo assim, porque você não estava fazendo igual ao anjo de candura que ela queria que você fizesse. Quanto à relação com os outros funcionários da Escola, era um relacionamento bom, nós nos tratávamos muito bem, tinha o dono da*

*cantina, a Valdívja da biblioteca, nós nos relacionávamos bem com os outros. (MARIA SÔNIA FELICIO MAGALHÃES, 1972.2).*

A EESVP também durante a faixa temporal na qual esteve agregada a Universidade do Ceará, assume papel de destaque nacional, servindo em muitos momentos como *locus* de importantes tomadas de decisões para a categoria profissional. Em junho de 1959, a EESVP é visitada por Marina de Andrade Resende, que, ao realizar pessoalmente a coleta de dados para o Levantamento de Recursos e Necessidades da Associação Brasileira de Enfermagem<sup>155</sup>, no Estado do Ceará, admirou-se com a inexistência de um quadro de serviço de Enfermagem nos hospitais estaduais e municipais, além do baixo salário; inclusive, no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina. (ARTIGO NOTICIOSO DOADO, s. n., 04.06.1959). Na foto 20, comprovamos a presença de tal figura de destaque, sendo acompanhada pela diretora da EESVP, Ir Syrena de Castro Bomfim, enquanto era entrevistada.



**Foto 20** Registro da presença de Marina Rezende na EESVP. 1959. Fonte: Jornal **Gazeta de Notícias**, 02.06.1959, s/pg, reportagem '*Líder das enfermeiras veio saber as condições da classe no Ceará*'.

Em 22 de março de 1960, estive no Ceará Waleska Paixão, à época, diretora da Escola Ana Nery, que ministrou aula inaugural no Curso de Enfermagem, cujo tema foi a 'Formação de Enfermeiras'. E em 20/08/1975, a EESVP serviu como

---

<sup>155</sup> Em fevereiro de 1950, a 1ª Reunião de Peritos em Enfermagem da Organização Mundial de Saúde (OMS), realizada em Genebra, recomendou aos países-membros que realizassem um Estudo dos Recursos de Enfermagem, com a assessoria da OMS. Neste sentido, foi organizado um Guia para Estudos Nacionais de Recursos de Enfermagem. A comunidade brasileira de enfermagem mobilizou-se durante cinco anos em torno desse estudo, culminando com a realização da pesquisa institucional, em todo o País, denominado Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil (LRNEB), realizada entre 1956-1958, pela ABEn, com apoio da Fundação Rockefeller.

sede para a posse da primeira diretoria do Conselho Regional de Enfermagem que vigorou de outubro de 1975 a outubro de 1978, tendo como presidente Manoel Deuzimar Batista, secretária Ligia Barros Costa, tesoureira Ir Francisca das Chagas Figueiredo e, como suplentes, Maria Grasiela Teixeira Barroso, Rita de Cássia Vasconcelos, Zeneida Menezes Fontenele, Maria Gorete Azevedo Alves, Raimunda Nilzete Azevedo, Adalgisa Magalhães Cunha e Juliana Alves Gomes (GRACIEMA, 2000, p.13).

A respeito do Curso de Auxiliares de Enfermagem da EESVP, conforme artigo noticioso do *O Nordeste* (15.09.1961), sabemos que, em 1961, se formou a IV Turma do Curso de Auxiliares, com 41 concludentes. Acerca desse tema, ainda detectamos o fato de que em 1963, o referido curso passou a ser ministrado concomitantemente à instrução equivalente as 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> séries ginasiais; e que, entre 4 de março 1969 a 31 de janeiro de 1970, funcionou em caráter experimental o Curso Intensivo de Auxiliar da EESVP, tendo sido aprovado pelo Parecer nº593/71 do Conselho Federal de Educação (CFE), em 18 de agosto de 1971, em virtude das necessidades dos serviços hospitalares e de saúde pública da região. Esse curso foi ofertado sem a autorização prévia do CFE e anterior ao Parecer nº75/1970, que normatizava a implementação desses cursos intensivos de caráter emergencial em virtude da demanda nacional por mão de obra qualificada. A princípio, funcionou com turmas de 35 a 40 alunos com duas seleções por ano. A carga didática deste curso era de 1.366 horas. Em avaliação comparativa realizada pela própria direção do Curso de Auxiliar da EESVP, constatou-se não haver diferença na capacitação e exercício das atividades desenvolvidas pelos auxiliares que realizaram sua formação em um ano daqueles que a concretizaram em dois anos.

Diante do exposto sobre esta faixa temporal, que contempla o período em que a EESVP esteve agregada à Universidade do Ceará, percebemos que a UFC auxiliou a EESVP ao fornecer algum auxílio financeiro, ao suprir a carência de professores e das instalações físicas, ao permitir aos alunos acesso aos laboratórios de Anatomia, Histologia, Patologia e Parasitologia, assim como à biblioteca central da Instituição e às estruturas de apoio ao corpo estudantil, como restaurante universitário, residência universitária e Hospital Universitário. Além, é claro, dos diplomas das enfermeirandas serem emitidos com a chancela da referida instituição de ensino superior federal. Com relação ao modelo de formação preconizado, percebemos a progressiva especificação a racionalização da formação nas três modalidades propagadas pela legislação educacional brasileira, com as diversas tentativas de

sistematização da grade curricular. Notamos também, as primeiras iniciativas formais de capacitação docente. Sobre o posicionamento da EESVP na concepção do curso de graduação em Enfermagem da UFC, em 1970 conforme relato de Francisca Maria Maracaba de Menezes (1974), a direção da EESVP muito contribuiu para a fundação deste novo curso, ao disponibilizar às professoras, Eneida Schramm Frazão e Maria Graziela Teixeira Barroso seus documentos legais para a elaboração do projeto de criação do curso de Enfermagem da UFC.

### **6.3 A Anexação da EESVP a FUNEDUCE/FUNECE/UECE: 1975 – 1977**

Conforme explicado em capítulo anterior desta dissertação, relembramos que a UECE surgiu em 1973, por meio da incorporação de algumas Autarquias de Ensino Superior Estaduais, dentre elas a EESVP; sendo considerada oficialmente instalada em 1977, com a colação de grau das primeiras turmas desses cursos superiores. Quanto à relevância do papel da EESVP para a criação da UECE, Martins Filho (1979, p. 16) esclarece que o Curso de Medicina Veterinária, juntamente com o de Enfermagem, se constituiriam núcleo do Centro de Ciências da Saúde, indispensável à criação da Universidade, pois, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1968 em vigência, que possibilitava a concepção de uma Universidade pela reunião, sob administração comum, de cinco ou mais estabelecimentos de ensino superior, o Estado já contava com quatro autarquias educacionais [Escola de Administração do Ceará (1957), Faculdade de Veterinária do Ceará (1962), Faculdade de Filosofia do Ceará (1971) e Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, sediada em Limoeiro do Norte/Ce (1967)], necessitando incorporar mais um estabelecimento de ensino superior a ser escolhido entre as Escolas ou Faculdades particulares, sediadas em Fortaleza. (MARTINS FILHO, 1979; p.12)

Destaca-se, entretanto, o fato de que conforme carta redigida, em 6 de janeiro de 1969, antes de ser encampada pela UECE, houve a tentativa de federalização da EESVP, por meio do Processo nº15.660/68. Na carta escrita pelo Reitor da UFC, o Prof Dr Fernando Leite, e destinada ao Ministro da Educação Favorino Bastos Mércio, descreve-se a organização administrativa da escola, sua infra-estrutura e as severas dificuldades financeiras pela qual passava, e solicita-se a avaliação do Ministro acerca do pedido de sua federalização.

(...) A *Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo* organizada em seis departamentos, de Fundamentos da Enfermagem, de Enfermagem Médico-cirúrgica, de Enfermagem Materno-Infantil, de

Ética e História da Enfermagem e de Enfermagem Psiquiátrica; (...) com um corpo docente de 43 professores, (...) uma biblioteca especializada com 2.998 volumes e 3.175 periódicos, dispondo ainda de recursos áudio-visuais de ensino; (...) situa-se em dois prédios, tendo o primeiro 1.212m<sup>2</sup> de área coberta e o segundo 664m<sup>2</sup>, servindo de alojamento para as alunas. A *Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo* sempre carente de recursos, e às voltas com crescentes dificuldades *orçamentárias-financeiras por força da liberação descontínua de subvenções e auxílios que recebe da União, da Diretoria de Ensino Secundário, do Plano Nacional de Educação, da Entidade Mantenedora e da Reitoria da Universidade Federal do Ceará compromete a sua existência como unidade isolada e de natureza privada, e prejudica enormemente o ensino e a preparação de técnicos indispensáveis ao desenvolvimento da região Norte e Nordeste do País. (...) Recentemente, este Reitor esteve em presença de V.Ex<sup>a</sup>, Senhor Ministro, em Brasília, quando fez uma exposição sobre os problemas desta Escola. No mesmo dia numerosa comitiva integrada por docentes e discentes da Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo e alguns parlamentares representantes do Estado do Ceará foi recebida por V.Ex<sup>a</sup> solicitando, então, a federalização da Escola. Assegurou-me V.Ex<sup>a</sup>, naquele encontro, que a Enfermagem constituía assunto realmente prioritário em programas de desenvolvimento. Assim sendo, é com a maior esperança que apoiando a campanha para a federalização daquela Escola e conseqüente incorporação a Universidade Federal do Ceará, esta Reitoria, Senhor Ministro, solicita seja a presente Exposição de Motivos, acompanhada do referido Processo e dos demais documentos, encaminhada por V.Ex<sup>a</sup> ao Conselho Federal de Educação, para estudo e decisão.* (TRECHOS da Carta do Reitor da UFC, Prof Dr Fernando Leite ao Ministro da Educação, redigida em 6/1/1969)

Segundo depoimento da enfermeira entrevistada, Rachel Gomes de Mattos Bastos (1958), em virtude do pedido do Governador do Estado, Cesar Cals de Oliveira, que tinha o interesse pessoal de fundar a Universidade do Estado, e que era irmão consanguíneo de Maria Carmélia Cals de Oliveira, Visitadora Geral das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, a Congregação solicitou o cancelamento do pedido de federalização à UFC e trabalhava agora pela agregação da EESVP pela UECE. Cesar Cals de Oliveira (1971-1975), além de pedir a anuência e o empenho deste seu familiar, ainda nomeou outra irmã, consanguínea sua, para presidir a comissão<sup>156</sup> que iniciaria, em 1973, os estudos sobre a unificação de escolas isoladas para criação da Universidade do Estado, esta era Maria Antonieta Cals de Oliveira, designada Assessora para Assuntos de Educação e Cultura do Estado (*O POVO*, 25.05.1973, p.10). Assim como ocorreu na Escola de Enfermeiras do Hospital São Paulo, atual Escola Paulista de Enfermagem, quando religiosas que atuavam na

---

<sup>156</sup> O grupo de trabalho foi formado por Elnó Quinderé, como assessor jurídico; os professores, Otavio Terceiro de Farias, representando a Secretaria de Educação, Geraldo Nobre, indicado pela Secretaria de Planejamento; e os diretores das autarquias educacionais, professores, Luiz Moreira Cavalcante (FAFICE), Julio Cesar do Monte (Administração), Emanuel Santos Lima (Veterinária) e o representante da Faculdade de Filosofia de Limoeiro do Norte (*O POVO*, 25.05.1973, p.10).

direção da unidade escolar se opuseram ao projeto de sua federalização (BARROS, 2009), na EESVP fato semelhante sucedeu. Diferentemente, porém, da escola paulistana, na EESVP, a federalização foi descartada a pedido do corpo diretivo da Congregação das Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo e para que o Estado tivesse a oportunidade de criar a própria Instituição de Ensino Superior. Sendo assim, determinou-se a criação do Curso de Enfermagem da Universidade Estadual do Ceará mediante a anexação do quadro social (alunos, professores e funcionários) da então extinta EESVP. A incorporação da EESVP, juntamente com a Escola de Serviço Social de Fortaleza (1950) e o Conservatório de Música Alberto Nepomuceno (1963), foi formalizada mediante Parecer nº 764/77 do Conselho Federal de Educação e Resolução nº 3/75 do Conselho Diretor da FUNEDUCE (SAMPAIO e COSTA, 1974, p.31; MARTINS FILHO, 1979; e NÓBREGA-TERRIEN, ALMEIDA e SILVA, 2008b).

A propósito da situação financeira da EESVP durante a sua encampação pela UECE, percebemos que a partir de 1968, conforme relato de Frazão (1973) e declaração presente no Anuário do Estado do Ceará (SAMPAIO e COSTA, 1975; p.228), a Escola atravessava sérias dificuldades financeiras, constituindo este mais um dos motivos para sua agregação à UECE.

A Universidade Estadual do Ceará salva ainda do colapso certos estabelecimentos particulares de ensino como a Escola de Serviço Social, a *Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo* e o Conservatório de Música Alberto Neponucemo cuja atuação vinha preenchendo de modo satisfatório as necessidades locais nas suas respectivas áreas, mas que, por falta de recursos, atravessavam fase difícil. (SAMPAIO e COSTA, 1975; p.228)

Sobre o corpo administrativo da EESVP, na sua segunda transição organizacional, anexação/encampação à UECE, as diretoras neste período foram Irmã Ormindia Santana de Oliveira e Rachel Gomes de Mattos<sup>157</sup>, sendo esta última nomeada conforme Portaria nº 75, de 23 de março de 1975, tendo exercido suas atividades até 1976, ao ser substituída por Irmã Ângela {Eneida Ferreira Schramm<sup>158</sup>}, que não é mais nomeada diretora, mas Chefe do Departamento de Enfermagem do Centro de Ciências da Saúde. Maria Valquíria Albuquerque Sacramento, antes secretária da EESVP, assumiria mediante uma eleição coordenada pelo então Diretor do CCS, a época, Emanuel Maia dos Santos Lima, a coordenação do Curso de Enfermagem, todavia, conforme seu depoimento, em virtude de problemas de saúde

---

<sup>157</sup> Com a criação do Centro de Ciências da Saúde, em 1977, Rachel Gomes de Mattos foi nomeada Vice Diretora "pro-tempore" e posteriormente Diretora "pro-tempore". Atuou na criação do curso de Nutrição. Em 1980, foi eleita Diretora do CCS, para a gestão de 1980 a 1984.

<sup>158</sup> Ao desistir da vocação religiosa, Eneida Ferreira Schramm muda o nome para Eneida Schramm Frazão, em virtude do matrimônio.

de seus familiares, Maria Valquíria Albuquerque Sacramento opta por coordenar o curso de auxiliares de Enfermagem. Nesse momento, Eneida Schramm Frazão assume a coordenação do Curso de Enfermagem e Francisca Bastos Duarte adquire a chefia do Departamento de Enfermagem do Centro de Ciências da Saúde

Em 1975, o Curso de Enfermagem da UECE, atendendo à política do Departamento de Assuntos Universitários (DAU/MEC), para a expansão do ensino de Enfermagem, em seu primeiro vestibular, ofereceu 80 vagas para candidatos à referida carreira profissional, constituindo-se no quinto curso que mais vagas ofertava no vestibular da UECE. Antecedia-lhe em primeiro lugar, o curso de Administração oferecendo 150 vagas, Pedagogia com 120 vagas, Letras com 100 vagas, e Serviço Social, com 90 vagas (SAMPAIO e COSTA, 1976; p.494). Em seu primeiro vestibular, a UECE ofertou 675 vagas ao total para 1.807 candidatos inscritos (SAMPAIO e COSTA, 1979).

Segundo documentos encontrados na Coordenação do Curso de Enfermagem da UECE, em 1976, como forma de garantir a permanência dos diversos alunos nos variados cursos superiores das universidades brasileiras, foram oferecidas bolsas do Programa de Crédito Educativo, cujos valores variavam, na UECE, de Cr\$ 300,00 a Cr\$ 1.140,00. Na Resolução da Universidade nº11/78 estipulava-se os valores por serviços escolares, variando de Cr\$ 12,00 a Cr\$ 400,00. A prática de se cobrar por serviços universitários efetiva-se em 1980, com a cobrança de matrícula, por quantidade de disciplinas requeridas, Cr\$ 65,00 por matéria.

Do total de alunos matriculados nas autarquias e escolas anexadas a UECE entre os anos de 1972 a 1976, observa-se incremento sempre ascendente na quantidade de alunos matriculados na maioria dos cursos. Particularmente, no curso de Enfermagem, observa-se um incremento de 253,7%; de 149 alunos matriculados no curso no ano de 1972, para 378 alunos matriculados, em 1976 (MARTINS FILHO, 1979; p.52), contudo, no ano de 1977, observa-se queda para 225 alunos matriculados (SAMPAIO e COSTA, 1977; p.250).

Quanto à infraestrutura da EESVP no processo de encampação pela UECE, encontramos a seguinte descrição necessária para o inventário desta, a ser submetido ao Ministério da Educação, para obtenção do parecer favorável a sua anexação:

Terreno plano, de forma regular, situado na Avenida Imperador, esquina com a Rua Antônio Pompeu, nesta capital, medindo 46,40m



na avenida e 38,30m na rua, com área, pois de 1.777,12m<sup>2</sup>. Avaliado em Cr\$581.955,00 (quinhentos e oitenta e um mil e cinqüenta e cinco cruzeiros). Edifício de paredes de alvenaria, pavimentação em mosaico, forro em laje de concreto armado e esquadrias de madeira, com 1.808,00m<sup>2</sup> de área construída em dois pavimentos, de construção própria devidamente averbada no registro respectivo. Terreno adquirido pela Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo, com suas benfeitorias e servidões, nos termos da transcrição nº12.249. do Registro de Imóveis da 2ª Zona desta Capital, sendo doado, com a edificação, benfeitorias e servidões, a Fundação Educacional do Estado do Ceará, conforme escritura lavrada em notas do Tabelião Interino Dr. Claudio Martins Junior, em 31 de dezembro de 1975, as folhas 357/359 do Livro 212, registrada, como R-1-5999, em 23 de abril de 1976, no Registro Geral e Matrícula 0599, do Cartório de Imóveis da 3ª Zona, desta Comarca de Fortaleza. Avaliado em Cr\$1.319.840, 00 (um milhão trezentos e dezenove mil e oitocentos e quarenta cruzeiros) (MARTINS FILHO, 1979, p. 39).

Complementando a descrição estrutural da Escola, Martins Filho (1979, p.53) informa que a EESVP possuía, na época de sua anexação à UECE, 1974-1975, 1.398 títulos de periódicos e 2.690 volumes em sua biblioteca, que, numa área com 91,26 m<sup>2</sup>, funcionava em três turnos com dois auxiliares, não bibliotecários. Segundo Schramm (1973; p.4) a Biblioteca “Dr. Jurandir Picanço” estava diariamente franqueada aos professores, alunos e ex-alunos da ESSVP, que a utilizam com muita regularidade e aproveitamento.

Durante a encampação, segundo Maria Elisabete Costa da Cruz (1975), ocorre a transferência de todos os documentos, materiais e equipamentos da EESVP para as instalações da UECE no *campus* de Itaperi. As antigas instalações da EESVP foram sendo desativadas paulatinamente, pois foram doadas ao Governo do Estado. Nesse ínterim, as alunas sofreram com a desestabilização da biblioteca da EESVP.

*Olha, lá na Escola tinha biblioteca, bibliotecazinha pequena, acanhada, mas tinha. Quando nós viemos pra cá [Itaperi] nós ficamos sem biblioteca. Então a gente tinha que comprar livros, (...) livros caríssimos, mas você tinha que comprar. Você não tinha a facilidade de biblioteca, não tem a facilidade de xérox, essa moda de xérox e nem tinha internet para a gente baixar alguma coisa. Então você tinha que comprar. (MARIA ELISABETE COSTA DA CRUZ, 1975)*

Em seu ano de fundação, a UECE contabilizava 431 docentes (149 titulares, 119 adjuntos e 163 assistentes) dos quais 67 pertenciam ao Centro de Ciências da Saúde, que congregava os Departamentos de Morfologia, Ciências Fisiológicas, Clínica e Patologia, Saúde Pública, Enfermagem e de Tecnologia

Agropecuária. O Centro de Ciências da Saúde constituía-se no 3º polo com a maior quantidade de professores. Estavam a sua frente o Centro de Humanidades, com 156 professores e o Centro de Estudos Sociais Aplicados com 150 docentes. Dos 67 docentes do Centro de Ciências da Saúde 41 eram apenas graduados, 17 possuíam especialização, 8 eram mestres e 1 era doutor (MARTINS FILHO, 1979; p.48-49). Em 1979, realizou-se o primeiro concurso para professor assistente, extinguindo-se o quadro de professores colaboradores, contratados que recebiam por hora-aula (SAMPAIO e COSTA, 1979). Não sabemos informar quanto dos 67 docentes do Centro de Ciências da Saúde provinham da EESVP. O que conhecemos, conforme relato da enfermeira entrevistada Maria Elisabete Costa da Cruz (1975), é que já havia novos nomes como professores da EESVP, sendo eles as enfermeiras Luíza Soares de França e Maria Eucléa Gomes Vale, que acompanhavam os estudantes nos estágios, e a enfermeira religiosa Irmã Cacilda; além dos médicos veterinários que ministravam as disciplinas básicas, como Histologia e Embriologia. Conforme Bastos, muitas dessas aulas ministradas pelos professores do curso de Medicina Veterinária eram realizadas em salas onde as turmas dos dois cursos eram unidas. Sobre o modo como os conteúdos eram abordados, as enfermeiras entrevistadas Francisca Maria Maracaba de Menezes (1974) e Maria Elisabete Costa da Cruz (1975) rememoram que

*Nós tínhamos a disciplina de Bioquímica, porém não tínhamos professor. Então nós fomos obrigadas a ir para o Itaperi assistir aula com os meninos da Medicina veterinária. A gente fez Bioquímica com o professor Gondim, que ensinava os meninos da Veterinária, então pediram pra ele fazer o favor de receber a gente. Lá no Itaperi, nós tínhamos também o laboratório que lá [na Escola São Vicente de Paulo] não tínhamos. A disciplina de Citologia foi com o Geraldo de Sousa Tomé, que também dava Citologia para Veterinária, então lá fomos nós, de novo [para o Itaperi]. A primeira turma que passou a ter aulas lá no Itaperi com os meninos da Veterinária fomos nós. (FRANCISCA MARIA MARACABA DE MENEZES, 1974).*

*Olhe eu estou lembrando aqui dois fatos, a disciplina de bioquímica e a disciplina de biofísica, (...) porque as aulas eram assim, aulas no quadro de giz, com o professor escrevendo. (MARIA ELISABETE COSTA DA CRUZ, 1975).*

Sobre o ingresso das primeiras alunas da EESVP no Itaperi, conforme relato de Francisca Maria Maracaba de Menezes (1974), vimos que não foi de todo amistoso:

*Lá no Itaperi tivemos um problema com o doutor Geraldo de Sousa Tomé, ele era o chefe do departamento de Patologia da UFC e ensinava lá na UECE para o curso de Veterinária. Ele tinha o costume de marcar as cadeiras, 'a número um vai sentar aqui, a dois aqui, a três aqui', então ele revezava um menino, uma menina, um menino, uma menina. Uma vez passamos uma tarde todinha resolvendo onde íamos sentar e eu já estava indignada com essa história, aí lá pelas tantas, para completar, ele falou que estava preocupado se o pessoal da enfermagem seria capaz de acompanhar o restante da turma. Era uma coisa menor, mas eu me zanguei com ele e saí da sala de aula. Aí eu disse 'pessoal é o seguinte, nós vamos ao Reitor'. A reitoria na época funcionava aonde hoje funciona a Biblioteca Pública, lá funcionava a FUNEDUCE, então fomos ao Dr. Danísio, aí eu contei 'olha doutor Danísio, não está dando certo essas aulas com o Doutor Tomé, está havendo isso e isso', aí ele 'ai é?', e eu 'é e ninguém vai mais pra lá não', aí ele disse 'a partir de amanhã vocês não vão mais pra lá que vou arranjar um professor para vocês'. Aí arranjou um professor pra gente, que foi o Xavier. (FRANCISCA MARIA MARACABA DE MENEZES, 1974).*

Em relação aos campos de estágio inferimos que ainda eram os mesmos: Hospital das Clínicas Prof Walter Cantídio, Santa Casa de Misericórdia, Instituto Dr José Frota, Hospital Geral Cesar Cals, Hospital Infantil Albert Sabin, Hospital Geral de Fortaleza, Hospital Psiquiátrico São Vicente de Paulo, Casa de Repouso Nosso Lar, Hospital de Saúde Mental de Messejana, HSJ, Instituto de Prevenção do Câncer Ginecológico, Centros de Saúde Darcy Vargas e Dona Libanea. Tendo sido realizado acordos com hospitais particulares também, como Hospital Cura D'ars, Casa de Saúde São Raimundo, Hospital Mental Myra y Lopez, Hospital da Polícia Militar e Hospital Batista Memorial. Embora já se discutisse sobre a imperiosa necessidade de formação de enfermeiras para a saúde pública, pois, a partir de 1971, o setor saúde do Estado do Ceará passa por uma reestruturação técnico-administrativa mediada pelo então secretário de saúde do Estado, Lúcio Alcântara, conferindo à Enfermagem o acompanhamento do crescimento da criança sadia e da gestação normal e a realização da visita domiciliar (SAMPAIO e COSTA, 1971), a EESVP, nas palavras de Cruz, ainda se caracterizava pela formação de enfermeiras para a assistência e administração hospitalar.

*Olha, a tendência era de formar enfermeiras para trabalhar na área do cuidado hospitalar, mesmo que já tínhamos o discurso da enfermagem em saúde pública. Outra coisa, muita gente pensava em sair do Estado do Ceará para ir para as regiões Norte e Centro - Oeste, pois era a época que o Centro - Oeste estava iniciando as construções hospitalares e muita gente pensava em ir para lá. (MARIA ELISABETE COSTA DA CRUZ, 1975).*

Sendo assim, percebe-se que, no currículo do Curso de Graduação em Enfermagem da UECE, que vigorou até 1978, predominava o modelo clínico de assistência médica individual, curativa e hospitalar, enfocando os aspectos biológicos em detrimento das Ciências Humanas e Sociais (CCS, 2002).

Embora se divulgue ter sido no ano de 1977, que 134 graduandos de diversos cursos superiores da UECE, destes, 36 discentes do curso de enfermagem, colaram grau no Centro de Convenções com a presença do governador Adauto Bezerra e do reitor Danísio Dalton da Rocha Correia, constituindo-se esse contingente nas primeiras turmas de colação de grau da Universidade Estadual (SAMPAIO e COSTA, 1979); encontramos, ocasionalmente, no Setor de Controle Acadêmico da UECE, uma ata de colação, datada de 18 de dezembro de 1974, na qual se descreve que no Ginásio Paulo Sarasate aconteceu a primeira colação de grau unificada dos concludentes das Escolas Superiores integrantes da Fundação Educacional do Estado do Ceará (FUNEDUCE). Conforme esta ata, da EESVP 35 alunas haviam concluindo o curso, sendo elas listadas a seguir:

**Quadro 19:** Egressas da EESVP que colação de grau em 18 de dezembro de 1974. Fortaleza/CE, 2012 (nov).

CONCLUENTE	HABILITAÇÃO
1. Anathomaiaky Santiago Varejão	Habilit em Médico Cirúrgica
2. Angela Gondim de Alencar Araripe	Habilit em Médico Cirúrgica
3. Clara de Assis Rodrigues Araujo	Habilit em Médico Cirúrgica
4. Débora Marques Camelo	Habilit em Médico Cirúrgica
5. Eucléa Gomes Vale	Habilit em Médico Cirúrgica
6. Francisca Nascimento da Silva	Habilit em Médico Cirúrgica
7. Francisca Valda da Silva	Habilit em Médico Cirúrgica
8. Maria de Lourdes Medeiros da Silva	Habilit em Médico Cirúrgica
9. Maria do Socorro Moreira de Andrade	Habilit em Médico Cirúrgica
10. Maria Leuda Muniz de Oliveira	Habilit em Médico Cirúrgica
11. Maria Lilian Braga	Habilit em Médico Cirúrgica
12. Maria Nelci Bezerra Lopes	Habilit em Médico Cirúrgica
13. Maria Vilani Cavalcante Guedes	Habilit em Médico Cirúrgica
14. Maria Lucia Ribeiro de Oliveira	Habilit em Médico Cirúrgica
15. Rita Maria Albuquerque Cabral	Habilit em Médico Cirúrgica
16. Rocilda Custodio Moura	Habilit em Médico Cirúrgica
17. Sílvia Helena Dionizio	Habilit em Médico Cirúrgica
18. Terezinha de Jesus Rocha	Habilit em Médico Cirúrgica
1. Ieda da Rocha Tavares	Habilit em Obstetrícia
2. Margarida Almeida Bastos	Habilit em Obstetrícia
3. Maria Anautia Borges Araujo	Habilit em Obstetrícia
4. Maria do Socorro Barbosa	Habilit em Obstetrícia
5. Maria do Socorro Gadelha	Habilit em Obstetrícia
6. Maria Liduina Caminha de Oliveira	Habilit em Obstetrícia
7. Maria Rodrigues da Conceição	Habilit em Obstetrícia

8. Suely Alves de Freitas	Habilit em Obstetrícia
9. Verônica Ribeiro Borges	Habilit em Obstetrícia
1. Ana Maria Santos da Mota	Habilit em S. Pública
2. Carmem Silva Diniz	Habilit em S. Pública
3. Edna Maria Barroso Arrais	Habilit em S. Pública
4. Francisca Zeneida Guerreiro	Habilit em S. Pública
5. Gloria Maria Leite Ramalho	Habilit em S. Pública
6. Lindalva Maria da Silva	Habilit em S. Pública
7. Maria Jeanne Nazza Cruz	Habilit em S. Pública
8. Maria Santiago Conde	Habilit em S.Pública

Em razão do exposto sobre a terceira e última fase da existência da EESVP, percebemos que ainda há muitas lacunas informativas a serem preenchidas; principalmente quanto às relações interinstitucionais das duas universidades durante o seu processo de encampação pela UECE, como quanto ao processo de anexação em si. Questionamos, ainda, quais seriam as atribuições do Departamento de Enfermagem do Centro de Ciências da Saúde e da Coordenação do Curso de Enfermagem e sobre qual teria sido, afinal, a primeira colação de grau desta Instituição de Ensino Superior Estadual. Verificamos que, paradoxalmente, quanto mais recente a história seja, mais difícil é encontrar os subsídios que permitam retratá-la.

*“E afinal, como era formada a enfermeira nas instituições de ensino no estado do Ceará no período de 1943 a 1977?”*

## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A realização deste estudo trouxe contribuições que se distinguem em três vertentes: crescimento pessoal e profissional da autora, respostas às perguntas formuladas nos objetivos do estudo e a contribuição deste estudo para o desenvolvimento de pesquisas históricas sobre a Enfermagem no Ceará.

O desenvolvimento deste estudo constituiu-se desafio pessoal, uma vez que exigiu de mim a integral disposição necessária para adquirir os conhecimentos distintos de minha área de formação, como para o desenvolvimento do trabalho em equipe. Ao mesmo tempo em que foi muito laborioso, também foi bastante produtivo. Proporcionou-me um crescimento significativo por meio da aquisição de habilidades no manuseio de programas computacionais e da fotografia, na prática do exercício diário da leitura, no aperfeiçoamento da elaboração de fichamentos e da formulação do texto sob os moldes acadêmicos, bem como no gerenciamento do tempo e de pessoas, e na utilização da criatividade diante de cada novo desafio a ser enfrentado.

O presente estudo, portanto, ao reconstituir e analisar a trajetória de Formação da Enfermeira cearense na Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo (EESVP), no período de 1943 a 1977, identificando e estudando as notícias referentes à EESVP no periódico **O Nordeste**, em documentos doados e nos depoimentos coletados de egressas, apontou para as constatações a seguir delineadas.

Constatamos que a origem das Irmãs Filhas da Caridade no Estado do Ceará aconteceu de maneira semelhante à vinda das irmãs Filhas da Caridade para o Brasil, ou seja, embora as primeiras Irmãs Filhas da Caridade tenham chegado ao Ceará (1865) após dezesseis anos do estabelecimento desta Congregação no país (1849), elas vieram com o mesmo propósito das pioneiras da Congregação, assumir a educação feminina e a assistência social aos órfãos e desvalidos.

Verificamos que, embora primeiramente tenham surgido o Curso de Enfermeiras de Emergência (7.10.1942) e o Curso de Defesa Passiva Antiaérea (18.01.1943), no PNSA, a ideia de se fundar uma Escola de Enfermagem no Estado já existia.

Percebemos que grande parte do corpo docente que ministrou as aulas nos cursos antecessores ao Curso de Enfermagem da EESVP, posteriormente

constituíram o primeiro colegiado docente da EESVP. Assim como os locais usados para o treinamento prático das voluntárias socorristas também serviram posteriormente para a formação das enfermeiras 'alto padrão' da EESVP.

Identificamos a influência do contexto belicoso da época, da intensiva influência religiosa e do processo embrionário da emancipação feminina como fatores predisponentes para o desenvolvimento da Enfermagem no Estado do Ceará.

Ressaltamos a inquestionável contribuição da Congregação das Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, na pessoa da Irmã Margarida Breves e o empenho do médico Dr Jurandir Picanço para o fomento da Enfermagem no estado do Ceará.

Com relação aos objetivos propostos pela pesquisa, podemos concluir que:

- Quanto à proposta de formação da enfermeira cearense na EESVP mediante o contexto político, educacional e de saúde nos decênios de 1940 a 1970, observamos, no período como unidade isolada, o enfoque conferido à formação técnica, ética e humanista como forma de sanar os problemas de mão de obra e de se combater o preconceito sobre a profissão; formação ancorada no desenvolvimento de habilidades mais técnicas.
- Na fase como unidade agregada à UFC, identificamos nas reformulações curriculares a supressão da excessiva especialização das disciplinas e dos campos de estágios, o incremento das disciplinas da área de Ciências Humanas e a inclusão do ensino de uma língua estrangeira e de noções de Administração. A formação técnica buscava se agregar a um princípio científico, embora de forma ainda inicial. É o tempo de surgimento das teorias do cuidado em Enfermagem.
- Na sua última fase, na qualidade de unidade escolar anexada à UECE, percebemos que a formação ainda se manteve focada na assistência e na administração no âmbito hospitalar, embora muitas mudanças no perfil profissional advindo de mudanças nacionais tenham ocorrido em prol de uma formação para uma assistência também comunitária. O currículo se apoia em conteúdos ancorados em bases científicas e com fundamentos no plano de cuidado de Enfermagem.

Essas constatações e conclusões constituem importante contribuição para se constituir a história do atual Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual do Ceará, ao completar algumas das lacunas em sua trajetória histórica. Trabalhos como os de Frazão (1973), Osório (2007), Nóbrega-Therrien, Almeida e Silva (2008a e 2008b), já vinham preenchendo algumas dessas lacunas, mas o espaço temporal é extenso e ainda incompleto. Existem diversos marcos fatuais desconhecidos, que fizeram parte dessa história e que se perderam ao longo do tempo, fazendo-se necessária a continuidade desses estudos históricos abrangendo outras fontes, desenvolvendo-se por meio de outras abordagens metodológicas e/ou reavaliando-se as produções por meio de outras vertentes teóricas. Ante a magnitude e o volume de informações e conhecimentos oriundos do resgate da história oral de egressas da EESVP, uma abordagem mais consubstanciada de temas específicos também se faz necessária utilizando-se desses mesmos relatos, proposta que o Projeto maior já tem como objetivo.

Sobre o desenvolvimento de pesquisas históricas com a utilização de artigos noticiosos, documentos antigos e registros da história oral, sugerimos aos pesquisadores que a pesquisa seja sempre realizada em equipe, tendo cada integrante consciência da importância da sua atuação; que o planejamento e o monitoramento das atividades sejam contínuos; e que as atividades tenham as suas etapas compartilhadas entre todos, na tentativa de identificar precocemente falhas, evitando, assim, erros e omissões na coleta dos dados. Como exemplo prático, sugerimos que, no mínimo, duas pessoas se responsabilizem pela coleta das notícias em um mesmo periódico e período, porém sendo a coleta realizada individualmente. Essa atitude permite que sejam coletados mais fidedignamente conteúdos sobre a temática em estudo. Acerca especificamente do registro da história oral, sugerimos que a coleta seja realizada em equipe para a partilha de funções, como controle do tempo, dos aparelhos, da fuga do tema, e da correta transcrição. Ainda a respeito dos relatos orais, sugerimos que a 'conferência de fidelidade' seja sempre realizada por uma pessoa diferente daquela que efetivou a transcrição. Advertimos ainda para o necessário treinamento e para o uso racional de equipamentos de boa qualidade e softwares originais, para que, de fato, se operacionalize a execução programada da pesquisa.

Mediante o volume e a riqueza dos documentos produzidos coletivamente no desenvolvimento deste estudo, foi doado ao CEDIMEn um acervo documental, iconográfico e oral, primariamente sistematizado, sobre a História de Enfermagem no



Ceará, visando a sua preservação, que, assumindo um 'atributo político-pedagógico'(CAMPOS e MONTANARI, 2011), facilitará estudos e pesquisas, assim como contribuirá para a formação integral de futuros profissionais. Este acervo documental merece, acima de tudo, ser preservado em razão do seu testemunho histórico de implantação e consolidação da Enfermagem Moderna no Ceará, objetivo do projeto maior.

Mediante a sugestão de Barreira (1999, p.91) ao comentar que 'a criação de núcleos de pesquisa de História da Enfermagem Brasileira nas escolas de enfermagem é decisiva ao incremento da produção científica e à sua difusão', foi instituída uma linha de pesquisa nesta área temática no Grupo de Pesquisa Educação e Saúde Coletiva, que a partir janeiro de 2013, com a reformulação de suas diretrizes, alterou seu nome para Grupo de Pesquisa Educação, História e Saúde Coletiva (GPEHSC), a fim de albergar esse novo ramo de pesquisas, que contribuirão para o conjunto de estudos históricos sobre o desenvolvimento da Enfermagem no Brasil, particularmente no que se refere à História da Enfermagem e da Formação de Enfermeiras no Estado do Ceará.

Por fim, acreditamos, ainda, haver favorecido a consolidação e reformulação da disciplina História da Enfermagem nos currículos dos cursos de graduação em Enfermagem<sup>159</sup>, para a sensibilização das pessoas acerca da necessidade de se celebrar e preservar notas e vestígios do passado, não apenas da atividade laboral, mas também da vida particular; e, para a compreensão e a prática, de no mínimo 46.515 profissionais da Enfermagem cearense<sup>160</sup>, de que 'pesquisar e socializar a história da Enfermagem é um ato de cuidado para com a profissão' e seus exercentes.

E tudo começou assim...

---

<sup>159</sup> A partir de 1923, esse tema passou a constar no elenco de disciplinas com o nome de "Bases históricas, éticas e sociais da enfermeira"; em 1931, chamou-se Ética e História da Enfermagem; em 1949, apenas História da Enfermagem. Ao final da década de 1960, ocorreu a Reforma Universitária e foi aprovada a Resolução nº 4/72, mais conhecida como Parecer nº 163/72 que a antecedeu. Nessa Resolução, surgiu a matéria Exercício da Enfermagem, com a inclusão da deontologia e legislação profissional, sem mencionar História, mas muitos docentes continuaram a integrar aspectos históricos de Enfermagem, mesmo sem a obrigatoriedade legal. Em 1994, com a Portaria nº 1721/94, foi fixado o currículo mínimo para os cursos de enfermagem, onde a História da Enfermagem é incluída explicitamente como uma das matérias da área temática Fundamentos de Enfermagem e assim mantida pelas atuais diretrizes curriculares (OGUISSO e FREITAS, 2007). [OGUISSO, Taka; FREITAS, Genival F. História da Enfermagem: reflexões sobre o ensino e a pesquisa na graduação Rev Latino-am Enfermagem 2007 janeiro-fevereiro; 15(1)]

<sup>160</sup> Dado obtido no Informativo do COREN-Ce de dezembro de 2012 (p.3). Dos 46.515 inscritos nesta autarquia federal, 18.558 são técnicos de enfermagem, 16.671 são auxiliares de enfermagem e 11.286 enfermeiros.



**Foto 21:** Atuação de enfermeiras da Cruz Vermelha Internacional. Fonte: *O Nordeste*, nº 5648, 20.01.1941, p.1. Reportagem 'Pobres crianças! A voz autorizada do Santo Padre Pio XII acaba de se dirigir ao mundo, em favor das crianças vítimas da guerra. Parra se avaliar como Pio XII tem razão, ai teem os leitores a situação em que ficou um hospital de crianças há pouco bombardeado em Londres (Foto British News)'



**Foto 22:** Atuação de enfermeiras no Hospital Geral de Fortaleza. Out, 69. Fonte: acervo pessoal de Maria Lucia Freire.

## REFERÊNCIAS<sup>161</sup>

- ALBERTI, Verena. História oral e arquivos. In: SILVA, Zélia Lopes da. *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: UNESP - FAPESP, 1999. p.31-41.
- ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Centro de pesquisa e documentação de Histórias contemporâneas do Brasil. 1990.
- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006. p.155-202
- ALMEIDA FILHO, Antonio José de; SANTOS, Tânia Cristina; BAPTISTA, Franco Suely de Sousa; LOURENÇO, Lúcia Helena Silva Corrêa. Reunião de diretoras de escolas de enfermagem: um cenário de lutas simbólicas no campo da educação em enfermagem (1943-1945). *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, 2005 Out-Dez; 14(4):528-36.
- ALVES, Ana Paula Costa SILVA JÚNIOR, Osnir Claudiano da. Páginas de História da Enfermagem: o jubileu de ouro de uma obra (1951-2001) *Esc Anna Nery R Enferm* 2006 ago; 10 (2): 181-6.
- ALVES-MANZOTTI, Alda Judith. O debate atual sobre os paradigmas de pesquisa em Educação. *Caderno de Pesquisa*. São Paulo nº96 Fev 1996 p. 15-23.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O método nas Ciências Sociais e Naturais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2ªed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001. 203p.
- ALVEZ, Marinez. *Catálogo da Hemeroteca do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Instituto : Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, 2010. 48p.
- ANDRADE, Ilidiana Miranda de; GUIMARÃES, Celma Martins. Gênese da Enfermagem Hospitalar no Estado de Goiás. *Rev Bras Enferm* 2005 maio-jun; 58(3):302-4.
- ANDRE, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. *Estudo de Caso em Pesquisa e Avaliação Educacional*. Brasília: Liber Livro, 2005. 69p.
- ANGERAMI, Emília Luígia Saporiti; STEAGAL-GOMES, Daisy Leslie. Análise da formação do enfermeiro para a assistência de enfermagem no domicílio. *Rev. Latino Am. Enf.* - Ribeirão Preto - v. 4 - n. 2 - p. 5-22 - julho 1996.
- ANTUNES, Jose Leopoldo Ferreira. *Hospital: Instituição e Historia Social*. São Paulo: Letras e Letras. 1991. 167p.
- AQUINO, João Emiliano de. *Memória e Consciência Histórica*. Fortaleza: EdUECE, 2006. 186p.

---

<sup>161</sup> Consideramos Referências o material relacionado às obras de vários autores que refletiram sobre o mesmo tema de estudo, e que constituem o diálogo intertextual estabelecido pela pesquisa. (BARROS, 2009; p. 18)

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. *Historia da educação e da pedagogia: geral e Brasil*. 3ªed. Ed revista e ampliada. São Paulo: Moderna, 2006. 384p.

ARARIPE, Fatima M A. Biblioteca: lugar de memória. In: VASCONCELOS, Jose G; MAGALHAES JUNIOR, Antonio G. *Memórias no Plural*. Fortaleza: LCR, 2001. 71-76p.

ARAUJO, Luciane de A; MOREIRA, Almerinda; PORTO, Fernando; AMORIM, Wellington. Anuncios para enfermeiros(as) no alvorecer da República (1889-1890). In: PORTO, Fernando; AMORIM, Wellington. *Historia da enfermagem brasileira*. São Caetano do Sul: YENDIS, 2010. p.21-54.

AROSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru-SP: EDUSC, 2006.592p.

AYRES, Lilian F A; PORTO, Fernando; AMORIM, Wellington; LUCHESI, Luciana B. As enfermeiras visitadoras da Cruz Vermelha Brasileira e do Departamento Nacional de Saúde Publica no início do século XX. In: PORTO, Fernando; AMORIM, Wellington. *Historia da enfermagem brasileira*. São Caetano do Sul: YENDIS, 2010. p.127-218.

AZEVEDO, Jarisa Marques de; CARVALHO, Vilma de; GOMES, Maria da Luz Barbosa. Waleska Paixão: uma biografia a serviço da enfermagem brasileira. *Esc Anna Nery Rev Enferm* 2009 jan-mar; 13 (1): 31-35.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 23-79

BANDEIRA, João Tancredo Sá. Análise documental: o uso do jornal na pesquisa qualitativa. In: DAMASCENO, Maria Nobre; SALES, Celeciana de Maria Veras. *O caminho se faz ao caminhar*. elementos teóricos e práticas na pesquisa qualitativa. Fortaleza: Editora UFC. 2005. p.143-182.

BAPTISTA, S de S; BARREIRA, I de A. *Trajetória das escolas de Enfermagem na sociedade brasileira*. [1994?]. 18 p. Mimeografado.

BAPTISTA, Suely de Souza; BARREIRA, Ieda de Alencar. Enfermagem de nível superior no Brasil e vida associativa. *Rev Bras Enferm* 2006; 59(esp): 411-6.

BAPTISTA, Suely S; BARREIRA, Ieda A. Anna Nava, baluarte da Escola Anna Nery. *Esc Anna Nery Rev Enferm* 2009 jul-set; 13 (3): 543-51.

BARBOSA, Jose Policarpo de Araújo. *História da saúde pública do Ceará: da colônia a Vargas*. Fortaleza: Edições UFC, 1994.148p.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977. p. 225.

BARREIRA IA. A reconfiguração da prática da enfermagem brasileira em meados do século 20. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, 2005 Out-Dez; 14(4):480-7.

BARREIRA, I A. Memória para uma nova visão da enfermagem no Brasil. *rev Latino Americana* Ribeirão Preto v7,n,3, julho/1999. p.87 a 93.

BARREIRA, Ieda de Alencar. A prática da enfermagem no Brasil: a enfermeira de saúde pública dos anos 50. *Texto Contexto Enfermagem*, Florianópolis, v7, n1, p. 42-57, jan/abr, 1998.

BARREIRA, Ieda de Alencar; BAPTISTA, Suely de Souza; CARDOSO, Tânia Cristina Franco Santos; PERES, Maria Angélica de Almeida. Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas no contexto da aliança Brasil-Estados Unidos: II Guerra Mundial e Pós-Guerra. *REHE*. 2010 p.2-23.

BARREIRA, Ieda.A. Memória e história para uma nova visão da enfermagem no Brasil. *Rev.latino-am.enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 7, n. 3, p. 87-93, julho 1999.

BARROS, Alba Lúcia Bottura Leite de. Escola Paulista de Enfermagem: um pouco da sua história. *Acta Paul Enferm* 2009; 22(Especial - 70 Anos): 861-3.

BARROS, Jose D'Assunção. Campos Históricos: as diversas modalidades historiográficas no mundo contemporâneo. *Revista Tema Livre*. Disponível em <http://www.revistatemalivre.com> Acesso em: 25/07/2011

BARROS, Jose D'Assunção. *O Campo da História: especialidades e abordagens*. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. 236p.

BARROS, Jose D'Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 236p.

BASTOS, Nilo Chaves de Brito. *SESP/FSESP: 1942 Evolução histórica 1991* 2ªed. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 1996. 524p.

BASTOS, Núbia Maria G. *Introdução à metodologia do trabalho científico*. Fortaleza: Nacional, 2003. 86 p.

BAUER, Martin W.. Análise de Conteúdo Clássica: uma revisão. In: BAUER, Marin W; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 7 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p.189-217.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BERNARDES, Margarida M. R.; LOPES, Gertrudes Teixeira; SANTOS, Tânia Cristina F. A visibilidade da atuação de uma enfermeira do Exército Brasileiro a um ferido na 2ª Guerra Mundial. *Rev Esc Enferm USP* 2005; 39(1):62-7.

BESSA, Marina do N; AMORIM, Wellington. Os efeitos do movimento estudantil na enfermagem (1955-1958). In: PORTO, Fernando; AMORIM, Wellington. *História da enfermagem brasileira*. São Caetano do Sul: YENDIS, 2010. p.307-378.

BESSA, Marina do Nascimento; AMORIM, Wellington Mendonça de. Aspectos da formação profissional na Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (1943-1949). *Esc Anna Nery R Enferm* 2006 dez; 9 (3): 64-74.

BEZERRA, Daniele B. "Ou isto ou aquilo": a escolha de fontes e métodos na construção de uma tese de doutorado. In: RODRIGUES, Rui Martinho; MAGALHAES JUNIOR, Antonio Germano; LIMA, Jeimes Mazza C; MARQUES, Janote Pires. *História da educação: teoria, métodos e fontes*. Fortaleza: EdUECE, 2012. p.67-78.

BORENSTEIN, Miriam Süsskind; PADILHA, Maria Itayra; MAIA, Ana Rosete; COSTA, Eliani; GREGÓRIO, Vitória Regina Petters; ESPÍNDOLA, Ana Maria Koerich. Otillie Hammes: pioneira da enfermagem catarinense. *Rev Bras Enferm*, Brasília 2009 mar-abril; 62(2): 240-5.

BOSI, Ecleá. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3 ed. São Paulo Companhia das Letras, 1994. 484p.

BOULOS JUNIOR, Alfredo. *História do Brasil: Império e República*. V.2. Ed Renovada. São Paulo: FTD, 1997. 224p.

BOULOS JUNIOR, Alfredo. *História geral: moderna e contemporânea*. V.2. Ed Renovada. São Paulo: FTD, 1997. 311p.

BOYCE, Robert W.D.. Falácias na interpretação de dados históricos e sociais. In: BAUER, Marin W; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 7 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p. 445-469.

BRAGA, Núbia (Org.) *Manual de história oral*. Belo Horizonte: UNIBH, 2000.

BRASIL. *Resolução 196/96 Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos*. Conselho Nacional de Saúde, 1996.

BRASIL/FUNASA. Fundação Nacional de Saúde. *100 anos de Saúde Pública: a visão da Funasa / Fundação Nacional de Saúde*. —Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2004. 232 p.

BRENNER, Jayme. *História do Sistema Privado de Saúde do Brasil: uma trajetória de desafios 1543-2006*. Brasil: Ministério da Cultura e da Educação, 2006. 124p.

BRUNO, Monalisa Menezes. *Enfermagem no Hospital Universitário: trajetória histórico-política*. Fortaleza, 2012. 222f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Programa de Pós-graduação em Enfermagem, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2012.

BURKE, Peter. História como memória social. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000, p. 67-89.

CALIXTO, Francisco Jose Silva. Fragmentos de memória sobre a administração popular de Fortaleza: nas entrelinhas das matérias de jornais as evidências de uma política educacional. In: CAVALCANTE, Maria Juraci M.(org) *História e memória da educação no Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002. p.231-248

CAMPOS, Gerardo José. *Colégio da Imaculada Conceição: da gênese ao apocalipse*. Fortaleza: Tipogresso, 1999. 458p.

CAMPOS, Paulo Fernando de Souza; MONTANARI, Patricia Martins. História social da enfermagem. IN: OGUISSO, Taka; CAMPOS, Paulo Fernando de Souza; FREITAS, Genival Fernandes. *Pesquisa em História da Enfermagem*. 2ed. Barueri: Manole, 2011. p.112-133.

CARRARO, Telma E. No caleidoscópio histórico Florence Nightingale. *Texto Contexto Enfermagem*, Florianópolis, v7, n1, p. 90-101, jan/abr, 1998.

CARRIJO, Alessandra Rosa; LEITE, Maria Madalena Januario. História, Instituições e Enfermagem. IN: OGUISSO, Taka; CAMPOS, Paulo Fernando de Souza; FREITAS, Genival Fernandes. *Pesquisa em Historia da Enfermagem*. 2 ed. Barueri: Manole, 2011. p.178-210.

CASADEI, Eliza Bachega. Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória coletiva. *Revista Espaço Acadêmico*. Nº18 Maio de 2010. 153-161p.

CASTRO, Hebe. Historia Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da historia: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.45-60.

CAVALCANTE, Lidia E. Os herdeiros da memória: os saberes populares e a educação comunitária. In: VASCONCELOS, Jose G; MAGALHAES JUNIOR, Antonio G. *Memórias no Plural*. Fortaleza: LCR, 2001. 60-71p.

CAVALCANTE, Maria Beatriz de Paula Tavares; LIMA, Camila Viana; ALVES, Maria Dalva Santos. Grasiela Barroso: ícone da Enfermagem. *Historia da Enfermagem – REHE*; 1 (1), p. 295-303, 2010.

CAVALCANTE, Maria Juraci M. O Jornal na História: lugar do encontro de fontes escritas, orais e imagéticas. In: CAVALCANTE, Maria Juraci M; QUEIROZ, Zuleide Fernandes de; VASCONCELOS, JUNIOR, Raimundo Elmo de Paula; ARAUJO, Jose Edvar Costa de. *História da educação – vitrais da memória: lugares, imagens e práticas culturais*. Fortaleza: Edições UFC, 2008. p.540-559.

CEARÁ. *Constituição do Estado do Ceará 1947*. Org. Gina Marcilio Pompeu, Isabel Maria Sabino de Farias e Sofia Lerche Vieira. Fortaleza: INESP, 2005. 150p.

CEARÁ. Governo do Estado. Secretaria de Saúde. *A história dos Secretários da Saúde do Estado do Ceará 1961 – 2006*. Fortaleza: Assessoria de Comunicação e Educação em Saúde. 2006. 31p.

CEARÁ. Universidade Estadual do Ceará. *Histórico: Universidade Estadual do Ceará*. Disponível em: <<http://www.uece.br/uece/index.php/conheca-a-uece>>. Acesso em: 20 fev. 2010.

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE/UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. *Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Enfermagem*: Fortaleza-CE: Centro de Ciências da Saúde, Universidade Estadual do Ceará; 2002.

CORBELLINI, Valéria Lamb ; OJEDA, Beatriz Sebben; SANTOS, Beatriz Regina Lara dos; CREUTZBERGI, Marion. Ensino de enfermagem no Rio Grande do Sul a partir de 1950. *Rev Bras Enferm*, Brasília 2010 jul-ago; 63(4): 637-43.

CORBELLINI, Valéria Lamb; MEDEIROS, Marilú Fontoura. Fragmentos da história: a enfermeira tornando-se sujeito de si mesma. *Rev Bras Enferm* 2006; 59(esp): 397-402.

COREN-Ce. Conselho Regional de Enfermagem-Seção Ceará. Enfermagem em números. *Informativo*; 1(1) p.3; dez, 2012.

COSTA, R; PADILHA, MI; AMANTE, LN; COSTA, E; BOCK, LF. O legado de Florence Nightingale: uma viagem no tempo. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, 2009 Out-Dez; 18(4): 661-9.

CUNHA, Lucy. *A Companhia das Filhas da Caridade nas Origens: Documentos (1617-1660)*. 1993.

CYTRYNOWICZ, R.. A serviço da pátria: a mobilização das enfermeiras no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, VII(1): 73-91, mar.-jun. 2000.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo e identidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DEMARTINI, Zélia de Brito. Histórias de vida na abordagem de problemas educacionais. In: SIMSON, Olga Moraes Von. *Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: Vértice, 1988. p.44-71.

DUFFY, Brendan. Análise de Evidências Documentais. In: BELL, Judith. *Projeto de Pesquisa: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais*. 4 Ed. Porto Alegre; Artmed, 2008. p. 107-118.

ESPIRITO SANTO, Tiago Braga do. *Enfermeiras francesas na capital do Brasil (1890-1895)* São Paulo, 2007. 162p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2007.

FARIAS, Airton de. *Historia do Ceará: dos índios a geração Cambeba*. Fortaleza: Tropical. 1998.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *A universidade no Brasil: das origens a Reforma Universitária de 1968*. Educar, 2006. p.17-36.

FERNANDES, CR; NASCIMENTO, ES. Historística: o campo dos fundamentos históricos da ciência do cuidado. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, 2005 Out-Dez; 14(4):520-7.

FERREIRA, J. De Roosevelt, mas também de Getúlio: o Serviço Especial de Saúde Pública. *Hist Ciências Saúde- Manguinhos*. 2007 Out-Dez; 14(4):1425-8.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História, tempo presente e história oral*. Topoi, Rio de Janeiro, p. 314-332, dez. 2002.

FIGUEIREDO, Nébia Maria A.(org). *Método e metodologia na pesquisa científica*. 3ªed. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2008. 239p.

FLORESCANO, Enrique. A Função Social do Historiador. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 4. 1997, p.65-79.

FORMIGA, Jacinta MM; GERMANO, Raimunda M. Por dentro da história: o ensino de Administração em Enfermagem *Rev Bras Enferm* 2005 mar-abr; 58(2):222-6.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. *Análise de Conteúdo*. 2ªed. Brasília: Liber Livro. 2005. 79p.

FREIRE, Lidiane Dias. Grasiela – um marco nos 25 anos do curso de enfermagem da FFOE – UFC. *Rev. RENE* 3(1), p. 97-103; Jan-Jun, 2002.

FREIRE, Mary Ann M; AMORIM, Wellington. O Relatório Goldmark e a enfermagem de saúde pública na capital do Brasil (1923-1927). In: PORTO,



Fernando; AMORIM, Wellington. *Historia da enfermagem brasileira*. São Caetano do Sul: YENDIS, 2010. p.97-126.

GARCIA, Tulia F M. Educação permanente: memória e terceira idade. In: VASCONCELOS, Jose G; MAGALHAES JUNIOR, Antonio G. *Memórias no Plural*. Fortaleza: LCR, 2001. 88-98p.

GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil*. 3ªed. São Paulo: Cortez, 2000. 297p.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991. 159p.

GOMES, Carlos Alberto Studart. *Sanatório de Messejana: 50 anos (1933-1983) Uma história a ser contada*. Coleção Antônio Justa da Academia Cearense de Medicina. (19??) 474p.

GOMES, Luciana K de S. A memória de professores e as possibilidades na escrita da história da educação. In: RODRIGUES, Rui Martinho; MAGALHAES JUNIOR, Antonio Germano; LIMA, Jeimes Mazza C; MARQUES, Janote Pires. *História da educação: teoria, métodos e fontes*. Fortaleza: EdUECE, 2012. p.151-166.

GOMES, Tatiana O, ALMEIDA FILHO, Antonio J; BAPTISTA, Suely S. Enfermeiras-religiosas na luta por espaço no campo da enfermagem. *Rev Bras Enferm* 2005 maio-jun; 58(3): 361-6.

GONÇALVES, Bruna M; PORTO, Fernando; AMORIM, Wellington. O movimento religioso na Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (1943-1949). In: PORTO, Fernando; AMORIM, Wellington. *Historia da enfermagem brasileira*. São Caetano do Sul: YENDIS, 2010. p.249-270.

GONÇALVES, Geraldo Wilson da S. *Assistência Municipal de Fortaleza: primeiro quartel de século (1937-1962), de HPS a Instituto Dr Jose Frota*. Fortaleza: Programa Editorial da Casa Jose de Alencar, 1999. 415p.

GONDRA; Jose Gonçalves, SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008. 320p.

GONSALVES, E P. *Conversas sobre Iniciação à pesquisa científica*. 4ªed. Campinas: Editora Alínea, 2005.80p.

GRACIEMA, Maria D.C. F. *COREN-CE 25 anos: a conquista de um espaço*. Fortaleza: Gráfica e Editora Pouchain, 2000. 123p.

GUELF, Denise Cristina. Labirintos Metodológicos: a caminho de uma hermenêutica. In: RODRIGUES, Maria Lucia; LIMENA, Maria MARGARIDA Cavalcanti. *Metodologias multidimensionais em ciências humanas*. Brasília: Liber Livro, 2006. p. 55-84.

HAGUETTE, Tereza Maria Frota. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1992.

HAHN, Giselda Veronice; ACKER, Justina Inês Brunetto Verruck; WAGNER, Ana Paula; TROMBINI, Queli de Assis. Ensino de Enfermagem em Lajeado, RS: resgate histórico. *Rev Bras Enferm* 2006 set-out; 59(5): 666-74

- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006. 224p.
- HARTOG, François. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Culanges*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003. 420p.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Estatísticas do Século do XX*. Rio de Janeiro: 2006. 557p.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Estatísticas Históricas do Brasil: series econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. 2ªed. V.3 Rio de Janeiro: 1990. 642p.
- JOHNSTON, W. *Post-modernisme et bi-millénaire: Le culte des anniversaries dans la culture contemporaine*. Paris: PUF, 1987.
- JUCÁ, Gisafran N. M. A memória social: sobreposição do sagrado ao humano. O caso do Seminário da Prainha em Fortaleza. In: CAVALCANTE, Maria Juraci M; QUEIROZ, Zuleide Fernandes de; VASCONCELOS, JUNIOR, Raimundo Elmo de Paula; ARAUJO, Jose Edvar Costa de. *História da educação – vitrais da memória: lugares, imagens e práticas culturais*. Fortaleza: Edições UFC, 2008. p.476-497.
- JUCÁ, Gisafran N. M. *A Oralidade dos Velhos na Polifonia Urbana*. 2 ed. Fortaleza: Premium, 2011. 153p.
- JUCÁ, Gisafran N. M. As trilhas opcionais nos caminhos da história. In: VASCONCELOS, Jose G; MAGALHAES JUNIOR, Antonio G. *Memórias no Plural*. Fortaleza: LCR, 2001. 11-17p.
- KHOURY, Yara Aun. *Guia dos Arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil* (fundadas entre 1500 e 1900) vol1 (Norte, Nordeste e Centro-Oeste) São Paulo: EDIC PUC-SP. 2004.
- KLETEMBERG, Denise Faucz; SIQUEIRA, Márcia T. D.; MANTOVANI, Maria de Fátima; PADILHA, Maria Itayra; AMANTE, Lúcia Nazareth; ANDERS, Jane Cristina. O Processo de Enfermagem e a Lei do Exercício Profissional *Rev Bras Enferm*, Brasília 2010 jan-fev; 63(1): 26-32.
- KRUSE, Maria Henriqueta Luce. É possível pensar de outro modo a educação em enfermagem? *Esc Anna Nery Rev Enferm* 2008 jun; 12 (2): 348 - 52.
- LACERDA, Sonia. História, narrativa e imaginação histórica. In: SWAIN, Tania. *História no plural*. Brasília: Editora universidade de Brasília, 1994. 207p.
- LAKATOS, E M; MARCONI, M de A. *Fundamentos da metodologia científica*. 3 ed revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 1991.270p.
- LAKATOS, E M; MARCONI, M de A. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. 5 ed revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 2003. 270p.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: \_\_\_\_\_. *História e Memória*. 3 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994. p. 535-549.
- LE GOFF, Jacques. História. In: \_\_\_\_\_. *História e Memória*. 3 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994. p. 17-167.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: \_\_\_\_\_. *História e Memória*. 3 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994. p. 423-485.

LE GOFF, Jacques. Passado/Presente. In: \_\_\_\_\_. *História e Memória*. 3ªed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994. p. 203-233.

LEAL, Vinícius Barros. *Dom Antonio de Almeida Lustosa: um discípulo do mestre manso e humilde*. 2 ed. Fortaleza: Gráfica Dom Bosco. 1992. 230p

LEAL, Vinicius Barros. *Historia da Medicina no Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social, 1978. 232p.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p.133-161.

LIMA, João Alcimo Viana. *Gestão e Autonomia universitária: a experiência da UECE*. Fortaleza:EdUECE, 2003. p.216

LIMA, Joao Francisco de. *Ana Neri heroína da caridade e patrona das enfermeiras*. Sao Paulo: Nova Época Editorial, 1977. 209p.

LIMA, Suzinara Beatriz Soares de; PROCHNOW, Adelina Giacomelli; CERVO, Anamarta Sbeghen; DENARDIN,Janete Maria; URBANETTO, Janete de Souza; CARMO, Maria Luiza Cioccaro do; HANSEL, Tânia Dubou; MAGNAGO, Tânia Solange B. S.; PRADEBON, Vania Marta. Memória da Enfermagem do Hospital Universitário de Santa Maria – RS. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, 2005 Out-Dez; 14(4):557-66.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111-153

LUCHESE, Luciana Barizon; LOPES, Gertrudes Teixeira. Historia Oral. IN: OGUISSO, Taka; CAMPOS, Paulo Fernando de Souza; FREITAS, Genival Fernandes. *Pesquisa em Historia da Enfermagem*. 2ed. Barueri: Manole, 2011. p.401-456.

LUCHESE, Luciana Barizon; MENDES, Isabel Amélia Costa; VILLAR, Margarida Antonia; SAEKI, Luis Toyoko. Redescobrimo o Centro de Memória da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto: Relato de Experiência. *Esc Anna Nery R Enferm* 2006 dez; 10 (3): 565 - 71.

LUCHESE, Luciana Barizon; MENDES, Isabel Amélia Costa; VILLAR, Margarida Antonia; SAEKI, Luis Toyoko. Redescobrimo o Centro de Memória da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto: Relato de Experiência. *Esc Anna Nery R Enferm* 2006 dez; 10 (3): 565 - 71.

MACIEL, Raquel Monteiro; BARREIRA, Ieda de Alencar; BAPTISTA, Suely de Souza. O ensino dos fundamentos de enfermagem na Escola Anna Nery em meados do século XX. *Rev. enferm. UERJ*, Rio de Janeiro, 2009 jul/set; 17(3):344-9.

MACIEL, Raquel Monteiro; BARREIRA, Ieda de Alencar; BAPTISTA, Suely de Souza. O ensino dos fundamentos de enfermagem na Escola Anna Nery em meados do século XX. *Rev. enferm. UERJ*, Rio de Janeiro, 2009 jul/set; 17(3):344-9.

MAGALHAES JUNIOR, Antonio Germano. De Eva a Maria: os ideais de formação católica feminina na primeira metade do século XX no Brasil. In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. *Historia e Memória da Educação no Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002. p. 77-92

MAGALHAES JUNIOR, Antonio Germano; CECATTO, Adriano; SILVA NETA, Maria de Lourdes. Fonte imagética: evidencia e representação. In: RODRIGUES, Rui M; MAGALHAES JUNIOR, Antonio G; LIMA, Jeimes Mazza C; MARQUES, Janotte Pires. *Historia da Educação: teorias, métodos e fontes*. Fortaleza: EdUECE, 2012. 27-44p.

MALISKA, ICA; PADILHA, MI; BORENSTEIN, MS; COSTA, R; GREGÓRIO, VRP; VIEIRA, M. A enfermagem francesa: assistência e educação - considerações acerca de sua história e perspectivas atuais. *Texto Contexto Enfermagem*, Florianópolis, 2010 Abr-Jun; 19(2): 325-33.

MEDEIROS e COSTA, L; GERMANO, RM. Estágio curricular supervisionado na Graduação em Enfermagem: revisitando a história *Rev Bras Enferm*, Brasília 2007 nov-dez; 60(6): 706-10.

MEDICI, Andre Cezar. A força de trabalho em saúde no Brasil nos anos setenta: percalços e tendências. [1984?] doc mimeografado.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. 5 ed. São Paulo: Loyola, 2005. 291p.

MENDES, E. T. B., NOBREGA-THERRIEN, S. M., ALMEIDA, M. I. O Resgate Histórico da Educação em Saúde no Brasil: entre avanços e retrocessos In: XI Conferência Ibero Americana de Educação em Enfermagem, 2011, Coimbra. REFERENCIA III Serie Suplemento 2011 *Promoção da Saúde e Educação para a Saúde*. Coimbra: Lusodidacta, 2011. p. 628 – 628

MENDONÇA, Erica T de; AMORIM, Wellington. Enfermagem-saúde: construindo um saber sobre políticas de saúde (1977-1980). In: PORTO, Fernando; AMORIM, Wellington. *Historia da enfermagem brasileira*. São Caetano do Sul: YENDIS, 2010. p.307-378.

MESQUITA, Andrea P. O banquete mnemônico. In: VASCONCELOS, Jose G; MAGALHAES JUNIOR, Antonio G. *Memórias no Plural*. Fortaleza: LCR, 2001. 129 - 138p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 4ªed. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec-A BRASCO, 1996. 407p.

MIRANDA, Sonia Regina. Nos fios da memória: elos geracionais e lugares da historia para alemã da sala de aula. RIOS, Kenia Sousa; FURTADO FILHO, Joao Ernani. *Em tempo: Memória, Historia e Educação*. Fortaleza: Imprensa Universitaria, 2008. 345-360p.

MONTEIRO, Bernardo Assis. *Diretrizes e bases da educação nacional e escolas de Enfermagem na década de 1960: uma visão histórica*. Dissertação (Mestrado) Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009. 114p.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *Historia oral e memória: a cultura popular revisitada*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1994. 153p.

MONTENEGRO, Hercília R do A; ALMEIDA FILHO, Antonio Jose; SANTOS, Tania C F; LOURENÇO, Lucia H.S.C.. A enfermeira diplomada e a luta contra tuberculose no Brasil: 1961-1966. *Rev Esc Enfermagem USP* 2009; 43(4): 945-52.

MORAIS, Fernanda T; AMORIM, Wellington M. As Contribuições do II Congresso Médico Latino-Americano. *Esc Anna Nery Rev Enferm* 2009 jan-mar; 13 (1): 56-65

MOREIRA, A; PORTO, F; OGUISSO, T. Registros noticiosos sobre a escola profissional de enfermeiros e enfermeiras na revista "O Brasil-Médico", 1890-1922. *Rev Esc Enferm USP* 2002; 36(4): 402-7.

MOREIRA, Almerinda; PORTO, Fernando; FREITAS, Genival Fernandes de; CAMPOS, Paulo Fernando de Souza. Simpósio Ibero-Americano de História da Enfermagem: novas perspectivas da produção intelectual em história da enfermagem. *Rev Esc Enferm USP* 2009; 43(Esp 2):1358-63 Disponível em: [www.ee.usp.br/reeusp/](http://www.ee.usp.br/reeusp/)

MOREIRA, Martha Cristina Nunes. A Fundação Rockefeller e a construção da identidade profissional de enfermagem no Brasil na Primeira República. *Hist. Cienc. Saúde - Rio de Janeiro*, v. 5, n. 3, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.org>>. Acesso em: 20 Ago 2006.

NAKAMAE, Djair D. *Novos caminhos da enfermagem: por mudanças no ensino e na prática da profissão*. São Paulo: Cortez, 1987. 120p.

NASCIMENTO, Fernanda T M de; AMORIM, Wellington. Os Congressos Médicos Latino-americanos e a enfermagem (1904-1907). In: PORTO, Fernando; AMORIM, Wellington. *História da enfermagem brasileira*. São Caetano do Sul: YENDIS, 2010. p.55-96.

NAUDERER, Taís Maria; LIMA, Maria Alice Dias da Silva. Imagem da enfermeira: revisão da literatura. *Rev Bras Enferm* 2005 jan-fev; 58(1):74-7.

NIETSCHE, Elisabeta A. As teorias da educação e o ensino da enfermagem no Brasil. In: SAUPE, Rosita. *Educação em Enfermagem: da realidade construída a possibilidade de construção*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998. p.163-186.

NIETSCHE, Elisabeta A. As teorias da educação e o ensino da enfermagem no Brasil. In: SAUPE, Rosita. *Educação em Enfermagem: da realidade construída a possibilidade de construção*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998. p.163-186.

NOBRE, Geraldo da Silva. *Introdução a História do Jornalismo Cearense*. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1974. 197p.

NOBRE, Geraldo da Silva. *Introdução a História do Jornalismo Cearense*. Ed fac-similar. Fortaleza: NUDOC, 2006. 232p.

NOBREGA-THERRIEN, Sílvia Maria; FARIAS, Isabel Sabino de. Abordagens quantitativas e qualitativas na pesquisa em educação: velhas e novas mediações e compreensões. In: NOBREGA-THERRIEN, Sílvia Maria; FARIAS, Isabel Sabino de. Pesquisa Científica para iniciantes caminhando no labirinto. *Fundamentos da Pesquisa*, volume I. Fortaleza: EdUECE, 2011. p.53-66

NOBREGA-THERRIEN, Sílvia Maria; THERRIEN, Jacques. O Estado da Questão: aportes teóricos-metodológicos e relatos de sua produção em trabalho científicos. In: NOBREGA-THERRIEN, Sílvia Maria; FARIAS, Isabel Sabino de. Pesquisa

Científica para iniciantes caminhando no labirinto. *Fundamentos da Pesquisa*, volume I. Fortaleza: EdUECE, 2011. p.33-52

NOGUEIRA, Alex de Oliveira. Igreja Católica e os Ideais de Romanização: uma reflexão da posições de Frei Carlos Maria, diante do quadro religioso e político-social da paróquia de Tomazina, entre os anos de 1970 a 1979. s/d. Disponível em <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/st11/Nogueira,%20Alex%20de%20Oliveira.pdf> Acesso em 15/04/2012.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, nº10 São Paulo: PUC 1993. p.7-24.

NUNES, Antonietta d'Aguiar. Trabalhando com arquivos em História da Educação. In: CAVALCANTE, Maria Juraci M; QUEIROZ, Zuleide Fernandes de; VASCONCELOS, JUNIOR, Raimundo Elmo de Paula; ARAUJO, Jose Edvar Costa de. *História da educação – vitrais da memória: lugares, imagens e práticas culturais*. Fortaleza: Edições UFC, 2008. p.455-475.

OGUISSO, Taka. História do Exercício Profissional. IN: OGUISSO, Taka; CAMPOS, Paulo Fernando de Souza; FREITAS, Genival Fernandes. *Pesquisa em História da Enfermagem*. 2ed. Barueri: Manoele, 2011. p.3-33.

OGUISSO, Taka; CAMPOS, Paulo Fernando de Souza; SILVA, Emiliane Santiago. Maria Rosa Sousa Pinheiro e a reconfiguração da enfermagem brasileira *Texto & Contexto Enfermagem*, vol. 18, núm. 4, outubro-diciembre, 2009, pp. 643-651

OGUISSO, Taka; FREITAS, Genival F. História da Enfermagem: reflexões sobre o ensino e a pesquisa na graduação *Rev Latino-am Enfermagem* 2007 janeiro-fevereiro; 15(1).

OLIVEIRA, Alexandre Barbosa de. História da Enfermagem - o período de declínio da Enfermagem nos séculos que se seguiram a Idade Média. *Anna Nery Rev Enferm* 2009 jul-set; 13 (3): 466-70.

OLIVEIRA, Alexandre Barbosa de; SANTOS, Tânia Cristina Franco Condecorações de guerra como investidura de bens simbólicos às ex-enfermeiras febianas. *Esc Anna Nery Rev Enferm* 2010 jan-mar; 14 (1): 19-25.

OLIVEIRA, Eliany N.; MOREIRA, Rui Verlaine O; BARRETO, Jose A. E. Comte, Flexner e a Formação dos Profissionais de Saúde. In: BARRETO, Jose A; MOREIRA, Rui Verlaine O. *A Vigilância de Argos*. Fortaleza: Casa Jose de Alencar Programa Editorial, 2002. p. 87-118.

OLIVEIRA, Valeska Fortes de. A memória na reconstrução das histórias da docência. In: VASCONCELOS, Jose G; MAGALHAES JUNIOR, Antonio G. *Memórias no Plural*. Fortaleza: LCR, 2001. 18-26p.

PADILHA, Maria ICS; BORENSTEIN, Miriam Susskind. História da enfermagem: ensino, pesquisa e interdisciplinariedade. *Esc Anna Nery R Enferm* 2006 dez; 10 (3): 532 - 8.

PADILHA, Maria ICS; MANCIA, Joel R. Florence Nightingale e as irmãs de caridade: revisitando a história *Rev Bras Enferm* 2005 nov-dez; 58(6):723-6.

PADILHA, Maria Itayra C de S.; NAZARIO, Nazare O; STIPP, Marluce A C. O legado e o (re)negado – a enfermagem e as ordens/associações religiosas. *Texto Contexto Enfermagem*, Florianópolis, v7, n1, p. 71-89, jan/abr, 1998.

PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza; BORENSTEIN, Miriam Süsskind. O método de pesquisa histórica na enfermagem. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, 2005 Out-Dez; 14(4):575-84.

PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza; SILVA, Alcione Leite da; BORENSTEIN, Miriam Süsskind. Os Congressos Brasileiros - pontes para a liberdade e transformação da enfermagem. *Rev Latino-am Enfermagem* 2001 maio; 9(3):7-13 [www.eerp.usp.br/rlaenf](http://www.eerp.usp.br/rlaenf)

PAIM, Jairnilson Silva. Políticas de Saúde no Brasil. 6ªed. In: ROUQUAYROL, Zélia; ALMEIDA FILHO, Naomar de. *Epidemiologia e Saúde*. 2002. p. 587-603.

PAIVA, Vilma M B. Memórias de idosos analfabetos em uma sociedade da escrita e da escola: o eterno desejo de alfabetização. In: VASCONCELOS, Jose G; MAGALHAES JUNIOR, Antonio G. *Memórias no Plural*. Fortaleza: LCR, 2001. 99-106p.

PAIXAO, Waleska. *Historia da Enfermagem*. 5 ed. Rio de Janeiro: Julio C Reis Livraria. 1979. p.138.

PASQUIER, Pe Eugenio. *Os primórdios da Congregação da Missão no Brasil e a companhia das Filhas de Caridade (1849-1866)* Obra Póstuma. Vol II. Petropolis: Ed Vozes. (s/d). 393-397p.

PELICIONI, Maria C. F; PELICIONI, Andrea F. Educação e promoção da saúde: uma retrospectiva histórica. *O Mundo da Saúde*. 2007; 31(3); 320-328.

PEREIRA NETO, André de Faria. Interfaces da história da enfermagem: uma potencial agenda de pesquisa *Esc Anna Nery R Enferm* 2006 dez; 10 (3): 524 - 31.

PINSKY, Carla Bassanezi. Apresentação. In:\_\_\_\_\_. *Fontes Históricas*. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2006. p.7-8

PIRES, Denise. A institucionalização da enfermagem. IN:\_\_\_\_\_. *Hegemonia medica na saúde e a enfermagem: Brasil 1500 a 1930*. São Paulo: Editora Cortez. 1989. 106-143.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.5, nº10. 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de JANEIRO: v 2, nº3, 1989, p. 3-15.

PORTELLI, Alexandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em Historia e do Departamento de Historia da PUC-SP*. vol 15, 1997. p.13-49.

PORTO, F; CAMPOS, PFS; OGUISSO, T. Cruz Vermelha Brasileira na imprensa. *Esc Anna Nery Rev Enferm* 2009 jul-set; 13 (3): 492-99.

PORTO, F; SANTOS, TDF. A divulgação da competência técnica em socorro das enfermeiras da cruz vermelha (SP) nas circunstâncias da Primeira Guerra Mundial

(1917-1918). *Rev. Eletr. Enf.* [Internet]. 2006;8(2):273-81. Disponível em: [http://www.fen.ufg.br/revista/revista8\\_2/v8n2a12.htm](http://www.fen.ufg.br/revista/revista8_2/v8n2a12.htm).

PORTO, Fernando; OGUISSO, Taka. Anna Justina Ferreira Nery. In: PORTO, Fernando; AMORIM, Wellington. *História da enfermagem brasileira*. São Caetano do Sul: YENDIS, 2010. p.1-20.

PORTO, Fernando; OGUISSO, Taka. O rito institucional e o efeito simbólico do descerramento do monumento a Anna Nery. In: PORTO, Fernando; AMORIM, Wellington. *História da enfermagem brasileira*. São Caetano do Sul: YENDIS, 2010. p.271-306.

PORTO, Fernando; SANTOS, Tânia Cristina Franco. O rito e os emblemas na formatura das enfermeiras brasileiras no distrito federal (1924-1925). *Esc Anna Nery Rev Enferm* 2009 abr-jun; 13 (2): 249- 55.

PROUST, Marcel. *O tempo redescoberto*. Porto Alegre: Globo. 1958.

PUGIOLI, Miguel Donzetti. *Família Vicentina no Brasil*. Curitiba: Vicentina, 2004. 178p.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. *Relatos orais: do indizível ao dizível (Italia-Brasil)*. In: VON SIMSON, Olga de Moraes. Experimentos com Histórias de vida: São Paulo: Vértice, 1988. p.14-43

QUEIROZ, Zuleide Fernandes de; VASCONCELOS, JUNIOR, Raimundo Elmo de Paula; ARAUJO, Jose Edvar Costa de. *História da educação – vitrais da memória: lugares, imagens e práticas culturais*. Fortaleza: Edições UFC, 2008. p.476-497.

RAMOS, Francisco Regis L. Utilidades do Passado: museu, memória e ensino de História. In: CAVALCANTE, Maria Juraci M; QUEIROZ, Zuleide Fernandes de; ARAUJO, Jose Edvar Costa de; HOLANDA, Patrícia Helena C. *História da Educação Comparada: discursos, símbolos da Educação Popular, Cívica e Religiosa*. Fortaleza: Edições UFC, 2011. p.27-51.

RAMPAZZO, L. *Metodologia científica para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação*. 2ªed. São Paulo: Loyola, 2004.141p.

REZENDE, Ana Lucia M de. *Saúde: dialética do pensar e do fazer*. São Paulo: Cortez, 1986. 159p.

RIBEIRO, Valdir Uchoa. *Hospital Cesar Cals: 80 anos*. Fortaleza: Premium, 2008. 238p.

RICARTE, Alyne V. Cordel e memória educacional: caminhos metodológicos da história oral. In: RODRIGUES, Rui Martinho; MAGALHAES JUNIOR, Antonio Germano; LIMA, Jeimes Mazza C; MARQUES, Janote Pires. *História da educação: teoria, métodos e fontes*. Fortaleza: EdUECE, 2012. p. 11-26

RODRIGUES, Rui Martinho. Educação, História, Teoria e Métodos. In: RODRIGUES, Rui Martinho; MAGALHAES JUNIOR, Antonio Germano; LIMA, Jeimes Mazza C; MARQUES, Janote Pires. *História da educação: teoria, métodos e fontes*. Fortaleza: EdUECE, 2012. p.195-210

RODRIGUES, Rui Martinho. *Pesquisa acadêmica: como facilitar o processo de preparação de suas etapas*. São Paulo: Atlas, 2007.



RODRIGUES, Rui Martinho. Teorias, fontes e períodos na pesquisa histórica. In: CAVALCANTE, Maria Juraci M; QUEIROZ, Zuleide Fernandes de; VASCONCELOS, JUNIOR, Raimundo Elmo de Paula; ARAUJO, Jose Edvar Costa de. *História da educação – vitrais da memória: lugares, imagens e práticas culturais*. Fortaleza: Edições UFC, 2008. p. 435-454.

SALLES, EB; BARREIRA, IA. Formação da comunidade científica de enfermagem no Brasil. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, 2010 Jan-Mar; 19(1): 137-46.

SANTOS FILHO, Jose Camilo dos; GAMBOA, Silvio Sanchez. *Pesquisa Educacional: quantidade-qualidade*. 3 ed. São Paulo; Cortez, 2000. 111p.

SANTOS, Ana Maria Ribeiro dos NUNES, Benevina Maria Vilar Teixeira, NOGUEIRA, Lídy Tolstenko; MOURA, Maria Eliete Batista; VASCONCELOS, Meire Raquel P. A Atuação da Irmã de Caridade Abrahíde Alvarenga no Piauí: uma história a ser contada. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, 2005 Out-Dez; 14(4):551-6.

SANTOS, I. E. dos. *Texto selecionado de métodos e técnicas de pesquisa científica*. 4ª ed revista, atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Impetus, 2003. 359p.

SANTOS, I; CLOS, A.C. Pesquisa Quantitativa e Metodologia. In: GAUTHIER, Jacques Henri Maurice; CABRAL, Ivone Evangelista; SANTOS, Iraci; TAVARES, Claudia Mara de Melo. *Pesquisa em Enfermagem: novas metodologias aplicadas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.p;.1-17.

SANTOS, Regina Maria dos;TAVARES, Leonardo Valério da Silva; CRUZ, Débora Enoque; TREZZA, Maria Cristina Soares Figueiredo. Circunstâncias de criação do Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas: um estudo preliminar. *HERE*, v 1 n 1 2010 abril p.69-94

SANTOS, Tânia Cristina Franco. A memória e o “por em cena” da história da enfermagem. *Esc Anna Nery* (impr.) 2010 jul-set; 14 (3): 441-443.

SANTOS, TCF; BARREIRA, IA. A mulher e a enfermeira na nova ordem social do Estado Novo. *Texto Contexto Enfermagem*, Florianópolis, 2008, jul-set, 17 (3), 587-93.

SÁ-SILVA, J.R.; ALMEIDA, C.D. de; GUINDANI, J.F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Ano I - Número I - Julho de 2009.

SAUPE, Rosita. Ação e reflexão na formação do enfermeiro através dos tempos. In: \_\_\_\_\_. *Educação em Enfermagem: da realidade construída a possibilidade de construção*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998. p.27-74.

SILVA JUNIOR, Osni Claudiano da. Pesquisa Documental. IN: OGUISSO, Taka; CAMPOS, Paulo Fernando de Souza; FREITAS, Genival Fernandes. *Pesquisa em História da Enfermagem*. 2 ed. Barueri: Manole, 2011. p.339-363.

SILVA, Ir Jeny Borges da. *História das Filhas da Caridade da Província do Rio de Janeiro Brasil (1949 a 2003)* Rio de Janeiro: s/editora, 2003. 444p.

SILVA, Josier Ferreira da. Estado, Igreja, Educação: ideais políticos e culturais em conflito sob o sistema de Padroado. In: CAVALCANTE, Maria Juraci M; QUEIROZ, Zuleide Fernandes de; ARAUJO, Jose Edvar Costa de; HOLANDA, Patrícia Helena

C. *Historia da Educação Comparada: discursos, símbolos da Educação Popular, Cívica e Religiosa*. Fortaleza: Edições UFC, 2011. p.64-81.

SILVA, Kalina V; SILVA, Maciel H. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2009.439p.

SILVA, Maria Regina Guimarães; GALLIAN, Dante Marcello Claramonte. A Escola de Enfermagem do Hospital São Paulo e seu primeiro currículo (1939-1942). *Rev Bras Enferm*, Brasília 2009 mar-abril; 62(2): 317-22.

SOARES, Maria Norma. *Roteiro para uma visita ao passado*. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense. 1990.

SOUZA, Simone. *Uma Nova História do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha. Stylus Comunicações. 2000.

SZYMANSKI, Heloisa. *A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva*. Brasília: Plano, 2002. 87p.

TEIXEIRA, Carla Costa. Interrompendo rotas, higienizando pessoas: técnicas sanitárias e seres humanos na ação de guardas e visitadoras sanitárias. *Ciência & Saúde Coletiva*, 13(3):965-974, 2008.

TEIXEIRA, Elizabeth; VALE, Eucléa Gomes; FERNANDES, Josicelia Dumê; SORDI, Mara Regina Lemes de. Enfermagem. *A trajetória dos cursos de graduação na área da saúde: 1991-2004* / Organizadores: Ana Estela Haddad [et al.]. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. p.141-168.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. 385p.

TRIVINOS, Augusto N.S. *Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987. 175p.

TRIVINOS, Augusto N.S. Três Enfoques na Pesquisa em Ciências Sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. In:\_\_\_\_\_. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2000.p. 30-79.

TRUJILLO FERRARI, A. *Metodologia da pesquisa científica*. São Paulo: Mc Graw Hill do Brasil, 1982.

TYRRELL, Maria Antonieta Rubio; SANTOS, Tânia Cristina Franco. Setenta Anos de Vida Universitária da EEAN. *Esc Anna Nery R Enferm* 2007 mar; 11 (1): 138 - 42.

UNICOVSKY, Margarita A R; LAUTERT, Liana. A formação profissional do enfermeiro: reflexão, ação e estratégias. In: SAUPE, Rosita. *Educação em Enfermagem: da realidade construída a possibilidade de construção*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998. p.219-242.

VAGHETTI, Helena; VAZ, Marta Regina Cezar. Década de 40 – uma reflexão sobre o contexto socioeconômico e político brasileiro e sua influência na enfermagem. *Texto Contexto Enfermagem*, Florianópolis, v7, n1, p. 9-26, jan/abr, 1998.

VALE, Euclea G; FERNANDES, Josicelia D. Ensino de Graduação em Enfermagem: a contribuição da Associação Brasileira de Enfermagem. *Rev Bras Enferm* 2006; 59(esp): 417-22.

VEYNE, Paul. A historia conceitual. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora. 1995. p.64-

VICENTINO, Claudio. *Historia Geral*. Ed atualizada e ampliada. São Paulo: Scipione, 1997. 495p.

VICENTINO, Claudio; DORIGO, Gianpaolo. *História do Brasil*. Ed atualizada e ampliada. São Paulo: Scipione, 1997. 496p.

VIEIRA, Maria Jesia. *Imagem cultural e motivação na escolha da Enfermagem*. Aracaju: Editora da UFS. 2002.175p.

VIEIRA, Sofia Lerche. *Desejos de Reforma: legislação educacional no Brasil- Império e República*. Brasília: Liber Livro, 2008. 175p.

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Sabino de. *História da educação no Ceará: sobre promessas, fatos e feitos*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. 400p.

XAVIER, Antonio Roberto; XAVIER, Lisimere Cordeiro do Vale. *Historia e Ciencia: aspectos teórico-metodologicos*. In: RODRIGUES, Rui M; MAGALHAES JUNIOR, Antonio G; LIMA, Jeimes Mazza C; MARQUES, Janotte Pires. *Historia da Educação: teorias, métodos e fontes*. Fortaleza: EdUECE, 2012. 45-66p.

**APENDICE A - COMPILADO SOBRE O CORPO ADMINISTRATIVO DA EESVP ELABORADO DE DOCUMENTOS DO ACERVO DA COORDENAÇÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM DA UECE E DAS RELAÇÕES DE CONCLUDENTES E DIRETORES DA EESVP EXISTENTES NO DEG/UECE.**

### **CORPO ADMINISTRATIVO DA EESVP**

1º DIRETORIA (1943 - 1946)

Diretor Administrativo: Jurandir Picanço

Presidente da Instituição Mantenedora e Fundadora da Escola: Ir Margarida Breves

**Diretora Técnica: Ir Margarida Cola**

Secretária: Ir Maria Jose dos Santos

Tesoureira: Ir Catarina Fiuza

2º DIRETORIA (1946 - 1958)

Diretor Administrativo: Jurandir Picanço

Presidente da Instituição: Ir Margarida Breves

**Diretora Técnica: Maria Hercília Fernandes Pequeno (Ir Cecília Fernandes)** Secretária: *Ir*

*Maria Julieta Fernandes (1946)*, Tereza Carmelita da Cruz Gadelha (1955), Irmã Syrena de

Castro Bonfim (1956-1958)

Tesoureira: Ir Maria Menescal Campos

3º DIRETORIA (1958 - 1965)

**Diretora: Syrena de Castro Bonfim (Ir Leoni)**

Secretária: Ir Maria Porfirio Sampaio (1958-1963), *Maria Anayde Espíndola Freire (ad-live)*

*1959, Ir Ivonete de Vasconcelos Sobral, secretária em 1959*

Tesoureira: Ir Maria Menescal Campos

4º DIRETORIA (1958 - 1965)

**Diretora: Ir Syrena de Castro Bonfim**

Secretária: Ir Maria do Socorro Freitas Nascimento (1963-1964)

Tesoureira: Ir Eurice Ozorio

Em 1962, a Ir Syrena de Castro Bonfim foi substituída pela Ir Eneida Ferreira Schramm (Ir Angela)

5º DIRETORIA (1964)

**Diretora: Ir Aurea dos Anjos da Silva**

Vice Diretora: Ir Tereza Bezerra Bessa

Secretária: Ir Maria do Socorro Freitas Nascimento (1963-1964)

2º Secretária: Ir Terezinha Chaves Nogueira

Tesoureira: Ir Eurice Ozorio

6º DIRETORIA (1965)

**Diretora: Ir Syrena de Castro Bonfim**

Secretária: Maria Valquíria Albuquerque Sacramento

Tesoureira: Ir Tereza Bezerra Bessa

7º DIRETORIA (1966)

**Diretora: Ir Antonia Alves Oliveira**

Secretária: Maria Valquíria Albuquerque Sacramento

Tesoureira: Ir Tereza Bezerra Bessa

8º DIRETORIA (1966-1967)

**Diretora: Ir Antonia Alves Oliveira**

Vice Diretora: Ir Fca das Chagas Figueiredo

Secretária: Maria Valquíria Albuquerque Sacramento, *Ir Terezinha Chaves Nogueira, secretária em 1967*

Tesoureira: Ivonete de Vasconcelos Sobral

9º DIRETORIA COLEGIADA (1968)

**Diretora Coordenadora: Ir Syrena de Castro Bonfim**

Disciplina e Mentalização: Maria da Glória Ferreira Façanha

Disciplina e Biblioteca: Lúcia Barros Costa

Currículo: Rachel Gomes de Matos Bastos

Manutenção da Escola: Ir Fca das Chagas Figueiredo

Secretária: Maria Valquíria Albuquerque Sacramento

Tesoureira: Ir Orminda Santana de Oliveira

Estágios: Ir Tereza Bezerra Bessa

10º DIRETORIA (1969)

**Diretora: Maria da Glória Ferreira Façanha**

Secretária: Maria Valquíria Albuquerque Sacramento

Tesoureira: Maria Edaciclise de Matos

11º DIRETORIA (1971)

**Diretora: Maria da Glória Ferreira Façanha**

Vice Diretora: Orminda Santana de Oliveira

Secretária: Maria Valquíria Albuquerque Sacramento

Tesoureira: Vicente Moura

12º DIRETORIA (1972)

**Diretora: Ir Orminda Santana de Oliveira**

Vice Diretora: Rachel Gomes de Matos

Secretária: Maria Valquíria Albuquerque Sacramento

Tesoureira: Vicente Moura

13º DIRETORIA (10/08/1972)

**Diretora: Ir Orminda Santana de Oliveira**

Vice Diretora: Rachel Gomes de Matos

Secretária: Maria Valquíria Albuquerque Sacramento

Tesoureira: Elza Ferreira Schramm

14º DIRETORIA (1974)

**Diretora: Ir Orminda Santana de Oliveira**

Vice Diretora: Rachel Gomes de Matos

Secretária: Maria Valquíria Albuquerque Sacramento

Tesoureira: Maria Heddy Oliveira Silva

15º DIRETORIA (1975 até 31/12/1976)

**Diretora: Rachel Gomes de Matos**

Secretária: Maria Valquíria Albuquerque Sacramento

Tesoureira: Maria Heddy Oliveira Silva

**Em 1977**

**Diretora do CCS:**

Emanoel Maia dos Santos Lima (1977)

**Chefe do Departamento de Enfermagem do CCS:**

Eneida Schramm Frazão (de janeiro até maio de 1977)

Francisca Bastos Duarte (a partir de junho de 1977)

**Coordenadora do Curso de Enfermagem:**

Maria Valquíria Albuquerque Sacramento (1977)

O corpo administrativo da EESVP na faixa temporal estudada foi composto, majoritariamente, por mulheres sendo muitas destas, Irmãs da Caridade Filhas de São Vicente. Das dez mulheres que atuaram no corpo administrativo da EESVP sem possuir vínculo à referida companhia religiosa, seis eram enfermeiras, sendo que cinco eram egressas da EESVP (Quadro 20). Destas destacamos a atuação de Maria Valquíria Albuquerque Sacramento e Rachel Gomes de Mattos Bastos por terem possuído as participações mais diversificadas e duradouras.

**Quadro 20** Egressas da EESVP que atuaram no corpo administrativo da escola, ordenadas por ano de colação de grau. Fortaleza/CE, 2012 (nov).

<b>ALUNA</b>	<b>ANO DE COLAÇÃO</b>	<b>FUNÇÃO EXECERCIDA</b>
Tereza Carmelita da Cruz Gadelha	1950	Secretária (1955)
Ligia Barros Costa	1959	Coordenadora do setor Disciplina e Biblioteca (1968)
Maria Valquíria Albuquerque Sacramento	1959	Secretária (1965 a 1966, 1968 a 1969, 1971 a 1976); Coordenadora do Curso de Enfermagem (1977)
Rachel Gomes de Mattos Bastos	1960	Coordenadora do setor Currículo (1968); Vice diretora (1972 a 1974); Diretora (1975 a 1976); Diretora do CCS (1978 a 1981)
Francisca Bastos Duarte	1969	Chefe do Departamento de Enfermagem do CCS (de junho a dezembro de 1977)

A única enfermeira que atuou no corpo administrativo da EESVP não sendo egressa da própria escola foi Maria da Glória Ferreira Façanha, que na gestão da Diretoria Colegiada atuou na coordenação do setor Disciplina e Mentalização (1968); e entre 1969 a 1971 dirigiu a instituição. As outras quatro mulheres que desenvolveram atividades no corpo administrativo da EESVP sem terem sido religiosas ou enfermeiras foram Elza Ferreira Schramm, tesoureira em 1972; Maria Anayde Espíndola Freire, secretária em 1959; Maria Edaciclise de Matos, tesoureira em 1969; e Maria Hedy Oliveira Silva, tesoureira de 1974 a 1976.

**APÊNDICE B – COMPILADO SOBRE O CORPO DOCENTE DA EESVP ELABORADO PELA PESQUISADORA MEDIANTE A ANÁLISE DAS FONTES.**

Adalgisa Ciarlini Sales nutricionista. Ingressou como professor colaborador<sup>162</sup> em 1973. Ministrou a disciplina Nutrição e Dietética.

Alber Furtado de Vasconcelos: médico. Ingressou como professor em 1943. Ministrou a disciplina de Dietoterapia e as aulas referentes a enfermagem em terapia intensiva. Citado como professor da EESVP no Congresso de Enfermagem realizado na Bahia entre 3 e 9 de dezembro (ARTIGO NOTICIOSO DOADO, s. n., s.d.).

Alberto Barbosa Viana: padre, filósofo e teólogo. Ingressou como professor em 1971. Ministrou a disciplina Introdução a Filosofia, Cultura Religiosa.

Alcino Aguiar: médico. Ministrou a disciplina Farmacologia.

Aldenora Moura: enfermeira. Ingressou em 1946. Ministrou a disciplina Massagem e Fisioterapia.

Álvaro de Menezes Craveiro: psicólogo. Ingressou como professor em 1971. Ministrou a disciplina Psicologia.

Ana Maria de Carvalho Lima: enfermeira. Ingressou como professor em 1973.

Ana Maria Filizola Araujo Sousa: assistente social. Ingressou como professor em 1974

Anibal de Menezes Craveiro: sociólogo e advogado. Ingressou como professor em 1971. Ministrou as disciplinas Antropologia e Sociologia.

Antonia Tavares Parente farmacêutica. Ingressou como professor em 1973. Ministrou a disciplina Parasitologia.

Antonio Carlos de Oliveira: Ingressou como professor colaborador em 1973.

Antonio Francisco de Brito: Ingressou como professor colaborador em 1973.

Antonio Vandick Pontes: médico. Ingressou como professor em 1943. Ministrou a disciplina Química Geral e Aplicada, Higiene Mental e Psiquiatria, Enfermagem Psiquiátrica

Ariston Cajati: Ministrou Anatomia e Fisiologia, Microbiologia.

Arnóbio Pereira Machado: administrador hospitalar. Ingressou como professor em 1974.

Arquimedes Bruno: padre. Ingressou como professor entre 1943 e 1946.

Augusto Cesar Gadelha de Abreu: médico. Ingressou como professor em 1974. Ministrou a disciplina Patologia, Pediatria Cirúrgica.

Benedita Pereira Villarinho: citado como membro do corpo docente da EESVP em 1957. (ARTIGO NOTICIOSO DOADO, s. n., 18.07. 1957)

Carlos Augusto Studart: Ingressou na EESVP em 1949. citado como professor da EESVP no Congresso de Enfermagem realizado na Bahia entre 3 e 9 de dezembro (ARTIGO NOTICIOSO DOADO, s. n., s.d.).

Carlos Mauricio de Castro Costa: médico. Ingressou como professor em 1973. Ministrou a disciplina Bioquímica.

Cecilia Gama: citado como membro do corpo docente da EESVP em 1957. (ARTIGO NOTICIOSO DOADO, s. n., 18.07. 1957)

Cesar Cals de Oliveira: médico. Ingressou como professor em 1944. Ministrou a disciplina Obstetrícia.

Clotilde Rodrigues Linhares: enfermeira. Ingressou como professor colaborador em 1973.

Edisio Pinheiro: citado como membro do corpo docente da EESVP em 1957. (ARTIGO NOTICIOSO DOADO, s. n., 18.07. 1957)

Edmar Teixeira Vieira: Ingressou como professor colaborador em 1973.

Edmilson Barros de Oliveira: médico. Ingressou como professor em 1943. Ministrou a disciplina Oftalmologia e Otorrinolaringologia (ORL)

Eduardo Armando Freitas do Amaral: médico

Elba Maria Holanda:

Elizio Aguiar: médico. Ministrou a disciplina Física Médica.

Emirene Mendonça Lima Verde: médica

Eneida Schramm Frazão: enfermeira. Ingressou como professor em 1973.

Ernesto de Pinho Pessoa: médico. Ingressou como professor colaborador em 1973. Ministrou a disciplina Bioestatística.

Euclea Gomes Vale: enfermeira.

---

<sup>162</sup> Termo que caracteriza o professor que recebe por horas-aula ministradas, esse cargo existiu até 1979, quando foi realizado o primeiro concurso para provimento de cargos como professor assistente da UECE (SAMPAIO e COSTA, 1979).

Evandro Studart: médico. Ministrou a disciplina Anatomia.  
Fernando Cruz: Ministrou a disciplina Sociologia.  
Fernando Leite: citado como membro do corpo docente da EESVP em 1957. (ARTIGO NOTICIOSO DOADO, s. n., 18.07. 1957)  
Fernando Silveira: médico. Ingressou como professor em 1943. Ministrou a disciplina Pediatria.  
Francisca Bastos Duarte enfermeira. Ingressou como professor em 1973.  
Francisca Claudeci Machado: enfermeira.  
Francisca das Chagas Figueiredo: Ministrou Enfermagem Cirúrgica.  
Francisca Maria de Maracaba Meneses: enfermeira.  
Francisca Nelie de Paula: enfermeira.  
Francisco Antonio de Brito: médico veterinário. Ingressou como professor em 1974. Ministrou a disciplina Saúde Pública.  
Francisco Araujo Andrade: médico. Ingressou como professor em 1943. Ministrou a disciplina Anatomia e Fisiologia  
Francisco Bruno: Ministrou a disciplina Química e Bioquímica.  
Gambetá Bruno: padre. Ingressou como professor entre 1943. Ministrou a disciplina Deontologia e Religião.  
Geraldina Lomanaco Romcy: enfermeira. Ministrou a disciplina de Saúde Pública.  
Geraldo de Holanda Gonçalves: geógrafo. Ingressou como professor em 1973. Ministrou a disciplina Estudos de Problemas Brasileiros.  
Geraldo de Sousa Tomé: médico veterinário. Ministrou Citologia.  
Gilmário Mourão Teixeira: médico. Ingressou como professor entre 1943 e 1946.  
Gondim: médico veterinário. Ministrou Bioquímica.  
Haroldo Gondim Juaçaba: médico. Ingressou como professor entre 1943 e 1946. Ministrou a disciplina Anatomia e Cirurgia, Fisiologia, Clínica Cirurgica  
Helena Correia: enfermeira. Ministrou as disciplinas Enfermagem em Patologia Externa, Nutrição, Técnica de Sala de Operação, Enfermagem em Primeiros Socorros, Historia da Enfermagem, Higiene Individual, Enfermagem em Patologia Cirurgica.  
Hipólito Peixoto de Oliveira: matemático. Ingressou como professor em 1973. Ministrou a disciplina Calculo I e Estatística Vital.  
Honélia Bezerra de Brito: citado como membro do corpo docente da EESVP em 1957. (ARTIGO NOTICIOSO DOADO, s. n., 18.07. 1957)  
Idelzuite Tavares: Ministrou a disciplina Relações Humanas.  
Iraci Ribeiro: formação acadêmica desconhecida. Ministrou a disciplina Higiene Mental.  
Irmã Blanca: enfermeira. Ministrou a disciplina de Enfermagem Psiquiátrica.  
Irmã Cacilda: enfermeira. Ministrou a disciplina Fundamentos de Enfermagem.  
Irmã Carolina Fernandes: Ingressou em 1949. citado como membro do corpo docente da EESVP em 1957. (ARTIGO NOTICIOSO DOADO, s. n., 18.07. 1957)  
Irmã Catarina Fiúza: Ingressou como professor em 1945. Ministrou a disciplina Enfermagem Psiquiátrica, Revisão de Técnica, Enfermagem Aperfeiçoada, Higiene Individual e Serviço Social.  
Irmã Celina: Ministrou a disciplina Fundamentos de Enfermagem  
Irmã Fiúza Pequeno: Ingressou como professor em 1944. Ministrou a disciplina Higiene Individual e Assistência Social, Moral Profissional,  
Irmã Genoveva Pequeno: enfermeira. Ministrou a disciplina Atadura e massagem.  
Irmã Hercília Fernandes Pequeno: Ingressou como professor em 1944. Ministrou a disciplina Nutrição, Dietoterapia Infantil, Enfermagem em Obstetrícia, Saneamento, Ética, Religião, Deontologia, Enfermagem em Saúde Publica e Francês.  
Irmã Josefa: Ministrou a disciplina Historia da Enfermagem.  
Irmã Madalena Mendes: enfermeira. Ministrou as disciplinas Enfermagem em Patologia Médica, Enfermagem pediátrica, Enfermagem em Oftalmologia e ORL  
Irmã Margarida Maria Cola: enfermeira. Ministrou as disciplinas Técnica Preliminar, Ética Profissional e Enfermagem em Patologia Interna, Enfermagem de Obstetrícia, Técnica Adeantada, Enfermagem em Saúde Pública. Em artigo noticioso doado, (s. n., 07.11.1944) informa-se que a mesma foi diplomada pela EEAN em 8.9.1942.  
Irmã Maria José Santos: enfermeira. Ministrou as disciplinas Drogas e Soluções, Técnica de Ataduras, Massagem, Enfermagem em Doenças Contagiosas, Dietoterapia, Enfermagem Psiquiátrica, Enfermagem Aperfeiçoada, Enfermagem em oftalmo-oto-rino-laringologia, Enfermagem de Patologia Externa



Irmã Maria Julieta Fernandes: Ingressou em 1946. Ministrou a disciplina Enfermagem em Doenças Transmissíveis.

Irmã Monica Lima: citado como membro do corpo docente da EESVP em 1957. (ARTIGO NOTICIOSO DOADO, s. n., 18.07. 1957)

Irmã Ormindia Santana de Oliveira enfermeira. Ingressou como professor em 1973.

Irmã Rosali Albuquerque – Enfermagem em Psiquiatria e Anestesia, Enfermagem em Patologia Interna e Enfermagem em Doenças Venéreas

Irmã Suzana: Ingressou em 1949.

Irmã Syrena de Castro Bomfim//Ir Leonir: enfermeira. Ministrou as disciplinas Fundamentos de Enfermagem, História da Enfermagem, Revisão de Técnica, supervisora de estagio.

Irmã Zoé Lima Soares: enfermeira. Ministrou a disciplina Profilaxia.

Islan Dourado: médico. Ministrou a disciplina Química.

Jairo Macedo: professor colaborador em 1973.

João Alberto Alves de Albuquerque: formado em Letras Inglês. Ingressou como professor em 1973. Ministrou a disciplina Inglês e Deontologia.

João Estanislau Façanha: médico. Ingressou como professor entre 1944. Ministrou a disciplina Patologia Externa e Ortopedia, Patologia Cirúrgica e Primeiros Socorros.

João Guedes Filho: Ingressou como professor em 1973.

João Navilo Helal Costa: farmacêutico Ministrou as disciplinas Microbiologia e Imunologia.

João Ramos: médico. Ingressou como professor em 1943. Ministrou a disciplina Higiene em Saúde Pública.

Josa Magalhães: médico. Ingressou como professor em 1943. Ministrou as disciplinas Parasitologia, Microbiologia.

José Alberto Alves Albuquerque: Ministrou a disciplina Ingles

José Arizona Leite: Ingressou como professor em 1973.

José Borges: citado como professor da EESVP no Congresso de Enfermagem realizado na Bahia entre 3 e 9 de dezembro (ARTIGO NOTICIOSO DOADO, s. n., s.d.).

José de Aguiar Ramos: médico. Ingressou como professor colaborador em 1973. Ministrou a disciplina Patologia. Em 1976 se retirar para assumir o cargo de Secretario Municipal de Saúde.

José do Nascimento Filho: medico. Ingressou como professor em 1974. Ministrou a disciplina Psiquiatria, Enfermagem Psiquiátrica.

José Edilson Silva: padre. Ingressou como professor entre 1943. Ministrou a disciplina Deontologia.

José Fernandes: médico. Ingressou como professor em 1944. Ministrou a disciplina Pediatria.

José Pontes Neto: médico. Ingressou como professor em 1943. Ministrou a disciplina Patologia Interna e Externa.

José Ronald Brito: geógrafo. Ingressou como professor em 1973. Ministrou a disciplina Estudos de Problemas Brasileiros.

José Waldemar de Alcântara e Silva: médico. Ingressou como professor em 1944. Ministrou as disciplinas Anatomia e Fisiologia, Higiene e Saúde Pública, Doenças Transmissíveis.

Josefa Maria de Abreu: enfermeira.

Josias de Freitas: Foto em Artigo noticioso doado do Jornal Unitário sem data.

Julaine Maria de Melo Loureiro enfermeira. Ingressou como professor em 1973.

Jurandir Moraes Picanço: médico. Ingressou como professor em 1943. Ministrou as disciplinas Patologia Interna, Higiene Mental, Doenças Infeciosas, Psiquiatria, Clinica Medica

Juvenal Hortêncio de Medeiros: médico. Ministrou a disciplina Obstetrícia. Citado como professor da EESVP no Congresso de Enfermagem realizado na Bahia entre 3 e 9 de dezembro (ARTIGO NOTICIOSO DOADO, s. n., s.d.).

Lauro Chaves: médico. Ingressou como professor em 1944. Ministrou a disciplina Farmacologia e Matéria Médica.

Liduína Maria Araujo: enfermeira.

Lisbeth Sales: enfermeira. Ministrou as disciplinas Higiene Individual, Nutrição, História da Enfermagem.

Lucia Beco: nutricionista. Ministrou a disciplina Nutrição e Dietética, Dietética Infantil.

Luciano Magalhães: médico. Ministrou a disciplina Microbiologia.

Lucimary Uchoa Medeiros: enfermeira.

Lucy de Holanda: médico. Ingressou como professor em 1947. Ministrou a disciplina Ginecologia

Luiz Antonio: medico. Ministrou a disciplina anatomia.

Luiz Arnaldo Rodrigues dos Santos: médico. Ingressou como professor em 1974. Ministrou a disciplina Histologia e Embriologia.

Luiza Soares de França: enfermeira.

Manuel Deusimar Batista: enfermeira: enfermeiro.

Marcia Maria de Castro Barrocas: enfermeira.

Margarida Almeida Bastos: enfermeira. Acompanhou estagio em Psiquiatria.

Maria Anunciada Nunes Falcão: enfermeira. Ingressou como professor em 1973.

Maria da Paz: enfermeira. Ministrou a disciplina Enfermagem Clínica Médica

Maria de Sá: enfermeira. Ministrou a disciplina Saúde Pública.

Maria Dilce Amora Vasconcelos (Irmã Cacilda): enfermeira. Ingressou em 1975 como Chefe do Departamento de Enfermagem.

Maria Ditacia Bastos Brasil: enfermeira

Maria do Socorro Vieira Lima: enfermeira.

Maria Eneida Rocha: enfermeira. Ingressou como professor em 1973. Ministrou a disciplina Administração aplicada a Enfermagem.

Maria Grasiela Teixeira Barroso: ministrou as disciplinas Enfermagem em Saúde Pública, Enfermagem Pediátrica, Enfermagem em Clínica Médica, Dietética Infantil, Economia Hospitalar, Saneamento, Problemática de Enfermagem e Ética Profissional. Em 1971 assume o cargo de Chefe do Departamento de Ética e Historia da Enfermagem da EESVP, permanecendo ate 1975 quando assume oficialmente o cargo de docente do Curso de Enfermagem da UFC (FREIRE, 2002, p.99).

Maria Ireuda Rocha: citado como membro do corpo docente da EESVP em 1957. (ARTIGO NOTICIOSO DOADO, s. n., 18.07. 1957)

Maria Leontina de Lima enfermeira. Ministrou disciplina de Saúde Pública. Ingressou como professor em 1973.

Maria Ligia: enfermeira. Ministrou as disciplinas Enfermagem de Saúde Pública

Maria Salete Jorge Bessa: enfermeira. Ingressou como professor em 1975.

Maria Siqueira de Sousa enfermeira. Ingressou como professor em 1974.

Maria Suzana Pontes de Vasconcelos: enfermeira. Ingressou como professor em 1974.

Maria Valquíria Albuquerque Sacramento: enfermeira. Ministrou a disciplina Fundamentos de Enfermagem, Urgência, Pediatria. Coordenou o Curso de Auxiliar de Enfermagem em 1975.

Maria Zeneida de Sousa Pequeno: enfermeira

Maria Zeneida Pinheiro: farmacêutica. Ingressou como professor em 1974. Ministrou a disciplina Farmacologia.

Mary Anne Arraes de Castro: enfermeira Ministrou a disciplina Administração aplicada a Enfermagem.

Natalina Philomena Assumpta Odisio de Sá: nutricionista. Ingressou como professor em 1971. Ministrou a disciplina Nutrição.

Nelson Sales Andrade: médico. Ingressou como professor em 1943. Ministrou a disciplina Parasitologia

Odanir: Ministrou a disciplina de Estatística.

Pedro Wilson Leitão: médico. Ingressou como professor em 1974. Ministrou a disciplina Clínica Cirúrgica.

Rachel Gomes de Mattos Bastos: enfermeira. Ingressou como professor em 1973. Ministrou a disciplina Saúde Pública.

Railda Bede de Almeida: enfermeira. Ingressou em 1946. Ministrou a disciplina Técnica de Ataduras.

Raimundo Célio de Menezes: médico. Ingressou como professor em 1973. Ministrou a disciplina Biologia.

Raimundo Rodrigues Pinto: médico. Ingressou como professor em 1943. Ministrou a disciplina Traumatologia, Socorro de Emergencia

Raimundo Vasconcelos Arruda: médico. Ingressou como professor em 1973. Ministrou a disciplina Clinica Pediátrica, Puericultura.

Raimundo Vieira Cunha: médico. Ingressou como professor em 1943. Ministrou a disciplina Microbiologia

Rita de Cássia Vasconcelos: enfermeira.

Ronaldo Brito: Ministrou a disciplina Português.

Sergio Maia Melo: engenheiro químico. Ingressou como professor em 1973.

Silvia Passos Andrade: fisioterapeuta. Ingressou como professor em 1974.

Tarcisio Soriano Aderaldo: médico. Ingressou como professor em 1944. Ministrou a disciplina Patologia Geral, Dermatologia e Doenças Venéreas.

Teotônio: engenheiro. Ministrou a disciplina Engenharia de Saneamento.

Teresa Bessa: enfermeira. Ministrou a disciplina Fundamentos de Enfermagem.

Terezinha Carmelita da Cruz Gadelha: enfermeira. Ingressou como professor em 1954. Ministrou a disciplina Ética e História, Revisão de Técnica.

Terezinha de Almeida Queiroz: enfermeira. Ingressou como professor em 1974.

Terezinha de Jesus Rodrigues Lima: enfermeira. Ingressou como professor em 1973.

Tomas Edson Paula Viana: matemático. Ingressou como professor em 1973. Ministrou a disciplina Biofísica e Matemática

Trajano Augusto de Oliveira // Trajano de Almeida: médico. Ingressou como professor em 1945. Ministrou a disciplina Tisiologia//Tuberculose

Ubirajara Coelho Negreiros: médico. Ingressou como professor em 1947. Ministrou a disciplina Sociologia.

Valnice Café: médica. Ministrou a disciplina Microbiologia, Sociologia.

Vera Lucia Filizola Araujo Matos: enfermeira. Ministrou a disciplina Fundamentos de Enfermagem.

Verônica Ribeiro Borges: enfermeira. Acompanhou estagio de Obstetrícia.

Viliberto Porto/ Eriberto Porto: Ministrou a disciplina Anatomia

Vitório: Ministrou a disciplina Epidemiologia.

Walter de Moura Cantídio: médico. Ingressou como professor em 1943. Ministrou a disciplina Doenças contagiosas, Dermatologia.

Wilson Juca: citado como professor da EESVP no Congresso de Enfermagem realizado na Bahia entre 3 e 9 de dezembro (ARTIGO NOTICIOSO DOADO, s. n., s.d.).

Zilma Fontenelle: médica. Ministrou a disciplina Microbiologia, Psicologia.

**APÊNDICE C** – COMPILADO SOBRE O CORPO DISCENTE DA EESVP ELABORADO DOS NOMES ENCONTRADOS NOS QUADROS E PLACAS DE FORMATURA ENCONTRADOS NA UECE E NA UFC, ORGANIZADOS POR ANO DE COLAÇÃO DE GRAU.

TURMA DE 1946

UECE

**Discentes:**

Placa            na

EGRESSA
Aldenora Martins de Moura
Carmen Falcão de Sousa Leão
Maria Julieta Fernández
Maria Neves Bezerra
Raimunda Railda Bede de Almeida

TURMA DE 1947

Placa na UECE

**Discentes:**

EGRESSA
Ernestina Menezes da Rocha (CE)
Ir. Francisca das Chagas Figueiredo (PI)
<b>Francisca Marinho Araujo (CE)</b>
Ir. Honoria Maria (MA)
Maria de Souza Costa Ir Josefa Costa (PE)
Maria Lidia Pinheiro Ir Superiora Luiza Pinheiro (CE)
Ir. Metilde Maria (CE)
Ester Reis de Carvalho Ir Suzana Carvalho (PA)
Lelia Figueira Leda
Maria Vilane Martins Cunha

TURMA DE 1948  
**Discentes:**

Placa não encontrada

EGRESSA
Não houve

TURMA DE 1949

Placa não encontrada

Discentes:

EGRESSA
Dilce Mendes Façanha
Dulce Mendes Façanha
Izaura Ferreira Lima
M do Carmo Barbosa
M Guiomar Pinheiro Barreira
M Lucia Oliveira Cardoso
M Matilde Fernandes
Martha Silva Bhering
Tereza Bezerra Bessa

TURMA DE 1950

Placa na UECE

**Discentes:**

EGRESSA
Adalgisa Rodrigues de Oliveira
Clara Pires de Carvalho
Elisabete Pompeu de Lima
Elisabeth Cota D'Araujo
Ilka Maria Gomes Pedrosa
Emilia Alves Pereira (Ir Arlete)
Leonilia de Carvalho e Silva
Luiza Bonfim Gomes
Margarida Maria Fernandes Pequeno
<b>Maria Crisantina de Meneses</b>
Maria Euda Leitão Pequeno
Maria Lourdes da Costa
Marieta Sales Martins
Olga Cunha Freire
Perpetua de Souza Borges



TURMA DE 1951

Discentes:

Placa não encontrada

EGRESSA
Elza Pereira Magalhães
Laura Luz Bezerra
Maria do Socorro Santos Viana
Maria Edna de Oliveira
Maria Expedita Marques
Maria Lelia Gonçalves Landira

TURMA DE 1952

Discentes:

Placa não encontrada

EGRESSA
Albertina de Sá Barreto Duarte
Eliezita Ferreira da Silva
Evangeline Gomes de Oliveira
Francisca Eleutério de Moraes
Marinete Assunção Novais
Terezinha Magalhães Joca

TURMA DE 1953

Placa não encontrada

Discentes:

EGRESSA
Julieta da Silva Lemos
Margarida Maria Alacoque Luna
Maria de Oliveira Melo
Maria do Carmo Alves Ferreira
Maria Lisieux Bezerra de Menezes
Maria Miriam Feitosa Costa
Maria Suzete de Aquino
Tereza Carmelita da Cruz

TURMA DE 1954

Placa não encontrada

Discentes:

EGRESSA
Adalgisa Pires de Souza
Ana Martins Duarte
Cleonice Cavalcante Lemos
Filomena Lelis Camello
Honelia Bezerra de Brito
Iacy Antonia Pequeno
Maria Carneiro de Oliveira
Maria do Carmo Gomes
Maria Ireuda da Rocha
Maria Jose Ferreira Lima
Rocilda dos Santos Sampaio

TURMA DE 1955

Placa na UECE

**Discentes:**

EGRESSA
Benedita Pereira Villarindo (PI)
Cecília de Paiva Dias (PI)
Gerarda Fernandes Oliveira (CE ou PI)
Gilda Nogueira dos Santos (PI)
Ivanilda Bruno Osório (CE)
Maria Aldenôra da Silva (CE)
Maria da Conceição Souza (PI)
Maria de Jesus Cordeiro (PI)
Maria do Socorro Freitas Nascimento (PI)
Maria do Socorro Torres Costa (PI)
Maria Dulce Sucupira Vila-Real (CE)
Maria Leuda (Zeuda?) Leitao Pequeno (CE)
Maria Suzana Castelo Branco Bessa.
Olga Mendes Façanha (BA)
Raimunda Vieira de Paula (CE)
Zenaide Soares Pereira (AM)

TURMA DE 1956

Placa não encontrada

**Discentes:**

EGRESSA
Ir Ana Auri (Anu?) Carneiro
Betisa Inácio Rolim
Cleide Mota Albuquerque
Maria da Conceição Andrade Sousa
Maria Cavalcante de Melo
Maria Ines Fialho
Maria Judite Cunha Freire
Maria Olinda de Castello Branco
Maria Rocilda de Vasconcelos
Olívia Alves Mota
Risoleta Sales
Rita de Cássia Vasconcelos
Yêda de Oliveira Sousa

TURMA DE 1957

Discentes:

EGRESSA
Francisca Lopes da Costa Ir Maria Angelita
Francisca Vasconcelos
Maria Eneida Rocha
Maria Jarina de Moura (Martins)
Neli Lima Soares Ir Zoé
Raimunda Nonata Bezerra Ir Josefina
Teresa de Jesus Gomes
Vanda Moura Magalhães

TURMA DE 1958

Placa não encontrada

**Discentes:**

EGRESSA
Ana Anita Oliveira Coelho
Eloísa Bezerra Oliveira
Ir Djanira Brasiliano de Souza
Luiza Teresinha Batista
Maria Barbosa do Espírito Santo
Maria da Paz Coelho
Maria das Dores de Castro Mota (Alves)
Maria de Lourdes Dias de Paula
Maria Eneida Paiva
Maria Esmeralda Batista
Maria Graciema Daniel Silveira
Maria Jose de Paiva Dias
Maria Leontina de Lima
Maria de Lourdes Teles
Maria Marlene Lopes da Costa
Narciza Fernandes de Lima
Núbia da Silva de Aguiar
Raimunda de Castro Gomes (Ferreira)
Silvia Maria Soares de Campos
Terezinha Maria Chaves Ribeiro
Terezinha Oliveira Florêncio
Therezinha Pereira Lima
Valmira da Costa e Silva
Zeneida Atanásio de Souza



**Discentes:**

EGRESSA
Alice Nogueira do Nascimento (Pinheiro)
Celeste Costa Cantuário
Francisca de Souza Rocha (FACI)
Ligia Barros Costa
Maria Alzirina (ES)
Maria Anunciada Nunes Marques
Maria Carvalho Galhenó
Maria Celeste Cantuária
Maria da Saúde de L Mota
Maria de Lourdes Albuquerque
Maria do Carmo dos Santos Barros
Maria do Livramento Amorim e Silva (Ir Leomia)
Maria do Socorro Melo Oliveira
Maria Estefania Camurça
Maria Geovani Aguiar Moraes
Maria Grasiela Teixeira Barroso
Maria Jose do Espírito Santo
Maria Ligia Barros da Costa
Maria Maia de Moura (Ir Maria Moura)
Maria Myrthes Hollanda Brasil de Mattos
Maria Neusa Ferreira de Castro
Maria Peixoto Pereira (Ir Peixoto)
Maria Soares de França
Maria Valquiria Albuquerque Sacramento
Ozenir Barbosa Freitas
Ozirina Gracildes do Espírito Santo
Rita de Cássia Pio
Rita Ilca de Almeida Guerra
Terezinha de Jesus Silva

TURMA DE 1960

Placa não encontrada

**Discentes:**

EGRESSA
Bernadete Santiago
Clotides Rosa Rodrigues
Francisca Zélia Vasconcelos
Janete de Carvalho Melo
Maria Costa Lobo (Marreiro)
Maria Dalva Brito
Maria de Lourdes Alves Correia
Maria do Carmo Silva Teles
Maria do Socorro Holanda
Maria Neiva Dutra Gomes
Rachel Gomes de Mattos

TURMA DE 1961

Placa não encontrada

**Discentes:**

EGRESSA
Adalveniza Simão da Costa
Antonia Moreira
Djanira Gomes
Elisbeth Batista Vieira
Estefania Camurça Barbosa
Francisca Maria de Moura
Margarida Maria de Araujo
Maria de Jesus Gonçalves Neto
Maria de Lourdes Alves Correia
Maria Jose de Oliveira
Maria Jose França Rodrigues
Maria Luiza Bonfim Gomes
Maria Luz Bezerra
Maria Rosa de Oliveira
Zenaide Soares de Moraes

TURMA DE 1962

Placa não encontrada

Discentes:

EGRESSA
Francisca Maria de Moura
Gilvania Pessoa Barroso
Libania Pessoa Barroso
Margarida Maria de Araújo
Maria Euridice Santos
Maria Jose de Oliveira
Maria Luz Bezerra
Maria Rosa de Oliveira
Maria Valneide Geraldo
Zenaide Soares de Moraes

TURMA DE 1963

Placa não encontrada

Discentes:

EGRESSA
Ângela Selma Lima Teixeira
Benedita Felizola Cavalcante
Cleide Mota de Albuquerque
Cleide Veras Pedrosa
Dorotéia Martins Ferrer
Ivonete Bezerra Fialho
Ivonilda Sá
Izabel Bonfim Gomes Rodrigues
Maria Amélia Ferreira
Maria Cely Camurça de Oliveira
Maria Celsa Franco
Maria de Jesus Cordeiro
Maria do Socorro Costa Lobo
Maria Donatilia de Sousa
Maria Luiza Alencar Bandeira
Maria Zuleica de Sousa
Marinalva Gomes da Silva
Rosa
Zenaide
Francisca Olinda Veras
Maria Augusta Guedes de Lima
Maria da Paz Agostinho de Souza
Maria Jose Barros de Pinho
Maria Moraes de Carvalho
Raimunda Braga da Silva
Valderina Gomes Vasconcelos

TURMA DE 1964 (46 ANOS DE FORMADOS)

Placa não encontrada

**Discentes:**

EGRESSA
Ana Therezinha de Gouvêa Lobato
Joilda Pessoa Furtado Leitão
Julieta Leão de Alencar
Maria Iara Gomes Nogueira
Maria Luiza Sampaio Oliveira
Tereza Nilza Rocha da Silva

TURMA DE 1965

Discentes:

Placa não encontrada

EGRESSA
Adalny Clementino Bussons
Benita Pereira Batista
Maria Luiza Sampaio Oliveira

TURMA DE 1966

Placa não encontrada

Discentes:

EGRESSA
Adaise de Azevedo Bezerra
Adalmy Clementino Bussons
Benita Pereira Batista
Luiza Soares de França
Maria Aurineide de Oliveira
Maria Cândida da Silva Filha
Maria Carmosita Fernandes
Maria Cristina Muniz
Maria Geovana de Araujo Camara
Orminda Santana de Oliveira (Ir Orminda)
Zulene Maria de Vasconcelos



TURMA DE 1967

Placa não encontrada

**Discentes:**

EGRESSA
Adelaide Coelho de Paula
Anorina Fernandes Lopes
Doralice Aguiar Moraes
Gasilda Meneses do Carmo
Gertrudes de Souza Suassuna
Ligia Andrade Aires
Lucia Andrade Aires
Luiza Soares da Silva
Margarida Araujo Amaral
Maria Ceci Fernandes Melo
Maria D'Lourdes de Castro
Maria do Perpetuo Socorro Neves
Maria Lucia Freire
Maria Madalena dos Santos Oliveira
Maria Naura Alves Nogueira
Maria Vandira Sampaio
Maria Vicência Barros
Rita de Cássia Silveira
Valdonira Arcanjo do Carmo

TURMA DE 1968

Placa não encontrada

**Discentes:**

EGRESSA
Alba Alves Costa
Aleuda Maria Figueiredo de Castro
Anita Leocadio Saraiva Barros
Benedta Pessoa Forte
Fca Cabral Nogueira
Fca de Sousa Maia
Francisca Lindalva Carvalho Custodio
Maria d'Lourdes de Castro
Maria de Fatima Santos Costa
Maridete Bezerra de Sousa
Modesta Maria de Moura
Olga Maria Santos Costa
Raimunda Nonato Ferreira
Terezinha Pereira Pinheiro

**Discentes:**

EGRESSA
Alais Costa Campos
Anadália Alves Freitas Amorim
Elba Maria de Holanda
Elizabeth Simone Matos Malveira
Elvira Alves de Oliveira
Fca Bastos Duarte
Fca Iva Alves Basilio
Francisca Maria de Sales
Francisca Marilene de Oliveira Melo
Idgia Maria Melo Correia Lima
Irene Barros Bezerra
Judite Veras Machado
Julaine Maria Melo Loureiro (UECE)
Ligia Maria Melo Correia Lima
Lucia Cordeiro de Almeida
Maria Assunção de Oliveira
Maria D'arc Cavalcante Silva
Maria da Conceição Borges Vieira
Maria do Socorro Lima
Maria Ieda de Sousa Lima
Marilene Marques de Oliveira
Raimunda Barroso de Sales
Raimunda de Oliveira Almeida
Raimunda Nonata de Brito
Terezinha de Jesus Rodrigues Lima
Vera Lucia Filizola Araujo
Zeneida Meneses Fontenele

TURMA DE 1970

Discentes:

Placa na UFC

EGRESSA
Adauto Arrais
Ana Clotilde Carvalho Damasceno
Ana Maria de Carvalho Lima
Anilda Maria Pinho de Brito
Djalma Mendes Façanha
Edna de Sousa Rocha
Elba Maria de Holanda
Elias Ferreira Rodrigues
Eridan Borges Nascimento
Francisca Bastos Duarte
Francisco Benicio de Oliveira
Gleide Lima Uchoa
Jaime Victor Fernandes
Jeanette Maria Matos
Maria de Jesus Alencar
Maria de Lourdes Alves Damasceno
Maria Eliete Barroso
Maria Elzenir de Sousa Moreira
Maria Evangelista
Maria Geni Barros dos Santos
Maria Holanda Bessa
Maria Lelia Pereira
Maria Neuma Marinho Soares
Maria Salete Bessa Pitombeira
Maria Siqueira de Souza
Maria Sueli Paula de Oliveira
Raimunda Ferreira Barbosa
Raimunda Nunes de Senna
Teresinha Mendes de Abreu
Yacy Correa Lima Maia

TURMA DE 1971

Placa na UFC

**Discentes:**

EGRESSA
Ana Cleide Lopes Rocha
Clauny Nobre Holanda Craveiro
Francismary Barbosa da Silva
Francisca Chaves Nogueira
Francisca Souza da Cruz
Helena Leite Cruz
Ilná Paulino Silva
Luziavirgem Queiroz Silva
Maria Alice Cabral Nogueira
Maria Aparecida Maciel
Maria Dalva Rodrigues Santos
Maria de Fatima Santiago
Maria do Socorro Almeida
Maria Fatima Cavalcante Pinheiro
Maria Fatima Maciel Araujo
Maria Neuma Dias Martins
<b>Maria Santiago Conde</b>
Maria Sueuda Costa
Margarida Juliao Milhane
Manuel Deusimar Batista

**Discentes:**

EGRESSA
Ana Prado Gonçalves
Ana Teresa Cordeiro Albano
Angela Maria de Oliveira (Viegas)
Angela Maria Reis Silva
Aurelia Moreira Teixeira
Benedita Maria Monteiro Pinto
Célia Maria Barroso Alcântara
Expedito Pereira Lima
Francisca Ana Martins
Francisca das Chagas Rocha Farias
Ilda Dantas Sampaio
Ilone Ferreira de Sousa
Jose Ademar Pessoa
Josefa Maria de Abreu
Leda Maria Torres Frazao
Leila Torres Frazao
Luidilma Pontes Ribeiro
Marcia Maria Silva de Castro
Maria Bezerra de Lima
Maria Celia Alexandre Rolim
Maria Celia Barroso de Alcantara
Maria Celia Fernandes Lima
Maria Claristela Tavares
Maria da Conceição Gomes Falcao
Maria da Penha de Jesus
Maria das Graças C de Oliveira
Maria Dilce Amora Vasconcelos
Maria do Carmo Matos de Paiva Dias
Maria do Socorro Nantua Evangelista
Maria Edna Goes de Araujo
Maria Euridea de Castro
Maria Iara Cavalcante das Neves
Maria Jose de Sousa Figueiredo
Maria Lucia da Silva
Maria Marilene Tavares
Maria Mary Franco Mota
Maria Neide de Sousa
Maura Sebastião Alves
Nubia Eloy Domingos
Ormiza Clara de Sousa
Ruizete da Silva Lima
Tacilda Rodrigues de Sousa
Teresa Nadja Lisboa Lima
Teresinha de Oliveira Cunha
Teresinha Eugenia de Sousa Furtado
Valnice de Oliveira

**Não consta na ata de colação de grau encontrada na UFC!**

TURMA DE 1973

Discentes:

Placa na UFC

EGRESSA
Ana Maria Santos da Mota
Anathomaiaky Santiago Varejão
Angela Gondim de Alencar Araripe
Antonia Aguiar Moraes
Carmem Silva Diniz
Clara de Assis Lessa Colares
Clara de Assis Rodrigues Araujo
Clodis Maria Tavares
Edna Maria Barroso Arrais
Euclea Gomes Vale
Francisca Nascimento da Silva
Francisca Valda da Silva
Francisca Zeneida Guerreiro
Girlene Maria Magalhães Cavalcante
Gloria Maria Leite Ramalho
Ilone Ferreira de Sousa
Ieda da Rocha Tavares
Lindalva Maria da Silva
Margarida Almeida Bastos
Maria Amelia Ferreira
Maria Anautia Borges Araujo
Maria Aurineide Pires de Freitas
Maria das Graças Aguiar Moraes
Maria das Graças Castro
Maria de Lourdes Medeiros da Silva
Maria do Rosario Caminha Cavalcante
Maria do Socorro Barbosa (Saboia)
Maria do Socorro Gadelha
Maria do Socorro Moreira de Andrade
Maria Jeanne Nazza Cruz
Maria Leuda Muniz de Oliveira
Maria Liduina Caminha de Oliveira
Maria Marlene Medeiros de Sousa
Maria Medici da Silva
Maria Nelci Bezerra Lopes
Maria Rodrigues da Conceição
Maria Terezinha de Albuquerque
Maria Vilani Cavalcante Guedes
Maria Lucia Ribeiro de Oliveira
Raimundo Sinval Alves de Sousa
Regina Lucia Bezerra do Nascimento
Rita Maria Albuquerque Cabral
Rocilda Custodio Moura
Silvia Helena Dionizio
Suely Alves de Freitas
Terezinha de Jesus Rocha
Verônica Ribeiro Borges
Zélia de Melo Barbosa

TURMA DE 1974

Placa não encontrada

**Discentes:**

EGRESSA
Conceição de Maria Lira Monteiro
Eliana Alves Correia
Elizabeth Lopes da Costa
Fca Aragao de Almeida
Fca Elizeuda Soares de Lima
Hilmar Maia de Almeida
Ismênia Maria de Sá Barreto
Luis Pires Martins
Maria Auxiliadora Braga Parente
Maria Celia Pinheiro Melo Vilar
Maria Creuza de Abreu
Maria de Nazare de Oliveira Fraga
Maria Emilia Parente Carvalho
Maria Irismar de Almeida
Maria Luiza de Abreu Leitao
Maria Socorro Lima
Maria Socorro Oliveira
Maria Socorro Oliveira Passos
Maria Zenilda Leopoldo Feitosa
Mary Ann Arrais de Castro
Mary Ann de Moura Lima
Neili Ferreira da Silva
Raimunda Magalhães Chaves
Raquel Leite Vieira
Raquel Maria Uchoa Guimarães



TURMA DE 1975

Placa não encontrada

**Discentes:**

EGRESSA
Amelia Leonarda Pinheiro Feitosa
Ana Celia Melo de Sousa
Ana Maria Gonçalves Leite
Antonia Clelia Torres Bandeira
Celina Camila da Silva
Francisca de Assis Barbosa
Francisca Eliana Juca Moreira
Francisca Nellie de Paula
Iracema Chaves de Lima
Ivone Maria Aragão Correia
Joana D'arc da Silva Lucena
Maria Araci de Almeida Pinheiro
Maria Calixto de Alencar
Maria Cleide Chaves
Maria da Conceição Dias
Maria das Graças Alves Silva
Maria das Graças Gomes de Matos
Maria de Fátima Bandeira de Sousa
Maria de Fátima de Brito Piancó
Maria de Lourdes Goes Araujo
Maria de Sá Barbosa Brito
Maria Fatima Barbosa Gondim
Maria Sonia Felicio Magalhaes
Maria Waci de Medeiros
Marta Maria Coelho Damasceno
Marta Maria Melo Albuquerque
Olga Cordeiro Botelho
Sonia Maria Mendes Cantidio
Valdelice Pinheiro da Silva
Vera Lucia de Almeida

TURMA DE 1976

Placa não encontrada

**Discentes:**

EGRESSA
Almerinda Moura
Ana Celia (Celsa?) Sá
Ana Lucia de Oliveira Sousa
Candida
Célia Maria Leal
Clodis Maria Tavares
Diane Ribeiro Parente de Alencar
Dulce Neiva Silva Santos
Eliane Maria Ferreira Bastos
Eugenia Maria Pereira Rodrigues
Fca Eunice Jucá Rolim
Fca Ines Bezerra Coelho
Iedda Maria Pereira Lima
Izabel Ferreira de Jesus
Jose Arimáteia Ramos
Liana Andrade Aires
Maria Alves de Oliveira
Maria Amelia de Paiva Sousa
Maria Celia Matos de Oliveira
Maria das Graças Barbosa
Maria das Graças Cavalcante Domado
Maria de Lourdes Luz Bezerra
Maria Ivonete de Almeida Miranda
Maria Santos Rego
Maria Siqueira de Castro
Maria Socorro Bastos Ramos
Maria Socorro Landim
Maria Socorro Lopes
Maria Sonia Felicio Magalhaes
Naeleta Verissimo Batista
Neli
Nilo de Sousa Silva
Silveria Maria Roland de Castro
Solange Vieira e Silva
Terezinha de Jesus Oliveira
Terezinha Inacio de Abreu
Vera Almeida
Vilma Maria Araujo Lima
Edna de Souza Araujo
Eliane Maria Ferreira Bastos
Eugenia Maria Pereira Rodrigues
Flavio de Andrade Moura
Francisca das Chagas Dourado
Francisca Lima de Mendonça
Ioneida Gomes da Silva
Jose Teixeira de Mendonça
Jucineide Maria Melo Loureiro
Liduina Emilia Moreira Cavalcante
Maria Albertina Rocha Diogenes
Maria Aldenice de Oliveira
Maria do Carmo Luz
Maria Celia da Conceição Fava
Maria Eneida Micheles
Maria de Fatima Araujo Passos

Maria de Fatima Carvalho
Maria de Fatima de Oliveira Conrado
Maria Glades Rios de Araujo
Maria da Gloria Uchoa Saunders
Maria das Graças Uchoa Saunders
Maria Ligia de Oliveira
Maria Lucia de Queiroz Santiago
Maria Nagela Cavalcante Souza
Maria Regina de Freitas
Maria Rosineide de Castro Maciel
Maria da Silva Ribeiro
Maria do Socorro Sombra
Maria Virginia de Oliveira Melo
Maria Vilma Fernandes Albuquerque
Mirna Maria Nobrega Veigas
Querubina Bringel Olinda
Rosmayre Solon Setubal
Vanda Barros dos Santos
Wilma Ferreira Sousa
Zeneida de França Ribeiro
Zuila Maria de Figueredo Carvalho

TURMA DE 1977

Placa na UFC

**Discentes:**

EGRESSA
Ana Aida Vasconcelos Costa
Ana Maria Barreto de Oliveira
Antonia Machado Freire
Brizamar Pinheiro
Carmina Teixeira Borge
Eliane Maria Barroso Albuquerque
Eliania Lopes Rodrigues
Fca Claudeci Machado Cavalcante
Ionie Saboia Jorge de Sousa
Isis Braga de Oliveira
Isolda Almeida Bezerra
Liduina Maria Araujo
Lucimary Uchoa Madeira
Margarida Gomes de Oliveira
Maria Alcides da Silva
Maria da Gloria Coelho Noronha
Maria das Graças Leitao Costa
Maria do Carmo Araujo Matos
Maria do Socorro Lima Sampaio
Maria do Socorro Matos
Maria Francelina dos Santos
Maria Francelita Frota Loureiro
Maria Glaiman Caminha Morais
Maria Jose Maia Alencar
Maria Julia Seebra
Maria Leonice de Almeida Lima
Maria Linelda Santos Lima
Maria Marlete dos Santos
Maria Neide Costa
Moema Alexandre Roriz
Nivea Maria Benevides Falcao
Raimunda Nobre Damasceno
Rosa Luiza A Ferreira
Silvia Helena Cavalcante Bastos
Telma M Alencar
Terezinha Almeida Queiroz
Zenaide de Sousa Sá Filha
Ana Maria Parente Carneiro
Arcelina Maria da Silva
Antonia Juliana Martins Sampaio
Maria de Lourdes Alves de Sousa
Maria Lucia Noqueira Sampaio

APÊNDICE D - COMPILADO DAS DISCIPLINAS DOS CURRÍCULOS INSTITUÍDOS NA EESVP ELABORADO DE HISTÓRICOS ESCOLARES ENCONTRADOS NA DIVISÃO DE MEMÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DA UFC, NA DIVISÃO DE DIPLOMA DA UECE E NAQUELES QUE NOS FORAM FORNECIDOS POR ALGUMAS DAS ENTREVISTADAS. FORTALEZA/CE, 2012 (NOV).

CURRÍCULOS ANOS ANALISADOS	De 1943 a 1946	De 1947 a 1952	De 1953 a 1963	De 1964 a 1966	De 1967 a 1969	De 1970 a 1973	De 1974 a 1978
QUANTIDADE DE HISTÓRICOS ESCOLARES ANALISADOS	01	01	28	17	24	36	01
DISCIPLINAS MINISTRADAS NO 1º ANO - CARGA HORÁRIA	<p>Anatomia e Fisiologia - 180hs</p> <p>Atadura - 20hs</p> <p>Dietética/Dietoterapia - 40hs</p> <p>Drogas e soluções - 30hs</p> <p>Enfermagem de Patologia Externa - 90hs</p> <p>Enfermagem de Patologia Interna - 90hs</p> <p>Ética - 40hs</p> <p>Higiene - 30hs</p> <p>Higiene Mental - 45hs</p> <p>História da Enfermagem - 30hs</p> <p>Massagem - 20hs</p> <p>Matéria Médica - 90hs</p> <p>Microbiologia - 65hs</p> <p>Nutrição Geral - 30hs</p> <p>Patologia Externa - 90hs</p> <p>Patologia Geral - 80hs</p> <p>Patologia Interna</p>	<p>Dietoterapia</p> <p>Enfermagem de Patologia Cirúrgica</p> <p>Enfermagem de Patologia Médica</p> <p>Enfermagem em Tisiologia</p> <p>Farmacologia</p> <p>Física Médica</p> <p>Fisioterapia</p> <p>Patologia Cirúrgica</p> <p>Patologia Geral</p> <p>Patologia Médica</p> <p>Psicologia</p> <p>Sociologia</p>	<p>Anatomia e Fisiologia - 180hs</p> <p>Técnicas de Ataduras - 30hs</p> <p>Clínica Cirúrgica - não informa. Ofertada em 1961</p> <p>Clínica Médica - não informa. Ofertada em 1959 e 1961</p> <p>Cultura Religiosa - não informa. Ofertada em 1959 e 1961</p> <p>Dietoterapia - não informa. Ofertada em 1960</p> <p>Drogas e soluções - 30hs</p> <p>Enfermagem de Saúde Pública (Educação Sanitária) - não informa. Ofertada em 1963</p> <p>Ética/Ética Profissional - 30hs</p> <p>Farmacologia/Farmacologia e Terapêutica - 180hs</p> <p>Física Médica - não informa. Ofertada em 1959 e 1960</p> <p>Formação Profissional/Ajustamento Profissional - não informa. Ofertada em 1961</p> <p>Fundamentos de Enfermagem - não informa. Introduzida a partir de 1962</p> <p>Higiene Individual - 30hs</p>	<p>Anatomia e Fisiologia - 170hs</p> <p>Bioquímica - 70hs</p> <p>Cultura religiosa - 30hs</p> <p>Educação Sanitária - 30hs</p> <p>Ética/Moral - 36hs</p> <p>Farmacologia - 20hs</p> <p>Fundamentos de Enfermagem - 488hs</p> <p>História da Enfermagem - 20s</p> <p>Inglês - 30hs</p> <p>Microbiologia e Parasitologia - 120hs</p> <p>Nutrição - 30hs</p> <p>Psicologia Geral - 70hs</p> <p>Relações Humanas - 16hs</p> <p>Saneamento - 20hs</p> <p>Sociologia - 40hs</p>	<p>Anatomia e Fisiologia - 160hs</p> <p>Bioquímica - 80hs</p> <p>Cultura Religiosa - 32hs</p> <p>Educação Sanitária - 30hs</p> <p>Ética - 34hs</p> <p>Farmacologia - 20hs</p> <p>Fundamentos da Enfermagem - 488hs</p> <p>História da Enfermagem - 20hs</p> <p>Inglês - 32hs</p> <p>Introdução a Filosofia - 20hs</p> <p>Nutrição - 22hs</p> <p>Parasitologia e Microbiologia - 130hs</p> <p>Patologia Geral - 15hs</p> <p>Psicologia Geral - 68hs</p> <p>Saneamento - 20hs</p> <p>Sociologia - 40hs</p>	<p>Anatomia e Fisiologia - 160hs</p> <p>Bioquímica - 70 a 90hs</p> <p>Cultura Religiosa - 32 a 30hs</p> <p>Educação Sanitária - 30hs</p> <p>Ética - 30hs</p> <p>Farmacologia - 20 a 45hs</p> <p>Fundamentos da Enfermagem - 488 a 428hs</p> <p>História da Enfermagem - 20hs</p> <p>Inglês - 32 a 30hs</p> <p>Introdução a Filosofia - 20hs</p> <p>Filosofia - 20hs a extinção em 1973</p> <p>Moral e Cívica - 28hs</p> <p>Nutrição - 22 a 30hs</p> <p>Parasitologia e Microbiologia - 130hs</p> <p>Patologia Geral - 12hs a extinção</p>	<p><b>1º SEMESTRE</b></p> <p>Biologia - 6 créditos/90hs</p> <p>Cálculo - 6 créditos/90hs</p> <p>Estudo dos Problemas Brasileiros I - 2 créditos/30hs</p> <p>Física - 6 créditos/90hs</p> <p>Química - 6 créditos/90hs</p> <p><b>2º SEMESTRE</b></p> <p>Bioquímica - 6 créditos/90hs</p> <p>Embriologia e Histologia - 6 créditos/90hs</p> <p>Estudo dos Problemas Brasileiros II - 2 créditos/30hs</p> <p>Psicologia I - 4 créditos/60hs</p>

	- 30hs Química Aplicada - 180hs Técnica Adiantada - 20hs Técnica Preliminar - 430hs		História da Enfermagem - 30hs Inglês - não informa. Ofertada em 1963 Introdução a Enfermagem Cirúrgica - não informa. Ofertada em 1962 Introdução a Enfermagem Médica - não informa. Ofertada em 1962 Introdução a Patologia e Clínica Médica (Noções) - não informa. Ofertada em 1961 Massagem - 30hs Microbiologia/Microbiologia e Parasitologia - 70hs Nutrição/Nutrição e Dietética - 30hs Patologia Geral - 80hs Patologia Médica - não informa. Ofertada em 1961 Pedagogia - 30hs Psicologia - 20hs Química/Bioquímica - 80hs Saneamento - 30hs Sociologia - 80hs Técnica de Enfermagem - 430hs			Psicologia Geral - 68hs Saneamento - 20hs Sociologia - 40hs	
--	---	--	--	--	--	--	--

FONTE: Compilado realizado com os históricos escolares encontrados em consulta ao arquivo da Divisão de Memória e Documentação da UFC e naqueles que nos foram fornecidos por algumas das entrevistadas. Esses históricos escolares foram comparados aos fluxogramas curriculares estruturados pela professora do Centro de Humanidades da UECE, Maria Doralice Freire Maracaba (já falecida), encontrados no Setor de Controle Acadêmico da UECE.<sup>1</sup>

<sup>1</sup>. No arquivo da Divisão de Memória e Documentação da UFC encontramos 102 históricos escolares de alunos que colaram grau entre os anos de 1961 a 1976; o que contemplou a análise nos anos de 1959 a 1975. Os históricos escolares que nos foram fornecidos por algumas das entrevistadas, foram os de egressas de 1947 (que ingressaram em 1944, 1945 e 1946), de 1953 (1951, 1952, 1953), de 1959 (1956, 1957, 1958), de 1967 (1966, 1967, 1968), de 1973 (1971, 1972, 1973) e de 1976 (1972, 1973, 1974, 1975). Sendo assim, conseguimos, com a análise de 108 históricos escolares, obter um panorama das disciplinas ofertadas nos anos de 1944 a 1946, de 1951 a 1953, e de 1956 a 1975.



APÊNDICE D - COMPILADO DAS DISCIPLINAS DOS CURRÍCULOS INSTITUÍDOS NA EESVP ELABORADO DE HISTÓRICOS ESCOLARES ENCONTRADOS NA DIVISÃO DE MEMÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DA UFC, NA DIVISÃO DE DIPLOMA DA UECE E NAQUELES QUE NOS FORAM FORNECIDOS POR ALGUMAS DAS ENTREVISTADAS. FORTALEZA/CE, 2012 (NOV). (continuação)

CURRÍCULOS	De 1943 a 1946	De 1947 a 1952	De 1953 a 1963	De 1964 a 1966	De 1967 a 1969	De 1970 a 1973	De 1974 a 1978
ANOS ANALISADOS	1944, 1945 e 1946	1951, 1952, 1953	1956, 1957, 1958, 1959, 1960, 1961, 1962, 1963	1964, 1965, 1966	1967, 1968, 1969	1970, 1971, 1972, 1973,	1974, 1975
QUANTIDADE DE HISTÓRICOS ESCOLARES ANALISADOS	01	01	28	17	24	36	01
DISCIPLINAS MINISTRADAS NO 2º ANO - CARGA HORÁRIA	Dietética Infantil - 30hs Doenças contagiosas - 45hs Enfermagem de Doenças Contagiosas - 45hs Enfermagem em Pediatria - 90hs Enfermagem em Primeiros Socorros - 45hs Enfermagem Obstétrica - 60hs Obstetrícia - 30hs Pediatria - 90hs Primeiros socorros - 45hs Técnica de Sala de Operação - 90hs	Dietética Infantil Doenças Transmissíveis Enfermagem de Primeiros Socorros Enfermagem em Pediatria Enfermagem nas Doenças Transmissíveis Enfermagem Obstétrica Ética Profissional Ginecologia Obstetrícia Pediatria Puericultura Socorros de Urgência Técnica de Sala de Operações	Centro Cirúrgico - não informa. Introduzida a partir de 1962 Clínica Médica - não informa. Ofertada em 1963 Cultura Religiosa - não informa. Introduzida a partir de 1961 Deontologia - não informa. Ofertada em 1963 Dietética Infantil - 30hs Dietoterapia - 40hs Doenças Transmissíveis - 30hs Enfermagem Cirúrgica - não informa. Introduzida a partir de 1961 Enfermagem de Psiquiatria - não informa. Ofertada em 1961 Enfermagem em Centro Cirúrgico - não informa. Introduzida a partir de 1961 Enfermagem em Clínica Médica/Enfermagem Médica - não informa. Introduzida a partir de 1959 Enfermagem em Doenças Transmissíveis - 70hs Enfermagem de Patologia Cirúrgica - 90hs Enfermagem em Patologia Médica - 70hs	Anatomia e Fisiologia - 170hs. Ofertada em 1966 Antropologia - não informa. Ofertada em 1965 Bioestatística - 14hs Cultura Religiosa - 30hs Deontologia - 30hs Doenças Transmissíveis - não informa. Ofertada em 1967 Enfermagem Cirúrgica - 80hs Enfermagem de Doenças Transmissíveis - 30hs Enfermagem em Sala de Operação - 110hs Enfermagem Médica - 140hs Enfermagem Psíquica - 40hs Epidemiologia - 14hs Higiene Mental - 20hs Inglês - 30hs Noções de Enfermagem de Saúde Pública	Bioestatística - 15hs Cultura Religiosa - 30hs Deontologia - 36hs Enfermagem Cirúrgica - 88hs Enfermagem em Centro Cirúrgico - 98hs Enfermagem Médica e Doenças Transmissíveis - 122hs Enfermagem Psiquiátrica - 58hs Epidemiologia - 15hs Higiene Mental - 22hs Inglês - 30hs Psicologia do Desenvolvimento - 30hs	Bioestatística - 15hs Cultura Religiosa - 30hs a extinção em 1972 Deontologia - 36hs Enfermagem Cirúrgica - 88 a 180hs Enfermagem em Centro Cirúrgico - 98 a 90 Enfermagem Médica e Doenças Transmissíveis - 122hs Enfermagem Psiquiátrica - 58hs Epidemiologia - 15hs Higiene Mental - 22 a 20hs Inglês - 30hs Moral e Cívica (Problemas Brasileiros) - 28hs Psicologia do Desenvolvimento - 30hs	3º SEMESTRE Anatomia - 6 créditos/90hs Biofísica - 4 créditos/60hs Microbiologia - 3 créditos/45hs Nutrição e Dietética - 4 créditos/60hs Sociologia - 4 créditos/60hs 4º SEMESTRE Deontologia e Ética Profissional - 3 créditos/45hs Fisiologia - 6 créditos/90hs Fundamentos de Enfermagem I - 4 créditos/60hs Imunologia - 4 créditos/60hs Parasitologia - 3 créditos/45hs

			<p>Enfermagem em Ortopedia - não informa. Ofertada em 1959 e 1961</p> <p>Enfermagem em Patologia Médica - 90hs</p> <p>Enfermagem em Tisiologia - não informa. Ofertada em 1959 e 1961</p> <p>Enfermagem Ginecológica - 30hs</p> <p>Enfermagem Urológica - 30hs</p> <p>Enfermagem em Socorro de Urgência - 50hs</p> <p>Farmacologia e Terapêutica - não informa. Em 1961 não é ofertada</p> <p>Física Médica - não informa. Ofertada no ano de 1956</p> <p>Formação Profissional/Ajustamento Profissional - não informa. Ofertada nos anos de 1961 e 1962</p> <p>Ginecologia e Urologia - 30hs</p> <p>Higiene Mental - não informa. Introduzida a partir de 1961 excetuando 62</p> <p>Inglês - não informa. Introduzida a partir de 1961</p> <p>Patologia Cirúrgica - 90hs</p> <p>Patologia Médica - 90hs</p> <p>Pediatria - 90hs</p> <p>Psicologia do Desenvolvimento - não informa. Introduzida a partir de 1963</p> <p>Psiquiatria - não informa. Introduzida a partir de 1961</p> <p>Puericultura</p>	<p>- 10hs</p> <p>Patologia Geral - não informa. Ofertada em 1965</p> <p>Psicologia do Desenvolvimento - 30hs</p> <p>Psiquiatria - não informa. Ofertada em 1967</p> <p>Relações Humanas - não informa. Ofertada em 1964</p> <p>Sociologia - não informa. Ofertada em 1965</p>		
--	--	--	--	---	--	--



			- 70hs Relações Humanas - não informa. Introduzida a partir de 1963 Socorros de Urgência - 50hs Sala de Operações - 90hs Tisiologia - 70hs Traumatologia - não informa. Ofertada em 1959 e 1961				
--	--	--	---	--	--	--	--

FONTE: Compilado realizado com os históricos escolares encontrados em consulta ao arquivo da Divisão de Memória e Documentação da UFC e naqueles que nos foram fornecidos por algumas das entrevistadas. Esses históricos escolares foram comparados aos fluxogramas curriculares estruturados pela professora do Centro de Humanidades da UECE, Maria Doralice Freire Maracaba (já falecida), encontrados no Setor de Controle Acadêmico da UECE<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> No arquivo da Divisão de Memória e Documentação da UFC encontramos 102 históricos escolares de alunos que colaram grau entre os anos de 1961 a 1976; o que contemplou a análise nos anos de 1959 a 1975. Os históricos escolares que nos foram fornecidos por algumas das entrevistadas, foram os de egressas de 1947 (que ingressaram em 1944, 1945 e 1946), de 1953 (1951, 1952, 1953), de 1959 (1956, 1957, 1958), de 1967 (1966, 1967, 1968), de 1973 (1971, 1972, 1973) e de 1976 (1972, 1973, 1974, 1975). Sendo assim, conseguimos, com a análise de 108 históricos escolares, obter um panorama das disciplinas ofertadas nos anos de 1944 a 1946, de 1951 a 1953, e de 1956 a 1975.

APÊNDICE D - COMPILADO DAS DISCIPLINAS DOS CURRÍCULOS INSTITUÍDOS NA EESVP ELABORADO DE HISTÓRICOS ESCOLARES ENCONTRADOS NA DIVISÃO DE MEMÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DA UFC, NA DIVISÃO DE DIPLOMA DA UECE E NAQUELES QUE NOS FORAM FORNECIDOS POR ALGUMAS DAS ENTREVISTADAS. FORTALEZA/CE, 2012 (NOV). (continuação)

CURRÍCULOS ANOS ANALISADOS	De 1943 a 1946	De 1947 a 1952	De 1953 a 1963	De 1964 a 1966	De 1967 a 1969	De 1970 a 1973	De 1974 a 1978
QUANTIDADE DE HISTÓRICOS ESCOLARES ANALISADOS	01	01	28	17	24	36	01
DISCIPLINAS MINISTRADAS NO 3º ANO - CARGA HORÁRIA	Deontologia - 60hs Doenças Venéreas - 45hs Enfermagem Aperfeiçoada - 40hs Enfermagem em Doenças Venéreas - 30hs Enfermagem em Higiene e Saúde Pública - 30hs Enfermagem em Oftalmologia e Otorrinolaringologia - 30hs Enfermagem Psiquiátrica - 45hs Higiene e Saúde Pública - 40hs Oftalmologia - 45hs Otorrinolaringologia - 45hs Psiquiatria - 45hs Tuberculose - 45hs	Deontologia Enfermagem em Psiquiatria Enfermagem em Saúde Pública Enfermagem em Oftalmologia Enfermagem em Otorrinolaringologia Higiene e Saúde Pública Oftalmologia Otorrinolaringologia Psiquiatria Revisão de Técnica Tisiologia Venerologia e Dermatologia	Bioestatística e Epidemiologia - não informa. Introduzida a partir de 1963 Clínica Ortopédica - 45hs Cultura Religiosa - não informa. Introduzida a partir de 1962 Deontologia - 50hs Dermatologia e Venerologia - 60hs Enfermagem em Saúde Pública - 80hs Enfermagem Dermatológica - não informa. Introduzida a partir de 1962 Enfermagem em Oftalmológica - 20hs Enfermagem Otorrinolaringológica - 30hs Enfermagem Pediátrica - 60hs Enfermagem em Tisiológica - 70hs Enfermagem Obstétrica - 80hs Enfermagem Ortopédica - 70hs Enfermagem Psiquiátrica - 60hs Ética	Administração aplicada a Enfermagem - 50hs Antropologia - 20hs Cultura Religiosa - 30hs Saúde Pública/Enfermagem de Saúde Pública - 90hs Obstetrícia/Enfermagem Obstétrica e Ginecológica - 90hs Enfermagem Pediátrica - 80hs Inglês - 30hs Problemas de Enfermagem (Ética III) - 15hs Técnica de Supervisão - não informa. Ofertada em 1965	Administração aplicada a enfermagem - 50hs Antropologia - 20hs Cultura Religiosa - 30hs Saúde Pública/Enfermagem de Saúde Pública - 90hs Enfermagem Obstétrica - 90hs Enfermagem Pediátrica - 80hs Inglês - 30hs Problemática da Enfermagem - 15hs	Administração aplicada a enfermagem - 50hs Antropologia - 20hs Bioestatística - 15hs Cultura Religiosa/Introdução à Pesquisa - 30hs Enfermagem de Saúde Pública - 90hs Enfermagem Obstétrica - 90hs Enfermagem Pediátrica - 80hs Epidemiologia - 15hs Inglês - 30hs a extinção em 1973 Moral e Cívica - 28hs a extinção em 1973 Problemas de Enfermagem/Exercício de Enfermagem Legislação	<b>5º SEMESTRE</b> Fundamentos de Enfermagem II - 11 créditos/165hs História da Enfermagem - 2 créditos/30hs Saúde da Comunidade - 4 créditos/60hs <b>6º SEMESTRE</b> Enfermagem Psiquiátrica - 9 créditos/135hs Farmacologia - 6 créditos/90hs

			- 30hs Higiene e Saúde Pública - 80hs Inglês - não informa. Introduzida a partir de 1963 Obstetria - 70hs Oftalmologia - 30hs Organização e Administração Hospitalar - 70hs Otorrinolaringologia - 20hs Pediatria - não informa. Ofertada em 1959, 1962 e 1963 Problemas de Enfermagem - não informa. Introduzida a partir de 1963 Psiquiatria - 20hs Puericultura - não informa. Ofertada em 1956 e 1959 Relações Humanas - não informa. Introduzida a partir de 1963 Revisão de Técnica - 70hs Serviço Social - 50hs Técnica de Sala de Operações - não informa. Ofertada em 1958			Profissional – 15hs	
--	--	--	---	--	--	---------------------	--

FONTE: Compilado realizado com os históricos escolares encontrados em consulta ao arquivo da Divisão de Memória e Documentação da UFC e naqueles que nos foram fornecidos por algumas das entrevistadas. Esses históricos escolares foram comparados aos fluxogramas curriculares estruturados pela professora do Centro de Humanidades da UECE, Maria Doralice Freire Maracaba (já falecida), encontrados no Setor de Controle Acadêmico da UECE<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> No arquivo da Divisão de Memória e Documentação da UFC encontramos 102 históricos escolares de alunos que colaram grau entre os anos de 1961 a 1976; o que contemplou a análise nos anos de 1959 a 1975. Os históricos escolares que nos foram fornecidos por algumas das entrevistadas, foram os de egressas de 1947 (que ingressaram em 1944, 1945 e 1946), de 1963 (1961, 1962, 1963), de 1969 (1966, 1967, 1968), de 1973 (1971, 1972, 1973) e de 1976 (1972, 1973, 1974, 1975). Sendo assim, conseguimos, com a análise de 108 históricos escolares, obter um panorama das disciplinas ofertadas nos anos de 1944 a 1946, de 1961 a 1963, e de 1966 a 1975.

APÊNDICE D - COMPILADO DAS DISCIPLINAS DOS CURRÍCULOS INSTITUÍDOS NA EESVP ELABORADO DE HISTÓRICOS ESCOLARES ENCONTRADOS NA DIVISÃO DE MEMÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DA UFC, NA DIVISÃO DE DIPLOMA DA UECE E NAQUELES QUE NOS FORAM FORNECIDOS POR ALGUMAS DAS ENTREVISTADAS. FORTALEZA/CE, 2012 (NOV). (continuação)

CURRÍCULOS ANOS ANALISADOS	De 1943 a 1946	De 1947 a 1952	De 1953 a 1963	De 1964 a 1966	De 1967 a 1969	De 1970 a 1973	De 1974 a 1978
QUANTIDADE DE HISTÓRICOS ESCOLARES ANALISADOS	1944, 1945 e 1946 01	1951, 1952, 1953 01	1956, 1957, 1958, 1959, 1960, 1961, 1962, 1963 28	1964, 1965, 1966 17	1967, 1968, 1969 24	1970, 1971, 1972, 1973, 36	1974, 1975 01
DISCIPLINAS MINISTRADAS NO 5º ANO - CARGA HORÁRIA	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	<p><b>9º SEMESTRE</b></p> <p>Administração aplicada a Enfermagem - 9 créditos/135hs Didática aplicada a Enfermagem - 4 créditos/60hs Enfermagem em Saúde Pública - 9 créditos/135hs Exercício de Enfermagem - 4 créditos/60hs</p> <p><b>DISCIPLINAS OPTATIVAS</b></p> <p>Antropologia Cultural - 4 créditos/60hs Dietoterapia - 4 créditos/60hs Enfermagem em Centro Cirúrgico - 8 créditos/120hs Enfermagem em Obstetrícia - 4 créditos/60hs Estatística - 6 créditos/90hs Genética e Evolução - 4 créditos/60hs Ginástica - 2 créditos/30hs</p>



							Higiene e Saneamento - 3 créditos/45hs Introdução a Pesquisa - 4 créditos/60hs Medidas Gerais Profilaxia - 4 créditos/60hs Patologia Geral - 4 créditos/60hs Processos Patológicos Gerais - 4 créditos/60hs Psicologia II - 4 créditos/60hs Puericultura - 4 créditos/60hs Relações Humanas - 4 créditos/60hs Supervisão e Treinamento de Pessoal de Enfermagem - 4 créditos/60hs
--	--	--	--	--	--	--	--

FONTE: Compilado realizado com os históricos escolares encontrados em consulta ao arquivo da Divisão de Memória e Documentação da UFC e naqueles que nos foram fornecidos por algumas das entrevistadas. Esses históricos escolares foram comparados aos fluxogramas curriculares estruturados pela professora do Centro de Humanidades da UECE, Maria Doralice Freire Maracaba (já falecida), encontrados no Setor de Controle Acadêmico da UECE<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> No arquivo da Divisão de Memória e Documentação da UFC encontramos 102 históricos escolares de alunos que colaram grau entre os anos de 1961 a 1976; o que contemplou a análise nos anos de 1959 a 1975. Os históricos escolares que nos foram fornecidos por algumas das entrevistadas, foram os de egressas de 1947 (que ingressaram em 1944, 1945 e 1946), de 1953 (1951, 1952, 1953), de 1959 (1956, 1957, 1958), de 1967 (1966, 1967, 1968), de 1973 (1971, 1972, 1973) e de 1976 (1972, 1973, 1974, 1975). Sendo assim, conseguimos, com a análise de 108 históricos escolares, obter um panorama das disciplinas ofertadas nos anos de 1944 a 1946, de 1951 a 1953, e de 1956 a 1975.

APÊNDICE D - COMPILADO DAS DISCIPLINAS DOS CURRÍCULOS INSTITUÍDOS NA EESVP ELABORADO DE HISTÓRICOS ESCOLARES ENCONTRADOS NA DIVISÃO DE MEMÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DA UFC, NA DIVISÃO DE DIPLOMA DA UECE E NAQUELES QUE NOS FORAM FORNECIDOS POR ALGUMAS DAS ENTREVISTADAS. FORTALEZA/CE, 2012 (NOV). (continuação)

CURRÍCULOS	De 1943 a 1946	De 1947 a 1952	De 1953 a 1963	De 1964 a 1966	De 1967 a 1969	De 1970 a 1973	De 1974 a 1978
ANOS ANALISADOS	1944, 1945 e 1946	1951, 1952, 1953	1956, 1957, 1958, 1959, 1960, 1961, 1962, 1963	1964, 1965, 1966	1967, 1968, 1969	1970, 1971, 1972, 1973,	1974, 1975
QUANTIDADE DE HISTÓRICOS ESCOLARES ANALISADOS	01	01	28	17	24	36	01
MÍNIMO DE CARGA HORÁRIA TOTAL DE AULAS TEÓRICAS	1.630 (1º ano) + 570 (2º ano) + 500 (3º ano) = 2.700 hs	Não se informa	1.390 (1º ano) + 1.070 (2º ano) + 1.095 (3º ano) = 3.555 horas*	1.190 (1º ano) + 578 (2º ano) + 405 (3º ano) = 2.173 horas	1.179 (1º ano) + 544 (2º ano) + 405 (3º ano) = 2.128 horas	1.166 a 1.222 (1º ano) + 650 a 542 (2º ano) + 480 a 436 (3º ano) = 2.296 a 2.200 horas	(1º ano) + (2º ano) + (3º ano) = 204 créditos obrigatórios/3.060 horas
CAMPOS DE ESTÁGIOS PRÁTICOS - CARGA HORÁRIA	Cirurgia de criança - 56hs (diurno) + 5hs (noturno) Cirurgia de homens - 73hs (diurno) + 20hs (noturno) Cirurgia de mulheres - 69hs (diurno) + 17hs (noturno) Ginecologia - 50hs (diurno) + 11hs (noturno) Medicina de criança - 53hs (diurno) + 8hs (noturno) Medicina de mulheres - 199hs (diurno) + 15hs (noturno) Psiquiatria - 30hs (diurno) Sala de Operações - 80hs (diurno)	Berçário - 30hs Clínica Cirúrgica - 86hs(diurno) + 6hs (noturno) Clínica Dermatológica - 30hs Clínica Ginecológica - 37hs(diurno) + 6hs (noturno) Clínica Médica - 96hs(diurno) + 8hs (noturno) Clínica Obstétrica - 25hs (diurno) + 6hs (noturno) Clínica Oftalmológica - 25hs(diurno) + 6hs (noturno) Clínica Otorrinolaringológica - 22hs (diurno) + 8hs (noturno) Clínica Pediátrica - 85hs(diurno) + 7hs (noturno) Clínica Psiquiátrica	Administração - 96hs (diurno). Surge para a turma de 1963. Banco de Sangue e Laboratório - 45hs (diurno). Ofertada pela ultima vez turma a de 1964 Berçário - 30hs (diurno). Ofertada a turma de 1963 e pela ultima vez a turma de 1964 Clínica Cancerológica - 31hs (diurno) Clínica Cirúrgica/Enfermagem Cirúrgica - 87hs (diurno) Clínica Dermatológica - 42hs (diurno) Clínica Ginecológica - 30hs (diurno) Clínica Médica/Enfermagem Médica - 92hs (diurno) Clínica Obstétrica/Maternidade/Enfermagem Obstétrica e Ginecológica - 60hs (diurno) Clínica Oftalmologia - 22hs (diurno) Clínica Otorrinolaringologia - 22hs (diurno)	Adaptação - 144hs (diurno) Administração aplicada a Enfermagem - 300hs (diurno) Enfermagem Cirúrgica - 250hs (diurno) Enfermagem de Saúde Pública - 230hs (diurno) Enfermagem em Centro Cirúrgico - 180hs (diurno) + 24hs (noturno) Enfermagem em Doenças Transmissíveis - 70hs (diurno) Enfermagem Médica - 320hs (diurno) + 24hs (noturno) Enfermagem Obstetrícia e Ginecológica - 300hs (diurno) + 24hs (noturno) Enfermagem Pediátrica - 200hs (diurno) + 24hs (noturno)	Adaptação - 144hs (diurno) Administração aplicada a Enfermagem - 300hs (diurno) Enfermagem Cirúrgica - 250hs (diurno) Enfermagem de Saúde Pública - 230hs (diurno) Enfermagem em Centro Cirúrgico - 180hs (diurno) + 24hs (noturno) Enfermagem em Doenças Transmissíveis - 70hs (diurno) Enfermagem Médica - 320hs (diurno) + 24hs (noturno) Enfermagem Obstetrícia e Ginecológica - 300hs (diurno) + 24hs (noturno) Enfermagem Pediátrica - 200hs (diurno) + 48hs (noturno)	Adaptação - 144hs (diurno) Administração aplicada a Enfermagem - 300hs (diurno) Enfermagem Cirúrgica - 250hs (diurno) Enfermagem de Saúde Pública - 230hs (diurno) Enfermagem em Centro Cirúrgico - 180hs (diurno) Enfermagem em Doenças Transmissíveis - 70hs (diurno) Enfermagem Médica - 320hs (diurno) Enfermagem Médica - 320hs (diurno) Enfermagem Obstetrícia e Ginecológica - 300hs (diurno) Enfermagem	Não se informa

		- 32hs Clínica Tisiológica - 60hs Dietética - 28hs Doenças Transmissíveis - 50hs(diurno) + 8hs (noturno) Pré-clínica - 172hs Saúde Pública - 60hs Socorro de Urgência - 30hs	Clínica Pediátrica/Enfermagem Pediátrica - 61hs (diurno) Clínica Psiquiátrica/Enfermagem Psiquiátrica - 31hs (diurno) Clínica Tisiológica - 61hs (diurno) Dietética Infantil - 29hs (diurno) Doenças Contagiosas/Transmissíveis/Enfermagem em Doenças Transmissíveis - 61hs (diurno) Ortopedia - Oferecida apenas para a turma de 1961. Pré-clínico/Estágio de Adaptação - 164hs (diurno) Sala de Operações/Enfermagem em Centro Cirúrgico - 88hs (diurno) Saúde Pública/Enfermagem em Saúde Publica - 61hs (diurno) Socorro de Urgência/Sala de Urgência/Socorro de Urgência - 31hs (diurno)	Enfermagem Psiquiátrica - 180hs (diurno) Nutrição e Dietética - 20hs (diurno)	Enfermagem Psiquiátrica - 180hs (diurno) Nutrição e Dietética - 20hs (diurno)	Pediátrica - 200hs (diurno) Enfermagem Psiquiátrica - 180hs (diurno) Nutrição e Dietética - 20hs (diurno)	
CARGA HORÁRIA TOTAL DE ESTÁGIO	610 (diurno) + 76 (noturno)= 686 horas	877 (diurno) + 53 (noturno)= 930 horas	Variou de 1.001 a 1.096 horas dadas; sendo de 1 a 16 horas de estágio noturno em algumas disciplinas.	2.194 (diurno) + 120 (noturno)= 2.314 horas	2.194 (diurno) + 120 (noturno)= 2.314 horas	Variou de 2.314 a 2.410 horas dadas; sendo de 120 a 216 horas de estágio noturno em algumas disciplinas.	1.537 horas

\*Nota 1: Essa soma não contabilizou a carga horária das disciplinas que foram ofertadas ocasionalmente, nem a das que foram introduzidas; totalizou-se apenas a carga horária das disciplinas que estavam e se mantiveram continuamente na grade curricular.

FONTE: Compilado realizado com os históricos escolares encontrados em consulta ao arquivo da Divisão de Memória e Documentação da UFC e naqueles que nos foram fornecidos por algumas das entrevistadas. Esses históricos escolares foram comparados aos fluxogramas curriculares estruturados pela professora do Centro de Humanidades da UECE, Maria Doralice Freire Maracaba (já falecida), encontrados no Setor de Controle Acadêmico da UECE<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> No arquivo da Divisão de Memória e Documentação da UFC encontramos 102 históricos escolares de alunos que colaram grau entre os anos de 1961 a 1976; o que contemplou a análise nos anos de 1959 a 1975. Os históricos escolares que nos foram fornecidos por algumas das entrevistadas, foram os de egressas de 1947 (que ingressaram em 1944, 1945 e 1946), de 1953 (1951, 1952, 1953), de 1959 (1956, 1957, 1958), de 1967 (1966, 1967, 1968), de 1973 (1971, 1972, 1973) e de 1976 (1972, 1973, 1974, 1975). Sendo assim, conseguimos, com a análise de 108 históricos escolares, obter um panorama das disciplinas ofertadas nos anos de 1944 a 1946, de 1951 a 1953, e de 1956 a 1975.

## APENDICE E - FONTES HISTÓRICAS<sup>163</sup>

### Artigos Jornalísticos Noticiosos

O Nordeste. **Jornal O Nordeste**, nº7389, 04.02.1947, p2.

O Nordeste. **Jornal O Nordeste**, nº7384, 29.01.1947, p2

Propaganda- Nenhuma Família Cearense. **Jornal O Nordeste**, nº5532, 27.08.1940, p5.

D. Antônio estimula campanha de assinaturas de "O Nordeste". **Jornal O Nordeste**, nº9366, 29.07.1961, p1.

Reforma Universitária. **Jornal O Nordeste**, nº8324, 04.04.1961, p5 .

Segue para o Rio, a Irmã Becker. **Jornal O Nordeste**, nº5496, de 15/07/1940, pg1.

CONGREGADAS PARA SERVIR AO BRASIL AS SENHORAS DOS OFICIAIS DO EXERCITO: vão preparar-se como enfermeiras de emergência, sob a orientação do dr. Jurandir Picanço – a íntegra do memorial dirigido ao ilustre medico e a diretora do Patronato Maria Auxiliadora. **Jornal O Povo**, nº4705, 05-10-1942, última página.

Instalado o curso de enfermeiras do Patronato Maria Auxiliadora. **Jornal O Povo**, nº4708, 08-10-1942, última página.

Serão diplomadas no Domingo. **Jornal O Povo**, nº4712, 13-10-1942, página 2.

Senhor! Aqui estais...(Discurso da Sra do Capitão Tácito Teófilo) **Jornal O Povo**, nº4716, 17-10-1942, página 5.

Mais enfermeiras de guerra para servir ao Brasil. **Jornal O Povo**, nº4847, 19-02-1943, .

EM PLENO ANDAMENTO O CURSO DE ENFERMEIRAS DO PATRONATO: chegaram duas irmãs diplomadas pela Escola Ana Neri. **Jornal O Povo**, nº4713, 14-10-1942, última página.

FOTO: enfermeiras de emergência, as senhoras dos oficiais. **Jornal O Povo**, nº4792, 12-12-1942, primeira página.

Diplomadas ontem as novas enfermeiras. **Jornal O Povo**, nº4798, 19-10-1942, página 2.

FOTO: Será amanhã a solenidade de entrega de diplomas a nova turma(...). **Jornal O Povo**, nº4845, 17-01-1943, primeira página.

Escola de Enfermagem S. Vicente de Paulo. **Jornal O Nordeste**, nº6230, 18-01-1943, p.3.

A aula de hoje no Curso de Defesa Passiva. **Jornal Correio do Ceará**, nº8486, 19-01-1943, ultima pagina.

Convocação de enfermeiras. **Jornal Correio do Ceará**, nº8477, 08-01-1942, p.2.

Novas enfermeiras de emergência. **Jornal O Estado**, nº1732, 09-01-1943, p.3

A recepção dos diplomas das enfermeiras socorristas: brilhante, a solenidade – o juramento e entrega dos certificados – os discursos. **Jornal O Estado**, nº1733, 10-01-1943, p.2

Executado em programa os discursos. **Jornal O Estado**, nº1742, 23-01-1943, p.

No curso de Defesa Passiva. **Jornal O Estado**, nº1742, 23-01-1943, última página.

---

<sup>163</sup> Consideramos Fontes Históricas o material relativo à documentação de época, ou mais diretamente assimilada como material primário pertinente ao problema examinado. (BARROS, 2009; p. 18)



RECEBRAM DIPLOMAS AS NOVAS VOLUNTARIAS SOCORRISTAS: a magnífica solenidade de ontem na Escola de Enfermagem S.Vicente de Paula. **Jornal Gazeta de Notícias**, nº 19-02-1943, p.

EXALTAÇÃO AO BRASIL NA FESTA INAUGURAL DO NOVO CURSO DE ENFERMEIRAS DE EMERGÊNCIA: altas autoridades e destacados vultos da sociedade de Fortaleza compareceram a sessão de ontem no Patronato N S Auxiliadora. Mais de 30 stas e senhoras receberam a braçadeira com o distintivo da Cruz Vermelha. **Jornal Unitario**, nº 7479, 08-10-1942, última página.

MAIS 12 ENFERMEIRAS DE GUERRA DIPLOMAR-SE-ÃO AMANHA. **Jornal UNITARIO**, nº 08-01-1943, p.3

Inauguração do Curso de Enfermeiras de Emergência do Patronato N. S. Auxiliadora. **Jornal O Nordeste**, nº 6.147, 07/10/1942, pagina 3.

Inaugurado o Curso de Enfermeiras de Emergência no Patronato N. S. Auxiliadora. **Jornal O Nordeste**, nº6.148, 08/10/1942, pagina 3.

Curso de Emergência. **Jornal O Nordeste**, nº6286, 26.03.1943, p1.

Instalado o curso de emergências farmacêuticas. **Jornal O Nordeste**, nº6325, 20.05.1943, p2.

Inaugurou-se a primeira Escola do Ceará. **Jornal O Nordeste**, nº5438, 03.05.1940, p1e5.

Escola Santa Isabel. **Jornal O Nordeste**, nº5640, 10.01.1941, p4.

Turma de Técnicos de Enfermagem Hospitalar. **Jornal O Nordeste**, nº7147, 02.04.1946, p1.

Recém-diplomada em Obstetrícia e Enfermagem. **Jornal O Nordeste**, nº7332, 26.11.1946, p5.

A Escola Ana Neri dispõe de uma secção especial destinada ao preparo técnico de freiras e irmãs de caridade. **Jornal O Nordeste**, nº5492, 10.07.1940, p1.

Necessitamos de 25.000 enfermeiras diplomadas e não temos sequer 3000. **Jornal O Povo**, 17.11.1951.

Pioneiras da Assistência Hospitalar no Brasil. **Jornal O Nordeste**, 03.10.1944.

Alistamento Feminino na Guerra. **Jornal O Nordeste**, nº5939, 20.01.1942, p1.

Mulheres no exército. **Jornal O Nordeste**, nº5955, 07.02.1942, p4.

De mulher para mulher. **Jornal O Nordeste**, nº5988, 21.03.1942, p1

Reserva feminina. **Jornal O Nordeste**, nº6005, 15.04.1942, sp

Mulheres na aviação japonesa. **Jornal O Nordeste**, nº6065, 01.07.1942, p1

Mulheres suicidas na aviação japonesa. **Jornal O Nordeste**, nº6232, 19.01.1943, p1

Aviadoras soviéticas abatem aparelhos nazistas. **Jornal O Nordeste**, nº6292, 05.04.1943, p1

Voluntários da defesa passiva. **Jornal O Nordeste**, nº6328, 24.05.1943, ultpg

Os jornais de ontem. **Jornal O Nordeste**, nº6443, 11.10.1943, ultpg

Em plena atividade-mulheres italianos. **Jornal O Nordeste**, nº6511, 05.01.1944, p1

Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo. **Jornal O Nordeste**, nº8241, 13.01.1950, p6

Uma escola de enfermagem, em Fortaleza, nos moldes da Anna Neri. **Jornal O Povo**, ??08.1944

A Escola São Vicente de Paulo agradece ao Circo Nerino. **Jornal O Nordeste**, nº6910, 04.06.1945, p8

EESVP agradece ao diretor do circo nerino. **Jornal Gazeta de Notícias**, 13.06.1945.

Subvenções a instituições de cultura e educação. **Jornal O Nordeste**, 26.07.1945.

Necessitamos de 25.000 enfermeiras diplomadas e não temos sequer 3000. **Jornal O Povo**, 17.11.1951

Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo (informativo início de funcionamento do novo prédio). **Jornal O Nordeste**, nº812, 24.01.1945, p7.

Informe Anterior Inauguração Novo edifício Escola São Vicente de Paulo. **Jornal O Nordeste**, nº859, 24.03.1945, p1.

Informe Posterior Inauguração Novo edifício Escola São Vicente de Paulo. **Jornal O Nordeste**, nº860, 26.03.1945, p1.

As quermesses da EESVP - -os donativos do comercio. **Jornal O Estado**, 6.8.1948

As quintas nossa escola de enfermagem. **Jornal O Nordeste**, nº7821, 05.08.1948, p3

Grande parada de atrações hoje na inauguração da F da enfermagem. **Jornal s.n.**, 4.9.1948

Hoje a coração da rainha Marisa Rocha. **Jornal O Povo**, 25.9.1948, s.p

A tragédia da assistência. **Jornal O Nordeste**, nº7722, 11.08.1955, p1e3

EESVP. **Jornal O Nordeste**, nº5988, 21.03.1942, p2

Escola de enfermagem S. Vicente de Paulo. **Jornal O Nordeste**, nº524 , 21.01.1944, p2

E.E.S.V.P (Propaganda). **Jornal O Nordeste**, nº535, 03.02.1944, p6

Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo (informativo início de funcionamento do novo prédio). **Jornal O Nordeste**, nº812, 24.01.1945, p7

Pela Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo. **Jornal O Nordeste**, nº8212, 09.12.1949, p7

Anúncio Precisa-se Enfermeira. **Jornal O Nordeste**, nº5638, 08.01.1941, p8

O que é a escola de Enfermagem São Vicente de Paulo. **Jornal O Nordeste**, nº7815, 29.07.1948, p8

Envenenados com mandioca. **Jornal O Nordeste**, nº393, 11.08.1943, p5

Caiu de uma escada. **Jornal O Nordeste**, nº6423, 16.09.1943, ultpg

Congresso Neurologia. **Jornal O Nordeste**, nº442, 09.10.1943, ultpg

Informativo Assistência Municipal. **Jornal O Nordeste**, nº915, 09.06.1945, p2

Os vestibulares vem aí. **Jornal O Nordeste**, nº8250, 24.11.1950, p7

Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo. **Jornal O Nordeste**, nº8241, 13.01.1950, p6

Escola de Enfermagem SVP equiparada a Esc Ana Néri. **Jornal O Nordeste**, nº244, 03.02.1943, p5

Enfermeiras que se transformam para o serviço da Pátria. **Jornal O Nordeste**, 28.08.1944

Equiparada à Escola Ana Neri a Escola de Enfermagem de Fortaleza. **Jornal O Nordeste**, nº7288, 28.09.1946, p1

Enfermeira dá a vida na luta contra a morte. **Jornal O Nordeste**, nº9901, 27.09.1964, p8

A diretora da EEAN visita a EESVP. **Jornal s.n.** de 07/08/1946,s.p.

Inovação do socorro médico, S.O.S. **Jornal O Nordeste**, nº8076, 29.10.1956, p8

Em Fortaleza duas Religiosas Americanas visita EESVP. **Jornal O Nordeste**, nº918, 13.06.1945, p8

D Branca Carvalho visitou o Patronato N S Auxiliadora, a Escola Domestica São Rafael e a EESVP. **Jornal O Democrata**, 14.12.1945

Em Fortaleza a Senhorinha Elza Muniz a serviço da Escola Ana Nery. **Jornal O Nordeste**, nº8549, 08.02.1951, p8

Impasse em torno da representação da Escola de Enfermagem- Parece que o certame se irá resumir na eleição da nova Diretoria. **Jornal O Nordeste**, nº8020, 11.04.1949, p8e7

O 7º congresso estadual de estudantes não resolveu nada. **Jornal O Nordeste**, 12.04.1949, incompleto.

Eleita a nova diretoria da UEE. **Jornal O Nordeste**, 20.04.1949.

Turma de auxiliares de enfermagem. **Jornal O Nordeste**, 11.12.1958.

Nas mãos do chefe do governo o expediente da criação da Universidade do Ceará. **Jornal O Povo**, 10.10.1953.

Integra do memorial solicitando a criação d Universidade do Ceará. **Jornal s.n.**, 26.08.1953.

A Universidade do Ceará. **Jornal s.n.**, 25.10.1954.

Convênios na Universidade. **Jornal O Nordeste**, 12.11.1955.

Agregação da Faculdade de Filosofia e da EESVP. **Jornal s.n.**, 19.01.1956.

Aprovada no Rio agregação da faculdade de Filosofia (e da Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo). **Jornal O Nordeste**, nº7810, 09.12.1955, p8.

EESVP - Edital. **Jornal s.n.**, 11.01.1957.

Escola Enfermagem São Vicente de Paulo Agregada a Universidade do Ceará. **Jornal O Nordeste**, nº9785, 10.01.1964, p7

Um homem foi aprovado no vestibular de Enfermagem. **Jornal O Nordeste**, nº15090, 10.03.1965, p8

Aulas universitárias começam no dia 08 de março e são pagas. **Jornal O Nordeste**, nº15085 , 04.03.1965, p8.

Horas-aula fixará cursos superiores. **Jornal O Nordeste**, nº15158 ,18.06.1965, p8.

Nova turma de enfermeiras será diplomada amanhã. **Jornal s.n.**, 18.07. 1957

Drogas anti-tuberculose: espada de dois gumes. **Jornal O Nordeste**, nº9321, 07.10.1962, p1

Constituída a comissão central do III Seminário da Universidade. **Jornal O Nordeste**, nº8297, 23.02.1961, p8

Nota-lr Sirena. **Jornal s.n.**, 06.07.1958.

Medicina preventiva. **Jornal O Nordeste**, nº9801, 29.01.1964, p8.

Edital de Curso de Extensão Universitária Enfermagem e Tuberculose. **Jornal s.n.**, 16.05.1956.

Dia da Enfermeira **Jornal O Nordeste**, 22.05.1956

Ministro chega amanhã para Encontro da Saúde **Jornal O Nordeste**, nº15293, 09.12.1965

Universidade diploma na 6º feira na concha 858 Doutores **Jornal O Nordeste**, nº29, 13.12.1966, p5

Resenha Universitária - EESVP **Jornal O Nordeste**, 17.05.1956

Solenemente encerrada a semana da enfermeira **Jornal s.n.**, 20.05.1958

A Enfermagem não foi ainda compreendida **Jornal s.n.**, 04.06.1959

Líder das enfermeiras veio saber as condições da classe no Ceará **Jornal Gazeta de Notícias**, 02.06.1959, s/pg.

Colou grau a IV Turma de Auxiliares de Enfermagem da E.E.S.V.P **Jornal O Nordeste**, nº405 15.09.1961, p7

GT inicia estudos para unificação de escolas **Jornal O Povo**, 25.05.1973, p.10

### **Entrevistas**

ALVES, M D S. Preservação da Memória da Enfermagem no Estado do Ceará: a história da profissão e o Centro de Documentação. **Pesquisa**. Fortaleza, abr. 2011. Entrevista concedida a Maria Irismar de Almeida, Maria Suêuda Costa e Rafael Sousa Ferreira, 2011.

BARROS, M do C dos S. Preservação da Memória da Enfermagem no Estado do Ceará: a história da profissão e o Centro de Documentação. **Pesquisa**. Fortaleza, set. 2011. Entrevista concedida a Maria Euridea de Castro e Emanoela Therezinha Bessa Mendes, 2011.

BASTOS, I P. Preservação da Memória da Enfermagem no Estado do Ceará: a história da profissão e o Centro de Documentação. **Pesquisa**. Fortaleza, abr. 2011. Entrevista concedida a Maria Irismar de Almeida, Maria Suêuda Costa e Rafael Sousa Ferreira, 2011.

BASTOS, R G de M Preservação da Memória da Enfermagem no Estado do Ceará: a história da profissão e o Centro de Documentação. **Pesquisa**. Fortaleza, nov. 2012. Entrevista concedida a Emanoela Therezinha Bessa Mendes, 2012.

CONCEIÇÃO, M R da. Preservação da Memória da Enfermagem no Estado do Ceará: a história da profissão e o Centro de Documentação. **Pesquisa**. Fortaleza, set. 2010. Entrevista concedida a Sílvia Maria Nóbrega-Therrien e Rafael Sousa Ferreira, 2010.

COSTA, M L B. Preservação da Memória da Enfermagem no Estado do Ceará: a história da profissão e o Centro de Documentação. **Pesquisa**. Fortaleza, mar. 2011. Entrevista concedida a Maria Irismar de Almeida, Maria Suêuda Costa e Emanoela Therezinha Bessa Mendes, 2011.

COSTA, M M F Preservação da Memória da Enfermagem no Estado do Ceará: a história da profissão e o Centro de Documentação. **Pesquisa**. Fortaleza, jul. 2012. Entrevista concedida a Emanoela Therezinha Bessa Mendes, 2012.

CRUZ, M E da C. Preservação da Memória da Enfermagem no Estado do Ceará: a história da profissão e o Centro de Documentação. **Pesquisa**. Fortaleza, set. 2010. Entrevista concedida a Sílvia Maria Nóbrega-Therrien e Rafael Sousa Ferreira, 2010.

FEITOSA, F R. Preservação da Memória da Enfermagem no Estado do Ceará: a história da profissão e o Centro de Documentação. **Pesquisa**. Fortaleza, fev. 2011. Entrevista concedida a Maria Irismar de Almeida, Maria Suêuda Costa e Rafael Sousa Ferreira, 2011.

FIGUEIREDO, F das C. Preservação da Memória da Enfermagem no Estado do Ceará: a história da profissão e o Centro de Documentação. **Pesquisa**. Fortaleza, fev. 2011. Entrevista concedida a Maria Irismar de Almeida, Maria Suêuda Costa e Emanoela Therezinha Bessa Mendes, 2011.

FREIRE, M L; CARMO, V A do. Preservação da Memória da Enfermagem no Estado do Ceará: a história da profissão e o Centro de Documentação. **Pesquisa**. Fortaleza, jun. 2012. Entrevista concedida a Emanoela Therezinha Bessa Mendes, 2012.

FREITAS, R I G. Preservação da Memória da Enfermagem no Estado do Ceará: a história da profissão e o Centro de Documentação. **Pesquisa**. Fortaleza, fev. 2011. Entrevista concedida a Maria Irismar de Almeida, Maria Suêuda Costa e Rafael Sousa Ferreira, 2011.

GADELHA, T C da C. Preservação da Memória da Enfermagem no Estado do Ceará: a história da profissão e o Centro de Documentação. **Pesquisa**. Fortaleza, mai. 2011. Entrevista concedida a Maria Irismar de Almeida e Emanoela Therezinha Bessa Mendes, 2011.

MAGALHÃES, M S F. Preservação da Memória da Enfermagem no Estado do Ceará: a história da profissão e o Centro de Documentação. **Pesquisa**. Fortaleza, jun. 2011. Entrevista concedida a Maria Euridea de Castro e Emanoela Therezinha Bessa Mendes, 2011.

MARACABA, F M. Preservação da Memória da Enfermagem no Estado do Ceará: a história da profissão e o Centro de Documentação. **Pesquisa**. Fortaleza, jun. 2012. Entrevista concedida a Emanoela Therezinha Bessa Mendes, 2012.

MARTINS, M J de M. Preservação da Memória da Enfermagem no Estado do Ceará: a história da profissão e o Centro de Documentação. **Pesquisa**. Fortaleza, jan. 2011. Entrevista concedida a Maria Irismar de Almeida, Maria Suêuda Costa e Emanoela Therezinha Bessa Mendes, 2011.

MENEZES, E B Preservação da Memória da Enfermagem no Estado do Ceará: a história da profissão e o Centro de Documentação. **Pesquisa**. Fortaleza, jul. 2012. Entrevista concedida a Emanoela Therezinha Bessa Mendes, 2012.

NUNES, M A. Preservação da Memória da Enfermagem no Estado do Ceará: a história da profissão e o Centro de Documentação. **Pesquisa**. Fortaleza, jul. 2011. Entrevista concedida a Maria Irismar de Almeida e Emanoela Therezinha Bessa Mendes, 2011.

OLIVEIRA, O S de. Preservação da Memória da Enfermagem no Estado do Ceará: a história da profissão e o Centro de Documentação. **Pesquisa**. Fortaleza, ago. 2012. Entrevista concedida a Maria Irismar de Almeida, Maria Suêuda Costa e Emanoela Therezinha Bessa Mendes, 2012.

OSÓRIO, I B. Preservação da Memória da Enfermagem no Estado do Ceará: a história da profissão e o Centro de Documentação. **Pesquisa**. Fortaleza, dez. 2007. Entrevista concedida a Maria Irismar de Almeida, 2007.

PEDROSA, C V. Preservação da Memória da Enfermagem no Estado do Ceará: a história da profissão e o Centro de Documentação. **Pesquisa**. Fortaleza, jan. 2011. Entrevista concedida a Maria Irismar de Almeida, Maria Suêuda Costa e Emanoela Therezinha Bessa Mendes, 2011.

SACRAMENTO, M WA A. Preservação da Memória da Enfermagem no Estado do Ceará: a história da profissão e o Centro de Documentação. **Pesquisa**. Fortaleza, jul. 2012. Entrevista concedida a Maria Irismar de Almeida e Emanoela Therezinha Bessa Mendes, 2012.

SANTO, M J do E. Preservação da Memória da Enfermagem no Estado do Ceará: a história da profissão e o Centro de Documentação. **Pesquisa**. Fortaleza, jun. 2011. Entrevista concedida a Maria Euridea de Castro e Emanoela Therezinha Bessa Mendes, 2011.

SANTOS, M de F. Preservação da Memória da Enfermagem no Estado do Ceará: a história da profissão e o Centro de Documentação. **Pesquisa**. Fortaleza, jul. 2012. Entrevista concedida a Emanoela Therezinha Bessa Mendes, 2012.

VASCONCELOS, F. Preservação da Memória da Enfermagem no Estado do Ceará: a história da profissão e o Centro de Documentação. **Pesquisa**. Fortaleza, abr. 2011. Entrevista concedida a Maria Irismar de Almeida, Maria Suêuda Costa e Rafael Sousa Ferreira, 2011.

VASCONCELOS, Z M de; CAMARA, M G de A. Preservação da Memória da Enfermagem no Estado do Ceará: a história da profissão e o Centro de Documentação. **Pesquisa**. Fortaleza, jul. 2012. Entrevista concedida a Maria Irismar de Almeida e Emanoela Therezinha Bessa Mendes, 2011.

### **Documentos Manuscritos**

ALBANO, João Tibúrcio. Santa Casa de Misericórdia: Carta Aberta ao Exmo Sr Dr Gustavo Barroso, Secretário do Interior. Fortaleza: Tipografia Comercial a vapor. 1914.

ALBUM HISTORICO DO SEMINARIO EPISCOPAL DO CEARÁ. Em comemoração as 'bodas de ouro 'de sua fundação. Fortaleza, Ceará. 1914.

ATA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CENTRAL DE COORDENAÇÃO, realizada no dia 23 de janeiro de 1970. Universidade Federal do Ceará.

DIÁRIO DA IRMÃ DUBOST. Uma longa e edificante viagem: Historia da viagem das Irmãs ao Brasil 1849. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Fundação Romão de Matos Duarte.

DISCURSO de Abertura do XXXI Congresso Brasileiro de Enfermagem, em 1979, por Francisca das Chagas Figueiredo.

MARQUES, Maria Anunciada Nunes; TAVARES, Terezinha de Jesus Lima. Documento Diagnóstico do Curso de Enfermagem da UECE, de setembro de 1991. Fortaleza: UECE. 32p.

### **Documentos Impressos**

FONTENELLE, Antonio Batista; FONTENELLE, Leopoldo. Almanaque do Estado do Ceará (1948). Fortaleza: Ed Tipografia Royal. 1947. 320p.

FONTENELLE, Antonio Batista; FONTENELLE, Leopoldo. Almanaque do Estado do Ceará (1952). Fortaleza: Ed Tipografia Royal. 1951. 308p.

FONTENELLE, Antonio Batista; FONTENELLE, Leopoldo. Almanaque do Estado do Ceará (1954). Fortaleza: Ed Tipografia Royal. 1953. 318p.

FONTENELLE, Antonio Batista; FONTENELLE, Leopoldo. Almanaque do Estado do Ceará (1956). Fortaleza: Ed Tipografia Royal. 1955. 230p.

GIRAO, Raimundo; MARTINS FILHO, Antonio. Almanaque do Estado do Ceará (1940). Fortaleza: Ed Fortaleza. 1939. 322p.

GIRAO, Raimundo; MARTINS FILHO, Antonio. Almanaque do Estado do Ceará (1943). Fortaleza: Ed Fortaleza. 1942. 300p.

GIRAO, Raimundo; MARTINS FILHO, Antonio. Almanaque do Estado do Ceará (1944). Fortaleza: Ed Fortaleza. 1943. 284p.

GIRAO, Raimundo; MARTINS FILHO, Antonio. Almanaque do Estado do Ceará (1945). Fortaleza: Ed Fortaleza. 1944. 450p.

GIRAO, Raimundo; MARTINS FILHO, Antonio. Almanaque do Estado do Ceará (1946). Fortaleza: Ed Fortaleza. 1945. 248p.

MARINHO, Silveira. *Almanaque do Estado do Ceará* (1947). Fortaleza: Ed Fortaleza. 1946. 242p.

NÓBREGA-THERRIEN, Silvia Maria; ALMEIDA, Maria Irismar; SILVA, Marcelo Gurgel Carlos da. Ensino de Enfermagem no Ceará de 1942-1956: a memória que projeta o futuro. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v.61. n.1. p. 125-130. jan/fev, 2008b.

NÓBREGA-THERRIEN, Silvia Maria; ALMEIDA, Maria Irismar; SILVA, Marcelo Gurgel Carlos da. Enfermagem no Ceará: fatos, reflexões e propostas para preservação da história e memória da profissão. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v.61. n.2. p. 258-261. mar/abr, 2008a.

REVISTA DO JUBILEU Ed Comemorativa: 50 anos de "idas e vindas" (1957 a 2007) Província de Fortaleza – Filhas da Caridade de S Vicente de Paulo. 31 de janeiro de 2007. 158 p.

SAMPAIO, Dorian; COSTA, Lustosa da. Anuário do Ceará (1970-1979) O Ceará nos anos 70: edição comemorativa dos 10 anos sucessivos do Anuário do Ceará. Rio de Janeiro: Companhia Editora Gráfica Barbeo. 1979. 264p.

SAMPAIO, Dorian; COSTA, Lustosa da. Anuário do Estado do Ceará (1971). Fortaleza: Editora e Tipografia Progresso. 1971. 506p.

SAMPAIO, Dorian; COSTA, Lustosa da. Anuário do Estado do Ceará (1972). Fortaleza: Styllus Consultoria de Investimentos, Publicidade e Planejamento. 1972. 544p.

SAMPAIO, Dorian; COSTA, Lustosa da. Anuário do Estado do Ceará (1974). Fortaleza: Styllus Consultoria de Investimentos, Publicidade e Planejamento. 1974. 557p.

SAMPAIO, Dorian; COSTA, Lustosa da. Anuário do Estado do Ceará (1975). Fortaleza: Styllus Consultoria de Investimentos, Publicidade e Planejamento. 1975. 659p.

SILVEIRA, Fernando S. A Poliomielite no Ceara. Trabalho apresentado na X Jornada Brasileira de Pediatria e Puericultura realizada em 13 a 19 de julho de 1958. Fortaleza: Tipografia Progresso.

SOUSA, Joaquim Moreira de Sousa. Sistema Educacional Cearense. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação e Cultura: Centro Nacional de Pesquisas Educacionais do Recife. 1961. 350p.

UCHOA, Waldery. Anuário do Ceará (1953-1954). Imprensa Oficial do Estado. 521p. 1954.

MATERIAL EDUCATIVO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. Ser Enfermeira: já pensou nas oportunidades? 1967 (maio) 15p.

### **Livros**

ALMEIDA, Maria Irismar de; COSTA, Maria Sueuda; JORGES, Maria Salete Bessa; SILVA, Maria Josefina da. Associação Brasileira de Enfermagem Seção Ceara: uma viagem através da história. Fortaleza: ABEn-CE, 2001. 96p.

BARROSO, Maria G T; COSTA, Ligia B; VARELA, Zulene de V. Documentário: Dez anos do Curso de Enfermagem/UFC (1976-1986). Fortaleza: Imprensa Universitária, 1992. 450p.

BRIQUET, Raul. Manual da Socorrista de Guerra. 1943.

CARVALHO, Anayde Correa de. Associação Brasileira de Enfermagem (1926-1976): documentário. Brasília: Editora Folha Carioca, 1976. 514p.

FRAZÃO, Eneida Schramm. *30 anos: Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo 1943-1973*. Fortaleza: s.ed, 1973.

MARTINS FILHO, Antonio. *A Universidade no Brasil*. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará. 1973. 137p.

MARTINS FILHO, Antonio. *Três anos de FUNEDUCE: subsídios para a história da Universidade Estadual do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará. 1979. 188p.

OSÓRIO, Ivanilda Bruno. *Memórias de uma enfermeira*. Fortaleza: LCR, 2007.

STUDART, Barao de. *Datas e Factos para a Historia do Ceará*. Tomo II. Edição FAC-SIMILLAR. Biblioteca Básica Cearense. Fundação Waldemar de Alcântara. Fortaleza, 2001.

SOUZA, Irmã Rosalie Rebouças. *História das Filhas da Caridade da Província do Rio de Janeiro (Brasil 1849 -2003)* Petrópolis: Editora Vozes, [2006?]. 444p.

SOUZA, Alina Maria de Almeida. *Desenvolvimento dos Serviços de Assessoria de Enfermagem da Organização Pan-Americana da Saúde: impacto na educação de enfermagem latino-americana (1940-1980)*. Salvador: Bureau Gráfica e Editora. [1981?]. 354p.

*Fortaleza Evolução Urbana 1603 a 1979*. Prefeitura Municipal de Fortaleza. Administração Luiz Nogueira Marques. Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza. [1980?]

**ANEXO A**  
PARTE DO ROTEIRO DE ENTREVISTA DA PESQUISA  
“PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DA ENFERMAGEM NO ESTADO DO CEARÁ: A  
HISTÓRIA DA PROFISSÃO E O CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO”  
UTILIZADA NESTE ESTUDO

**DADOS DO(A) COLABORADOR(A)**

Nome:

**COLETA DA HISTÓRIA ORAL:**

**1º TÓPICO: VIDA ACADÊMICA**

- **Ano de ingresso** no curso de Enfermagem
- **Duração do curso** (em anos)
- Qual era a **sua idade quando ingressou** no curso
- **Por que** você procurou fazer o curso de Enfermagem? (o que lhe motivou)
- Como foi o **processo de seleção** para se ingressar no curso de Enfermagem?
- **Local do curso:**
  - a) **aulas:**
  - b) **campos de estágio:**
  - c) Exigia **Uniforme** (cor, modelo, tecido, quem fazia...):
- Qual era o **regime do curso?** (internato, semi-intensivo) Em horas:
- Quem fazia parte do **corpo docente** (médicos, enfermeiras laicas e religiosas, nutricionistas, e professores de outras áreas)?
- Como eram **as aulas:** conteúdos abordados e matérias consideradas mais importantes?
- Havia alguma **disciplina sobre a história da Enfermagem**, se não tinha uma disciplina específica, onde era focalizado o conteúdo da história da profissão, em que disciplina??, quem ministrava e qual era o conteúdo??
- Pagava-se **mensalidade** para a escola?
- Havia incentivo para **pesquisa**?
- Existia **organização política** dentro da Escola entre as alunas, professores??
- Quais eram os **recursos didáticos disponíveis** (como eram ministradas as aulas teóricas e práticas, como vocês estudavam a teoria e a prática, existia monitoria, laboratórios, biblioteca, livros de enfermagem ou da área médica, livros brasileiros ou estrangeiros, recursos áudio-visual, manequim, peças de manipulação, projetor de slides, retroprojetor, episcópio)?
- Você percebe alguma **especificidade da formação em Enfermagem da sua época** que não existe hoje (influência da religião, disciplina, obediência)



- Como era a **relação entre os professores e os alunos, entre os próprios alunos, e entre os alunos e os funcionários da Escola** (supervisores, coordenadores, secretários)?
- Como era vista a **Enfermagem laica e religiosa** nas escolas?
- Quais eram as **perspectivas/tendências quanto à Enfermagem/enfermeiras na época?**
- Havia **tabus, estereótipos e crenças sociais** com relação à Enfermagem/enfermeiras? Se sim, como era enfrentado?

## 2º TÓPICO: VIDA PROFISSIONAL

- Havia **influência da Escola formadora com relação a sua escolha de campo de trabalho?** (a EESVP indicava alunas para algum trabalho, a escola formava predominantemente enfermeiras para a área hospitalar ou de saúde pública?)

## 5º TÓPICO: A DOCÊNCIA EM ENFERMAGEM.

**(Somente para as egressas que foram professoras da EESVP no curso de enfermagem)**

- Como foi que você **se tornou professora de enfermagem da EESVP?** (Seleção, concurso, indicação, convite...)
- Foi-lhe exigida alguma **formação específica** para o exercício da docência na Escola? (Porque você se tornou professora, porque era boa aluna, porque era religiosa, porque pediu...)
- **O que você ensinava?**
- Você ensinou durante quanto **tempo?** (Atentar para a participação em eventos significativos da escola: agregação (1955) anexação (1975)?)
- Como você **organizava as aulas?** (metodologia de ensino, havia recursos didáticos, haviam aulas práticas, ou somente teóricas)
- Quais as **dificuldades** encontradas durante o exercício da docência? (indisciplina dos alunos, falta de interesse dos discentes, falta de recursos pedagógicos, inflexão da diretoria, estrutura organizacional ou administrativa da escola deficiente)
- Como era a sua **relação com as alunas?**
- Como era a sua **relação com os outros professores?**
- Como era a sua **relação com a direção da escola?**
- Qual era a **enfermeira que se objetivava formar na sua época de docente?**
- Havia um **acompanhamento do seu trabalho pela diretoria da escola?**
- Existiam **reuniões** da direção com os professores? Se sim, **o quê se discutia?**
- Atentar para a participação em eventos significativos da escola: **agregação (1955) anexação (1975), eleições para coordenação de curso...**

## ANEXO B



**Governo do Estado do Ceará**  
**Fundação Universidade Estadual do Ceará**  
**Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UECE**  
Av. Paranjana, 1700 - Campus do Itaperi  
CEP 60.740-000 - Fortaleza-Ce  
Fone: (085) 3101.9890 - E-mail: cep@uece.br



Fortaleza (CE), 17 de janeiro de 2011.

### IDENTIFICAÇÃO

**Título:** Preservação da memória da Enfermagem no Estado do Ceará: a história da profissão e o Centro de Documentação.

**Processo:** Nº 10461873-6

**FR – 395097.**

**Interessada:** Sílvia Maria Nóbrega-Therrien

**Instituição responsável:** UECE- Grupo de Pesquisa Educação e Saúde Coletiva.

**Área temática:** Grupo III

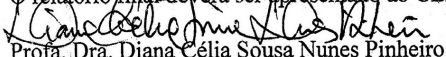
### RESUMO

O objetivo geral é construir a história oral da enfermagem no Ceará, no período de 1943 a 1975, visando à preservação da sua memória, por meio da criação de um Banco de Dados para disponibilização das informações a pesquisadores, profissionais e usuários interessados, bem como contribuir a criação do Centro de Documentação da história da Enfermagem no Estado. Para um projeto que se propõe a formar inicialmente um acervo da história oral da Enfermagem cearense com a criação de um banco de dados, precisa de diferentes recursos informativos entre eles: documentos, história oral e fotografias. Trata-se de projeto interinstitucional e coletivo, reunindo pesquisadores da UECE e UFC, objetivando a construção de documentos, daí porque o cuidado na captação das fontes desta memória, sua preservação e guarda, torna-se imprescindível. Tratando-se de conhecimento histórico se reconhece que a proposta adotará de acordo com sua natureza, metodologias com abordagens qualitativas de investigação, conjuntamente a pesquisa documental. Os procedimentos mais utilizados em história oral têm sido: depoimentos de história de vida e entrevistas temáticas. No caso desta proposta de pesquisa se escolhe trabalhar com a entrevista temática. Nesse entendimento serão colaboradores desta pesquisa, todos os que tenham vivenciado a formação pela Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo no período compreendido entre os anos de 1943 e 1975. O marco inicial correspondente à criação do Ensino de Enfermagem no Ceará e o terminal (1975), época em que a Escola se agrega a outras faculdades isoladas, por ocasião da fundação da Universidade Estadual do Ceará. Pretende-se, no mínimo, entrevistar cerca de dois colaboradores, dentre os anos de 1943 a 1975, perfazendo nestes 33 anos cerca de 66 entrevistados. Na medida em que for necessário à obtenção de informações específicas, poderão ser incluídas outras categorias profissionais que contribuam para elucidar fatos ou preencher lacunas de informação coletadas. Para a escolha dos sujeitos/colaboradores será elaborada uma relação de possíveis participantes do estudo de acordo com os objetivos da proposta e a disponibilidade para a entrevista, compreendida como estratégia de estabelecer parâmetros para decidir sobre quem se deve e quem não se deve entrevista de modo a tornar factível o projeto a ser executado. A coleta dos dados se iniciará, conforme orienta a metodologia da história oral temática, a pré-entrevista, ou seja, a fase de contactos e de organização da entrevista em si, a entrevista propriamente dita e a pós-entrevista. O projeto é relevante e de interesse das instituições envolvidas, que será aplicada em hospitais da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará e do Município de Fortaleza. O orçamento está importando em R\$ 880,00, sendo financiado com recursos da pesquisadora. O cronograma está adequado. Os currículos estão na Plataforma Lattes. O TCLE está adequado aos sujeitos, bem como o Termo de Fiel Depositário aplicado ao estudo.

### PARECER

O projeto atende aos ditames da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde-CNS, portanto, foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Ceará – CEP-UECE.

O relatório final deverá ser apresentado ao CEP.

  
Prof. Dra. Diana Célia Sousa Nunes Pinheiro  
Coordenadora do CEP/UECE



**ANEXO C**  
**CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS**

Local: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Destinatário: \_\_\_\_\_

Eu, \_\_\_\_\_

estado civil: \_\_\_\_\_, documento de identidade: \_\_\_\_\_

declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista gravada em: \_\_\_\_\_, para ser usada integralmente ou em partes, sem restrição de prazos e limites de citações, desde a presente data. Da mesma forma autorizo que terceiro a ouçam e usem citações dela, ficando vinculado o controle à \_\_\_\_\_ que tem sua guarda. Aceito que

meu nome seja citado como colaborador da construção de um documento histórico para fins de pesquisa histórica sobre a Enfermagem em qualquer um dos aspectos tratados na entrevista e que a minha história oral faça parte de um Banco de Dados que será preservado posteriormente em um Centro de Documentação da Enfermagem no Ceará.

Abdico de direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente Carta que terá firma reconhecida ou assinatura de uma testemunha por mim considerada idônea.

---

Nome

---

Assinatura do colaborador

---

Testemunha indicada pelo colaborador

## ANEXO D

### OFICIO Nº

Fortaleza, 26 de setembro de 1942.

Ilmo Sr Dr Francisco de Menezes Pimentel,  
Interventor Federal do Ceará

Na qualidade de Superiora do PNSA, venho mui respeitosamente expor a V Excia o seguinte:

- I- O PNSA tem em organização, para próximo funcionamento, uma Escola de Enfermagem sob a orientação técnica do ilustre médico conterrâneo, Dr Jurandir Picanço, e foi procurado por um grupo de senhoras e senhoritas da sociedade local, no sentido de ser ministrado, neste Instituto, um Curso de Enfermagem de Emergência, para a necessária colaboração que o espírito de civismo e de patriotismo nos impõe neste momento.
- II- Desejando atender a tão justo apelo e contando com a cooperação de médicos locais, propõe-se na medida do possível a realizar o referido Curso conforme as elevadas diretrizes da Cruz Vermelha Brasileira e o patriótico espírito da Legião Brasileira de Assistência; mas, tratando-se de serviço de colaboração com o Governo da República, no presente momento de elevada responsabilidade cívica, necessário se torna a devida autorização de V Excia
- III- Fato posto, solicita de V Excia a referida autorização para a realização do Curso em apreço, afim de que o mesmo goze das necessárias credencias, se verificada ficar a sua eficiência e regularidade.

Talho-me do ensejo para apresentar a V Excia as minhas respeitadas saudações com os protestos de mais elevado apreço.

as. Irmã Breves,  
Superiora

## ANEXO E

### OFICIO N°2

*Fortaleza, 2 de outubro de 1942*

*Ilmo Sr Dr Jose Frota,*

*Digno diretor da Assistência Municipal.*

*A abaixo assinada, superiora do PNSA, tendo recebido de um grupo de distintas senhoras da sociedade local um apelo no sentido de lhe ser ministrado neste Estabelecimento, um Curso de Enfermeiras de Emergência, (...) para a colaboração cívica que o patriotismo impõe neste momento de grande significação nacional, deseja atender a tão justo quão honroso pedido; mas para maior eficiência vem solicitar a honra de vossa cooperação, por todos os títulos de grande valia, e o especial favor de permitirdes que parte do aprendizado prático seja feito nos Serviços da Assistência Municipal, de vez que se trata de estabelecimento modelar e de campo de trabalho aproximando dos destinados misteres da enfermeira de emergência.*

*Para o corpo docente o Patronato conta com a colaboração espontânea dos distintos médicos Dr Cesar Cals de Oliveira, Vandick Pontes, Francisco Araujo, Pontes Neto e Jurandir Picanço, sob a direção do ultimo, ao qual podeis comunicar as mistrações que julgardes convenientes a harmonia de interesse, ordem de serviço e melhor aproveitamento técnico.*

*O Patronato terá os melhores agradecimentos da vossa aquiescência e confessa que se sente honrado em contar com a cooperação de vossa bondade e do vosso saber.*

*Com elevada consideração,  
as. Irmã Breves,  
Superiora.*

## ANEXO F

### 1º CONTRATO ENTRE AS IRMÃS FILHAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO E O HOSPITAL MILITAR DE FORTALEZA

Boletim Interno nº 110 de 12 de maio de 1948 (p.320 e 321)

Na parte de Assuntos Gerais e Administração foi transcrito o Contrato celebrado entre este Hospital e as Irmãs da Caridade.

*“Transcreve-se, para os devido fins, o contrato entre as Irmãs de Caridade São Vicente de Paulo e o Hospital Militar de Fortaleza: ‘HOSPITAL MILITAR DE FORTALEZA – Contrato de prestação de serviço em que são partes as filhas de caridade São Vicente de Paulo e o Hospital Militar de Fortaleza como abaixo declaram: Aos dez dias do mês de maio de mil novecentos e quarenta e oito, nesta Capital, numa das dependências do Hospital Militar de Fortaleza, perante a Irma Breves, como procuradora da Irma Visitadora Helena Daney de Marcillae, pelas Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo, com casa central a rua Santa Amelia, 102, Rio e o Capitão Medico Doutor JOAQUIM PINHEIRO MONTEIRO, Diretor interino em exercício do aludido Hospital, por este (letra a do artigo 777 do Regulamento Geral de Contabilidade Publica) e de autorização do Diretor de Saúde e Guerra, conforme radio 241, D de 25 de outubro de 1947, publicado em Boletim do mesmo mês e ano, ficou, em presença das testemunhas com as partes no fim assinadas, justo e contratado o seguinte:*

*PRIMEIRO: As filhas de caridade São Vicente de Paulo, conservarão a serviço interno do Hospital Militar de Fortaleza, três (3) irmãs que executarão neste, trabalhos concernentes a profissão delas, na forma estabelecida no Regulamento de Saúde do Exército, e que não esteja fora de regras de sua ordem religiosa;*

*SEGUNDO: As Irmãs no serviço aludido, ficarão sob a direção do Hospital que, por intermédio de seu diretor poderá exigir, sob pena de rescisão [que] seja aumentado ou diminuído o numero delas previsto na clausula anterior, comunicando previamente a Superiora da Congregação que, no caso da impossibilidade de atender ao número em referência, terá de justificar no prazo de 30 dias, afim de evitar a rescisão;*

*TERCEIRO: A Superiora da Congregação indicará as irmãs para os respectivos serviços, e as substituirá mediante comunicação previa ao Diretor do Hospital que poderá fazer propostas a Congregação para estas substituir qualquer delas por outra, sempre que for conveniente ao serviço hospitalar;*

*QUARTO: A Superiora da Congregação designará uma das irmãs que se destinam ao serviço em apreço, para superintendente das outras suas companheiras e, com poderes em virtude do presente contrato, de receber e dar quitação, fazer comunicação das alterações ocorridas com as suas companheiras para efeito de organização de folhas, bem como, de retransmissão as mesmas os avisos e determinações internos do Hospital a cujo Diretor referida Superiora comunicará por escrito qual a designada para os fins que nesta clausula se alude;*

*QUINTO: O Hospital pagará a cada uma das irmãs, no seu serviço ou vencimentos ou mensalidades, bem como, etapas ou diárias para despesas gerais e alimentação das mesmas dentro das determinações orçamentárias;*

*SEXTO: No presente exercício financeiro cada Irma terá a mensalidade de oitocentos cruzeiros (Cr\$ 800,00), assegurado pela Verba 3, Serviços e Encargos, Consignação I, Diversos, Subconsignação 36.05.57 Pagamento para serviços de enfermagem e terá também a etapa para ração conforme a Verba 2 – Material – Consignação II – Material de Consumo – Subconsignação 22-05-57 – Gêneros de Alimentação;*

*SETIMO: O Hospital dará as irmãs aos seus serviços, alojamento conveniente, dentro ou nas proximidades do Estabelecimento e composto de dormitório, enfermaria, rouparia, refeitório, sala de comunidade, gabinete para a Superintendente, locutório e capela com os respectivos pertences além de dois serventes de limpeza.*

*OITAVO: O Hospital em caso de doença de qualquer das irmãs ao serviço, dar-lhe-á tratamento medico necessário bem como medicamentos convenientes. Não se tratando de moléstia contagiosa a Irma doente permanecerá no seu alojamento. Se a doença, porém se prolongar por mais de trinta dias, será substituída por outra se o Diretor propuser a substituição;*

*NONO: Este contrato terá duração de um ano a contar de primeiro de janeiro do corrente ano e poderá ser prorrogado mediante aviso prévio e mutuo por escrito, das partes contratantes, conhecimento do Ministério da Guerra, e registro no Tribunal de Contas;*

*DECIMO: A parte que não cumprir qualquer das obrigações que lhe ficaram impostas no presente contrato, sem motivo justificado dará lugar a rescisão do mesmo e responderá por perdas e danos nos termos da lei;*

*DECIMO PRIMEIRO: Qualquer das partes poderá propor a outra a rescisão do contrato, uma vez que fique em condições, devidamente justificadas de não poder cumprir o que nele prometeu, e ainda assim, mediante aviso a outra parte, com prazo de três meses de antecedência;*

*DECIMO SEGUNDO: O presente contrato é tirado em três vias indo um para aprovação do Ministro da Guerra, ficando uma no Hospital e outra com a Congregação das Filas de Caridade de São Vicente de Paulo e será submetido ao registro do Tribunal de Contas;*

*DECIMO TERCEIRO: O presente contrato só entrara em vigor depois de registrado pelo Tribunal de Contas não se responsabilizando a administração do Exercito por nenhuma indenização se qualquer tribunal negar o registro.*

*E como assim justaram e contrataram aceitam e assinam este em todos os seus termos o que tudo fazem perante duas testemunhas no fim assinadas Sr Hercilio Bezerra de Menezes e Dr Joaquim Pinheiro Filho. Hospital Militar de Fortaleza, 10 de maio de 1948. (ass) DR JOAQUIM PINHEIRO MONTEIRO – Cap. Medico Diretor Interino; IRMÃ BREVES. Testemunhas: Hercilio Bezerra de Menezes; Dr Joaquim Pinheiro Filho”*